



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CONSTRUINDO UMA
NOVA GERAÇÃO CAMPONESA:**
Estratégias de resistência e reprodução socioterritorial do
campesinato em assentamentos rurais
do Pontal do Paranapanema

ANA LÚCIA TEIXEIRA TABUTI

**PRESIDENTE PRUDENTE / SP
2020**

**CONSTRUINDO UMA NOVA GERAÇÃO CAMPONESA:
ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO
CAMPEPINATO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO
PARANAPANEMA**

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico - Linha de Pesquisa: Trabalho, saúde ambiental e movimentos socioterritoriais, para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Coorientador: Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi

**Agência de fomento
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
Processo FAPESP nº 2016/06830-3
Grupos de Pesquisa,
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT - UNESP)
Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA - UNESP)
Ruralidades, Habitat e Cidadania**

**Presidente Prudente / SP
2020**

T114c	Tabuti, Ana Lúcia Teixeira Construindo uma nova geração camponesa : Estratégias de resistência e reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema / Ana Lúcia Teixeira Tabuti. -- Presidente Prudente, 2020 251 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientador: Carlos Alberto Feliciano Coorientador: Eduardo Paulon Girardi 1. Assentamentos rurais. 2. Reprodução Socioterritorial. 3. Camponeses agregados. 4. Geração. 5. Território. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: CONSTRUINDO UMA NOVA GERAÇÃO CAMPONESA: Estratégias de resistência e reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema

AUTORA: ANA LUCIA TEIXEIRA TABUTI

ORIENTADOR: CARLOS ALBERTO FELICIANO

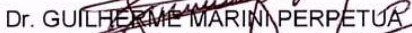
Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:



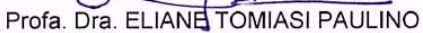
Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente



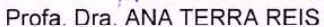
Prof. Dr. LUÍS ANTONIO BARONE
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente



Dr. GUILHERME MARINI PERPETUA
Pós-doutorando / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente



Profa. Dra. ELIANE TOMIASI PAULINO
Departamento de Geociências / Universidade Estadual de Londrina



Profa. Dra. ANA TERRA REIS
Geografia / Escola Nacional Florestan Fernandes

Presidente Prudente, 10 de dezembro de 2019

DEDICATÓRIA

A Generosa Rosa Teixeira (In memoriam)

Avó querida, que será para sempre inspiração para os meus dias.

A todas as jovens que assim como eu foram obrigadas a migrar do espaço rural em busca de
melhores condições de vida.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma trajetória de 11 anos de UNESP Presidente Prudente, aqui graças aos professores, funcionários e amigos pude me desenvolver enquanto ser humano e professora/pesquisadora em geografia, por isso gostaria de agradecer em primeiro lugar a toda comunidade acadêmica da FCT/UNESP. Deste modo, todos os que mencionarei aqui contribuíram para o meu desenvolvimento e para minha saúde mental e física, pois 11 anos de Universidade deixam marcas no corpo (obesidade, dores na coluna, etc.), mas também marcas no psicológico (ansiedade e insônia). Dedico este trabalho:

A Aline Muniz, Aparecida Tamae Otsuka e Cinthia Onishi profissionais da FCT/UNESP que são exemplo de competência e dedicação. Muito obrigada meninas!

Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano que tornou a minha experiência na pós-graduação mais saudável e feliz, pois sua competência, ética e humanidade são características que se sobressaem num ambiente tão complicado. Muito obrigada, você é um exemplo de profissional e ser humano.

Ao meu coorientador Eduardo Paulon Girardi, obrigada por iniciar a orientação nesta jornada da pós-graduação, suas contribuições foram registradas com atenção.

Ao Prof. Dr. Luiz Antonio Barone, gostaria de agradecer o convívio e aprendizado durante os 11 anos de FCT/UNESP. Por muitas vezes foi mais que um orientador acadêmico e sim um orientador para a vida, um amigo. Meu estilo de pesquisa e de lidar com a vida acadêmica por onde eu for vai lembrar o seu...

Ao Prof. Dr. Nécio Turra Neto por despertar em mim o amor pelas metodologias qualitativas, um profissional dedicado que certamente será lembrado em todos os momentos de minha trajetória profissional.

Ao Prof. Dr. Robinzon Piñeros Lizarazo por orientação em momentos de construção do projeto de pesquisa e pela contribuição teórica durante as etapas de finalização do trabalho.

A minha querida mãe Sueli Rosa Teixeira, mulher guerreira e amorosa que representa milhares de mulheres que sozinhas dedicam-se a criar e educar seus filhos perante o abandono parental no Brasil. Para ela que não concluiu o ensino fundamental dedico todos os títulos que constar meu nome.

A minha irmã querida Aline Teixeira de Souza e ao meu cunhado Joab Moreira de Souza.

Ao meu tio Luiz Teixeira que hoje representa a figura paterna dentro de minha família nuclear.

Ao meu companheiro de vida Osmar Takao Tabuti, marido querido, paciente e amoroso, que nos últimos anos de escrita da tese trouxe motivação para cuidar da minha saúde que estava debilitada e força para terminar o trabalho.

A família linda que ganhei após o casamento, ao meu sogro Oscar Takao Tabuti e minha sogra Nair Alves Tabuti, Adriana Yaemi Tabuti Ono, Rogério Ono, Raí Ryuichi Ono, Fabrício Kenzo Tabuti Fattori, Diana Mitico Tabuti e Sérgio Henrique Hino Fattori.

Ao Rafael Flores da Costa que participou dos trabalhos de campo do assentamento Porto Maria e dividiu comigo as angústias da gestação desta tese. Obrigada amigo!

A Larissa Coutinho por dividir as alegrias e dores do universo acadêmico durante todos esses anos. Obrigada!

A Leticia, Cintia, Laísa, Emerson pela amizade durante todo esse período.

Ao amigo Rafael Monteiro que foi exemplo de doutorando e que me ensinou mais do que geografia, solidariedade. Muito obrigada!

Aos meus primos queridos Reginaldo, Adriana, Ana Maria, Renato, Luana, Fabio, Nilda e Claudinei. Obrigada pelo amor e companheirismo em dias tão difíceis.

As minhas amadas afilhadas Maria Luiza e Alice por trazer alegria aos meus dias.

A banca de qualificação Profa. Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz que também foi fundamental para os trabalhos de campo do Porto Maria (aprendi muito com seu jeito afetuoso de se relacionar com os alunos) e a Profa. Dra. Ana Terra Reis pela contribuição atenta e gentil.

Aos amigos do assentamento Nova Conquista que nunca foram apenas sujeitos pesquisados, mas amigos para todos os momentos, presentes em minha vida e próximos a minha família. Vocês são presentes em minha vida! Agradeço também a camponesa do Porto Maria que me recebeu de modo tão gentil e a todos os demais assentados que me receberam tão bem e foram essenciais nesta trajetória.

E finalmente, agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo por financiar este trabalho.

EPÍGRAFE

**“Quando o galo me chamou, eu parti sem olhar pra trás
Porque, mãe, eu sabia, se olhasse, não conseguia
Sair dali nunca mais”**

(Música: Na boca da noite, Paulo Vanzolini – adaptado pela autora)

Construindo uma nova geração camponesa: Estratégias de resistência e reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema

RESUMO

Esta tese é sobre os elementos que compõe a reprodução socioterritorial do campesinato. Tem como objetivo analisar as estratégias utilizadas por camponeses assentados para garantir a permanência da família no lote. Constitui-se como elemento basilar as reflexões acerca de conflitos e negociações intergeracionais entre camponeses e mediadores, que em diferentes escalas são elementos fundamentais para dar continuidade ao processo de reprodução socioterritorial nos assentamentos rurais. O recorte empírico da pesquisa é a região do Pontal do Paranapanema localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo especificamente os assentamentos Nova Conquista – SP, que possui 104 lotes dentre os quais 77 estão no município de Rancharia – SP e 27 no município de Martinópolis – SP e o Porto Maria – SP que encontra-se no município de Rosana – SP e possui 41 lotes. A escolha dos assentamentos deve-se ao fato de que o primeiro apresenta uma quantidade significativa de camponeses agregados em condição de trabalho assalariado e o segundo é fruto da luta de camponeses agregados do assentamento Gleba XV de Novembro. As metodologias utilizadas foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas, diários de campo e cartografia social. O aporte teórico conta com os conceitos de trabalho, território, gênero, geração, juventude rural e reprodução socioterritorial.

Palavras-chave: Assentamentos rurais. Reprodução Socioterritorial. Camponeses agregados. Geração. Território.

Building a new farmer generation: resistance strategies and peasants' socio-territorial reproduction in rural settlements in Pontal do Paranapanema

ABSTRACT

This thesis is on the elements which compose the peasants' socio-territorial reproduction. It aims at analyzing the strategies used by settled peasants to guarantee their families remain in the lot. Its fundamental element were the reflections on the intergenerational conflicts and negotiations between peasants and mediators which are, in different levels, the foundation to allow the process of socio-territorial reproduction in rural settlements to continue. The research was conducted in the area of Pontal do Paranapanema, in the far west of São Paulo State, more specifically in the settlement of Nova Conquista – SP, which has 104 lots, from which 77 are in the city of Rancharia – SP and 27 in the city of Martinópolis – SP and in the settlement of Porto Maria – SP which is situated in the city of Rosana – SP and has 41 lots. The choosing of the settlements is due to the fact that the former present a meaningful amount of household peasants in wage earner position and the later is the result of struggles of household peasants from Gleba XV de Novembro settlement. The methodologies used in this research were bibliographic research, documentary research, interviews, field diaries and social cartography. The theoretical approach is based on the concept of labor, territory gender, rural youth and socio-territorial reproduction.

Keywords: Rural settlements. Socio-territorial reproductions. Household peasants. Generation. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de sistema/codificação.....	24
Figura 2 - Primeira etapa da cartografia social (explicando os elementos de um mapa e a importância de realizar a representação)	32
Figura 3 - Segunda etapa da cartografia social (representação das primeiras informações)....	33
Figura 4 - Desmembramento do Latifúndio Laranja Doce.....	70
Figura 5 - Trabalho no plantio do feijão que foi tombado pelo fazendeiro.....	71
Figura 6 - Camponeses marchando para a cidade de Presidente Prudente – SP (1990).....	72
Figura 7 - Lote com três casas (agregada-titular-agregada)	77
Figura 8 - Residência dos agregados e roçadinho	84
Figura 9 - Roçadinho dos titulares do lote aposentados	88
Figura 10 - Horta das irmãs contrastando com o pasto utilizado pelo irmão	89
Figura 11 - “Prainha” do assentamento Porto Maria.....	99
Figura 12 - Tempo livre e juventude rural.....	101
Figura 13 - Moradia geminada do agregado e dos titulares.	168
Figura 14 - Produção de pepino nas estufas de propriedade da camponesa titular de lote no Nova Conquista-SP.	202
Figura 15 - Trajetória dos camponeses assentados do Nova Conquista – SP	206
Figura 16 - Croqui de lote do assentamento Guarani	210
Figura 17 - Croqui de lote no assentamento Nova Conquista-SP	212
Figura 18 - Organograma dos conceitos/temas da reprodução socioterritorial	215
Figura 19 - Rotina da “camponesa agregada em condição de trabalho assalariado”	223
Figura 20 - Rotina do “camponês agregado em condição de trabalho assalariado”.....	224
Figura 21 - Composição fotográfica: Irrigação, estufa, trator e enxada.	231

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização dos assentamentos rurais Nova Conquista e Porto Maria.....	58
Mapa 2 - Mapa do Assentamento Nova Conquista – SP.....	75
Mapa 3 - Mapa confeccionado por camponeses do Porto Maria-SP.....	103
Mapa 4 - O mapa da família e do trabalho no assentamento Nova Conquista-SP.....	216

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados do Nova Conquista	28
Quadro 2 - Perfil dos entrevistados Porto Maria-SP.	29
Quadro 3 - Conflitos no campo período 2008 – 2017	48
Quadro 4 - Município onde os camponeses do assentamento Nova Conquista residiam antes do acampamento.	76

LISTA DE SIGLAS

CESP	Companhia Energética de São Paulo
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DER	Departamento de Estradas e Rodagens
FAPASA	Ferrovia Paulista S.A
FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FCT/UNESP	Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista
GEPTER	Grupo de Estudos e Pesquisas de Turismo no Espaço Rural
IBG	Instituto Britânico de Geografia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAST	Movimento Agricultores Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMAUESP	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PM	Polícia Militar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SBPC	Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência
TDR	Territorialização Desterritorialização Reterritorialização
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. FAZER PESQUISA QUALITATIVA: É NO CAMINHAR QUE CONSTRUÍMOS O CAMINHO.....	18
1.1. Elaboração do roteiro e etapas do trabalho empírico.....	26
2. A HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA E DAS TRAGÉDIAS DO CAMPEPINATO BRASILEIRO: ENTRE AS CONQUISTAS E O SANGUE DOS SUJEITOS QUE TOMBARAM NA LUTA.....	35
3. A FAMÍLIA CAMPONESA ASSENTADA E OS DILEMAS DA REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL.....	57
3.1. O conflito na região do Pontal do Paranapanema.....	57
3.2. A família camponesa: estratégias de transmissão no Nova Conquista.....	74
3.3. A família camponesa: de agregado na Gleba XV à titular no Porto Maria	91
3.4. As microterritorialidades e as práticas sociais camponesas.....	104
4. OS CONCEITOS PARA A REFLEXÃO DA REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL.....	144
4.1. Geração: o conceito em/do conflito	144
4.2. Pensar juventude rural: os sujeitos da reprodução socioterritorial?.....	159
4.3. O debate acerca da reprodução socioterritorial através da herança e da sucessão.....	170
4.4. A categoria gênero como elemento para a análise da reprodução socioterritorial	185
4.5. O território e o poder.....	203
5. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A REFLEXÃO SOBRE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO CAMPEPINATO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA.	214
6. É POSSÍVEL CONCLUIR?.....	237
REFERÊNCIAS	241
APÊNDICE	249

INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos às discussões atinentes a este trabalho é preciso esclarecer quem é a pesquisadora que busca contribuir com as discussões sobre assentamentos rurais e especificamente sobre reprodução socioterritorial. Apenas para a referida tarefa recorreremos a escrita na 3ª pessoa porque esta história poderia ser a de qualquer menina que nasce no espaço rural brasileiro.

Pois bem, ela nasce no dia 15 de abril de 1991 no município de Martinópolis e vive até os 18 anos num bairro rural. Deste fato vem o desejo de estudar assentamentos rurais desde o início da graduação em geografia no ano de 2009. Adentrou os estudos sobre as ciências agrárias por meio dos assentamentos, mas relutou aos estudos sobre gênero neste espaço por não considerar estar habilitada para uma discussão tão importante. Todavia, quando relatava a história de uma assentada do Nova Conquista que trabalhou no lote sozinha e com isso estudou duas filhas em importantes universidades de Presidente Prudente depara-se com a história de sua vida, pois é filha de mãe-solo que na área rural de Martinópolis num bairro antigo do município denominado Vila Martins criou e educou duas filhas direcionando ambas para os estudos na FCT/UNESP em Presidente Prudente. Naquele momento ela compreende que poderia estudar gênero porque se reconhece, porque precisa dar voz a essa luta solitária e invisibilizada das mulheres do campo que assim como sua mãe tiveram a coragem de existir e resistir.

A vida por vezes é marcada por alguns desejos de permanências e permanecer na área rural era a projeção de felicidade, porém o que uma menina de 18 anos poderia fazer num bairro rural onde não havia terra o suficiente para desenvolver alguma atividade agrícola? Não havia conhecimento de nenhuma organização e ela não aceitava que o casamento seria a única forma que se apresentava de permanecer nesse espaço. Relutando e chorando literalmente ela partiu para a cidade com o apoio de sua mãe para poder estudar. E essa poderia ser a história de qualquer menina que saiu dos assentamentos rurais no Brasil em direção às cidades por não encontrar possibilidades de permanecer com suas famílias na área rural. Deste fato surge o interesse pelos estudos sobre reprodução socioterritorial e os demais conceitos/temas que se relacionam com a pesquisa (família, agregado, território etc.).

Aqui, por tratar-se de uma tese, de um trabalho científico, trataremos de muitos conceitos e utilizaremos um leque escolhido cuidadosamente de metodologias, mas acreditem, o que move este trabalho é sentimento e por isso a pesquisadora tem uma sensação de não

encontrar o término dele, porque sentimento é coisa viva, coisa que ecoa por cada frase e cada afirmação, coisa em continuação.

Feitas as devidas colocações de apresentação das motivações da pesquisadora, o que entendemos ser parte fundamental para o início das reflexões metodológicas, pois explicam muito da escolha inclusive das metodologias qualitativas, já que busca uma aproximação com os sujeitos pesquisados, retomaremos para os objetivos.

O objetivo deste trabalho é buscar a compreensão das resistências e estratégias que garantem a reprodução socioterritorial de famílias assentadas na região do Pontal do Paranapanema utilizando como recorte empírico os assentamentos: Nova Conquista (INCRA) localizado nos municípios de Rancharia-SP (77 lotes) e Martinópolis-SP (27 lotes) em que parte do grupo de camponeses possuem relação com o assentamento Reunidas de Promissão-SP e o assentamento Porto Maria (ITESP) localizado em Rosana-SP em que parte do grupo de origem era agregado do assentamento Gleba XV de Novembro.

Compreender como se dá a reprodução socioterritorial do campesinato nos assentamentos Nova Conquista e Porto Maria exige a busca pelo entendimento da categoria agregado. O Estado compreende agregado como aquela (e) que vive no assentamento, mas que não é titular como, por exemplo, mães, pais, irmãos (ãs), filhos (as), genros, noras, sogros e tios dos titulares. Sem entrar no mérito da eficiência das políticas públicas, neste ponto, se encararmos a ausência da formulação destas para atender a categoria agregado, compreende-se então o esforço mínimo das instituições para entender a importância desta categoria para o presente e futuro do assentamento rural.

De acordo com o levantamento realizado entre 2013-2014 pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no Estado são 20.743 agregados dos quais 9.752 estão na região do Pontal do Paranapanema, este dado é significativo visto que o INCRA relata que até 2016 o número de famílias assentadas no Estado de São Paulo totalizava 23.722 famílias. De posse dos números e da denominação fornecida pela instituição de que basicamente agregado é todo aquele que não é titular, enfrenta-se uma importante questão: essas informações são suficientes para se compreender a importância destes sujeitos para a reprodução socioterritorial nos assentamentos?

A priori a resposta para a primeira compreensão neste trabalho é “não”. Desta forma, adianta-se que muitos conceitos que suscitam novas questões são necessários para a busca pela compreensão da categoria agregado e reduzi-las apenas a números é empobrecer as discussões atinentes ao futuro do rural ou dos assentamentos rurais.

Dois conceitos estão intimamente ligados ao agregado: a **família** e o **território**. Para a compreensão deste sujeito reconhecemos que o **trabalho** é uma questão que conecta o sujeito ao território. No tocante à família, deparamo-nos com as questões referentes à **geração**, a relação conflituosa ou de solidariedade entre as diferentes gerações são a base para analisar o contexto da sucessão ou herança no território. Finalmente, no cerne da discussão sobre geração para este trabalho, está a **juventude rural** e as questões de **gênero** como clivagens que atravessam os sujeitos pesquisados.

Dentre as categorias de diálogo que apresentaremos aqui estão os conflitos e as solidariedades, o trabalho e o emprego, as relações de poder, incluindo hegemonia e resistências, a compreensão de práticas sociais, sociabilidade e de questões identitárias. Esta caixa de ferramentas irá permitir a construção do que compreendemos por reprodução socioterritorial.

A escolha pelos assentamentos (Porto Maria em Rosana-SP e Nova Conquista em Rancharia-SP) deve-se ao fato de que o Nova Conquista foi o assentamento de trabalho do mestrado e por isso teríamos um recorte temporal maior para trabalhar, além do fato de que lá encontramos muitos agregados residindo com os titulares há um tempo significativo. A escolha pelo Porto Maria ocorreu devido à sua característica de ter em seu corpo de titulares atualmente ex-agregados do assentamento Gleba XV de Novembro que se organizaram através da luta pela terra para conquistar um novo assentamento.

1. FAZER PESQUISA QUALITATIVA: É NO CAMINHAR QUE CONSTRUÍMOS O CAMINHO

Este capítulo tem dois objetivos, o primeiro é esclarecer quais são as metodologias trabalhadas durante a trajetória de pesquisa da tese, o segundo é servir de orientação para os leitores que desejam estudar a temática, mas que não compreendem por onde começar, portanto, cada detalhe desta parte do trabalho também foi pensado para fins didáticos.

Dentre os autores utilizados na composição desta reflexão faz-se necessário destacar Umberto Eco, cuja obra “Como se faz uma tese” (edição de 1983) é um trabalho basilar para auxiliar nesta caminhada de pesquisa. Sobre o que é uma tese o autor afirma que se trata de uma pesquisa original,

[...] onde é necessário conhecer a fundo o quanto foi dito sobre o mesmo argumento pelos demais estudiosos. Sobretudo, é necessário ‘descobrir’ algo que ainda não foi dito por eles. Quando se fala em ‘descoberta’, em especial no campo humanista, não cogitamos de invenções revolucionárias como a descoberta da fissão do átomo [...] podem ser descobertas mais modestas, considerando-se resultado científico até mesmo uma maneira nova de ler e entender um texto clássico (ECO, 1983, p.2).

Neste fragmento, quando o autor revela a necessidade de se “conhecer a fundo o quanto foi dito sobre o mesmo argumento”, nota-se a necessidade do pesquisador de realizar uma boa revisão bibliográfica, uma compilação que, segundo o mesmo, é um ato que demonstra seriedade por parte do sujeito que procura fundamentar-se bem e esclarecer as dúvidas. Em outro ponto da citação, tranquiliza-nos (nós pesquisadores das ciências humanas) revelando que uma tese não precisa, necessariamente, revelar descobertas revolucionárias, mas os resultados podem ser mais modestos que ainda assim é um trabalho original.

Essa afirmação é, de certo modo, um alento a nossas inquietações, pois a revisão de grandes pensadores que fizeram de suas teses obras seminais provoca-nos a aspiração de concluir algo com uma importância similar. Todavia, compreende-se que além de outras questões, o tempo para o desenvolvimento dos trabalhos é um limitador que traz os pés novamente ao chão já que o tempo, por vezes, é fatídico para liberdade de criação e um limitador da criatividade. No entanto, para além destas questões temos ciência de que é fundamental escrevermos com essa motivação, a de escrever uma obra seminal, apenas não devemos esquecer de posicionarmos nossos pés firmes no chão.

Umberto Eco então nos dá importantes pistas dos caminhos para a elaboração de uma tese:

1) identificar um tema preciso; 2) recolher documentação sobre ele; 3) pôr em ordem estes documentos; 4) reexaminar em primeira mão o tema à luz da documentação recolhida; 5) dar forma orgânica a todas as reflexões precedentes; 6) empenhar-se para que o leitor compreenda o que se quis dizer e possa, se for o caso, recorrer à mesma documentação a fim de retomar o tema por conta própria (ECO, 1983, p.5).

O autor revela que a construção do objeto requer um trabalho metódico para que este possa auxiliar outros pesquisadores em suas reflexões. Salientamos que para os geógrafos é fundamental acrescentar um tópico para os caminhos mencionados pelo mesmo; para a geografia, realizar trabalhos de campo durante essas fases é essencial, conhecer de forma exploratória, estabelecer um primeiro contato para, depois, voltar a campo e produzir informação. Quando acreditamos que é possível nas ciências geográficas desenvolver uma pesquisa sem trabalho de campo?

Acreditamos que numa tese de compilação o geógrafo poderá deixar de fazer o trabalho de campo, pois Eco (1983, p.03) revela que neste tipo de tese o estudante apenas demonstra que foi capaz de analisar criticamente a maior parte da teoria sobre o tema e foi capaz de expor essas reflexões de modo claro. Sobre o presente trabalho deve-se ressaltar que o trabalho empírico perpassou todo o processo de construção do objeto.

Faz-se necessário, num primeiro momento, construir o objeto de pesquisa e, obviamente, este processo tem início na escolha do tema. Num primeiro momento o tema, de acordo com Eco (1983, p.06), deve “responder aos interesses do candidato” (tanto no que se refere ao tipo de exame quanto às atitudes políticas, culturais ou religiosas do estudante). Neste aspecto deve-se ressaltar que o tema desta pesquisa (“reprodução socioterritorial” dos camponeses) em dois assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema responde aos interesses da pesquisadora, pois sua origem é rural; além de ter uma trajetória de pesquisa desde a graduação dentro da geografia agrária especificamente tratando de assentamentos rurais.

No segundo aspecto para a escolha do tema, o autor revela que as “fontes de consulta devem ser acessíveis”. Neste aspecto essa pesquisa é nutrida por trabalhos de bibliotecas das universidades, além de obras disponíveis na internet, em bancos de trabalhos de agências de fomento à pesquisa, além das bibliotecas digitais disponíveis pelas próprias universidades (ECO, 1983, p.06).

No que concerne ao terceiro aspecto para a escolha do tema em que “as fontes de consulta devem ser manejáveis, isto é, estejam ao alcance cultural do candidato” revela-se neste aspecto a questão do idioma, pois as obras consultadas para este trabalho são manejáveis na medida em que buscamos trabalhos produzidos por pesquisadores brasileiros, mas os que não

contemplam o nosso idioma recorremos a trabalhos traduzidos ou em seu idioma de origem quando se tratava de textos em espanhol (ECO, 1983, p.06).

O quarto e último aspecto para a escolha do tema revela que o “quadro metodológico da pesquisa” deve estar ao alcance da experiência do candidato. No quarto aspecto verificamos que as metodologias escolhidas para trabalhar esta tese são metodologias que acompanham a pesquisadora desde a graduação, a pesquisa documental, as entrevistas e a cartografia social, bem como as construções de diários de campo e o trabalho de campo em si são técnicas que foram usadas também na pesquisa de mestrado (ECO, 1983, p.06).

Durante oito anos de pesquisa, desde a iniciação científica, o objeto de estudo vem sendo construído. Assim sendo, podemos afirmar que, enquanto lapidávamos os temas referentes ao objeto, ocorria, concomitantemente, o polimento teórico e metodológico da pesquisadora, que se construiu junto no movimento de direcionar um olhar poliocular sobre o espaço de pesquisa enquanto estava aprendendo com os pesquisados. Aprendeu a ser vista enquanto observava.

O recorte territorial da pesquisa é outro passo importante na construção do objeto. Numa região conhecida nacionalmente pela quantidade de assentamentos como o Pontal do Paranapanema - SP definimos apenas dois assentamentos: Porto Maria e Nova Conquista. Tal escolha ampara-se na necessidade de trabalhar com um recorte menor quando utilizamos as metodologias qualitativas, além de concordarmos com Eco (1983, p.10) ao afirmar que “quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se trabalha”.

Objetivando a eliminação de “erros óbvios” durante a produção da informação e garantir maior confiabilidade para a pesquisa utilizamos a triangulação. De acordo com Gibbs (2009, p.120), esta tem por objetivo obter mais de uma visão distinta sobre o tema, o que resulta maior precisão em relação à informação. O autor revela que as visões distintas podem ser baseadas em diferentes amostras e conjunto de dados, investigadores e em distintas metodologias. Aqui enfatizamos as diferentes metodologias: pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; entrevista e cartografia social.

Utilizamos tanto a pesquisa documental quanto a bibliográfica. Devido a isso, decidimos explicar as duas metodologias em suas relações. No que diz respeito à documental, o primeiro esclarecimento que deve ser realizado é sua diferença em relação à pesquisa bibliográfica. Sá-Silva et al. (2009) afirma que ambas são muito próximas, mas que a diferença consiste no fato de que na pesquisa bibliográfica o material consultado já é reconhecido dentro do domínio científico, sendo a contribuição de outros teóricos sobre o tema pesquisado (livros, periódicos, artigos, teses, dissertações, monografias, etc.). Enquanto na pesquisa documental a busca por conhecimento se dá a partir da análise de documentos que não receberam tratamento científico

como: relatórios, fotografias, gravações, filmes, cartas, jornais, revistas etc. Neste sentido, o autor esclarece que:

Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação. No entanto, o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres (SÁ-SILVA et al., 2009, p.05).

Na pesquisa documental cabe ao pesquisador (a) analisar o material de forma cuidadosa porque este ainda não foi ponderado por outros pesquisadores. Para Sá-Silva et al. (2009, p.06) é fundamental que os pesquisadores compreendam que as fontes primárias são “dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados”; já as fontes secundárias são dados ou informações “que já foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico”.

Outra técnica utilizada na pesquisa é a construção do Diário de Campo. Durante o mestrado a experiência de registrar a convivência com os nossos sujeitos pesquisados mostrou-se de grande auxílio no momento de redigir o texto da dissertação, pois é na confecção dos diários que a memória é estimulada.

Nas palavras de Whitaker (2002, p.124) “rememorar, quando feito após a coleta de dados, assemelha-se às tarefas de escola e tem aspectos lúdicos”. A autora afirma que esta prática obriga o pesquisador a observar tudo com muita atenção e cuidado, o que muitos autores denominam de “treinar o olhar”, assim as descrições são mais ricas.

Ainda de acordo com Whitaker (2002) são raros os textos sobre Diário de Campo em livros de metodologia. A técnica é tratada ressaltando apenas a importância de registrar, mas não são discutidas as dificuldades de produzir o material. A autora também revela que cada pesquisador desenvolve uma maneira particular de produzir seu diário de campo, “alguns registram tudo muito imediatamente, outros anotam apenas o essencial para um registro posterior, alguns desenham, outros fazem poesia etc.” (WHITAKER, 2002, p.123).

A estudiosa afirma que ao produzir o diário de campo o pesquisador além de forçar a memória, também faz uma vigilância para se despir ou não se contaminar pelo urbanocentrismo presente em muitos pesquisadores, o que faz com que os sujeitos pesquisados sejam tratados como exóticos, por exemplo.

Durante a trajetória de pesquisa, desde a iniciação científica, adotamos um pequeno caderno que nos acompanha a campo apenas para anotar alguns nomes e informações que exigem uma memória específica. Contudo, no final do dia, na volta para a casa era o momento

de escrever no diário. Na experiência do mestrado que, devido à observação participante não retornávamos para casa, escrevíamos o diário no período noturno dentro do quarto depois de nos despedirmos da família para o descanso noturno. É de suma importância que se evite anotar durante o convívio com os sujeitos pesquisados objetivando-se assim evitar constrangimentos, pois os camponeses ficariam temerosos ao falar sobre determinados assuntos se a pesquisadora anotasse o tempo todo.

Baseados em experiências de pesquisa e na leitura de teóricos como Dulce C. A. Whitaker (2002) e Carlos Rodrigues Brandão (1999), produzimos também neste trabalho de doutorado um Diário de Campo para fortalecer nossa produção de informação e para contribuir com futuras pesquisas deixaremos em apêndice 1, um dia de relato do diário com o objetivo de exemplificar o modo como construímos tal ferramenta.

Para tratar da entrevista utilizamos a concepção de Colognese e Melo (1998, p.143) que afirma que esta pode ser definida como “um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado”. Quanto à padronização temos três tipos de entrevista de acordo com os autores: a “entrevista não-diretiva” ou não estruturada tem finalidade exploratória em que o planejamento da entrevista é reduzido, no qual o entrevistador introduz um tema e permanece com poucas interferências primordialmente com uma atitude de escuta. A “entrevista padronizada” (estruturada), por sua vez, é o oposto da não-diretiva, pois é realizada através de um roteiro com perguntas formuladas previamente e que atende a uma sequência, em que liberdade de intervenção e elaboração do entrevistador é extremamente limitada. Enquanto a “entrevista semi-diretiva” (semiestruturada) foi o tipo utilizada na pesquisa de mestrado e foi aproveitada neste trabalho, nela há formulação de um roteiro no qual as perguntas são organizadas previamente; o entrevistador tem uma participação mais ativa que na entrevista não estruturada, apesar da necessidade de se observar um roteiro (COLOGNESE e MELO, 1998, p.144-145).

No concernente à natureza das informações optamos pela “entrevista oral” utilizada em trabalhos que incluem “obtenção de informações amplas e detalhadas sobre processos sociais”, pois não pressupõe questões rigidamente pré-fixadas, o que requer, além de roteiro, estratégias de condução da entrevista. Outra opção seria a “entrevista escrita” que é parecida com um questionário no qual os sujeitos pesquisados preenchem as respostas quando não há um entrevistador e, quando há, o próprio preenche o roteiro da entrevista. Não optaremos pela entrevista escrita, na medida em que privilegiamos o diálogo e, também, por compreender que nem todos os sujeitos pesquisados têm um grau de escolaridade que lhes permitam conforto em escrever.

Quanto aos informantes, optamos pela entrevista individual, visto que a entrevista grupal é uma técnica na qual, apesar de ser rápida no que se refere à produção de informação, os autores advertem que dificilmente revela com verdade as respostas dos sujeitos pesquisados.

Pensar em entrevista requer reflexões sobre o tipo de roteiro que deveremos optar. Segundo Colognese e Melo (1998, p.147) há dois tipos de roteiro: o “específico” e o “contextual”. O primeiro é um documento escrito com uma apresentação semelhante a um questionário e que auxilia enfaticamente nas análises quantitativas, pois pode atingir um número grande de sujeitos pesquisados. O segundo apresenta tópicos orientadores, ao invés de questões fixas sendo, portanto, o mais indicado para pesquisa qualitativa e deve ser submetido a um pré-teste.

Muito se discute sobre a entrevista, porém, reconhecemos a necessidade de tratar da transcrição dos áudios e revelar a partir de quais critérios estamos realizando esta tarefa. Assim como Whitaker (2002), acreditamos que o transcritor não deve caricaturar a maneira de falar do entrevistado, transcrevendo os “erros de português” de sua fala, demonstrando a condição precária, a baixa ou nula escolaridade do entrevistado. Assim, acreditamos que esse tipo de transcrição é desnecessário, já que não se trata de um trabalho de linguística; além de trazer constrangimento para o sujeito pesquisado quando o trabalho final retornar à comunidade.

Concordamos com Whitaker (2002, p.118) quando ressalta que apenas as expressões “características do sujeito ou do grupo ao qual ele faz parte devem vir transcritas de maneira fiel à pronúncia”. No que diz respeito às demais técnicas de transcrição tratadas pela autora, depreendemos que tudo o que ocorrer durante a entrevista deve ser mencionado pelo pesquisador, desde (risos) até a interferência de outros sujeitos, além de registrar emoções dos pesquisados, bem como a impressão que o entrevistador teve em determinadas situações. Por isso, é recomendável que o transcritor seja também o entrevistador.

Após realizar a transcrição, caminhamos para a codificação do material. Segundo Gibbs (2009, p.60-61), a codificação é mais fácil quando se usa a transcrição. E ainda afirma que a “codificação é a forma como você define sobre o que se trata os dados em análise” e, deste modo, “várias passagens são identificadas e então relacionadas com um nome para a ideia, ou seja, o código”.

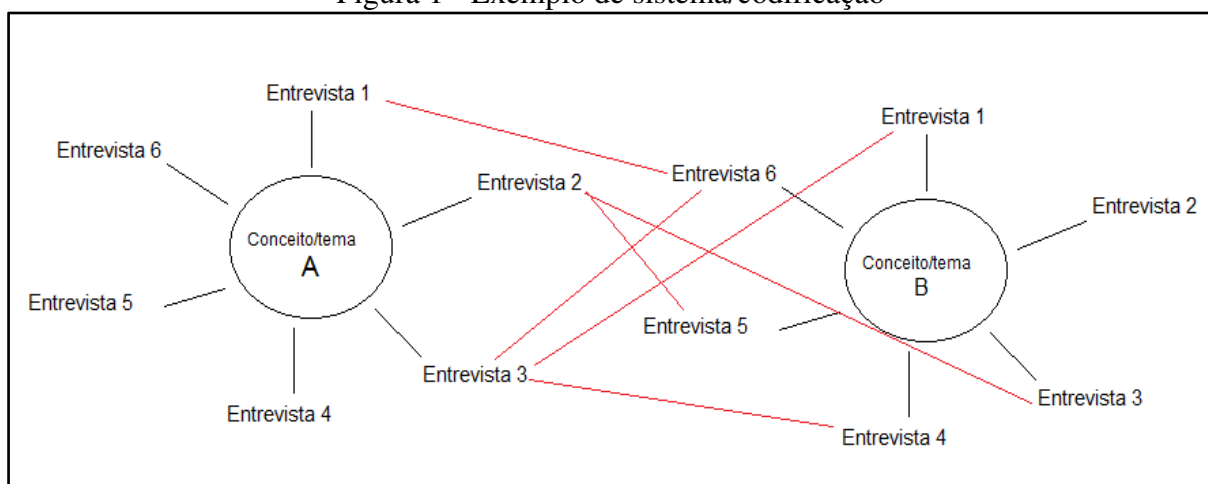
A partir das análises do autor revelamos nossas construções acerca do modo como realizamos a codificação. Durante pesquisas passadas percebemos que a árdua tarefa de codificar pode ser facilitada se trabalharmos de forma coerente o roteiro da entrevista. O roteiro contextual apresenta tópicos orientadores, ao invés de perguntas pré-fixadas e, se no momento

de construí-lo, tomamos o cuidado de reservar um conjunto de questões para cada tópico/conceito esse ato traz maiores facilidades no momento de codificar.

O fato de organizar um roteiro no qual conste um conjunto de perguntas e logo suas respostas visando elucidar cada conceito/tema significa o início da codificação. É de fundamental importância que sejam tomados cuidados no momento de separação das ideias da entrevista de acordo com os conceitos, bem como se ler toda a entrevista num primeiro momento para, posteriormente, separar e agrupar as falas tendo-se em vista que o cuidado com a construção do roteiro permite que, quando ao ser transcrita a entrevista apareça a ideia de que tudo já está separado e organizado, mas não está, porque o seu entrevistado pode falar de questões referentes ao conceito de “habitação” por exemplo, enquanto responde o bloco de perguntas sobre lazer ou família.

Cada código/conceito/tema e as falas relacionadas a eles compõem uma “família”. Durante a codificação obtemos diversas delas; posteriormente, num terceiro momento verificamos as relações entre as falas que compõem famílias distintas. Por exemplo, os depoimentos ligados à família do conceito A podem estar relacionados aos depoimentos da família do conceito B.

Figura 1 - Exemplo de sistema/codificação



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2017.

Finalmente, as relações começaram a fazer sentido permitindo a pesquisadora um quadro sistematizado para a análise. É importante ressaltar que existem programas que auxiliam na codificação como, por exemplo, o “Atlas Ti”, mas ele elabora os esquemas sendo ainda de responsabilidade do pesquisador associar as falas aos conceitos relacionados a ele. Contudo, para esse trabalho realizamos o processo manual de elaboração da codificação por tratar de uma

preferência da pesquisadora em utilizar formas simples de representação por meio de caneta e papel.

No que se refere à cartografia social, analisamos a entrevista dos professores Gorayeb e Meireles (2014, p.01) revelando sobre o uso da técnica em suas pesquisas. Sobre a metodologia, revelam que está se constitui como uma área da ciência cartográfica que, “trabalha de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos”.

Os autores afirmam que o primeiro uso da técnica reconhecido como mapeamento participativo ocorreu em 1970 no Canadá, onde centenas de esquimós no projeto “Uso e ocupação de terras pelos esquimós” produziram mais de duzentas representações sobre o uso e ocupação do território. No Brasil as primeiras experiências começaram no início da década de 1990, no “Projeto nova cartografia social da Amazônia” coordenado pelo professor Alfredo Wagner. O território, que antes era ocupado com uso coletivo e tradicional, seria demarcado pelo INCRA a partir da utilização de critérios técnicos oriundos de uma visão do sistema capitalista; a cartografia social possibilitou a elaboração de mapas que propiciassem a realidade do uso tradicional do território, o que auxiliou na elaboração de políticas fundiárias e ambientais nacionais culminando na criação de reservas extrativistas.

De acordo com Gorayeb e Meireles (2014, p.01) algumas experiências pelo mundo de mapeamento participativo foram importantes como:

- (i) Europa: reivindicações de recursos naturais, como fontes de água, florestas comunitárias, áreas de pastoreio;
- (ii) África: relacionado às questões de proteção dos usos das terras e do modo-de-vida tribais, problemas com mineração e construção de grandes obras hídricas, e discussão de questões geopolíticas;
- (iii) Ásia: situação territorial, econômica e política dos aborígenes australianos, diagnóstico das fontes de água, discussões referentes às questões de gênero, gerenciamento de unidades de conservação, manejo de agricultura em áreas montanhosas, conflitos relacionados aos recursos florestais;
- (iv) América do Norte: mapeamento de terras indígenas (índios Cherokees);
- (v) América Latina: mediação de conflitos na floresta amazônica, demarcação de terras indígenas e de quilombolas, diagnósticos socioculturais e econômicos, manejo de fontes de água etc (GORAYEB e MEIRELES, 2014, p.01).

Batista (2014, p.32) ao trabalhar cartografia social com assentamentos rurais ressalta a importância de utilizar o mapa como instrumento de luta, pois ele permite a compreensão de uma “lógica espacial, cotidiana (compreendida na relação entre as diversas escalas)” e

concomitantemente tal instrumento abre a possibilidade de “reivindicar condições objetivas para a resistência no espaço e quiçá a possibilidade da transformação social”.

Para o campo compreendemos a necessidade de ocorrer um planejamento no uso da técnica semelhante ao realizado em 2015 no mestrado pois, no primeiro momento conversamos com a comunidade sobre o que é a cartografia social e depois passamos as informações básicas sobre um mapa. Na segunda reunião começamos com a elaboração dos mapas participativos verificando a situação referente ao trabalho dentro do assentamento e à organização dos elementos de cada lote (representação através de croquis). Nosso exercício atual contou com uma reunião organizada em duas partes, a princípio: na primeira, explicou-se os elementos básicos de um mapa e o uso da técnica, enquanto na segunda, começamos a aplicar com croquis básicos e posteriormente elaboraremos um mapa com informações mais completas.

Gostaríamos de destacar o fato de que neste trabalho **todos** os nomes de entrevistados, assentados ou agregados em geral, são fictícios, adotamos nomes diferentes para preservar a identidade de nossos sujeitos pesquisados.

1.1. Elaboração do roteiro e etapas do trabalho empírico

Construímos as questões do roteiro por eixos contemplando os conceitos que serão trabalhados na pesquisa, o modo como organizamos cada questão busca a melhor linguagem para que os entrevistados compreendam, mas deixamos em aberto para que os sujeitos fiquem livres para desenvolver a conversa, por isso não “cortamos” no momento da entrevista as respostas dos entrevistados. Se por um lado necessitamos modelar melhor as questões para facilitar a compreensão dos camponeses, de outro em nossa postura como entrevistadora não limitamos as respostas dos assentados.

Identificação

- a) Nome:
- b) Idade:
- c) Assentamento e lote: Nova Conquista, lote n:

EIXO: JUVENTUDE RURAL

1. Onde estudou? Como foi o período de escola?
2. Quais os locais de lazer frequentados pelos jovens do assentamento? (fora do assentamento).
3. Como é morar no campo? Como é morar na cidade?

4. No espaço do lote há alguma área/pedaco que você cuida sozinho e define o que vai fazer?
5. Quais as atividades diárias dos jovens desde sua infância até atualidade? (o que fazem, o que mudou de responsabilidade com o avanço da idade).
6. Qual a maior dificuldade encontrada para se viver no assentamento?
7. O que você mudaria aqui no assentamento?

EIXO: SUJEITO/AGREGADO

8. Como você identifica sua situação dentro do assentamento? (agregado, filho de agregado, assentado).
9. Quais foram os trabalhos dos camponeses agregados até a atualidade?
10. Os agregados já saíram ou já pensaram em sair do assentamento? O que influenciou na decisão de permanecer ou voltar para lote?

EIXO: GERAÇÃO

11. Quais as construções ou modificações (de estrutura) dentro do lote foram sugestões dos agregados?
12. Como foi a negociação com os titulares para efetivar as ideias do agregado dentro do lote?
13. Quais as vantagens e as desvantagens de residir no mesmo lote que os titulares?

EIXO: REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL/FAMÍLIA: HERANÇA E SUCESSÃO

14. Quais as atividades que o agregado já desenvolveu e hoje desenvolve dentro do lote?
15. Qual a ajuda que os pais dão para os filhos quando eles decidem se casar?
16. E onde estão os filhos que decidiram sair do lote? O que estão fazendo?
17. (Casos que os filhos assumiram o lote): Como foi o processo no INCRA para que conseguisse assumir a titulação do lote?

EIXO: GÊNERO

18. Quais os demais locais frequentados pelos agregados além do assentamento?
19. Quais as atividades desenvolvidas pelas mulheres no lote?
20. Quais as mulheres que participam de organizações como associações no assentamento?
21. Quais as dificuldades para o trabalho das mulheres dentro e fora do lote?

Este roteiro foi aplicado para os seguintes agregados:

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados do Nova Conquista

Nome	Idade	N de pessoas dentro de casa	Tipo de moradia
Tamires	20	Casal +2 crianças	2ª casa
Gilmar	24	Casal+1 criança	2ª casa
Patricio	24	Solteiro	1ª casa (casa da titular)
Isadora	26	Ela+1 criança+pai e mãe	1ª casa
Beatriz	27	Casal+ 1 criança	2ª casa
Deise	27	Casal+3 crianças	2ª casa
Denis	28	Ele+1 criança	2ª casa
Janete	28	Casal	2ª casa
Leonardo	28	Casal+1 criança	2ª casa
Lenir	29	Casal+2 crianças	2ª casa (comprou o lote)
Vanusa	30	Casal +2 crianças	2ª casa
Valéria	31	Casal +2 crianças	2ª casa
Lenildo	32	Casal	2ª casa
Wallison	33	Casal+2 crianças	2ª casa
Fagner	33	Casal+2 crianças	1ª casa
Jean Carlos	36	Casal+2 crianças	2ª casa
Celina	38	Casal+2 crianças	2ª casa
Margareth	43	Casal	2ª casa
Mario	43	Casal+3 crianças	2ª casa (tornou-se titular após morte dos pais)

Fonte: Tabuti, A. L. T, 2017.

Os dados foram levantados durante o trabalho de campo, como idade, quantidade de moradores agregados e ainda a informação se a família agregada tem uma residência separada dos titulares (2ª casa) ou se reside com eles.

No Assentamento Porto Maria antes de ir a campo preparamos dois tipos de roteiros para tentar abranger a diversidade de sujeitos e tentar produzir informações semelhantes a que já tínhamos do Assentamento Nova Conquista (como por exemplo história de luta do assentamento) devido à pesquisa de mestrado. Para tanto, utilizamos um roteiro para assentados que não eram agregados do assentamento Gleba XV de Novembro, esse roteiro prioriza a história do assentamento Porto Maria, a trajetória de trabalho dos sujeitos bem como origem etc. Enquanto no roteiro para os ex agregados da Gleba exploramos um pouco mais sobre o lote onde eles viviam antes de chegar no Porto Maria e as atividades que desenvolviam lá.

Assim levantamos as informações básicas de alguns dos entrevistados do assentamento Porto Maria lembrando que o técnico do Itesp entrevistado não consta neste quadro:

Quadro 2 - Perfil dos entrevistados Porto Maria-SP.

Nome	Idade	Ex agregado na Gleba? (sim/não)	Ex Agregado no lote de quem?	Número de moradores no período Gleba XV
Patricia	17	Agregada no Porto Maria	-	-
Natalia	18	Não	-	-
Wellington	23	Agregado no Porto Maria	-	-
Silvia	35	Sim	Mãe	4 pessoas
Mafalda	38	Sim	Pais	9 pessoas
Roseli	41	Não	-	-
Marinalva	44	Sim	Cunhada	14 pessoas
Valquiria	44	Sim	Mãe	7 pessoas
Altair	49	Sim	Pais	6 pessoas
Natalicio	49	Sim	Pais	12 pessoas
João Antonio	49	Sim	Irmão	9 pessoas
Marilda	55	Não	-	-
Amarildo	56	Não	-	-
Marinete	60	Sim	Irmão	-
Margarida	67	Não	-	-

Fonte: Tabuti, A. L. T, 2018.

A idade dos entrevistados varia entre os 17 anos (jovem agregada no Porto Maria) até os 67 anos. Dentre eles, 8 entrevistados já foram agregados na Gleba XV de Novembro, em que 2 sujeitos eram agregados de seus irmãos, 3 eram dos pais, 1 da cunhada e 2 entrevistados foram agregados de suas mães. O número de pessoas que residiam no lote onde eram agregados na Gleba XV variam entre 4 a 14 pessoas demonstrando que as famílias eram relativamente maiores naquela época.

Para não negligenciar sujeitos importantes para a pesquisa também improvisamos alguns roteiros apenas com questões mais abertas ligadas a elementos importantes para o/a entrevistado/a, podemos evidenciar três situações como a entrevista do técnico do ITESP que nela buscamos compreender um pouco mais da origem do assentamento, bem como produção e a questão legal do agregado. Na entrevista da filha da Valquíria buscamos focar a militância no MST atrelada à juventude e projetos, para a jovem amiga dela trabalhamos alguns pontos ligados também à juventude, tarefas do presente e futuro. Já para o agregado de um lote que encontramos que havia saído do lote algumas vezes adaptamos o roteiro utilizado no Nova Conquista. Assim os dois roteiros oficiais utilizados no Porto Maria foram:

ROTEIRO DE ENTREVISTA ASSENTAMENTO PORTO MARIA

(Assentado que não foi agregado na Gleba)

- 1) Nome, idade, lote.
- 2) Quantas pessoas residem no lote?
- 3) Onde você nasceu?
- 4) Como ficou sabendo da luta pela terra e por que decidiu participar?
- 5) Como foi o processo de luta até o assentamento definitivo do Porto Maria?
- 6) Quais as primeiras coisas que construiu no lote?
- 7) Quais as atividades econômicas que já desenvolveu no lote?
- 8) Quais os locais frequentados para lazer?
- 9) Quais os locais frequentados para as compras da família?
- 10) Qual a sua relação com o rio?
- 11) Quais os principais problemas do assentamento?
- 12) Você tem algum registro em fotos antigas, jornais etc. da luta pela terra ou da família nesse processo?

ROTEIRO DE ENTREVISTA ASSENTAMENTO PORTO MARIA

(Ex agregados de outros assentamentos)

- 1) Nome, idade e lote.
- 2) Quantas pessoas residiam na sua casa na época que morava no lote dos pais?
- 3) Onde você nasceu e como foi sua participação no processo de luta pela terra do lote dos seus pais?
- 4) Quais os trabalhos que você fazia enquanto morava no lote dos seus pais? (desde pequeno).
- 5) Lá no lote você tinha algum espaço que era considerado só seu?
- 6) Em que momento você decidiu sair e participar da luta pela terra novamente para conseguir seu lote próprio?
- 7) Já pensou em sair da área rural e morar na cidade?
- 8) Como foi o processo de luta do Porto Maria?
- 9) Em que momento você constituiu sua própria família?
- 10) Em que atividades você trabalhou desde que se tornou apto ao trabalho?
- 11) Quais as atividades que você desenvolveu aqui no seu lote até a atualidade?

Outra atividade foi desenvolvida no Porto Maria, pois antes de sairmos para campo realizamos a plotagem de um mapa do assentamento, na plotagem não havia legendas apenas o

os limites de cada lote e do assentamento bem como a numeração. Pedimos para que o casal que nos acompanhou no assentamento (Valquíria e seu marido) produzissem uma legenda e representassem no mapa informações como número de agregados, se eles moram em casa separada e onde trabalham para compreendermos estes elementos naquele momento. Compreendemos a partir dos comentários dos assentados, enquanto eles produziam o mapa, que os agregados tinham uma fluidez maior no território, pois saiam e voltavam para o assentamento numa rapidez que por vezes era difícil de acompanhar.

As reflexões metodológicas sobre o período de realização de entrevistas e confecção dos diários de campo exige uma atenção especial nos estudos sobre assentamentos rurais.

Nossos relatos foram produzidos no final de cada dia de campo e não tem por objetivo contemplar todos os trabalhos nos lotes, mas sim servir como auxiliar da memória para questões que no momento tenhamos considerado relevante. O diário de campo ele é escrito em primeira pessoa e só se encontra em segunda pessoa (normas da língua portuguesa) quando as entrevistas eram acompanhadas das lideranças ou sujeitos chave para a inserção da pesquisadora no campo, o que ocorria com muita frequência.

Sobre os dias de campo do Nova Conquista, para a realização das entrevistas notamos uma grande dificuldade em realiza-las devido ao fato de que a maioria dos agregados não são fáceis de encontrar nos lotes nos horários convencionais de visita, pois eles trabalham na usina de açúcar e álcool o dia todo e ainda trabalham no lote quando chegam da usina ou antes de sair logo pela manhã. Conseguimos encontrar alguns em dia de folga e em outros casos tratamos de compreender a rotina deles através do depoimento de suas esposas, já que encontramos agregados nesta situação e não agregadas.

Para esta tarefa complicada o apoio do marido de D. Natalia que era motorista da usina no assentamento (foi demitido em 2018) nos auxiliou muito, pois ele sabia exatamente quem teria folga em cada dia da semana. Encontrar bons companheiros de pesquisa dentro dos territórios em estudo constitui-se numa tarefa primordial, pois evita o cancelamento de atividades de campo em situações imprevistas como essa em relação ao tempo disponível dos agregados para conceder entrevistas.

No assentamento Porto Maria nossa acompanhante de campo tinha iguais habilidades e gozava do respeito dos demais assentados. Ela como uma “funcionária da prefeitura” e ainda uma liderança dentro do assentamento conseguia nos transmitir uma visão ampla do território com uma postura crítica em relação as políticas públicas e com ideias sobre possíveis caminhos para o território de vida dos camponeses.

No assentamento Nova Conquista organizamos a última etapa do conjunto de metodologias: cartografia social e metodologia do relógio. Como mencionado anteriormente, devido aos horários da Usina de Álcool e Açúcar, em que cada sujeito tem o dia de folga num dia diferente, sabíamos que reunir um grupo apenas de agregados não seria possível então aproveitamos o feriado de Corpus Christi de 2019 para podermos contemplar ao menos um grupo diverso e conseguirmos a agregada, funcionária da fazenda próxima que trabalha na Seringueira, agregada que trabalha apenas no lote, agregado que trabalha na Usina, enfim um grupo de trabalho de aproximadamente 10 pessoas.

No período da manhã enquanto parte dos agregados estavam no intervalo entre o trabalho no lote e a saída para a Usina conseguimos aplicar a metodologia do relógio, ou seja, pedir que eles fornecessem informações sobre as tarefas realizadas durante as 24 horas do dia, de segunda-feira a domingo, para a realização desta metodologia foi necessário visitar cada lote, do mesmo modo que realizamos com as entrevistas.

No período da tarde agendamos a cartografia social. Iniciamos explicando com apoio do mapa confeccionado por um casal de assentados do Porto Maria (figura 2) quais eram os elementos de um mapa (legenda, rosa dos ventos, etc.) e também explicando um pouco sobre a importância de representar as informações para melhor compreender posteriormente através da visualização.

Figura 2 - Primeira etapa da cartografia social (explicando os elementos de um mapa e a importância de realizar a representação)



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2019.

Num segundo momento levantamos algumas questões essenciais para a compreensão da reprodução socioterritorial dos assentamentos e no momento fundamentais para o Nova Conquista como trabalho, moradia e família. Os sujeitos que participaram da reunião elaboraram sua própria legenda para o mapa, representando as moradias que foram construídas além da moradia do titular, locais onde os agregados trabalhavam e composição da família de cada lote enfatizando não os titulares, mas a família agregada de cada sítio. Enquanto o restante do grupo pensava e apontava para o mapa, a anfitriã da casa que nos recebeu, que nos apoiou muito, pois ela que se responsabilizou por convidar os demais assentados, ficou com a tarefa de fazer os pequenos desenhos no mapa (figura 03).

Figura 3 - Segunda etapa da cartografia social (representação das primeiras informações)



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2019

Um terceiro momento consistiu em todos visualizarem o trabalho depois de pronto e compreenderem se representaram tudo o que poderiam, interessante é observá-los admirados com as informações, como por exemplo, o fato de que não tinham a percepção de que havia tantos agregados no assentamento.

Gostaríamos de afirmar a importância de realizar a cartografia social nos últimos trabalhos de campo, depois de analisar as entrevistas realizadas, trabalhar com a teoria, levantar dúvidas e pensar sobre os elementos que poderiam ser explorados nas representações, é um momento único de reflexão sobre questões que surgem durante as análises e de observação.

É preciso compreender quais são as melhores ferramentas de trabalho para realizar novas reflexões sobre o campesinato brasileiro, pois a história da resistência e das tragédias nos mostra a complexidade em estudar estes trabalhadores.

2. A HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA E DAS TRAGÉDIAS DO CAMPEPINATO BRASILEIRO: ENTRE AS CONQUISTAS E O SANGUE DOS SUJEITOS QUE TOMBARAM NA LUTA

Antes de adentrarmos aos estudos sobre o campesinato no Brasil compreendemos a necessidade de realizar uma reflexão, mesmo que breve, sobre o campesinato no mundo, especificamente sobre as discussões teóricas sobre o conceito. Para tanto, partimos dos estudos de Guzmán e Molina (2013) cujo livro “Sobre a evolução do conceito de campesinato” entendem que o campesinato sempre existiu e que sempre irá existir contrariando a teses sobre o seu fim.

O debate sobre o campesinato é realizado de acordo com matrizes políticas: marxismo ortodoxo, narodnismo marxista e a do marxismo chayanoviano. De acordo com os autores é interessante iniciar a reflexão a partir da antiga tradição dos estudos campesinos representado pelo narodnismo russo, pois este é a primeira corrente de pensamento neste contexto.

Diversas práxis, tanto intelectuais quanto políticas, coexistiram dentro de diversas orientações teóricas no cerne do narodnismo russo, estas pretendiam para a Rússia um modelo de desenvolvimento econômico que não contemplasse o capitalismo e que tinha o campesinato como elemento fundamental. Nesse sentido Guzmán e Molina (2013, p.25) relatam que há dois traços que caracterizam tal orientação: a rejeição à propagação do capitalismo e o desejo de que a Rússia não passasse pela etapa capitalista e pulasse para a construção de uma sociedade socialista sem a “desorganização do campesinato”.

Compreendemos que são três etapas que constituem o narodnismo russo, sendo elas: fundação, clássica e revolucionária. Privilegiaremos o esforço de síntese dos autores que realizam uma definição da corrente teórica e suas principais características que revelam que o narodnismo russo é definido como uma práxis intelectual e também política que tem por objetivo elaborar uma estratégia de luta contra o sistema capitalista, alguns traços característicos deste contexto são: uma minoria que busca legitimação a partir de enganosas formulações de “participação democrática” em meio a submissão e dominação do povo em que o capitalismo traz através de seus sistemas de organização política; prosperidade material desenvolvida pelos sistemas de legalidade que vão contra o desenvolvimento da maior parte dos sujeitos; a organização coletiva do campesinato na Rússia trazia uma solidariedade que contrastava com as características perversas do capitalismo; a extensão dessas formas de organização camponesa a toda a sociedade poderia impedir o avanço do desenvolvimento do capitalismo e por fim, o trabalho em conjunto dos intelectuais com o povo em condições igualitárias com o intuito de criar formas de progresso.

É importante considerarmos também o anarquismo agrário que teve como principais teóricos Bakunin e Kropotkin, para o primeiro o campesinato se apresentava como agente revolucionário numa Rússia da segunda metade do século 19 que tinha um contexto social propício para desencadear uma revolução social. O segundo teórico era discípulo de Bakunin que desenvolveu algumas de suas teorias aceitando ou discordando deste, dentre suas contribuições destaca-se “a questão social, a moral solidária, o comunismo e a crítica ao darwinismo social” (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.34).

Seguimos então para as considerações sobre o marxismo ortodoxo. Os autores afirmam que este constitui-se no primeiro esforço de compreensão e elaboração sobre o pensamento de Marx e Engels. Para Guzmán e Molina (2013, p.41) alguns traços teóricos são importantes no que se refere ao contexto teórico geral, sendo eles: a ausência de compreensão do contexto teórico da obra “O capital”; o erro de interpretação de Engels sobre o “último Marx”, “a unilateralidade do processo histórico” e a “consideração da agricultura como um ramo da indústria”.

Um dos elementos que dificultaram a compreensão da obra “O capital” é a forma de escrever de Marx que traz para as notas de rodapé elementos fundamentais para a compreensão de seu texto. Outro fator é ignorar o fato de que Marx fez sua pesquisa empírica na Inglaterra, o primeiro país industrializado e que as generalizações em relação ao mundo deveriam ser feitas com muitas ressalvas e com todo o cuidado.

No que refere-se ao esquecimento do último Marx, temos que compreender a diferenciação em 3 etapas do pensamento de Marx: “uma hegeliana e idealista” que contemplam sua juventude e outra “madura e materialista de caráter científico” e uma terceira e talvez essa esquecida e mal interpretada a “aproximação com o campesinato” (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.42).

Considerando um modo de produção como “uma espécie de estrutura que articula formas de produzir com maneiras de pensar e atuar” os teóricos do marxismo ortodoxo consideram que Marx subscreve uma teoria geral dos modos de produção em que as mudanças ocorrem no processo de transição de um modo de produção a outra. Dessa forma, observamos uma sequência que vai do “comunismo primitivo”, “modo de produção escravista”, “modo de produção feudal” ao “modo de produção capitalista” que evolui num momento posterior para uma sociedade sem classes, ou seja, o socialismo. Assim, considera-se um processo histórico unilinear (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.44).

Marx em “O capital” não realizou uma análise específica sobre a agricultura tratando-a de forma contundente apenas no que se referia às formações sociais pré-capitalistas. Diante

disso, a hipótese estabelecida pelo autor era a de que a agricultura no contexto europeu já era um ramo da indústria. Marx faleceu quando debruçava-se sobre a temática do campesinato e as reflexões pertinentes a este tema ficaram para Kautsky e Lenin em 1896 com suas obras “A questão agrária” (Kautsky – Alemanha) e “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (Lenin – Rússia).

José Paulo Netto na introdução da tradução do livro “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” sintetiza o contexto em que as referidas obras foram escritas. De modo geral, o movimento socialista revolucionário enfrentava no século XIX, nos anos 90, a necessidade de discutir a questão agrária devido ao quadro político que se apresentava de um crescimento dos partidos social democratas e da estratégia de buscar aliar as “opções partidário-eleitorais da população dos campos aos avanços da classe operária urbana”. Importante ressaltar que a Rússia e a Alemanha viviam contextos inteiramente diferentes, visto que na Alemanha a consolidação do capitalismo era um fato, enquanto na Rússia o que se apresentava era um capitalismo atrasado em que “as instituições econômico-sociais russas estavam vigorosamente vincadas pelos traços de feudalidade” (LENIN, 1985, p.8-9). Sobre o surgimento das obras evidencia-se que:

É no interior do maior partido social - democrata da época, o alemão, contudo, que como se pode compreender – dado o seu grau de organização, o peso da sua influência sócio – política e, ainda, a qualidade dos seus quadros intelectuais –, o problema foi objeto dos mais candentes e fecundos debates. Sobretudo a partir do congresso de Frankfurt (1894), quando Vollmar e Schonlank fazem intervenções polêmicas, os teóricos do partido enfrentam abertamente a questão. Na culminação dos debates, Kautsky elabora *A Questão Agrária* (1899) a primeira obra que, na bibliografia socialista revolucionária, estuda sistematicamente o dinamismo que o capitalismo instaura na agricultura. Em condições inteiramente distintas, polêmicas análogas se desenrolavam na Rússia. Aí, no mesmo ano da publicação do texto de Kautsky e na conclusão dos debates, edita-se a outra obra que, na bibliografia socialista revolucionária, constituirá um marco crítico-analítico: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (O processo de formação do mercado interno para a grande indústria), de Lênin (LENIN, 1985, p.8).

No prefácio da segunda edição da obra de Lênin, o autor revela que a referida obra foi escrita às vésperas da revolução russa de 1905/1907. A questão central de acordo com ele era analisar “como se forma o mercado interno para o capitalismo russo” uma questão debatida a mais tempo pelos populistas e que no texto se propunha a realizar uma crítica as concepções de seus adversários. Dentro das reflexões de Lênin (1985, p.06) nos interessa especialmente as formulações do capítulo II, no qual o autor examina dados estatísticos dos Zemstvos (formas de auto - administração local sob a égide da nobreza nas províncias centrais da Rússia) referentes à “desintegração do campesinato” em que “o processo de decomposição dos

pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas, constitui a base sobre a qual se forma o mercado na produção capitalista”.

A partir da análise dos dados estatísticos dos Zemstvos Lênin realiza a diferenciação do campesinato em: campesinato rico, campesinato médio e campesinato pobre. Sobre o grupo dos camponeses pobres, no que se refere as superfícies semeadas, o autor relata que “semeia pouco e é incapaz de satisfazer as suas necessidades com as suas rendas agrícolas”, já o grupo do campesinato médio consegue com a renda extraída da terra cobrir as despesas, os camponeses ricos tem uma área semeada “que excede a norma de trabalho de uma família e obriga a recorrer a mão de obra assalariada” (LENIN, 1985, p.37).

Os camponeses ricos são os que detêm melhores equipamentos, quantidades maiores de terra compradas e arrendadas transformando-se em “pequenos proprietários de terras e fazendeiros”. Sobre os camponeses pobres o autor afirma que, parte destes desempenham atividades como assalariados na “própria aldeia ou nas imediações, quase sempre em tarefas agrícolas – ou seja, integram-se no proletariado rural” (LENIN, 1985, p.40-41).

Sobre o grupo do campesinato médio, este tem uma situação considerada por Lenin como intermediária, mas que fornece mais operários do que emprega, portanto, transitória entre a “burguesia camponesa” e o “proletariado agrícola”. Deste modo, o autor conclui que dos dados analisados “resulta a inquestionável conclusão de que o campesinato está em total desintegração, com pleno domínio da burguesia camponesa” (LENIN, 1985, p.46).

Sobre “A questão agrária” de Kautsky compreendemos que o autor entendia o campesinato como uma classe que se apresentava como um entrave para a superação do modo de produção capitalista. Vem da doutrina marxista o desejo do autor de realizar os estudos sobre a forma como o capitalismo penetrava no campo e coordenava transformações neste espaço. Kautsky (1986) vislumbrava viabilidade econômica apenas na grande exploração, sobre as vantagens da grande exploração afirma que:

Tendo em vista, pois, todas as vantagens de que o grande estabelecimento se beneficia na agricultura, as pequenas perdas sofridas em áreas de cultivo, sua economia em inventário (morto e vivo), sua possibilidade de recorrer à maquinaria, vantagens com as quais o pequeno estabelecimento não conta; considerando ainda que no grande estabelecimento de exploração agrícola pode haver uma divisão do trabalho, uma administração cientificamente treinada e uma superioridade comercial característica, vantagens que, mais do que ao pequeno estabelecimento, lhe permitem obter mais facilmente crédito (etc.) (KAUTSKY, 1986, p.98).

É neste contexto que ele critica duramente os teóricos que consideram o pequeno estabelecimento viável afirmando que “é necessário ser um admirador fanático da pequena

propriedade para ver qualquer vantagem nessa coação que ela exerce sobre os seus trabalhadores, coação que os transformam em simples animais de carga” que exceto nos momentos de comer ou dormir dedicam-se integralmente ao trabalho (KAUTSKY, 1986, p.100).

Diante da viabilidade da grande propriedade supõe que a grande exploração capitalista seria a precursora das cooperativas agrícolas socialistas que seriam fundamentais para eliminar a propriedade e exploração individual da terra. Assim, o autor afirma que é muito mais fácil organizar “o latifundiário em cooperativas que o pequeno lavrador. O grande existe em número menor, dispõe de mais tempo livre, tem melhores relações e maior conhecimento comercial”. Kautsky (1986) considera que as dificuldades encontradas em organizar os camponeses em cooperativas vêm do fato de que “suas condições de vida e de trabalho os isolam completamente, reduzem ao mínimo seu horizonte político, e roubam-lhe o tempo livre que a autogestão cooperativa exige” (KAUTSKY, 1986, p.109).

Sobre a propriedade privada e o camponês e como essa relação na ótica do autor constitui-se como um empecilho à organização dos trabalhadores em cooperativas socialistas assevera que:

Diz-se do camponês que ele é um fanático da propriedade. Por mais, no entanto, que a expressão possa ser pejorativa, descreve um fato público e notório. O camponês encontra-se mais ligado realmente a sua terra que o artesão a sua oficina particular. Quanto mais cresce a população e quanto maior se torna a demanda de terras, mais firmemente adere o camponês ao seu quinhão (KAUTSKY, 1986, p.117).

A partir do exposto é possível compreendermos o papel que os camponeses tinham no processo de luta pelo socialismo na visão dos autores através de suas obras clássicas. Os textos possuem importância por iniciar o debate concernente à relação entre capitalismo e agricultura e até mesmo em tentar compreender a existência ou não de um potencial de transformação do campesinato enquanto classe. Todavia, para Kautsky cabia ao movimento operário a tarefa de “criar (através da elevação moral e física do proletariado rural e do combate à barbárie rural) o importante pressuposto do grande estabelecimento racional agrícola, eliminando o último esteio do pequeno” (KAUTSKY, 1986, p.109).

Sobre o marxismo ortodoxo agrário, compreende-se de acordo com Guzmán e Molina (2013) as seguintes características do referido esquema teórico:

A primeira característica é a evolução unilinear que basicamente consiste no fato de que as mudanças que ocorrem na agricultura são reflexo das transformações produzidas na sociedade, onde há um “processo acumulativo de formas de exploração social”

(escravidão/servidão/trabalho assalariado). A segunda característica refere-se à sequência histórica em que as formas de exploração se inserem; a terceira característica trata da dissolução do campesinato em que a centralização e a concentração “como processos necessários ao capitalismo industrial, eliminam o campesinato da agricultura” justamente por ele não conseguir inserir-se ao progresso técnico. A quarta característica traz a superioridade da grande empresa agrícola por sua capacidade de adaptar-se à agricultura capitalista e a quinta característica que diz respeito a contraposição entre a grande e a pequena exploração que é a proletarianização do campesinato que surge do embate entre campesinato e latifúndio (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.50).

Sobre a matriz política do ideário marxista denominada “marxismo chayanoviano” compreendemos que este não defende argumentos do marxismo ortodoxo por compreender que o “capitalismo permite a coexistência de formas de produção não capitalistas” como o campesinato. Alexander V. Chayanov deu continuidade às formulações dos narodnistas questionando então a tese da “desintegração do campesinato enquanto classe” e reforçando as reflexões sobre autonomia do camponês em relação ao Estado (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.13).

As contribuições de Chayanov são importantes para os estudos da reprodução socioterritorial, na medida em que é realizada pelo autor uma análise microeconômica das unidades camponesas, de modo que o número de membros que compõe cada família e a idade destes são fatores que determinarão não apenas a variação no volume de trabalho como também o consumo, que são fundamentais para a reprodução e sobrevivência do grupo familiar camponês.

Sobre a obra “La organización de la unidad económica campesina” compreendemos que prioriza um modo de análise que torna relevante elementos que não foram considerados por parte significativa dos teóricos clássicos que se debruçaram sobre a questão agrária. Para o autor, os camponeses inseridos no mercado de trabalho não eram sinônimo de proletarianização, mas sim estratégia para a manutenção de sua condição camponesa. Criticado pelos teóricos que defendiam a ideia de que o capitalismo eliminaria o campesinato, defende a necessidade de compreender a lógica camponesa sem apostar no seu desaparecimento. Sobre as críticas o autor afirma que:

La variedad de las críticas, así como su violencia, nos demostro que la teoria há alcanzado certa madurez. Ni yo ni mis colegas em esta corriente del pensamiento económico tendremos ya que sufrir que nuestras teorías sean ignoradas; debemos tratar de las diversas críticas, rechazando los elementos que resultaron deficientes y

corrigiendo y agregando lo que demonstro ser sólido y correcto em nuestra teoria (CHAYANOV, 1974, p.23).

A busca por demonstrar que as unidades camponesas atingiam equilíbrio interno a partir do balanço entre trabalho e consumo é uma das características fundamentais do trabalho de Chayanov, que realiza uma análise econômica da relevância da composição familiar e dos diferentes momentos da família, como por exemplo, no início do matrimônio quando as crianças são pequenas ou quando os pais envelhecem ocorre um aumento no número de consumidores da família, mas nos momentos em que há mais adultos em idade produtiva na propriedade o número de trabalhadores aumenta e supera o de consumidores.

Si las nueras ingressan a la familia y tienen hijos recomenzará um aumento em la relación consumidor-trabajador em la familia compleja que se forma. Este aumento se hace muy marcado cuando los padres originales se incapacitan para el trabajo [...] Cada familia, entonces, según su edad, constituye em sus diferentes fases um aparato de trabajo completamente distinto de acuerdo con su fuerza de trabajo, la intensidad de la demanda de sus necesidades, la relación consumidor-trabajador, y la posibilidad de aplicar los principios de la cooperación compleja (CHAYANOV, 1974, p.55).

Dentro das questões relacionadas à força de trabalho, o autor nos traz a concepção de que a força de trabalho varia de acordo com a composição etária da família e que na unidade de produção camponesa a força de trabalho não pode ser alterada de acordo com o calendário agrícola, pois é uma força constante, que é auto explorada (maior esforço físico) na ausência da aplicação de capitais, o que diminui a produtividade. A intensificação do trabalho está diretamente relacionada as necessidades de consumo da família e a adoção de máquinas ou modernização das atividades poderiam colocar em risco a plena utilização da mão de obra interna.

Cualquiera sea el factor determinante de la organización de la unidad económica campesina que consideremos dominante, por mucho valor que atribuyamos a la influencia del mercado, a la extensión de tierra utilizable o a la disponibilidad de medios de producción y a la fertilidad natural, debemos reconocer que la mano de obra es el elemento técnicamente organizativo de cualquier proceso de producción. Y puesto que em la unidad económica familiar que no recurre a fuerza trabajo contratada, la composición e el tamaño de la familia determinan integralmente el monto de fuerza de trabajom su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el caracter de la familia es uno de los factores principales em la organización de la unidad económica campesina (CHAYANOV, 1974, p.47).

Retomando Guzmán e Molina (2013, p.66), estes revelam que há três conceitos de Chayanov que são fundamentais para compreendermos sua proposta teórica, sendo eles: cooperativas rurais, que diz respeito à democracia de base e as formas de ações do grupo para

socializar o trabalho, os diferenciais, que dizem respeito a uma “articulação entre tecnologias e a produção agrícola de modo que os recursos naturais sejam otimizados e a produção ampliada” e a cooperação vertical, que se trata de “combinação flexível em formas de cooperativa, de unidades de produção de diferentes tamanhos para as diferentes formas de exploração ou tipos de agricultura”.

De acordo com Guzmán e Molina (2013, p.67) o teórico de destacada importância no marxismo chayanoviano é Harriet Friedmann por seus estudos sobre a conceitualização “de uma forma de produção simples de mercadorias agrárias para caracterizar a agricultura familiar predominante nas sociedades capitalistas avançadas”. Destacamos “as condições de reprodução com que encontra qualquer tipo de pequena agricultura no processo histórico” como o elemento teórico essencial para compreender o conceito de forma de produção elaborado por Friedmann. Os autores destacam sobre Friedmann que:

Sem dúvida, as condições de reprodução de uma forma de produção são tanto sociais quanto técnicas. Por isso Friedmann diferencia entre consumo pessoal (aquele que permite ao produtor continuar participando na produção), consumo produtivo (técnicas, pecuária, terra e outros meios de produção que permitem a continuidade da produção) e o excedente do trabalho (em forma de excedente de valor, benefício, renda ou juros), no caso de a pequena agricultura utilizar trabalho assalariado (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.68).

A partir desta breve contextualização da literatura clássica sobre o campesinato, adentraremos então a teoria do campesinato no Brasil com o objetivo de continuarmos a nossa caminhada em busca da reprodução socioterritorial da família camponesa assentada.

Deste modo, tratar de reprodução socioterritorial nos assentamentos rurais requer a reflexão da origem do campesinato brasileiro, a história dos posseiros, agregados (etc.) que estiveram no primeiro momento na frente de luta e resistência contra o antigo latifúndio, este também se reinventa e resiste através de um sistema baseado na violência e no poder.

No texto “Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros” de Alberto Passos Guimarães publicado originalmente em 1963 no livro “Quatro séculos de latifúndio” e publicado novamente em 2009 no livro “Camponeses brasileiros”, o autor afirma que por 388 anos os latifundiários lançaram mão de todos os artifícios para que as populações oprimidas não tivessem acesso à terra. Aqui cabe salientar que não concordamos com a visão do autor de que houve feudalismo e de que o campesinato como um resquício irá desaparecer, pelo contrário, o campesinato se recria quando se apresenta a necessidade.

A institucionalização da pequena propriedade só ocorreu no Brasil no século XIX firmada por uma série de decretos das majestades imperiais, mas antes disso ocorreu muita luta daqueles que viviam à margem das sesmarias, os agregados, os mulatos, índios etc.

No processo de gestação da propriedade camponesa a colonização estrangeira teve um papel importante, todavia, a figura do posseiro, mais do que a do colono, foi fundamental nesse processo, pois é o posseiro ou intruso nativo que primeiramente enfrenta “o poder latifundiário desde tempo, quando nenhuma lei o protege, nada senão sua própria audácia o ampara” (GUIMARÃES, 2009, p.51). Deste modo o autor explica que:

Ao atacar de frente o todo-poderoso sistema latifundiário, ao violar suas draconianas instituições jurídicas, a posse passa à história como a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra. Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa. A princípio, as invasões limitavam-se às terras de ninguém nos intervalos entre as sesmarias, depois orientaram-se para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas; por fim, dirigiram-se para as terras devolutas e, não raramente, para as áreas internas dos latifúndios semi-explorados.

A posse também serviu para que novos latifúndios fossem constituídos, por isso não serviu apenas às pequenas propriedades, o autor afirma que se havia muitas possibilidades para a formação de latifúndios no Brasil, para as pequenas propriedades durante os três primeiros séculos não restava outra possibilidade de acesso a não ser a posse. Os sujeitos denominados por senhores da época (mas também por muitos historiadores) como “ociosos, vadios, intrusos” ou “posseiros” foram os responsáveis por pressionar e combater “o inviolável direito latifundiário de propriedade” (GUIMARÃES, 2009, p.54).

A grande massa de população desocupada, acrescida no correr de muitos anos e engrossada com os reforços provindos do declínio da mineração, não restava outra alternativa, senão a de forçar as portas do sistema latifundiário. Este já não pôde resistir às invasões que em ondas sucessivas iriam alastrar-se nos núcleos principais, dentro das fronteiras econômicas distendidas para o centro-sul do território pelo surto minerador. Desafiando o poder das oligarquias agrárias, multiplicavam-se as *posses* e, com elas, ganhava largas dimensões e consistência a nova classe dos pequenos cultivadores da terra (GUIMARÃES, 2009, p.54).

Para Queiroz (2009) no texto “Uma categoria rural esquecida” publicado pela primeira vez no ano de 1963, há dois tipos de economia, a fechada e a de mercado. Em 1960 a maioria de nossa população rural estava vivendo quase em economia fechada, esta significa que o produtor consome o que produz e por isso não se enquadra “no mundo moderno de produção, em que esta é orientada para a obtenção de lucros decorrentes de transações em mercado” (QUEIROZ, 2009, p.57). Embora a teoria da autora (economia fechada X economia de

mercado) seja antagônica a teoria da recriação do campesinato (que acreditamos ser coerente com este trabalho) é fundamental apresentá-la para compreendermos parte da construção teórica sobre o tema do campesinato no Brasil, mesmo que não partilhemos de suas ideias centrais.

Deste modo, a autora afirma que sempre coexistiram no Brasil, a economia fechada e a de mercado desde os tempos coloniais e estas exigem elementos distintos tanto no que concerne a economia quanto ao modo de vida. A economia de mercado tem como característica central no que se refere ao mundo rural as grandes plantações, as grandes propriedades que produzem em âmbitos gerais para a exportação, para a autora essa economia é a considerada mais importante para a sociedade global, embora nossos trabalhos reafirmam que não, pois os produtos necessários para a alimentação da população não são oriundos em grande parte por este tipo de produção, mas sim pelo que produz a pequena propriedade (QUEIROZ, 2009).

Fundamental para a sobrevivência de milhares de sujeitos que não tinham recursos para a compra de terras a economia fechada contemplou mais famílias do que a outra que exigia altos recursos. Sobre a economia fechada temos que:

O gênero de vida que levam é marcado pela coletivização das atividades, sendo a principal delas a ajuda mútua no trabalho, sob a forma de mutirão, muxirão, batalhão ou outro nome qualquer: quando, para determinada tarefa, se requer quantidade de mão-de-obra, os habitantes da comunidade atendem à convocação, sabedores de que poderão contar com o auxílio dos outros, em condições idênticas (QUEIROZ, 2009, p.58).

De acordo com Queiroz (2009) a vida nas fazendas era uma vida solitária enquanto nos “bairros” formados por trabalhadores pobres predominava a solidariedade vicinal, num trabalho familiar em que todos desenvolviam todas as atividades da roça. A autora explica então quais fatores que definiram a persistência desse gênero de vida:

Em primeiro lugar, a vasta extensão de terras desocupadas permitia aos indivíduos sem recursos se instalar onde bem quisessem, vivendo do que lhes proporcionavam as roças. Em segundo, a constante falta de braços num país em expansão fazia que fossem sempre absorvidos quaisquer excedentes de população que viessem gravar a situação dos bairros. A falta de numerário concorria também para desequilibrar qualquer desenvolvimento, pela desproporção entre os trabalhadores em andamento e o dinheiro necessário para pagá-los. Principalmente no campo, as camadas menos abastadas viam-se forçadas a viver de seus produtos, trocando-os na feira por outros de que necessitassem, o dinheiro raramente tendo curso muito difundido no interior do país e não podendo ser acumulado nos tradicionais “pés-de-meia” camponeses. (QUEIROZ, 2009, p.60).

Na reflexão sobre a situação da agricultura de subsistência em coexistência com a economia comercial, Queiroz (2009, p.61) apresenta três modalidades, sendo elas: “a persistência” das famílias em áreas em que a economia comercial não domina, a “decadência”, quando as duas economias coexistem na mesma área e a “revitalização” que ocorre em áreas antes ocupadas pela economia comercial, mas que por ela foi abandonada. Nestas áreas aparece então a economia semifechada.

A autora afirma que os posseiros se estabelecem em terras que ainda não foram aproveitadas e que estas podem ser de proprietários ou do governo, sobre este último corrobora que há muitas terras devolutas no Brasil, mas que o estado não tem conhecimento da extensão dessas áreas, nem mesmo o estado de São Paulo possui de forma clara estas informações. O conflito surge quando a área ocupada por posseiros passa a ser de interesse para o capital, os sitiantes então ficam sujeitos à expulsão pois surgem “proprietários com títulos verdadeiros ou falsos” (QUEIROZ, 2009, p.63).

Queiroz (2009) revela que podem viver como sitiantes três tipos de “ocupantes de solo” sendo eles: o proprietário, o posseiro e o agregado. Sobre estes temos que:

Todos eles são cultivadores independentes, que dispõem da totalidade de sua colheita; diferenciam-se neste ponto do arrendatário, que, podendo também plantar roças policulturas de que tiram a subsistência, é, no entanto, obrigado a pagar ao proprietário da terra um aluguel ou em dinheiro, ou em parte do produto (QUEIROZ, 2009, p.63).

Uma ressalva importante é realizada em relação aos agregados, pois eles podem cultivar suas roças, mas sabem que aquela parcela de terra não é sua. Diante do avanço industrial o camponês passa a produzir não apenas para seu consumo, mas também para a comercialização e realizar essa interface nem sempre é tarefa fácil, mas é fundamental para a sobrevivência na sociedade atual.

Linhares e Silva (2009) no texto “A questão da agricultura de subsistência”, publicado originalmente em 1981, revelam que as formas de vida camponesas não são um elemento novo no cenário brasileiro. A interpretação de muitos historiadores de que o camponês só aparece na sociedade por volta de 1850 com os colonos europeus é errônea e temos os estudos sobre a agricultura de subsistência como apoio para tal interpretação.

No Brasil colônia a agricultura de subsistência ocupava uma posição secundária, já que a produção em larga escala era fundamental para a metrópole. Esta última determina em Carta Régia em 1701 que na colônia os escravos tenham o sábado livre para “procurar o seu sustento” e que se reservem terras para o cultivo do “pão da terra”, ou seja, da mandioca. Essas medidas

que visavam diminuir a escassez de alimentos na colônia não foram recebidas pelos “senhores” da época sem protestos, pois pensavam com desconforto na resolução de plantar mandioca ao lado das culturas de exportação em terrenos com iguais proporções aos que se destinavam a esses produtos que visavam o exterior (LINHARES; SILVA, 2009).

A escassez de mantimentos nos centros urbanos fez com que governadores como o da Bahia em 1690, na segunda metade do século XVII determinasse que nos arredores das cidades fossem plantadas mandioca (10 léguas ao redor) e que para cada escravo a seu serviço o latifundiário deveria plantar 500 covas de mandioca (resolução de 1688). A garantia da subsistência e da paz social eram os principais motivos pelos quais essas determinações ocorriam (LINHARES; SILVA, 2009).

Neste contexto é importante ressaltar até como uma gênese das formas camponesas as atividades denominadas no texto de Linhares e Silva (2009) como protocamponesas, assim destacamos a “brecha camponesa”. Por “brecha camponesa” compreende-se a autorização dada aos escravos para que estes pudessem cultivar para seu sustento e comercializar o excedente, essa autorização não ocorreu sem resistência do sistema e luta dos escravos. Sobre a brecha camponesa os autores ressaltam que:

A chamada “brecha camponesa” como constatamos no caso do Pará no século XVIII, constituiu-se numa das formas que assumiu, no período colonial, a necessidade de produzir alimentos e escapar do alto custo e da precariedade do abastecimento metropolitano. Somente estudos localizados poderão nos dizer da generalização ou não da inserção dos escravos num duplo conjunto de relações sociais de produção: de um lado, as relações escravistas clássicas e, de outro, relações de caráter “camponês”, prefigurando um protocampesinato” (LINHARES; SILVA, 2009, p.130).

Assim, na colônia destacaram-se três formas de abastecimento do mercado interno: a brecha camponesa (protocampesinato), os “lavradores diretamente subordinados aos senhores de engenho” e “os pequenos produtores do agreste do sertão, além é claro, da pecuária” (LINHARES; SILVA, 2009, p.132).

Avançamos na História do campesinato brasileiro até o ano de 1955 quando surge a “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco” a conhecida “Liga camponesa da Galiléia”. Essa liga foi a fonte de inspiração para muitas outras que se espalharam pelo Nordeste e por outras regiões do país e tinha como objetivo auxílio-mútuo, especificamente num primeiro momento a sociedade lutou por uma escola primária, o que o fazendeiro se negava a construir embora fosse direito garantido pela Constituição Federal e a luta contemplava também a necessidade de comprar “caixãozinhos”, pois muitas crianças morriam em proporções alarmantes naquela época (JULIÃO, 2009).

Outros objetivos constavam no estatuto da liga como “aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental, de assistência técnica”. Depois de organizada a sociedade os camponeses convidaram o fazendeiro para presidente da organização, de início este considerou uma honra, mas depois advertido por outros fazendeiros sobre uma possível ameaça comunista que acabaria de se instaurar em sua propriedade de explorados, o fazendeiro desiste de ser presidente da sociedade e ainda exige sua extinção (JULIÃO, 2009, p.276).

Os camponeses resistiram a ameaça de extinção da liga e a promessa de despejo por parte do latifundiário dá origem a uma série de conflitos. Julião (2009) fornece um panorama de como se deu a organização dos camponeses para a luta e resistência:

Imediatamente demos início à doutrinação daquela massa, usando uma linguagem simples, acessível, valendo-nos de símbolos, imagens, comparações, parábolas, para vencer o atraso e uns e a desconfiança de outros, de modo a acender na consciência de todos uma luz que espantasse o medo. Lutávamos em três frentes: no campo, na justiça e na Assembléia. No campo, mantendo contato direto com os camponeses, escrevendo boletins, como o “Guia do Camponês”, na justiça, promovendo ou contestando ações que se multiplicavam rapidamente com o alastramento das Ligas por outros municípios do estado. Na Assembléia, fazendo denúncias e protestos contra as violências, as arbitrariedades, as prisões e os assassinatos impunes dos camponeses que se destacavam pela coragem e resistência contra o capanga e a polícia (JULIÃO, 2009, p.277).

Com o apoio do deputado socialista Carlos Luiz de Andrade os camponeses conseguiram sua primeira vitória na Assembleia Legislativa que votou pela desapropriação da Galiléia, mas de acordo com Julião (2009) a alegria dos camponeses não durou, pois o governo incorporou as terras a uma Companhia criada com o objetivo de combater as Ligas. A luta através do judiciário tem um novo início, do lado da Companhia de Revenda e Colonização advogados bem remunerados por latifundiários e toda a imprensa, esta última foi responsável por criar o apelido “Ligas camponesas” para a sociedade.

Outras ligas começaram a surgir e vieram advogados dar apoio a liga da Galiléia, as ameaças de morte e agressões tiveram nessa época uma intensidade alarmante. Cabe aqui ressaltar sobre as ligas camponesas a violência que elas sofreram e que seus membros trabalhadores do campo passaram sem sucumbir. O exemplo da luta dos membros das ligas e da violência sofrida por eles é muito didático para compreendermos o quadro de resistência e de dores enfrentados pelos camponeses de nosso país. Deste modo, Julião (2009) descreve sobre os crimes cometidos contra os camponeses das ligas:

Tais crimes chegam a ser hediondos. Derrubam casebres e arrancam de trator, as fruteiras dos camponeses, rebelados contra o aumento extorsivo do foro, o “cambão”, o “vale do barracão”, o “capanga”, o salário de fome. Arrastam-nos de jipe, deixando-os em carne viva. Amarram-nos sobre o caminhão como se faz com o gado e passeiam com eles até pela cidade. Com um ferro em brasa, marcam-lhes o peito e as nádegas. Um é posto lambuzado de mel sobre um formigueiro. Outro é metido numa cuba cheia d’água, permanecendo noite e dia a pão seco, servindo-se daquela mesma água contaminada pela urina e pelas fezes, onde fica mergulhado até a boca. Um terceiro é caçado como uma raposa e morto a tiros de revólver e de rifle (JULIÃO, 2009, p.281).

Avançamos na história de nosso país para demonstrarmos que a violência atravessa décadas e vislumbramos a partir da série temporal analisada pelo caderno de conflitos no campo de 2017 da Comissão Pastoral da Terra (CPT) dados sobre os conflitos do período de 2008 a 2017.

Quadro 3 - Conflitos no campo período 2008 – 2017

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências ⁽¹⁾	459	528	638	805	816	763	793	771	1.079	989
Ocupações/Retomadas	252	290	180	200	238	230	205	200	194	169
Acampamentos	40	36	35	30	13	14	20	27	22	10
Total ⁽²⁾	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295	1.168
Assassinatos	27	25	30	29	34	29	36	47	58	70
Pessoas Envolvidas	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735	530.900
Hectares	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	280	240	204	230	168	141	131	80	68	66
Assassinatos	1		1			1				
Pessoas Envolvidas	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751	530
Superexploração	93	45	38	30	14	13	10	4	1	
Assassinatos			1			2		1	1	
Pessoas Envolvidas	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294	102	2	
Total	373	285	242	260	182	154	141	84	69	66
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	46	45	87	68	79	93	127	135	172	197
Assassinatos		1	2		2	2		2	2	1
Pessoas Envolvidas	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355	177.090
Outros ⁽³⁾										
Nº de Conflitos			4		36	12				
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas			4.450		26.005	1.350				
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1.170	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536	1.431
Assassinatos	28	26	34	29	36	34	36	50	61	71
Pessoas Envolvidas	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843	708.520
Hectares	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019	37.019.114

Fonte: Conflitos no campo 2017 (CPT), p.24.

A CPT entende por conflito a seguinte definição: “conflitos são ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção”. A pastoral compreende ainda que os conflitos ocorrem “entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas” (CPT, 2017, p.14).

Dentre as informações apresentadas na tabela, os dados sobre os assassinatos merecem destaque considerando o total dos conflitos no campo, verifica-se que de 2008 a 2017 os números passam de 28 mortes em 2008 para 71 mortes em 2017.

A sociedade sofre desde os primórdios da História do país as consequências de estruturas sólidas de dominação e violência constituídas por uma minoria privilegiada. Militantes e movimentos sociais se erguem desde então, representando um grupo de sujeitos que ao compreender tal estrutura buscam através da luta diminuir a desigualdade no país.

Compreendemos que o estudo da agricultura no Brasil deve ser realizado a partir da análise de um desenvolvimento que é contraditório, pois ao mesmo tempo em que avançam as relações especificamente capitalistas como o trabalho assalariado, por exemplo, na figura dos latifundiários e do agronegócio no campo, também e contraditoriamente são produzidas relações camponesas expressas nas pequenas propriedades e no trabalho familiar. Para Oliveira (2001) no campo:

No campo, esse processo de desenvolvimento capitalista está igualmente marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, o desenvolvimento da agricultura tipicamente capitalista abriu aos proprietários de terras e aos capitalistas/proprietários de terra a possibilidade histórica da apropriação da renda capitalista da terra, provocando uma intensificação na concentração da estrutura fundiária brasileira. A marca principal desse processo é a territorialização do capital, sobretudo dos monopólios, que em geral atuam sob forma de oligopólios. Porém esse processo está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar e apropriar a renda da terra produzida pelos camponeses, transformando-a em capital. Nesse caso, o capital não tem necessariamente se territorializado, mas sim monopolizado o território quando este está ocupado pelos camponeses (OLIVEIRA, 2001, p.468).

O incentivo à expansão do cultivo de produtos para a exportação em detrimento das culturas de produtos alimentícios através de linhas de créditos e subsídios é realizado no país com o objetivo de equilibrar a balança comercial e por muitos anos objetivando pagar a dívida externa. De acordo com Oliveira (2001, p.470) o processo de internacionalização da economia no Brasil “revela, então, que o desenvolvimento atual do capitalismo na agricultura está marcado, sobretudo, pela sua industrialização”.

O autor propugna que é intrigante que no contexto da realidade brasileira destaca-se os estabelecimentos camponeses como os que respondem por mais da metade do volume total da produção agropecuária, embora não tenham acesso aos financiamentos agrícolas que privilegiam majoritariamente os “senhores” do agronegócio. Para explicar tal fato, Oliveira (2001, p.475) afirma que o capital não implanta, por exemplo, o trabalho assalariado em todo

lugar, ora ele atua no controle da circulação dos produtos agropecuários e subordina assim sua produção, ora “se instala na produção, subordinando a circulação”.

No início do desenvolvimento capitalista ele separa indústria e agricultura, na atualidade ocorre uma união entre elas, pois o capitalista agora torna-se em muitos casos proprietário de terras. Neste contexto evidenciamos então a contribuição de Oliveira (2001) sobre dois processos: a territorialização do capital e a monopolização do território. Para exemplificar os dois processos o autor relata que quando as usinas de álcool e açúcar que envolve tanto indústria quanto agricultura apresentam na mesma pessoa (proprietário) o capitalista da indústria, o latifundiário e o capitalista da agricultura que utiliza o trabalho assalariado, têm-se então o capital territorializando-se.

Quando se observa o capitalista industrial e de outro lado o camponês que é ao mesmo tempo proprietário da terra e trabalhador, como no caso dos produtores que entregam sua produção às multinacionais (caso do fumo na região sul) têm-se então o capital monopolizando o território sem territorializar-se. De acordo com o autor, no processo de territorialização do capital:

O capitalista/proprietário da terra acumula simultaneamente o lucro da atividade industrial e agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade. A monocultura se implanta e define e caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. No segundo mecanismo, quando o capital monopoliza o território sem se territorializar, ele cria, recria e redefine relações de produção camponesa e familiar. Assim, ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, a população rural pode até se expandir. Neste caso o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar simultaneamente a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes. O próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração na avicultura e na suinocultura, por exemplo). Nessas condições, o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital. Portanto, a produção do capital nunca é gerada por relações especificamente capitalistas de produção (OLIVEIRA, 2001, p.478-479).

Uma das características do campesinato brasileiro salientada tanto por José de Souza Martins quanto por Oliveira (2001) é a possibilidade que este tem de formação e recriação visto que enquanto na transição européia do feudalismo para o capitalismo os camponeses lutaram para permanecer na terra, o camponês brasileiro luta para ter acesso à terra. Essa característica surge a partir do fato de que a estrutura agrária brasileira tem um caráter concentrador da propriedade da terra, nosso território é marcado por grandes latifúndios (muitos deles grilados

e improdutivos), mas ao mesmo tempo e contraditoriamente como revela Oliveira (2001) há um crescimento do número de pequenas propriedades, principalmente entre 1950 e 1985.

Sobre a expansão das relações não capitalistas de produção, o autor afirma que as relações de trabalho no campo assim como a concentração fundiária tem raízes históricas. De início, evidenciou-se a escravidão como a primeira forma de relação de trabalho ampla no campo junto com o trabalho familiar camponês, o cultivo do café traz a passagem do trabalho escravo para o colonato e a colonização da região sul do país por camponeses. Embora evidencie-se o trabalho assalariado no campo a partir do avanço da industrialização e urbanização esta forma de trabalho ainda não é hegemônica no país, pois o capitalismo como já mencionado também cria e recria o trabalho camponês (OLIVEIRA, 2001, p.495).

Quando associamos a questão do trabalho e do tamanho das propriedades no Brasil temos que nos estabelecimentos com área acima de 1000 ha, há o predomínio do trabalho assalariado e nos estabelecimentos com área inferior a 100 ha, há o predomínio do trabalho familiar camponês. Sendo assim, Oliveira (2001) afirma que:

É, pois, essa unidade dialética entre a expansão do latifúndio e da unidade camponesa, entre trabalho assalariado e trabalho familiar camponês e entre a territorialização do monopólio capitalista e a monopolização de frações do território dominado pelos camponeses que marca a estrutura agrária do Brasil (OLIVEIRA, 2001, p.505).

Os pequenos estabelecimentos onde há predominância do trabalho familiar são também mais produtivos, são responsáveis por grande parte dos produtos da cesta básica brasileira. Já o latifúndio no geral é pouco utilizado produtivamente maquiando por vezes a retenção de terra como reserva de valor através do desenvolvimento da pecuária de corte e do arrendamento para o plantio de cana-de-açúcar, pois estas tornam-se importantes estratégias para que o latifúndio seja considerado “produtivo”.

De acordo com Oliveira (1986, p.29) o desenvolvimento do modo capitalista de produção que é compreendido pelo autor como “um processo contraditório de reprodução ampliada do capital” pressupõe “a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção” visto que ao reproduzir-se o capital também reproduz suas contradições.

No que concerne às relações de produção, Oliveira (1986, p.59) corrobora que estas são na essência "relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social". As relações capitalistas de produção são baseadas no processo de separação dos sujeitos trabalhadores de seus meios de produção, os trabalhadores aparecem como trabalhadores livres

no mercado detém apenas sua força de trabalho. Dessa forma, dois “agentes” são fundamentais para esta relação: o proprietário dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho.

Dentro das reflexões do autor sobre a temática do modo capitalista de produção e agricultura nos interessa de modo especial as relações não-capitalistas de produção. Sobre esta relação compreende-se que “a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio”, assim no que concerne à produção agrícola parte dela é destinada ao autoconsumo e o excedente é comercializado. Oliveira (1986) distingue então de forma simples a produção camponesa e a capitalista de modo que primeira é representada pela fórmula: M-D-M pois a mercadoria se transforma em dinheiro com o objetivo de comprar outras mercadorias necessárias para a reprodução da família, já a produção capitalista é expressa na seguinte fórmula: D-M-D ou D-M-D’ na versão ampliada.

Os elementos estruturais da produção camponesa apresentados por Tavares dos Santos no livro “Colonos do Vinho” (baseados na obra de Chayanov – “La organización de la unidad económica campesina”) e discutido também por Oliveira (1986) são essenciais para a compreensão do modo de vida camponês. Resumidamente são eles: força de trabalho familiar; ajuda mútua; parceria; trabalho acessório; força de trabalho assalariada; socialização do camponês; propriedade da terra; propriedade dos meios de produção; jornada de trabalho. Como estes elementos são fundamentais para o presente trabalho iremos discuti-los com maior profundidade em outro momento.

Carvalho (2012) nos traz como elemento de reflexão para pensarmos sobre a questão agrária no Brasil a proposição de que no país, acentuadamente a partir da década de 1950, sob o capitalismo contemporâneo, podemos compreender o campesinato brasileiro como um *modo de produzir e de viver* especificamente camponês e como classe social. De acordo com o autor é fundamental que ocorra a compreensão de que o modo de produzir e de viver do camponês está em contradição com o modo de produção capitalista e que as construções a respeito do campesinato não se limitem a apenas descrever e explica-lo como um modo de produzir e de viver, mas que também compreenda-os como classe social em contradição com a classe social burguesa.

A principal contradição de classes sociais no Brasil é a do proletariado com a burguesia no âmbito das relações sociais de produção capitalista. No entanto, nas condições objetivas e subjetivas da formação econômica e social brasileira contemporâneas, o campesinato como classe social em contradição com as mais distintas frações da burguesia nacional e transnacional passa a apresentar elevada relevância, seja na disputa pela terra e pelos recursos naturais que esta suporta, seja pelas evidências concretas de que a grande empresa capitalista agrícola é nociva não

apenas ambiental, como econômica, social e culturalmente (CARVALHO, 2012, p.4-5).

Quando consideramos que a reprodução social da unidade de produção capitalista é direcionada ao lucro e a reprodução social da unidade camponesa é centrada na reprodução social da família não devemos, como afirma Carvalho (2012), retirar da lógica camponesa algumas possibilidades como:

- Aumento da renda agrícola e da agroindustrialização para a melhoria crescente e continuada da qualidade de vida familiar (hábitos de consumo e hábitos de trabalho);
- Aumento da renda agrícola e da agroindustrialização que proporcione a formação de poupança familiar;
- Incorporação de inovações tecnológicas a partir de tecnologias e processos social e ambientalmente apropriados;
- Ampliação da propensão aos investimentos;
- Redução continuada da penosidade do trabalho familiar;
- Aprimoramento pela inovação tecnológica dos processos de trabalho (hábitos de produção);
- Agroindustrialização de produtos e subprodutos da unidade familiar camponesa ou da unidade cooperada camponesa;
- Crescente participação nos mercados, em particular naqueles denominados de circuitos curtos de comercialização;
- Aumento da produtividade da força de trabalho, dos solos, das plantas e dos animais pela incorporação de tecnologias ecologicamente sustentáveis e da motomecanização apropriada à unidade camponesa de produção (CARVALHO, 2012, p.35).

O autor destaca que poderia parecer estranho entender o campesinato enquanto classe social devido à questão do campesinato não se encontrar de forma concreta numa unidade de contrários onde a “afirmação de uma das classes significa a negação da outra como ocorre com a burguesia e o proletariado”, deste modo, Carvalho (2012, p.38) afirma que:

A relação entre o campesinato contemporâneo como modo de produção e o modo de produção capitalista poderia não se configurar hipoteticamente como sendo uma contradição se a natureza da reprodução social capitalista não determinasse necessariamente a desagregação e ou a subalternização de todas as demais formas de produção existentes. Isso quer dizer, reafirmando, que o modo de produção capitalista, no âmbito de uma formação econômica e social, tende a ser dominante e hegemônico submetendo e ou destruindo todas as demais formas e modos de produção que não se submetam aos seus interesses de classe da burguesia (CARVALHO, 2012, p.38).

A partir deste entendimento ele destaca o momento em que se instaura a contradição de classe entre o campesinato e a burguesia em que o primeiro no âmbito da luta de classes se comporta tanto econômica, política quanto ideologicamente como classe social em confronto com a burguesia.

O capital ganha novas “roupagens” se apresentando na contemporaneidade de forma “global”, “oligopolista” e sob a “hegemonia do capital financeiro”, no entanto apesar das diferenças de tempos históricos e de contexto o “caráter do capital” continua o mesmo com o avanço de forças antisociais e anti-ambientais que exige dos camponeses de vários lugares do mundo uma articulação que seja política e ideológica “de lutas sociais que além de afirmarem o camponesato como modo de produzir e de viver distinto daquele determinado pelo modo de produção capitalista o consolide como classe social em todo o mundo em contradição antagônica com o capital” (CARVALHO, 2012, p.40).

Não concordamos com a tese de Carvalho (2012) de que o camponesato irá desaparecer. Todavia, concordamos com muitos aspectos do pensamento de Carvalho (2012), por isso consideramos fundamental trazer sua visão para este trabalho, semelhante ao autor, vislumbramos as transformações que o camponesato vem passando ao longo da história e resistindo as várias ofensivas do capital.

Compreendemos assim que não devemos retirar da lógica camponesa as possibilidades de melhoria citadas anteriormente neste trabalho. Outro ponto relevante de concordância é quando o autor destaca que,

[...] não é estranho ou excepcional se considerar, no conjunto de estratégias de sobrevivência e acumulação camponesa, que parcelas dos camponeses se sirvam da venda ocasional, ou mesmo permanente, da força de trabalho de membros da família. Num contexto de fortes pressões dominantes de subalternização dos camponeses, se fazem necessárias e, em casos, indispensáveis a busca de diferentes soluções para a diversificação e ampliação das fontes de rendimentos familiares (CARVALHO, 2012, p.36).

Concordamos com tal afirmação, pois observamos em nossos trabalhos de campo os camponeses agregados em condição de trabalho assalariado que buscam através do trabalho fora dos assentamentos rurais condições de permanecer residindo na unidade da família e buscando investir no lote, mantendo-se firme até o momento de assumir plenamente as atividades do sítio após a aposentadoria de seus pais ou sogros. Sobre esta importante categoria para a reprodução socioterritorial camponesa iremos discorrer durante todo o trabalho.

Assim, a partir do diálogo com Carvalho (2012) e de compreender suas principais proposições, devemos ressaltar que em âmbitos gerais não pretendemos realizar no trabalho uma discussão sobre o conceito de classe trabalhadora, mas o trabalho empírico cobra-nos posicionamento em relação aos sujeitos que acreditamos compor este grupo. De acordo com Thomaz Junior (2005) no texto “(Des)Realização do Trabalho: Se Camponês, se Operário! (Repensar Crítico sobre a Classe Trabalhadora no Brasil)”:

As pré-definições, e avaliações do que é esta ou aquela classe social, e as eventuais fronteiras definidas entre elas, não mais nos permitem compreender as complexas tramas sociais do universo do trabalho e seus mundos, fragmentados nas diferentes situações laborais e contextos de dominação, subordinação, sujeição, e identificados também enquanto fragmentos no âmbito da práxis teórico-política (THOMAZ JUNIOR, 2005, p.01)

O universo do trabalho se apresenta cada vez mais precarizado frente à reestruturação produtiva do capital, este por sua vez está em todos os espaços controlando e invadindo territórios tanto na cidade quanto no campo, apresentando-se neste último por meio de grandes empresas relacionadas ao agronegócio. O capital industrial, capital bancário e financeiro tem vínculo direto com o agronegócio e nesta teia de relações se perpetua uma frente que expropria, precariza e violenta os trabalhadores que residem tanto no campo quanto na cidade.

Sobre o debate do desaparecimento ou não do campesinato na contemporaneidade Carvalho (2012) nos diz que:

[...] o debate contemporâneo retoma, sob outra dimensão, parte da polêmica de meados do século XIX no clássico enfrentamento político ideológico na Europa entre Marx e os populistas, em especial os populistas russos. No entanto, ainda que tenha sido um debate da maior importância, muitos intelectuais progressistas atuais ainda reiteram a tendência de desaparecimento do campesinato e deixam de levar em conta que o campesinato no Brasil nasceu e conviveu sempre em luta contra a grande exploração capitalista agrícola. Ainda que o tão diversificado campesinato no Brasil seja constituído por uma maioria de camponeses pobres, estes nada lembram dos resquícios do campesinato europeu (e mesmo asiático) da transição do feudalismo para o capitalismo, seja pela mobilização política que os empurram para outras formas de consciência política e social seja pela sua articulação com outros setores populares urbanos organizados (CARVALHO, 2012, p.29).

É compreensível então que busquemos outra concepção, que não se limita ao operariado ou ao campesinato em si, embora reconheça plenamente as especificidades de ambos, pois são enriquecedoras as contribuições de teóricos que concebem o campesinato enquanto classe social, mas enxergamos a necessidade de não seguirmos alinhados tanto com as concepções teóricas clássicas que enxergam o impasse de classe em que os trabalhadores camponeses têm como alternativa frente ao capital tornar-se agricultores familiares em escala empresarial ou se proletarizar, como também não mais limitar nossa compreensão apenas ao campesinato enquanto classe social de forma individual, mas concebê-lo dentro do que Thomaz Junior chama de classe trabalhadora, uma junção dos trabalhadores do campo e da cidade para lutar juntos contra os “golpes” do capital (voltaremos a esta discussão no tópico sobre geração).

Os “camponeses agregados em condição de trabalho assalariado” extrapolam certas definições teóricas quando, por exemplo, desenvolvem também um trabalho fora do sítio da família na condição de assalariado em um período longo e não temporário ao mesmo tempo em

que desenvolve o trabalho dentro da “propriedade” da família numa jornada de trabalho exaustiva, mas que permite preparar o sítio com as infraestruturas necessárias para a sobrevivência apenas dentro dele e também acompanha os titulares (pais, avôs e avós, sogros e sogras, etc.) no caso de assentamentos rurais até a aposentadoria deles para tornarem-se em muitos casos os titulares do lote. Deste modo, evidencia-se a necessidade de compreender outras estratégias que como estas garantem a muitos camponeses assentados a permanência no território.

3. A FAMÍLIA CAMPONESA ASSENTADA E OS DILEMAS DA REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL

Neste capítulo apresentaremos as diferentes estratégias utilizadas pela família camponesa assentada para garantir sua permanência no espaço rural, evidenciando a partir de distintos assentamentos práticas sociais diferentes. A partir da diversidade de estratégias apresentadas, propugnamos que todas são fundamentais para a reprodução socioterritorial camponesa. Entretanto, para compreendermos as estratégias elaboradas pelos camponeses do Pontal do Paranapanema precisaremos iniciar os estudos a partir dos conflitos que caracterizaram a região.

3.1. O conflito na região do Pontal do Paranapanema

Território imenso, pouco variado, a suave ondulação dos solos cobertos de pastagens quase sempre mal cuidadas, lembrando um oceano verde – marrom entrecortado, aqui e ali, por longas estradas retas, cercadas de pouca vida. De vez em quando um rasgo sanguíneo de erosão desnuda o sofrimento da terra maltratada (ANDRADE, 2008, p.138).

A epígrafe apresentada descreve a região onde estão localizados os objetos desta pesquisa, os assentamentos rurais Nova Conquista (Rancharia-SP) e Porto Maria (Rosana-SP).

A localização é um importante elemento para a geografia, visto que compreender o território no qual os assentamentos estão inseridos constitui-se de suma importância para a análise da reprodução socioterritorial do campesinato em estudo.

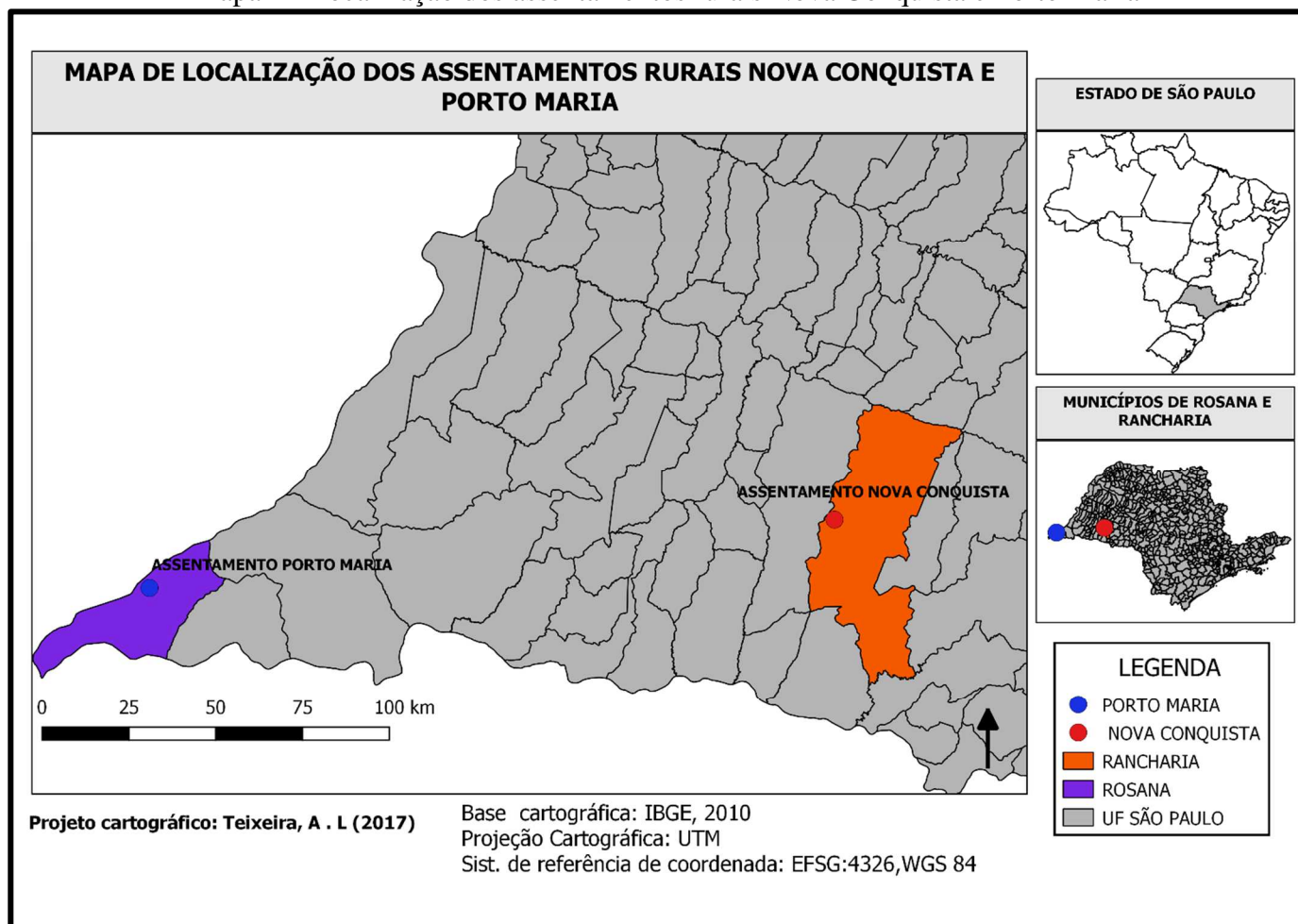
A partir do mapa 1 podemos entender que os municípios Rancharia-SP e Rosana-SP, embora inseridos na mesma região, ou seja, no Pontal do Paranapanema, estão relativamente longe um do outro do ponto de vista geográfico.

De acordo com o IBGE (2016) a história do município de Rancharia-SP tem origem na construção da estrada de ferro Sorocabana em 1961, a atual FEPASA. Um acampamento de ranchos foi construído para os operários, e os responsáveis pela fiscalização do setor de desmatamento chamavam o acampamento (que na época era o maior dentre os implantados) pelo nome de Rancharia. Alguns sertanejos construíram as primeiras casas e dividiram os lotes de terras, o que dá origem ao início do povoamento.

Já Rosana-SP tem sua implantação datada de meados da década de 1950 e surge dos planos de construção de um ramal da Companhia de Estrada de ferro Sorocabana. A cidade chama-se Rosana em homenagem a uma das filhas do Sr. Sebastião Camargo, colonizador. Rosana foi distrito do município de Teodoro Sampaio em 28 de fevereiro de 1964 e foi elevada

à categoria de município somente em janeiro de 1990 por meio da lei estadual nº 6645 (IBGE, 2018).

Mapa 1 - Localização dos assentamentos rurais Nova Conquista e Porto Maria



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2017.

Verificaremos também ao longo das análises os dados referentes ao município de Martinópolis-SP, pois o assentamento Nova Conquista embora pertencente oficialmente a Rancharia-SP por ter 77 lotes neste município, ainda possui 27 lotes em Martinópolis, inclusive a usina de álcool e açúcar que emprega a maioria dos agregados deste assentamento está localizada em território martinopolense.

Verifica-se que em Rancharia-SP havia uma população de 28.804 pessoas, de acordo com o censo de 2010, com uma população estimada para 2017 de 29.821 pessoas. Os dados de 2017 mostram uma área de 1.587, 498 km² com 89,4% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado de acordo com o levantamento de 2010 (IBGE, 2018).

Em Martinópolis-SP no ano de 2010 havia uma população de 24.219 pessoas com estimativa para 2017 de 26.123 pessoas. A área da unidade territorial é de 1.253, 564 km² com

89,4% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado de acordo com as informações levantadas em 2010 (IBGE, 2018).

Sobre Rosana-SP o último censo de 2010 revela uma população de 19.691 pessoas, com uma estimativa de 17.755 pessoas em 2017. O território do município conta com 744, 011 km² e apresenta um esgotamento sanitário de 81,7% dos domicílios de acordo com o último censo (IBGE, 2018).

Para iniciar uma reflexão sobre a região do Pontal do Paranapanema é necessário recordar, mesmo que brevemente, os primórdios da ocupação do território brasileiro. O latifúndio nasce no interesse da metrópole portuguesa em ocupar o território, especificamente no regime de sesmarias, este regime que em Portugal tinha o objetivo de suprir as necessidades de alimentos do país, no Brasil tem como característica precípua a produção monocultora que atendesse às necessidades da metrópole. Os latifundiários compunham também a elite colonial ocupando não raramente cargos políticos e conquistando benefícios restritos a eles em detrimento do restante da população.

O Brasil apoiou-se então numa estrutura de concentração de terras, na exportação de produtos monoculturas (principalmente cana-de-açúcar e posteriormente café) e no trabalho escravo. As leis que foram formuladas a partir daí, ao longo da História, surgiram para garantir que a elite continuasse a concentrar terras e que o restante da população (os escravos libertos por exemplo) não tivesse acesso a elas. A Lei de Terras de 1850 é um exemplo de restrição criada oportunamente num momento em que vislumbravam a abolição da escravidão no Brasil.

Os pilares do Brasil colônia: latifúndio, monocultura, trabalho escravo e destruição ambiental, com maior ou menor frequência ainda estão presentes na sociedade atual, visto que os latifúndios ainda ocupam grande parte de nosso território e estão dedicados a produção de commodities (soja, suco de laranja, boi gordo, etc.). O trabalho escravo na atualidade é um desafio para o Ministério Público que investiga para além de outras modalidades de escravidão contemporânea (tráfico de pessoas, exploração sexual, trabalho infantil, o recrutamento de pessoas para conflitos armados e o trabalho forçado em condições degradantes com extensas jornadas, sob coerção, violência, ameaça ou dívida fraudulenta) o trabalho escravo em grandes fazendas no território brasileiro (PRADO JUNIOR, 2006).

Parte significativa da elite continua atrelada aos latifúndios, defendendo seus interesses na política (através da bancada ruralista) e na esfera econômica (através do agronegócio). Em nome do agronegócio os latifundiários cometem as mais distintas atrocidades contra os demais sujeitos do campo, a violência se estende a camponeses e camponesas, mas também aos indígenas que resistem em reservas cada vez mais pressionadas pela elite rural do país.

A partir deste contexto compreendemos a origem da região denominada Pontal do Paranapanema, a partir de um grilo de mais de 1.100.000 ha. Tânia Andrade, que foi diretora executiva do ITESP durante a gestão do governador Mário Covas e que, portanto, atuou como mediadora de situações de conflito no Pontal, revela por terras devolutas a seguinte compreensão:

[...] o sistema jurídico brasileiro estabelece que terras em que há fraudes nas cadeias sucessórias de transferência de domínio são terras devolutas, e sobre terras devolutas não há usucapião. Quer dizer que seu verdadeiro dono é e será sempre o Estado, e somente este poderá transmitir a propriedade ou regularizar a ocupação de terras devolutas (ANDRADE, 2008, p.138).

A ocupação irregular do espaço na região do Pontal é tratada por José Ferrari Leite que afirma que a irregularidade se deve às “formas irracionais empregadas” que golpearam de forma profunda o ecossistema e a distribuição irregular de terras porque poucos grileiros se apropriaram de muita terra enquanto muitos ficaram sem terra alguma (LEITE, 1998, p.17).

De acordo com Feliciano (2018, p.11) o Pontal do Paranapanema ocupa uma área de 23.952 Km² ou 9,6% do território paulista, para realizar ações discriminatórias na 10ª Região Administrativa o Estado delimitou áreas de atuação para que as ações fossem alcançadas, estas denominadas perímetros que foram definidos a partir de elementos geográficos. A 10ª Região Administrativa é dividida em 34 perímetros.

O Estado criou uma configuração territorial, o “perímetro” baseado em elementos naturais para assim desvendar e atuar no sentido de averiguar, em toda aquela porção, em um longo processo judicial, a veracidade ou não dos títulos apresentados, se eles correspondiam ou não a realidade [...]. Cada perímetro possui uma situação jurídica própria. Muitos foram julgados devolutos, outros particulares, assim como parte foi legitimada, enquanto outras transformadas em assentamentos (FELICIANO, 2018, p.13).

No que se refere às configurações judiciais das terras do Pontal do Paranapanema atualmente são “terras discriminadas (devolutas ou particular), terras em processo de discriminação e terras sem discriminação”. Mas, o que foi possível conquistar através dos movimentos sociais? São 117 assentamentos rurais na região com uma área de 150 mil hectares com 6.500 famílias camponesas, em que o Estado pagou aos fazendeiros (por terras que já eram suas – terras devolutas) aproximadamente 100 milhões de reais. Para o presente, a sistematização de Feliciano (2018) aponta que “o Estado tem uma definição judicial de que cerca de 96 mil hectares de terras deveriam estar sob seu domínio”, porém estão ocupadas pelos

fazendeiros grileiros. Essas terras se utilizadas para a criação de assentamentos rurais poderiam atender 6.500 famílias de trabalhadores (FELICIANO, 2018, p.74).

O relevo da região é considerado um relevo regular com ondas de colinas suaves e a monotonia é quebrada pelos morros testemunho do município de Teodoro Sampaio de 415 m de altitude denominado “Morro do Diabo” e o morro de Santa Ida de 360 m de altitude (LEITE, 1998, p.19).

O arenito Caiuá deu origem ao solo na região e tem como característica além de uma “fertilidade efêmera” o fato de ser fortemente arenoso. Esse tipo de solo necessita da cobertura vegetal que funciona como uma proteção, pois sem está ele se desfaz e é carregado pelas enxurradas. A “pobreza de água” do lençol freático relatada pelo autor se dá por sua origem desértica, não há seca na área, mas devido ao excesso de areia os solos são muito permeáveis (LEITE, 1998, p.20).

De acordo com Leite (1998) a boa distribuição das chuvas e as temperaturas médias anuais elevadas são características fundamentais para uma vegetação de tipo arbóreo com espécies latifoliadas, considerada uma floresta tropical. Num inventário citado pelo autor verificamos a presença das seguintes espécies na floresta do Morro do Diabo: Peroba, Guaritá, Marfim, Cedro, Canelão, Angicos, Gurucaia, Ipê, Alecrim, Guaiuvira, Canelinha e Amendoim.

É evidente que as espécies arbóreas de interesse comercial, a Peroba e o Ipê, por exemplo foram espécies importantes na época para a construção de casas e móveis. Na região existia uma fauna e flora complexa, espécies como: antas, onças, macacos, quatis (etc.) que foram reduzidas ou extintas nas mãos de caçadores ou através do desmatamento e queimada.

Compreender as características naturais da região são fundamentais para iniciar a reflexão sobre os povoamentos. A construção da Estrada de Ferro Sorocabana foi muito importante para a ocupação do território, os trilhos chegaram em Presidente Prudente no ano de 1917 e em 1922 no município de Presidente Epitácio. Com a abertura de estradas boiadeiras, com a instalação dos trilhos e as expedições para conhecer o território tem início então o surgimento dos primeiros povoamentos.

Em 28 de Novembro de 1921 foi criado o município de Presidente Prudente, com uma extensão de 15.600 km², posteriormente surgiria deste grande território todos os demais municípios localizados entre Rancharia e Presidente Epitácio (LEITE, 1998, p.35-36).

De acordo com Leite (1998) antes da Lei n.601 de 1850 a prática de declaração de posse ocorria por meio do “Registro Paroquial”, os livros na paróquia eram assinados pelos interessados e por testemunhas com o registro feito pelo vigário do local. Esta prática era importante para mais tarde legitimar as terras, pois as autoridades conferiam a veracidade das

informações que constavam no registro paroquial verificando as benfeitorias, roças, criações e as divisas das “propriedades” para posteriormente emitir o título de legitimação.

A lei de 1850 colocava fim a esta prática de legitimação, mas deixava a possibilidade de legitimar as terras que foram ocupadas antes da referida lei. A partir deste momento tem início um processo complexo de grilagem que tem por base duas grandes fazendas: Pirapó Santo Anastácio e a fazenda Boa Esperança do Água Pehy.

Em maio de 1856, Antônio José de Gouveia declarou que residia nas terras da fazenda Pirapó Santo Anastácio desde 1848. Assim, fez a declaração na paróquia São João Batista do Rio Verde (Itaporanga), mas o perímetro da fazenda ainda não tinha uma delimitação clara.

A fazenda Boa Esperança do Água Pehy já tem na própria denominação uma certa imprecisão, pois também era conhecida como Fazenda Rio do Peixe, com origem de sua posse de José Teodoro de Sousa. Segundo consta esta fazenda era ainda maior em extensão do que a Pirapó Santo Anastácio.

De acordo com Leite (1998) nenhum dos fazendeiros preocuparam-se em providenciar a legitimação das posses e começaram a comercializar partes das fazendas. Os acordos feitos com base nessas terras foram muitos e todos nulos do ponto de vista jurídico porque não pertencia aos grileiros.

No contexto da criação dos primeiros parques nacionais brasileiros e mediante o Código Florestal de 1965, o governador do estado de São Paulo Dr. Fernando Costa, engenheiro agrônomo, criou em outubro de 1941 a Reserva Estadual do 1º e 2º perímetros de Presidente Venceslau intitulada “Reserva Florestal do Morro do Diabo” (LEITE, 1998, p.58).

A reserva do Morro do Diabo contava com uma área aproximada de 37.156 hectares. Em 6 de Novembro de 1942 o governador cria a reserva Lagoa São Paulo situada no 10º perímetro de Presidente Venceslau e que contava com uma área aproximada de 13.343 hectares. A reserva denominada “Grande Reserva do Pontal” foi criada dezenove dias após a criação da Lagoa São Paulo e abrangia uma área superior a 100.000 alqueires. Leite (1998) afirma que as três reservas juntas totalizavam uma área de 123.000 alqueires e que apenas 4,7% destas terras estariam localizadas fora do antigo latifúndio Pirapó Santo Anastácio.

De acordo com o autor no momento da criação das três reservas havia somente três municípios à oeste de Presidente Prudente, sendo eles: Presidente Bernardes, Santo Anastácio e Presidente Venceslau, em 1944 foram instalados os municípios de Álvares Machado e Presidente Epitácio. Até 1950 a ocupação deu-se apenas ao longo da estrada de ferro, mas que posteriormente as frentes pioneiras começam a se afastar dos trilhos da estrada, dando origem

à novos municípios como resultado do crescimento da população que chega a dobrar de quantidade alcançando 276 mil habitantes entre 1930 e 1940 (LEITE, 1998).

O fato que deve ser destacado é, sem dúvida, a grande procura de terras no período. A avalanche humana que penetrou pelo sudoeste do estado de São Paulo e norte do Paraná naquela década viera, sem dúvida, atraída pelas terras novas, ainda baratas ou, quem sabe, por um pedaço de terra devoluta. Fortalece igualmente, nesta fase, a migração nordeste na área (LEITE, 1998, p.64).

As três reservas sofreram duras invasões, os grileiros e posseiros desmatavam e provocavam queimadas ao mesmo tempo em que arquitetavam golpes que contavam com autoridades locais e estaduais como prefeitos e ex-prefeitos e deputados visando “regularizar” a situação das terras. A partir de 1951 os jornais do estado começam uma grande campanha conservacionista e assim o governo dá início a uma série de providências, que durou algum tempo, para evitar a devastação do que restava das reservas.

Muitos fazendeiros foram multados devido à prática de desmatar, mas Leite (1998) afirma que o recorde de multas na época pertencia a fazenda Alcídia que foi contraventora por 25 vezes. Sobre a fazenda Alcídia verifica-se que:

Talvez o maior de todos os crimes florestais do Pontal tenha sido praticado pelos ocupantes desse imenso imóvel, quando em agosto de 1973, com auxílio de aviões agrícolas, pulverizaram cerca de cinco mil hectares de matas naturais com os herbicidas “tributon-24 D” e “Planuton”. Estes herbicidas contêm o famigerado desfolhante laranja, tão usado sobre as matas do Vietnã (LEITE, 1998, p.174).

Em cinco horas as folhas da vegetação morreram junto com pássaros, lagartos e outros animais silvestres demonstrando crueldade dos efeitos do herbicida.

Leite (1998) revela em sua obra elementos de outra dimensão da invasão de terras na região do Pontal: a violência. Os grileiros tentavam por meio do uso da força de jagunços manter os latifúndios grilados a salvo das ocupações dos posseiros. Os jagunços pressionavam a saída dos posseiros através de ameaças, roubavam rádios, facas e animais das glebas além de queimar roças, quando havia sinal de resistência os jagunços matavam os posseiros em “tocaías”. Por volta de 1940, o pistoleiro que aterrorizava os posseiros da região era Juventino Nunes que encontrou sua morte na tocaia feita ao lavrador Orlando José.

De acordo com o referido autor, o caso do grileiro José Conceição Gonçalves conhecido na região como “Zé Dico” ganhou destaque em 1963. O grileiro tinha a prática de arrendar “suas” terras e como pagamento do arrendamento os posseiros entregavam parte de sua produção vegetal ou animal. Os posseiros em conversa com o padre Olívio Reato e com guardas

da polícia florestal descobriram que as terras eram devolutas e pararam de pagar o arrendamento ao grileiro. Este, por sua vez, amedrontou os posseiros através da violência de seus jagunços culminando na morte do posseiro Paulo Kuriaki e seu filho de 17 anos. Para vingar a morte de Kuriaki em 1967 vinte e dois homens se dirigiram para a sede da fazenda Bandeirantes e assim assassinaram Zé Dico e seu filho (LEITE, 1998, p.112).

A luta dos posseiros da Reserva Florestal Lagoa São Paulo é considerada por Fernandes (1999, p.102) como uma das lutas mais antigas do Pontal, após as mortes e com os primórdios das obras da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, a CESP (Companhia Energética de São Paulo) reassenta as 450 famílias de pequenos posseiros em outra área porque aquela ocupada seria inundada pelo reservatório da referida usina, dando origem ao assentamento Gleba XV de Novembro.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge enquanto movimento no 1º Encontro Nacional em Cascavel no Paraná no ano de 1984, os sujeitos eram trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, meeiros, atingidos por barragens, parceiros, pequenos agricultores (etc.), o objetivo era a luta tanto pela terra e pela reforma agrária quanto por mudanças sociais no país. Os lemas “terra para quem nela trabalha” e “ocupação é a única solução” foram criados nessa época em que o movimento compreende a necessidade de se tornar uma organização sem vínculo com partidos ou governos (MST, 2018).

A partir da luta de militantes do movimento e de sindicalistas em 1988 é aprovada a nova constituinte com os artigos 184 e 186 que se refere a desapropriação de terras caso não cumpram sua função social:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988).

Desde sua criação o movimento já realizou ocupações em todo o Brasil conquistando muitos assentamentos e ganhando notoriedade internacional por sua organização e força.

As transformações nas matrizes energéticas no mundo em decorrência da crise do petróleo resultam no Brasil na criação em 1975, do programa estatal denominado Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), a produção de álcool ocorre tanto pelo estado quanto pela iniciativa privada, ou seja, por usineiros. De acordo com Silva (2011) a demanda na produção de mais agrocombustíveis surge com as facilidades de financiamento em longo prazo para a compra de carros *flex*, diminuição dos impostos no momento da compra, ou seja, incentivos e subsídios oriundos do BNDES.

As grandes grilagens da região do Pontal, aos poucos foram ocupadas por cana de açúcar através do arrendamento de terras às destilarias reduzindo as áreas destinadas a pecuária (atividade responsável por desmatamento e outras agressões no período de ocupação do território). No contexto do redirecionamento do PROÁLCOOL para a produção de álcool hidratado para consumo direto agroindústrias como a destilaria Alcídia instalam-se na região do Pontal do Paranapanema em terras devolutas. Entre 2000 e 2009 o setor de agrocombustíveis dobra a produção na região do Pontal do Paranapanema, especialmente a partir de 2007 com a Odebrecht, por meio da holding ETC e Sojtz, no Oeste paulista o agronegócio canavieiro vem se beneficiando de uma “trama que compõem com o auxílio do Estado (legitimação das terras), força de trabalho, financiamentos públicos, infraestrutura, logística e terras devolutas que barateiam a matéria prima” (SILVA, 2011, p. 39).

No que concerne aos avanços do agronegócio nos assentamentos rurais SILVA (2011) afirma que,

Nos assentamentos a presença do agronegócio se faz sentir, tendo implicações políticas, econômicas e ideológicas, que ao longo deste texto iremos analisar. O importante é compreender que ele avança sobre os assentamentos, através de propostas de arrendamento das terras, contratos de integração, pela indução via crédito rural de uma matriz tecnológica dependente do capital, comprometendo a base produtiva das famílias. Tudo isso mediatizado pela promessa de ganhos fáceis, afetando a capacidade de resistência política dos assentados (SILVA, 2011, p.25).

Assim, retornando à região do Pontal verifica-se que antes da chegada do MST, na década de 80, ocorre a luta e o assentamento, em 1984, das famílias que ocuparam as fazendas Tucano e Rosanela e o assentamento em 1988 dos trabalhadores que ocuparam a fazenda Água Sumida.

O MST realiza na região sua primeira ocupação em 14 de julho de 1990 onde 700 famílias ocuparam em Rosana que era até então distrito de Teodoro Sampaio, a fazenda Nova Pontal (FERNANDES, 1999, p.162).

Após muitos despejos violentos e até uma solicitação de despejo inédita realizada pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER) em relação ao acampamento na SP-613 as famílias ocupam a Fazenda São Bento em Mirante do Paranapanema.

Outro grupo ocupa parte da Fazenda Santa Clara em Mirante do Paranapanema no dia primeiro de setembro de 1991. É proveniente da luta desses trabalhadores o assentamento Santa Clara que foi a primeira conquista do MST na região após dois anos e meio de luta, em 1993, com o assentamento provisório de 315 famílias (FERNANDES, 1993, p.176).

Na década de 90 o movimento utilizava algumas táticas para pressionar o Estado, como por exemplo, intensificar as ocupações e para evitar os constantes despejos os trabalhadores entravam na área plantavam e depois se retiravam. Nas primeiras negociações entre o estado e grileiros um aspecto começa a ter destaque se tornando alvo de duras críticas, a superavaliação das benfeitorias dos grilos:

Se atentarmos para o processo histórico de grilagens das terras do Pontal, o pagamento de benfeitorias coloca o fato às avessas. O grileiro que devia restituir a terra, indenizando pelo seu uso, por desmatar e vender a madeira, quando for o caso, por ter especulado com a terra pública durante dezenas de anos, cobrando renda, acabou por lograr o estado e, novamente, recebeu pela rapinagem que cometeu. Evidentemente, a correlação de forças políticas, naquele momento, tornou viável esse tipo de *maracutaia* (FERNANDES, 1999, p.184).

Neste processo o Estado passava então a comprar as benfeitorias das próprias terras e as fazendas griladas tornaram-se alvo de negociações em que os latifundiários obviamente obtinham vantagem.

Os grileiros organizados na UDR (União Democrática Ruralista) não mensuravam esforços para desmobilizar os trabalhadores sem-terra, os recursos utilizados eram desde liminares de reintegração de posse, que ocorriam acompanhadas das ações de despejo até o recurso mais extremo que era a utilização de jagunços e consequentemente de violência (FERNANDES, 1999).

A UDR foi criada em maio de 1985 pelos latifundiários, em meados de 1987 ela contava com mais de 40 mil associados e obviamente dispunha de capital considerável para financiar suas ações, o principal líder e também primeiro presidente da organização foi Ronaldo Caiado, que entre outras coisas era defensor da violência como instrumento de enfrentamento contra os movimentos sociais. A UDR paulista tinha sua sede na região do Pontal do Paranapanema (FGV, 2018).

Outro ator importante na questão agrária do território do Pontal é o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), que foi criado durante o governo de Luiz Antônio Fleury Filho, o antigo secretário de segurança pública do governador Orestes Quércia, se compromete ainda na época de campanha a criar um órgão de terras estadual que contenha o Departamento de Assentamento Fundiário e o Departamento de Regularização Fundiária.

No dia 15 de março de 1991, por meio do decreto nº 33.133, Fleury cria então o Instituto de Terras do Estado de São Paulo e em 8 de janeiro de 1999 o Instituto torna-se fundação. De acordo com o ITESP (2013) a lei de criação do órgão estabelece que:

Artigo 2º - A fundação terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.

Artigo 3º - Para consecução de suas finalidades, cabe à Fundação:

- I. Promover a regularização em terras devolutas do ou presumivelmente devolutas, nos termos da legislação vigente;
- II. Implantar assentamentos de trabalhadores rurais nos termos da Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e legislação complementar;
- III. Prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim identificados;
- IV. Identificar e solucionar conflitos fundiários;
- V. Promover a capacitação de beneficiários e de técnicos, nas áreas agrária e fundiária;
- VI. Promover a identificação e a demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, para fins de regularização fundiária, bem como seu desenvolvimento socioeconômico; e
- VII. Participar, mediante parceria, da execução das políticas agrária e fundiária, em colaboração com a União, outros Estados e municípios (ITESP, 2013, p.74).

A partir deste contexto de luta pela terra, violência e grilagem compreendemos a região onde estão localizados os assentamentos Nova Conquista que tem 77 lotes no município de Rancharia-SP e 27 lotes no município de Martinópolis-SP e o assentamento Porto Maria que está localizado no município de Rosana-SP. Adentraremos a história da luta pela terra dos camponeses a partir da trajetória do grupo que hoje está no assentamento Nova Conquista.

Na pesquisa de mestrado realizamos estudos a respeito da história dos assentados do Nova Conquista compreendendo que a origem da luta pela terra não se dá na região do Pontal do Paranapanema.

Duas mil e quinhentas famílias formadas por trabalhadores bóias-frias, arrendatários, meeiros e filhos de assentados realizam no dia 9 de outubro de 1993 uma das maiores ocupações na época no estado de São Paulo. A ocupação ocorreu no município de Getulina-SP nas fazendas da família Ribas: Jangada (5.741 hectares) e Ribeirão dos Bugres (484 hectares) (FERNANDES, 1999).

De acordo com Fernandes (1999), as reuniões dos trabalhadores ocorreram em comunidades, casas e sindicatos e o MST organizou o processo de formação dos sujeitos durante 7 meses em 22 municípios das microrregiões: Bauru, Campinas, Alta Noroeste de Penápolis, Médio São José dos Dourados e Divisor São José dos Dourados – Tietê.

No acampamento foram formados 65 grupos com até 40 famílias e as comissões eram de imprensa, negociação, saúde, finanças, segurança e educação, os acampados ainda contavam com o apoio de membros da igreja católica como o bispo da diocese de Lins D. Irineu Danelon, que foi um importante mediador em diversas reuniões, e de diversos padres da mesma diocese (FERNANDES, 1999).

Durante o acampamento os sem-terra pressionavam o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), por meio de ocupações na sede da instituição na cidade de São Paulo, para realizar as vistorias nas fazendas. Enquanto isso, os advogados da família Ribas solicitam reintegração de posse declarando que na fazenda Jangada estavam plantados 1800 hectares de milho, 145 hectares de feijão, 29 hectares de amendoim e 2.000 hectares de pastagem cultivadas (FERNANDES, 1999).

No dia 18 de novembro o INCRA após vistorias por meio de laudo oficial conclui que a fazenda Jangada é improdutiva e que a fazenda Ribeirão dos Bugres é produtiva, em seguida, no dia 19 de novembro ocorre o terrível despejo realizado por 2.000 policiais que utilizaram polícia feminina, cavalaria, canil, dois helicópteros e bombas de gás lacrimogêneo que foram direcionadas para dispersar os trabalhadores do local. Sobre o despejo um camponês do assentamento Nova Conquista relata que:

[...] era tanta gente que você pensa onde mora mil famílias mesmo contando com gente sozinho, da bastante barraco né e a gente dado a mão, um com o outro quase que deu a volta no acampamento, de tanta gente que tinha aí a gente ficou e resistimos até o ultimo caso mesmo, e aí as policias chegou veio muita polícia, muita polícia, eu nunca tinha visto um negócio daquele parecia que era uma guerra, eles trouxe corpo de bombeiro, polícia militar, batalhão de choque, que eu nunca tinha visto na minha vida e polícia de tudo o quanto era jeito, e vinha pelo meio do mato e de helicóptero e despejou nós naquela época eu tinha uma menina que tinha 2 anos de idade, tinha outra que tinha acho que 5 anos, e aí a gente saiu de a pé como se fosse uma boiada tocando, a gente contando, mas parecia uma boiada sabe, as polícia foi juntando assim, encima dos cavalos e jogando bomba, e ajuntando assim para o cruzeiro para o meio do acampamento, e foi tocando pra estrada para tirar pela porteira e nós

saímos de a pé (Camponês do assentamento Nova Conquista, entrevista realizada em janeiro de 2014, TEIXEIRA, 2015).

Um cordão humano de 1,5 km de extensão foi formado pelos acampados na tentativa de proteger o acampamento, mas foi rompido com facilidade pelos policiais, os relatos de violência foram muitos e uma denúncia foi realizada na OAB devido à violência contra as crianças. De acordo com o MST foram 100 feridos enquanto os meios de comunicação divulgaram 20 feridos.

As famílias foram despejadas sem a possibilidade de carregar pertences como documentos e até água para enfrentar a caminhada de 17 quilômetros até o distrito de Macucos, a família Ribas disponibilizou caminhões para o transporte dos trabalhadores, porém, eles não aceitaram devido ao medo de represálias.

Na chegada ao distrito de Macucos bombas de gás foram lançadas dentro da igreja onde eles buscavam abrigo, a população do distrito também se revoltou com a ação dos policiais. No dia seguinte os trabalhadores acompanhados pela PM (Polícia Militar) voltaram ao acampamento para buscar suas coisas (TEIXEIRA, 2015).

Depois de um período no distrito os trabalhadores voltam a ocupar a fazenda Jangada, mas como ocorre um conflito com os jagunços da fazenda resultando na morte de um deles os sem-terra resolvem desocupar a fazenda acampando na rodovia, pois os policiais cercaram o distrito para evitar o retorno dos trabalhadores.

Em 1994, a fazenda Jangada foi decretada improdutiva pelo governo federal, mas a família Ribas consegue anular o decreto e ocorre mais um despejo. Esse fato aliado a divisão que ocorreu no acampamento entre as principais lideranças do MST acarreta a desmobilização das 2.500 famílias. Dessas famílias da ocupação Jangada, 250 famílias em dezembro de 1994 chegaram ao município de Rancharia-SP na região do Pontal do Paranapanema.

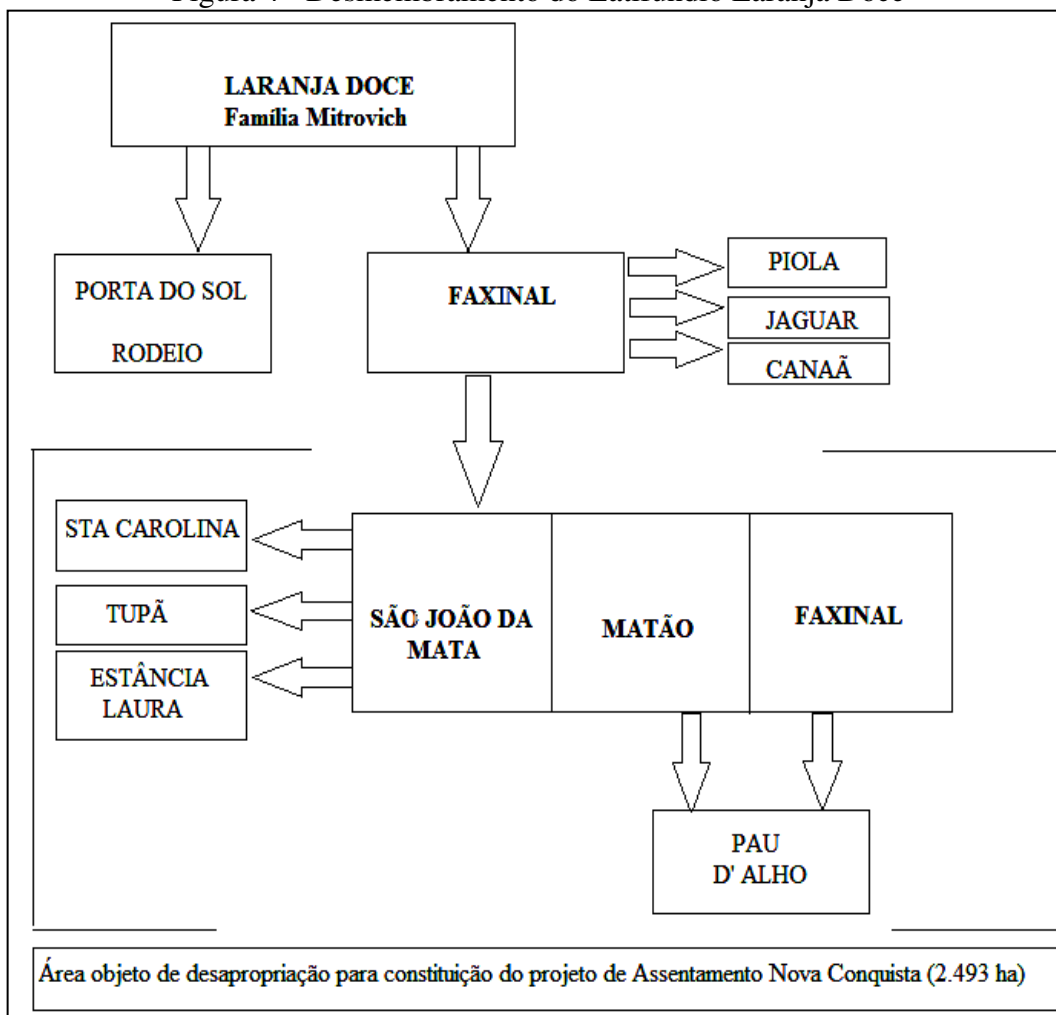
As famílias ocuparam então as fazendas Matão, Faxinal e São João da Mata, os latifúndios tinham origem na antiga fazenda Laranja Doce (8.993 ha) que era da família Mitrovitch. Após vistoria do Incra em 1987, em que este declarava a fazenda passível de desapropriação para fins de reforma agrária, os latifundiários deram início a mais uma “manobra” para escapar da justiça e começaram a desmembrar a fazenda e fizeram essa prática por diversas vezes. De acordo com Fernandes (1999):

Com o falecimento do patriarca da família Mitrovitch, as fazendas foram desmembradas novamente. Da fazenda Faxinal surgiram seis fazendas: São João da Mata de 1.146 ha, Faxinal de 733 ha, Matão de 445 ha, Piola de 1253 ha, Jaguar de 1253 ha e Canaã de 1253 ha. Ainda, a fazenda São João da Mata foi dividida e

surgiram as fazendas Santa Carolina, Tupã e a Estância Laura. De partes das fazendas Faxinal e Matão surgiu a fazenda Pau d'Alho. Da fazenda Porta do Sol surgiu a fazenda Rodeio (FERNANDES, 1999, p.219).

A partir desta prática de divisões e comercialização de algumas fazendas os proprietários buscavam então fugir dos processos desapropriatórios, pois as três fazendas: Faxinal, Matão e São João da Mata haviam sido declaradas improdutivas pelo INCRA em janeiro de 1995.

Figura 4 - Desmembramento do Latifúndio Laranja Doce



Fonte: FERNANDES, 2000, p.28.

As famílias que ocuparam as fazendas foram despejadas e montaram acampamento na área da FEPASA, em abril de 1995 reocuparam as fazendas São João da Mata e a Santa Carolina sendo que, nesta última plantaram 40 hectares de mandioca, feijão e hortaliças que foram posteriormente destruídas (no dia 18 de maio) pelo proprietário da fazenda Santa Carolina após ter seu pedido de reintegração de posse atendido pela justiça. Em contrapartida, no dia 22 de maio as famílias destruíram a cerca da fazenda e queimaram o trator que destruiu suas roças

além de render dois policiais que faziam a pistolagem para o fazendeiro apreendendo dois revólveres e um rifle.

Figura 5 - Trabalho no plantio do feijão que foi tombado pelo fazendeiro



Fonte: Teixeira, A. L., 2015, p.84.

De acordo com Fernandes (1999, p.221), a primeira vitória do grupo da ocupação da fazenda Jangada após dois anos de luta ocorre no dia 20 de outubro de 1995 quando o INCRA recebe da 21ª Vara da Justiça Federal de São Paulo a posse de 1174 ha das fazendas Faxinal e Matão e assim as famílias continuaram as ocupações para conquistar também as outras áreas da fazenda Faxinal.

De 1996 até 1998 ocorreu o período de assentamento emergencial e a entrega dos 104 lotes já demarcados do assentamento Nova Conquista ocorreu em outubro de 1998.

A luta das famílias assentadas no Porto Maria foi composta por quatro grupos, sendo eles: o grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), grupo dos camponeses agregados do assentamento Gleba XV de Novembro, o Movimento Agricultores Sem Terra (MAST) e o grupo dos ex-funcionários da fazenda Porto Maria, sendo que estes grupos estavam distribuídos em três acampamentos.

[...] então nós temos lá quatro grupos: os ex funcionários da fazenda, o pessoal do movimento sem-terra, o pessoal do MAST e os agregados que são os filhos de assentados da gleba XV são quatro grupos que estão ali dentro, mas hoje já tem 10 anos e quando fizemos o mapeamento e tudo foi feito um sorteio e todo mundo ficou bem homogêneo mesmo né... a gente não deixou que ficasse o pessoal do MAST de um lado o pessoal do movimento e os funcionários de outro lado fizemos tudo junto para eles se conhecerem se familiarizar e tudo né. (Trabalho de campo 2018, entrevista realizada com técnico do ITESP).

Os camponeses acamparam na região durante aproximadamente dez anos e relataram em entrevistas que estiveram acampados nos municípios de Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Sandovalina e Rosana, localizados no estado de São Paulo. Alguns entrevistados afirmaram que acamparam em Rosana num período de três a quatro anos.

A figura 6 mostra uma das marchas relatadas pelo camponês do Porto Maria, o mesmo afirma não recordar em que ano foram tiradas, mas relata que a marcha em direção a Presidente Prudente-SP fez parte dos atos de luta pela terra que já participou ao longo de sua trajetória, nesta época o camponês já se encontrava na idade adulta.

Figura 6 - Camponeses marchando para a cidade de Presidente Prudente – SP (1990)



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2018 - Trabalho de campo, fotos cedidas pelos assentados do Porto Maria.

Nos dois grupos mencionados anteriormente (MST e MAST) estavam distribuídos entre ambos um grupo de camponeses que não residiam no Brasil, algumas famílias intituladas na época de “brasiguaios” residiam há muito tempo no Paraguai, há camponeses que foram levados por seus pais com apenas dois anos de idade, em terras paraguaias estes trabalhadores também se dedicavam a agricultura e vieram para a luta no Pontal motivados por lideranças do MST.

Um fato importante é que parte desse grupo passou para o acampamento do MAST devido ao fato de que não se acostumavam com a estratégia de luta do MST, que é realizar

frequentes ocupações, e como o acampamento do MAST permanecia fora da fazenda e não participavam das ações os camponeses preferiram acampar junto com esse grupo.

Nós éramos o MAST, eram três acampamentos, mas eles entraram para dentro e nós ficamos fora e depois que a fazenda saiu e ficou certinha aí a gente entrou, MST e os agregados acamparam aqui dentro, só o MAST ficou fora...a gente não chegou a fazer ocupação a gente só encostou na fazenda e ficou aguardando...
(Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponesa do Porto Maria).

Sobre o grupo dos camponeses agregados no assentamento Gleba XV de Novembro nota-se nas entrevistas que devido às suas origens “filhos da luta pela terra de seus pais” estes durante o período de acampamento participaram das ocupações promovidas pelo MST reconhecendo a estratégia de ocupação como fundamental para fazer “pressão nas autoridades”.

[...] então aí nós ficamos acampados seguia daqui para Mirante ocupar terra fazer pressão sabe, porque você ficar acampado só naquele lugar e não fazer um movimento, uma pressão, fica neutro então os líderes chegavam com os ônibus nós entrávamos para ocupar, o movimento sem-terra é assim...(Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponês do Porto Maria).

Nas pesquisas de campo evidenciamos que muitos dos camponeses relataram ter nascido no estado do Paraná, exceto os ex-agregados da Gleba XV de Novembro que nasceram em municípios da região do Pontal. Os assentados relataram sua trajetória de uma vida dedicada ao trabalho na área rural mesmo quando residiam na área urbana, bóias frias, parceiros, arrendatários etc.

Dentre os municípios relatados em campo, os assentados do Porto Maria informaram os seguintes municípios do estado do Paraná: Planaltina, Terra Rica, Barbosa Ferraz, Goioerê e Palotina. Um dos entrevistados relatou que seu nascimento ocorreu no estado de Minas Gerais (Governador Valadares) e outro no Espírito Santo (Barra de São Francisco), os demais nasceram nos municípios da região do Pontal do Paranapanema-SP.

Depois da luta e da negociação com o latifundiário Benedito Carlos Manno a fazenda Porto Maria passa a assentamento no dia 30 de dezembro de 2008 tornando-se território de luta na terra para 41 famílias. Partiremos para os estudos sobre a família camponesa do assentamento Nova Conquista.

3.2. A família camponesa: estratégias de transmissão no Nova Conquista

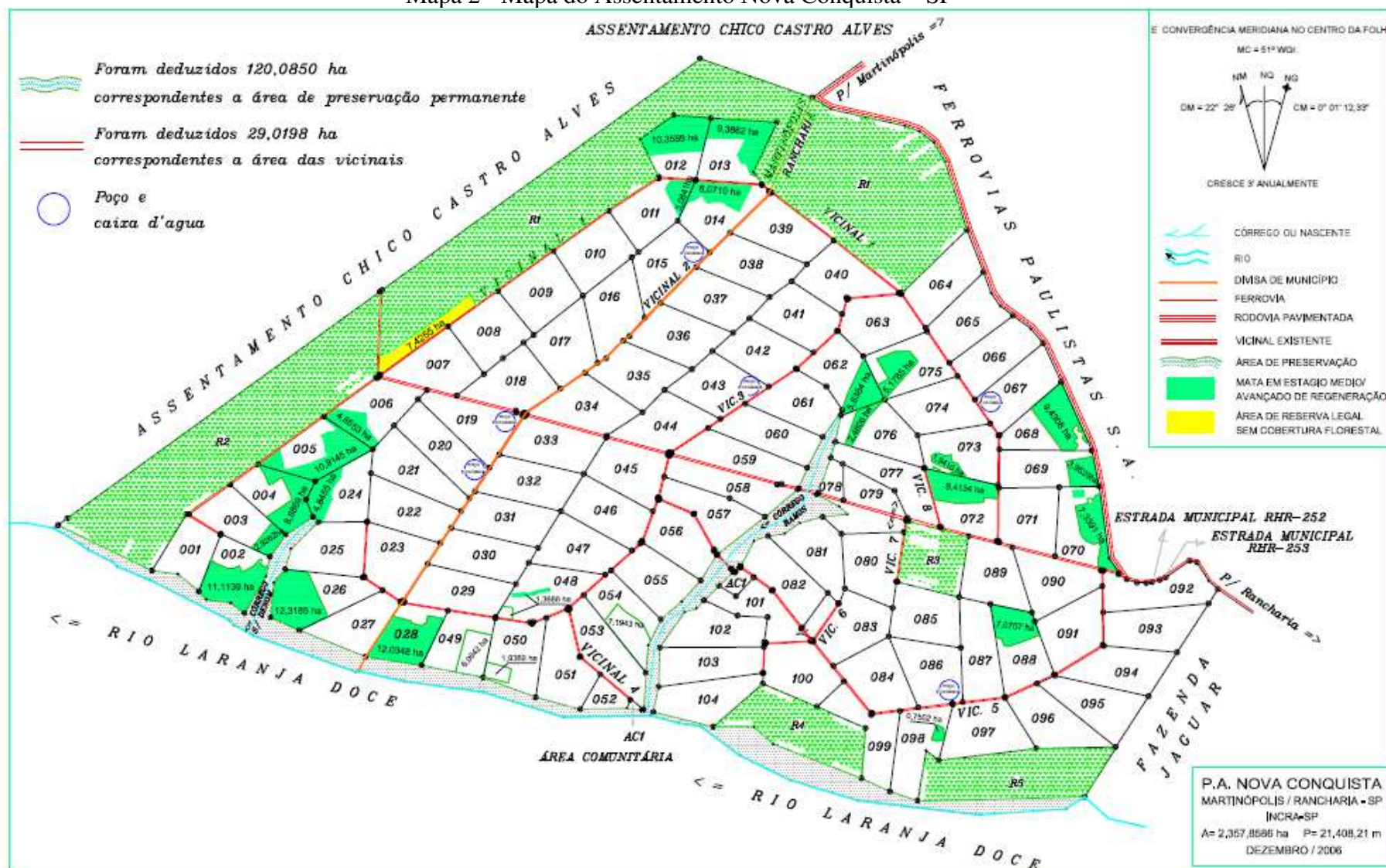
Nesta seção do trabalho buscaremos compreender as diferentes estratégias intergeracionais observadas a partir da pesquisa no Nova Conquista, para que os agregados permaneçam no lote de seus pais. Assim, um conjunto de ações são realizadas para contornar o fato de que o lote não consegue apoiar economicamente a mais de uma família, dentre elas: ceder espaço para construção de moradia, roçadinho para os filhos adultos, trocas de alimentos, “ajuda” no momento de casar, etc. Aqui, apresentaremos o sujeito que estamos compreendendo como “camponês agregado em condição de trabalho assalariado”.

No assentamento Nova Conquista também foi realizada a pesquisa de mestrado, por isso dispomos de dados mais específicos que levantamos na época da referida pesquisa. O assentamento Nova Conquista foi criado em 14 de dezembro de 1995, sendo que somente em outubro de 1998 conseguem o assentamento definitivo. O assentamento possui 104 lotes, dentre os quais 77 estão localizados no município de Rancharia – SP e 27 em Martinópolis – SP, totalizando uma área de 2.493,12 ha.

No que concerne aos vizinhos que fazem limite com o Nova Conquista verificamos que o assentamento Nova Vida está a oeste, a fazenda Bartira ao norte e a nordeste do assentamento, a leste observamos pequenas propriedades ao longo da estrada de ferro e finalmente ao Sul temos as fazendas Piola e Jaguar (FERNANDES, 2000, p.14-15).

As feições geomorfológicas do assentamento são homogêneas em que as elevações do tipo colinas apresentam altitudes que variam entre 500 e 600 metros em relação ao nível do mar, com os topos aplainados. No que se refere aos recursos hídricos do assentamento verifica-se que o córrego Ramos banha 20 lotes e corta o assentamento no sentido norte a sul e deságua no Ribeirão Laranja Doce, como podemos evidenciar no mapa 2, este por sua vez, está localizado no sentido Leste-Oeste do Nova Conquista e banha 16 lotes (FERNANDES, 2000, p.39).

Mapa 2 - Mapa do Assentamento Nova Conquista – SP



Fonte: INCRA, 2013.

Nos trabalhos de campo durante o mestrado verificamos que a área comunitária do assentamento contém: uma igreja católica, um tanque de resfriamento comunitário, a igreja evangélica Assembleia de Deus e uma casa de madeira que servia de estrutura para a escola no início do assentamento (TEIXEIRA, 2015).

Quadro 4 - Município onde os camponeses do assentamento Nova Conquista residiam antes do acampamento.

Cidade	Número de pessoas	%
Promissão - SP	144	32,3
Getulina - SP	32	7,2
Penápolis - SP	25	5,6
Rancharia - SP	25	5,6
Birigui - SP	24	5,3
Avanhandava - SP	21	4,7
José Bonifácio - SP	19	4,3
Queirós - SP	17	3,8
Lins - SP	15	3,4
S.J Rio Preto - SP	11	2,5
Outros	113	25,3
Total	446	100

Fonte: Fernandes, 2000, p.52.

Org: Teixeira, A. L, 2015.

Verificamos a influência do assentamento Reunidas (relatada nas entrevistas da pesquisa de mestrado) quando notamos que a maioria dos camponeses assentados (32,3%) têm origem em Promissão – SP. Getulina é o segundo município de origem com maior número de assentados (7,2%) e Rancharia (município onde está localizado o assentamento) é responsável por 5,6% dos assentados do Nova Conquista.

Durante o trabalho de campo verificamos que a maioria dos agregados residem numa moradia separada dos titulares, porém dentro do mesmo lote. Parte significativa dos casais possuem pelo menos uma criança, mas observamos também mães e pais solteiros. A idade dos agregados varia entre 20-43 anos. A figura 7 nos mostra um lote em que há três casas, a casa da titular e as casas das filhas que hoje são casadas e optaram por residir no sítio da mãe com seus respectivos esposos.

Figura 7 - Lote com três casas (agregada-titular-agregada)



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2017.

Quando nos propomos a compreender as estratégias de transmissão no assentamento Nova Conquista necessitamos do apoio teórico de Seyferth (1985) em seu estudo “herança e estrutura familiar camponesa” para a reflexão de dois termos que ela nos apresenta e que serão de grande utilidade para este momento do trabalho, são eles: “família-tronco” e “worker peasants”(ou operários-camponeses). Ressaltamos, porém que partiremos destes conceitos, mas formularemos posteriormente uma análise que se aproxime ainda mais dos camponeses agregados, pois compreendemos por exemplo, que “operários-camponeses” pode ser um bom ponto de partida, mas parece não ser ainda o melhor conceito para compreendermos ao menos uma face da realidade.

A área de estudo de Seyferth (1985) são os municípios de Brusque e Guabiruba no vale do Itajaí-Mirim em Santa Catarina. A autora estuda as práticas de herança que têm por objetivo evitar a excessiva fragmentação dos sítios camponeses que ameaça a reprodução do campesinato. Assim, Seyferth (1985, p.01) afirma que quando leva-se em conta as práticas que garantem a manutenção da estrutura social camponesa estas têm como base “a tradição, ou melhor, o ‘direito costumeiro’, que permite excluir da herança da terra um ou mais membros da família”. A respeito do conceito de família-tronco a referida autora esclarece que:

Quando a herança impartível corresponde a um padrão residencial do herdeiro casado vivendo com seus pais, nos referimos com frequência à “família-tronco”. Como muitas outras categorias sociais, não há consenso em como definir exatamente isso. A família-tronco é algumas vezes definida em termos de herança impartível, algumas vezes em termos de co-residência, e usualmente é descrita em termos de ambos (Berkner, 1976, p.84). O padrão de residência que distingue esse tipo de família é o do grupo doméstico composto de dois casais (os pais e um dos filhos casados) vivendo na mesma casa (SEYFERTH, 1985, p.12).

A respeito do padrão de residência conclui-se de acordo com a autora que é patrilocal para o herdeiro, mas é neolocal para os demais filhos. Ou seja, após o casamento a nova família do herdeiro vai residir com o pai dele enquanto os demais filhos seguem em busca de uma nova moradia.

A autora compreende que o conceito de família tronco é importante na medida em que a família camponesa não é uma família nuclear, nem uma família extensa. Seyferth (1985, p.12) afirma que o termo “tronco” sugere a patrilinearidade e que a co – residência é fundamental porque não está apenas vinculado à herança da terra, mas também ao sistema de transmissão do patrimônio.

Outro conceito utilizado por Seyferth (1985, p.17) e que consideramos importante ponto de partida é o de “operário-camponês”. Este conceito foi elaborado por Franklin (1969) na obra “The European Peasantry: the final phase” e utilizado no contexto brasileiro por alguns teóricos dentre eles destaca-se a Seyferth que caracteriza “worker-peasant” como o tipo de trabalhador que combina “a condição camponesa, assegurada pela posse de uma pequena parcela de terra (em geral plantando para consumo próprio ou eventualmente para o Mercado), com trabalho assalariado que exige o deslocamento diário (ou temporário)”, assim verificamos o tipo de migração denominada “pendular” (SEYFERTH, 2011, p.403).

Neste contexto sobre o conceito ela relata que para o campesinato tradicional tornar-se um worker-peasant é uma alternativa quando ocorre o sistema de herança compartilhada e o “colono torna-se um agricultor de tempo parcial e a colônia uma unidade de produção apenas para consumo da família”. A autora ainda revela que “a situação de Worker peasant é pensada como alternativa, mas não a proletarianização total” e a partir desta afirmação compreendemos o quanto a terra é importante para a reprodução também dos operários camponeses, mas esta depende totalmente da negociação entre pais e filhos para evitar o seu parcelamento (SEYFERTH, 1985, p.25).

Trabalhando a partir do conceito apresentado por Seyferth (1985) evidenciamos em nossos trabalhos de campo e experiências nos assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema o sujeito que estamos denominando de “camponeses agregados em condição de

trabalho assalariado”, que antes de tudo é um camponês, que se dedica ao trabalho dentro e fora do assentamento por tempo indeterminado até que ocorra a sucessão na titularidade do lote, posteriormente trataremos da rotina exaustiva desse agregado.

Retomando as estratégias reprodutivas do campesinato destaca-se então os arranjos de herança que nos assentamentos rurais assumem certa singularidade devido à intervenção do Estado através do INCRA ou do ITESP (nos assentamentos de São Paulo). Castro (2005) afirma que a família camponesa assentada tem pouca autonomia para desenvolver suas estratégias de reprodução socioterritorial, como por exemplo, filho não pode ser funcionário público, ter renda acima de três salários mínimos ou ainda o fato de que é proibida a divisão ou venda de terras dentro do assentamento. Neste momento então podemos nos dedicar a compreender as características do campesinato que resistem a esta singularidade dos assentamentos, ou ainda investigar quais são as práticas realizadas pela família camponesa assentada apesar das regras colocadas pelas instituições.

De acordo com Seyferth (1985, p.15) “dote e herança tem uma vinculação formal com o casamento”, e que neste momento específico da vida dos filhos e filhas os pais devem fornecer uma contrapartida referente aos anos em que estes trabalharam sob sua tutela com os “ganhos” voltados para suprir as necessidades domésticas. A herança depende das condições econômicas da família camponesa, quando se trata de “colonos fortes” como revela a autora ou “sitiantes bem de vida” é possível doar terras além de um espaço para a construção da moradia.

Mas a escassez de terras e até mesmo as condições econômicas de uma família, por vezes permite apenas ceder um espaço dentro do sítio ou do lote para a construção da moradia. Dentro das estratégias de herança visando não repartir a terra e, portanto, não inviabilizar a reprodução social camponesa há também famílias que optam por encaminhar alguns de seus filhos logo cedo para o trabalho na cidade.

Todas as estratégias levam em consideração a questão de gênero, por isso temos na bibliografia tradicional a questão do “dote” (que será tratado nos assentamentos como “ajuda” e que se direciona aos filhos e filhas) direcionado às mulheres que de forma geral não herdam a terra e passam a residir na propriedade da família de seu esposo. Sobre esta questão Seyferth (1985) revela que:

Os bens que compõem o dote dependem da situação financeira da família; pode ser apenas o enxoval, acumulado pela noiva (roupas e outros objetos de uso pessoal, utensílios de cozinha, etc), ou bens considerados indispensáveis para o início de um novo ciclo familiar (com animais domésticos, móveis, maquininha de costura, etc.), ou ainda dinheiro (SEYFERTH, 1985, p.15).

É interessante ressaltar que a autora afirma que “qualquer que seja a forma legal de transmissão de herança - doação ou inventário - prevalecem de fato os arranjos costumeiros” e entre eles destacam-se três como os mais comuns: herança impartível, herança compartilhada e ainda a exclusão das mulheres da herança. A herança compartilhada de acordo com Seyferth (1985) “torna impossível a reprodução da família camponesa” (SEYFERTH, 1985, p.17).

Pois bem, em que medida estas características de herança e dote se realizam também nos assentamentos rurais?

É notório que a primeira reflexão possível é a de que os lotes (sítios) dos assentamentos rurais não podem ser formalmente divididos, ou seja, não ocorrerá o fracionamento das terras de modo formal, o que deste ponto de vista este elemento não seria um grande “problema” para o campesinato nas terras da reforma agrária. Todavia, é muito comum como já foi evidenciado na tabela dos entrevistados, que os titulares forneçam uma área para a construção das moradias dos filhos e ainda um espaço para plantio, ou seja, o roçadinho. Sobre o roçadinho tanto Moura (1978) quando Heredia (1979) indicam que os filhos perdem este espaço no momento do casamento, o que não ocorre nos assentamentos onde a família tronco permanece com o direito de plantar e colher em determinado espaço.

Sobre os dotes evidenciamos durante as entrevistas que a situação econômica das famílias influenciou muito, pois trata-se de famílias que não são “colonos fortes”, ou seja, não gozam de uma situação financeira confortável. Sobre os dotes recebidos ou no caso dos assentamentos a “ajuda que os pais dão para os filhos” independente de sexo já que a doação de terras é “formalmente” impraticável para que os filhos homens sejam contemplados, evidenciamos alguns depoimentos sobre esta “ajuda” no momento em que os camponeses responderam a questão: “qual ajuda recebem dos pais quando decidem se casar?”:

Isadora: Aqui filha é só as vezes quando tem é uma vaca para fazer churrasco, quando eu casei eu não recebi foi nada eles não tinham condições né...porque eu amiguei mas foi mais churrasco...os pais dele ajudou a comprar os móveis ou alguma coisa, mas é difícil também.. (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

Margareth: Sim, quando eu casei os móveis eles ajudaram minha mãe me deu algum animal assim já, galinha, porco e vaca já deu também... (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

Mario: Antes de eu casar eu noivei, e quando eu noivei o meu pai fez aquela casa lá para mim quando casasse tivesse a casa lá para não morar junto porque quem casa quer casa né, no geral, no resto era tudo junto, porco, galinha e vaca e quando ela veio para cá já chegou com 3 vacas e 3 bezerros, uma das vacas tinha 2 bezerros...(Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

No geral, a maioria dos entrevistados relataram que a “ajuda” recebida dos pais foi direcionada a realização da festa de casamento, ou ainda na compra dos móveis, enxoval. Outros relatos frequentes dizem respeito à autorização que os genros e noras receberam para trazer suas próprias “criações”, ou seja, galinha, porco e vaca. Outro tipo de ajuda relatada diz respeito à construção da casa ou até mesmo ao fato de ceder o espaço para a construção no lote. Sobre a construção da casa é ilustrativo o seguinte depoimento:

Deise: O pai dele não deu nada ele saiu só com a roupa do corpo e umas três mudas de roupa, agora minha mãe ela foi o pai e a mãe dele e meu tudo, nós moramos na casa dela dois anos e pouco só saímos da casa dela porque eu consegui, ela me ajudou muito na casa e um tio meu que faleceu também ajudou que ele veio para cá ajudando o pedreiro de servente porque meu marido chegava de noite, e de noite ele e meu irmão ia concretando a noite... (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

Evidenciamos algumas exceções como relatado no depoimento da camponesa que adquiriu a titularidade de um lote e por isso deixou de ser agregada, ela recebeu a “ajuda” de seu pai em dinheiro, o que revela uma situação econômica “melhor” de sua família:

Lenir: Ah deram todo apoio, eu não casei na igreja só amiguei então é que eu trabalhava e meu marido trabalhava então não precisou de muita coisa, mas tudo o que precisei me ajudou, ah que nem se faltou alguma coisa de móveis eles foram lá e compraram que nem quando eu fui comprar o sítio ele me ajudou a comprar e até hoje ele me ajuda...(Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

Os assentamentos estudados durante a pesquisa revelam estruturas familiares distintas. Os filhos, camponeses agregados, filhos de assentados ou somente assentados como queiram se reconhecer fazem toda a diferença quando pensamos sobre a reprodução socioterritorial dos assentamentos em evidência.

Durante os primórdios desta pesquisa a hipótese que rondava nossos diários de campo era que em todo sítio havia uma família tronco, ou seja, um filho estava disponível para os titulares, para auxiliar nas tarefas do lote e para dar continuidade ao território num futuro de ausência dos pais.

Um primeiro elemento mostrou que nossas expectativas não se confirmariam, este elemento é o trabalho.

Esperávamos encontrar no Porto Maria muitos filhos residindo no sítio de seus pais, devido à idade do assentamento, mas o que encontramos foram filhos que passam pouco tempo residindo no lote, por isso a rotatividade é maior, ou seja, os agregados saem e voltam para a

residência de seus pais com maior rapidez do que os agregados do Nova Conquista e não constroem residências separadas.

A distância do assentamento em relação a cidade e a oferta de trabalho faz toda a diferença quando analisamos a questão da permanência do agregado no lote, o assentamento Nova Conquista tem uma Usina de Álcool e Açúcar localizada estrategicamente na fazenda que se encontra geograficamente na frente do assentamento. Dos assentados filhos de titulares que entrevistamos durante os trabalhos de campo não encontramos respondentes (do sexo masculino) que trabalhem em outro lugar fora do assentamento que não seja na Usina. Todavia, as mulheres trabalham em atividades como Seringueira (fazenda vizinha) e até mesmo na cidade.

Analisar o papel da Usina para os camponeses do Nova Conquista é algo complexo e tentaremos apontar alguns elementos para a reflexão que foram vislumbrados durante o campo.

Começamos nossa reflexão a partir do fato de que o trabalho acessório ou trabalho temporário é historicamente uma característica fundamental para a reprodução da família camponesa. Todavia, a inquietação que nos cercava é devido ao fato de que o trabalho dos agregados não parecia necessariamente se encaixar na questão do trabalho acessório (TAVARES DOS SANTOS, 1978), esse por tempo limitado em que o camponês depois de um certo período volta à terra. Alguns agregados trabalham há mais de 10 anos para a usina, com registro em carteira.

Se o assentamento funcionasse para os filhos de assentados apenas como um espaço de moradia nossas análises talvez pudessem ser realizadas a partir de um ângulo menos complexo, todavia, existe um outro lado referente ao trabalho que não é apenas o lado assalariado dele, mas também o camponês. Analisando a rotina destes sujeitos concluímos que estes realizam uma dupla jornada, pois trabalham nas tarefas do lote, antes e depois do trabalho na usina.

Deste modo, no que concerne à questão do trabalho dos agregados podemos identificar os “camponeses agregados em condição de trabalho assalariado”, pois trabalham tanto dentro da indústria na usina quanto como operadores de máquina e tratoristas na mesma, ao mesmo tempo em que são responsáveis por tarefas dentro do lote. O depoimento a seguir retrata a rotina do marido da entrevistada:

O meu marido trabalha de segunda a sexta das 7 até as 5 da tarde e aos sábados ele trabalha das 7 até as 3 ai ele chega e ainda vacina vaca e cura e arruma a cerca e na época de férias e aos domingos o que tiver que concertar ele concerta inclusive as casas essas coisas ele fez na época de férias dele são 3 casas com a de madeira...duas casas de alvenaria e uma de madeira e ele ainda faz para fora um serviço para os outros ele é um verdadeiro faz tudo quebra bem o galho para fora ele faz essa parte

de pedreiro, barracão do bicho da seda para o pessoal ele já fez, curral mesmo de tirar leite, varandas as pessoas chama ele para fazer, assentar piso essas coisas... (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

Com a remuneração alcançada na usina os agregados conseguem se manter na terra, investir no lote tanto no que se refere ao espaço de produção quanto no espaço de moradia, pois uma característica espacial que diferencia o Nova Conquista do Porto Maria é a quantidade de moradias construídas pelos filhos dentro do lote, ou seja, muitos lotes têm pelo menos duas residências construídas, a do titular e uma segunda para o agregado. Sobre a construção da moradia evidenciamos o relato do assentado:

No geral que estou trabalhando mais até hoje é de mecânico, aqui no sítio mesmo é tirar um leite...eu trabalhava aqui dentro do sítio no negócio de lavoura e depois eu fui para a usina trabalhar...quando eu fiz 18 anos entrei na usina e não sai mais, tenho 10 anos de usina e nesse tempo que trabalhei na usina eu fiz minha casa, essas coisas assim, cerca e o gadinho que comprei também foi trabalhando na usina...aí o dinheiro que eu tenho eu empatei na casa, essa casa eu já gastei uns 50 mil...e fui gastando nas vacas comprei um fusca e uma moto agora estou precisando no começo não, mas agora estou indo e voltando de moto se ela fura uma câmara de ar eu tenho que ter uma reserva (...) (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

Sobre estas moradias os pais muitas vezes auxiliam na construção doando alguns materiais, mas a grande maioria dos custos são os filhos que são responsáveis e conseguem terminar suas residências com o trabalho na usina. Quando os agregados relatam a necessidade de “correr por fora” para a sobrevivência da família no lote eles ressaltam uma outra necessidade dos filhos dos titulares, a necessidade de investir na infraestrutura produtiva do lote, bem como dedicar parte do seu trabalho diário às atividades que geram renda no território da família.

Enxergar o trabalho na usina como uma estratégia de reprodução socioterritorial é fundamental para a compreensão da realidade do assentamento. Trabalhar fora do lote ao mesmo tempo que mantém seu vínculo com as atividades dentro do sítio, ativamente, inclusive investindo em “melhorias” para o território significa pensar no futuro movendo-se no presente.

Aqui, o negócio é que tem que trabalhar na usina e trabalhar no sítio eu acordo de manhã cedo faço meu rango vou para a usina e depois volto e dou uma olhada na cerca e eu crio uns porcos também e arrumo uma cerca trato dos cachorros, dos porcos dos bichos aí...hoje mesmo eu já enchi um coxo de sal e arrumei a cerca ali porque a noite eu vou dormir e desligo o choque e as ariscas forçam e quebram a cerca aí tem que ver todo o dia (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

Não é apenas um tempo de espera (transitório) ou de apenas residir no lote é também uma época em que é possível melhorar as condições de trabalho dentro do sítio comprando ordenhadeira mecânica, construindo cercas, estufas, ou seja, tornando o trabalho menos “penoso” e preparando o lote para um novo titular, um titular que utiliza a internet para as suas pesquisas e que tem uma concepção de que é preciso melhorar as condições existentes para poder trabalhar apenas no lote. Sobre o trabalho fora da agricultura e sua importância para os agregados Seyferth revela que,

Mesmo após o casamento, os filhos só se tornam inteiramente independentes quando passam a exercer atividades fora da agricultura, como é o caso dos operários – camponeses e daqueles que, por falta de terras, se proletarizam totalmente, embora continuem morando na comunidade. Mesmo assim, a independência é relativa pois sua permanência na comunidade local implica na concessão de um terreno para construir a moradia e, quando operários-camponeses, mantém algum tipo de produção agrícola (em geral horta e animais domésticos) (SEYFERTH, 1985, p.18).

Em Teixeira (2015) já havíamos ressaltado a questão do roçadinho no assentamento identificando que os agregados dispunham de um espaço cedido pelos camponeses titulares para que produzissem hortas e até para a criação de animais domésticos de que fala Seyferth (1985).

Figura 8 - Residência dos agregados e roçadinho



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2017.

Os roçadinhos, que na bibliografia clássica sobre o campesinato têm um papel fundamental para a reprodução social deste, já que funciona como um espaço onde os filhos ainda menores de idade (em torno dos 14 anos) aprendem a arte da agricultura, nos assentamentos rurais funciona como um espaço fundamental para muitos camponeses agregados poderem manter seu vínculo com a terra, pelo menos para aqueles que residem num lote onde os titulares mantêm a criação de bovinos em lactação como principal atividade e por isso demandam um espaço maior dentro do sítio. Na figura 8 podemos visualizar a situação descrita da casa da agregada próxima ao seu roçadinho com plantação de abóbora, ambos cercados pelo pasto com bovinos da titular do lote.

Mexia com isso com lavoura, eu tive um pedaço só meu para plantar e esse pedaço foi a mandioca mesmo, nós plantamos horta e um pedaço era meu...foi arrancado e um pedaço que desse era meu para incentivar também aí teve uma vez que eu plantei sozinho mas não deu certo porque era muita coisa tem que plantar tem que carpir e tem que cuidar, aí não vira não, igual meu pai e meu avô plantava junto né aí tinha eu que ajudava, tinha meu tio nós éramos pequenos mas...tem que incentivar as crianças quando pequenos né depois cresce e não quer fazer nada se não começar de pequeno quando tiver grande você não vai ter vontade de fazer nada porque você não tinha vontade de fazer as coisas nem de pequeno vai fazer quando esta grande? (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

Sobre a criação de animais domésticos Heredia (1979), mas no período da infância ressaltamos a fala do agregado,

Ah desde pequeno eu tive vontade de fazer as coisas me esforcei muito para trabalhar no sítio, mas antes tinha coisa que eu não poderia fazer por causa da idade hoje já posso, mas tipo o serviço mesmo não dava porque eu tinha que estudar hoje em dia já trabalho. Quando eu era pequeno mexia com galinha com criaçãozinha assim entendeu, com uma hortinha, com porco as coisas mais pequenas. Eu plantava e colhia horta, fui aprendendo cada vez mais as coisas como é porque a experiência né (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

A questão sobre qual dos filhos tem interesse em dar continuidade ao trabalho dos pais no lote da família poderia ser respondida em grande parte apenas pela observação. O primeiro elemento a ser observado é realmente a presença de uma segunda residência em casos como o do assentamento Nova Conquista, observar ainda se o filho do titular apenas reside no lote ou se também auxilia nas tarefas do mesmo, outra questão fundamental é compreender se o agregado investe em infraestrutura no lote.

Tanto os filhos que têm interesse em continuar no lote quanto os titulares compreendem que o sítio não possui uma área satisfatória para que todos os filhos possam viver dele, e isto também não é novo para o campesinato, historicamente as famílias têm que desenvolver suas

estratégias para manter a terra indivisível e portanto, garantir a permanência de apenas uma família no território, num determinado momento do ciclo familiar a permanência da família-tronco. Todavia, no assentamento assim como em outros territórios rurais, os pais assim como os filhos que deverão assumir o sítio eles não desamparam os demais filhos garantindo a eles no mínimo um espaço para a construção de uma moradia no sítio. No que concerne ao ato dos pais de ceder um espaço para a moradia evidenciamos o depoimento do agregado:

Pesquisadora: Aqui quando os filhos decidem se casar qual ajuda os pais dão para eles?

Jean Carlos: Olha cede o espaço para gente ficar aqui com eles porque a gente ir para a cidade do jeito que está aí a coisa, tem que pagar aluguel e nossa...para ir para a cidade nessa crise com duas crianças eu não vou aqui a gente passa um pouco de dificuldade e vai na casa de um parente aí um exemplo quando um tem uma coisa a gente vai lá é uma troca aí vamos remando né...igual na cidade um exemplo um vizinho ele não vai socorrer nunca e você não vai ficar falando para o vizinho a sua vida você vai ficar quietinho igual aqui nós somos todos uma família somos da mesma luta aqui todo mundo já conhece o cotidiano do outro do dia a dia. (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

As características das alianças matrimoniais construídas no assentamento são importantes para a compreensão do território. A primeira questão que se apresenta é o fato de que a grande maioria dos casamentos são realizados entre os filhos dos titulares, os casais se conheceram dentro do assentamento nas quermesses, reuniões ou até mesmo no trajeto até a escola.

Quando Woortmann (1995) revela que o casamento entre primos é uma prática privilegiada nas colônias sulistas e para os sitiantes nordestinos, onde o sistema de parentesco é um importante elemento de controle do comportamento social, podemos evidenciar que o casamento dos filhos de assentados entre eles na comunidade camponesa assentada desempenha também um importante controle do comportamento social semelhante a esse gerado pelos casamentos entre primos nas demais comunidades camponesas. Conhecer a esposa dos filhos, ou o marido das filhas desde pequenos é algo muito valorizado pelas famílias camponesas do assentamento que relatam em suas entrevistas dentre outras coisas que suas filhas se casaram com um rapaz de uma família boa, trabalhadora, por exemplo.

A segunda questão em relação a essas alianças matrimoniais que nos provocou durante o campo foi a de que é sabido que pela lógica territorial do campesinato o lote comporta no máximo duas famílias sobrevivendo apenas dele e com muita dificuldade, neste sentido, se todos os titulares têm a mesma área em termos de tamanho do lote, quais seriam então os critérios que definiriam a escolha do casal de residir no lote dos pais da agregada ou dos pais do agregado?

Nota-se obviamente durante a pesquisa que dentre as estratégias de transmissão encontra-se a predominância de uma prática costumeira de que a mulher se muda para o lote dos pais de seu marido, pois em linhas gerais o homem permanece na terra. Pois bem, encontramos casos em que o agregado residia no lote dos pais de sua esposa e compreendemos a partir da análise das entrevistas que esse fato era possível devido a um segundo critério: quando o lote dos pais do marido ainda conta com uma grande quantidade de agregados (filhos dos titulares), o casal se instala assim no lote dos pais da esposa e o critério de escolha parece ser o lote que possui uma quantidade menor de agregados.

Nossas observações revelam que um assentamento de 19 anos de existência como o Nova Conquista que possui muitos agregados residindo a um período significativo no lote de seus pais e sogros, tem no que concerne ao trabalho já grande parte dos filhos de assentados desenvolvendo atividades econômicas de grande importância para o lote. Os agregados desenvolvem atividades importantes utilizando por exemplo a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) dos titulares para ter acesso a políticas públicas etc. Este fato já aponta parte da importância da permanência dos filhos para as atividades econômicas do lote.

[...]Não porque a associação aqui é assim, para a gente conseguir tem que fazer a DAP, mas como o lote é no nome do meu sogro a gente não consegue fazer, já entreguei com o nome dele usando porque ele era de uma associação que tinha ai em cima e entregava o que quisesse e como na época eu plantei beringela e como dava muito então eu entregava e quando eu via que demorava muito para receber nós íamos na cidade e doávamos no asilo no hospital essas coisas (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

Atualmente há uma expectativa de mudança dessa situação com a lei formulada recentemente que permite ao agregado “criar” um projeto com o titular, mas é dedicado apenas a assentamentos estaduais e o Nova Conquista é um projeto federal, num momento posterior do trabalho adentraremos esta questão com maior profundidade.

Por vezes devido à idade os titulares do lote já não se interessam mais por desenvolver atividades em todo o lote e nesse momento o papel se inverte e os filhos detêm um espaço maior e os pais cuidam apenas de um roçadinho porque não abrem mão da prática de plantar, ou seja, do prazer de cultivar, muitas vezes comercializam suas pequenas produções em feiras apenas para complementar o valor recebido na aposentadoria.

Na figura 9 poderemos evidenciar a situação retratada anteriormente em que os titulares aposentados têm um espaço dentro do lote onde dedicam-se a cultivar mandioca, abóbora, feijão etc.

Figura 9 - Roçadinho dos titulares do lote aposentados



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2017.

No que concerne às facilidades ou dificuldades de negociar com o titular, ou seja, a questão que envolve conflitos entre gerações, nota-se que quando há apenas uma titular no lote, em casos, por exemplo, quando o marido vem a óbito, e o agregado que permanece no lote é homem a negociação com a titular a respeito das mudanças e das atividades que ele pretende desenvolver no lote é fácil, pois na ausência do pai, o filho tem o sentimento de obrigação em relação as atividades econômicas do lote por isso este na maioria dos casos apresenta muita tranquilidade no momento da negociação. Apesar de ter o consentimento da mãe para realizar todas as mudanças que desejar, o filho ainda mantém a prática que realizava quando o pai era vivo, a de sentar e conversar, portanto, os filhos comunicam as mães as mudanças enxergando também este ato como algo que demonstra respeito às titulares. Sobre esta questão Seyferth (1985) revela que,

Os filhos são independentes só após o casamento, exceção feita àquele que permanece na casa dos pais, compondo com eles uma família-tronco. Este filho só deixará de estar sob autoridade imediata do seu pai sob duas circunstâncias: quando o pai morre ou quando não puder mais exercer integralmente as atividades produtivas essenciais (como o trabalho na lavoura), em caso de doença ou velhice (SEYFERTH, 1985, p.18).

Entre os filhos de titulares quando há mais de um agregado no lote notamos que o vínculo entre eles por vezes é fundamental para que pelo menos um deles permaneça no lote. Evidenciamos essa ajuda entre irmãos em diversos casos como na situação em que uma agregada e sua família residia na moradia construída por seu irmão no lote, ela relata que está construindo sua casa próxima a residência de seus pais, mas enquanto não fica pronta seu irmão cede a casa dele.

Os conflitos cotidianos quando mais de um agregado encontra-se no lote é algo inevitável como, por exemplo, o caso do lote em que há uma filha residindo na moradia dos titulares, um filho que também reside no lote, mas possui moradia própria e outra filha que vem do lote de sua sogra todos os dias para trabalhar no lote dos pais. O fato é que as duas filhas têm uma horta e o filho cria bovinos, eles revelaram que por vezes é preciso considerar o “amor de irmãos” para poder lidar com o fato de que os pais autorizaram o uso do espaço por todos eles, mas que eles utilizam de forma distinta, relataram que, às vezes, a cerca da pastagem do irmão estoura e o bovinos seguem em direção a horta das irmãs e acabam comendo o que foi plantado por elas.

Figura 10 - Horta das irmãs contrastando com o pasto utilizado pelo irmão



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2017.

Outro relato de solidariedade entre irmãos que também relata a consciência que eles têm de que o lote não consegue manter três famílias é o caso do agregado que nos revelou que estava procurando serviço em outra cidade e que se conseguisse se mudaria do lote porque neste já reside seus pais e a família de sua irmã. O agregado tem estufas, mas, mesmo assim, frente às dificuldades que o lote comporta para manter as duas famílias de agregados um deles resolve “abrir mão” de sua permanência na terra, embora tenha uma moradia construída no sítio. Seyferth (1985, p.22) revela sobre esta dificuldade do lote “sustentar” duas famílias, que “a consciência de que a reprodução do grupo camponês só é possível mantendo indivisível a colônia enquanto unidade de produção faz com que sejam acionados esses mecanismos de redução do número de herdeiros”, no caso dos camponeses do assentamento os próprios filhos se organizam no entendimento da possibilidade ou não de todos os agregados viverem do lote, o que não necessita da intervenção dos titulares.

Ao contrário do que muitos pensam quando comparam a comunidade camponesa de um assentamento com a de um bairro rural tradicional, de que os sujeitos que compõem o assentamento são muito distintos e demoram para criar laços, a luta pela terra é um importante fator para que as famílias estabeleçam laços de solidariedade e depois relações como de compadrio e de parentesco através das alianças matrimoniais, por exemplo, logo no início do assentamento.

A solidariedade entre eles resiste ao tempo alcançando a família dos filhos dos titulares, estabelecendo novas relações de compadrio e até mesmo troca de alimentos entre os agregados. Os filhos de titulares revelam dar muito valor à essas trocas e faz desta relação um dos fatores pelos quais muitos deles não pensam em sair do assentamento.

Além das relações de compadrio e amizade entre os sujeitos agregados verificamos que o desejo de permanecer próximo aos titulares é um importante fator relatado na maioria das entrevistas, conviver com a família, com os pais é algo que para eles “não tem preço” e muitas vezes justifica os sacrifícios para permanecer no lote. A importância da família também justifica o movimento de retorno de alguns filhos que saíram do assentamento, pois devido à doença, geralmente do pai, eles retornam para ajudar a manter o lote até que o pai se restabeleça.

As vezes a gente pensa ao ver as dificuldades que não anda que não tem progresso aí a gente desanima. A família me mantém aqui porque nós somos muito apegados a família, minha mãe desde sempre deixou a gente tudo junto e somos uma família muito unida então é isso que nos mantém ainda (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

No que concerne à família, Castro (2005) afirma que a terra não é vista pelos jovens como valor imobiliário, mas simbolicamente representa união da família. Notamos esta afirmação durante as entrevistas. Sobre a solidariedade entre irmãos, irmãs e cunhados Moura (1978) afirma que em seus estudos percebeu que esta é fundamental para evitar a fragmentação do sítio e no caso dos assentamentos rurais importante para a reprodução socioterritorial.

3.3. A família camponesa: de agregado na Gleba XV à titular no Porto Maria

Nesta seção do trabalho poderemos evidenciar estratégias de reprodução socioterritorial apresentadas a partir dos estudos no assentamento Porto Maria. Aqui verificamos a possibilidade de fortalecimento do turismo rural que se direcionado aos jovens poderia se constituir numa importante motivação para a permanência no assentamento, os estudos dos jovens ocorrendo numa escola localizada em outro assentamento, o curso de agronegócio que embora represente um projeto hegemônico para o campo é utilizado por muitos jovens como uma fonte de aprendizado para pensar melhorias no próprio lote. E, principalmente, a estratégia que os titulares utilizaram quando eram agregados no assentamento Gleba XV de Novembro de retornar a luta pela terra para conquistar o Porto Maria e as “consequências” disso quando observamos jovens participando da militância do MST.

De acordo com o laudo de vistoria e avaliação realizado pelo ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) em 1997 os expropriados Benedito Carlos Manno e sua esposa Maria da Conceição Martins Manno eram “proprietários” da fazenda Porto Maria. O pecuarista contava com uma área de 1.724,80 hectares no município de Rosana-SP.

O acesso ao referido imóvel se dava a partir da cidade de Rosana em direção à cidade de Teodoro Sampaio pela SP616, no Km 63 obtêm-se o acesso à esquerda por meio de uma estrada de terra de 4,5 Km chegava-se assim a porteira do latifúndio.

No que concerne aos limites do território ao norte verifica-se a margem esquerda do Rio Paraná, ao Sul a Gleba XV de Novembro, ao Leste a propriedade de Plínio Junqueira Junior e à Oeste a área de Zilda Laires Armelim e com a margem esquerda do Rio Paraná.

O latifúndio era explorado por atividade pecuária no sistema semi-intensivo, as pastagens correspondiam a 96,55% do imóvel enquanto a área de mata correspondia a 3,15% e as benfeitorias 0,30%. Na avaliação do Estado em agosto de 1997 as construções centralizadas (aquelas na sede ou próximas e ela) estavam avaliadas em R\$ 306.036,00 enquanto as construções descentralizadas estavam avaliadas em R\$ 129.384,00, as pastagens

descentralizadas R\$ 593.237,00, o valor total cotado pelo imóvel foi de R\$ 2.092.186,00 (ITESP, 1997).

Na avaliação das construções foram levantadas 32 benfeitorias sendo elas: casa sede, garagem, lavanderia, abrigo para aves/ninhos, viveiro, casa de empregado (cozinheira), depósito, rancho, rede de distribuição de energia elétrica, cochos para sal, reservatório d'água, casa de colonos, depósito, casa de empregado, depósito de sal – garagem-quarto/depósito de madeira, depósito de equipamento equestre, sala de formulação de ração, estábulo, cerca lateral das benfeitorias, chiqueiro, redondel e instalações para ovinos, 4 casas de madeira, escola, roda d'água, curral, reservatório australiano, porteiras de madeiras, cochos para ração e cercas internas e externas.

Após ações do Estado e constante negociação em 2009 um novo uso para o território é criado, o assentamento Porto Maria e está dividido em 41 lotes. A pecuária leiteira é a principal fonte de renda dos assentados e de acordo como o GEPTER (Grupo de Estudos e Pesquisas de Turismo no Espaço Rural) mais de 80% das famílias tem nessa atividade sua principal fonte de renda.

Através do projeto “O turismo, políticas e dinâmicas no meio rural: uma contribuição ao desenvolvimento local do assentamento Porto Maria/Rosana/SP” criado pela Prof^a. Dr^a. Rosângela Custódio Cortez Thomaz foi restaurado a antiga casa que era sede da fazenda o que originou o Restaurante Rural Porto Maria que teve sua inauguração no dia 13 de novembro de 2013 (COSTA, 2016, p.36).

Costa (2016, p.89) ao realizar entrevista com as seis associadas da “Associação de mulheres do Assentamento Porto Maria” produziu informações inicialmente a respeito da época de acampamento. A primeira entrevistada era do grupo de agregados que permaneceu no acampamento por três anos, a assentada antes era agregada na Gleba XV de Novembro; a segunda assentada relata que acampou no município de Euclides da Cunha durante três anos, em Teodoro Sampaio quatro anos e em Sandovalina por um ano, o que nos mostra que os espaços de luta da camponesa foram diversificados; a terceira entrevistada ficou acampada no Porto de Areia e posteriormente na sede do Porto Maria por dois anos; já a quarta assentada não ficou acampada, pois já residia dentro da sede do Porto Maria por 15 anos porque era funcionária da antiga fazenda; a quinta camponesa entrevistada relata que ficou acampada por sete anos no setor seis da Gleba XV de Novembro e afirma que sempre morou em assentamento, pois era agregada da Gleba XV; e finalmente a sexta entrevistada ficou também acampada na Gleba XV por treze anos e depois na sede da fazenda Porto Maria por quatro anos.

No que concerne à quantidade de pessoas que residem no lote os números vão desde três pessoas até sete dependendo do lote. A autora analisa que os números não demonstram um êxodo rural devido ao fato de que o assentamento ainda é recente. As funções das mulheres no lote são as mais variadas: plantar, colher, capinar, ordenhar o gado em lactação, alimentar os animais, o que nos direciona especial atenção em relação às informações fornecidas por Costa (2016) é que as mulheres não relataram o trabalho doméstico, o que nos dá a compreensão de que para elas este trabalho já é “naturalmente feminino”.

A comercialização da produção das mulheres é realizada por meio de venda para laticínios, para a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), prefeitura e uma das entrevistadas relata participar da feirinha de Primavera/SP. A maioria das mulheres entrevistadas tem uma renda mensal de até dois salários mínimos (COSTA, 2016).

É necessário compreender neste primeiro momento informações gerais sobre o assentamento que mantém constante relação com o Porto Maria e que se torna especialmente interessante por ser um dos maiores assentamentos do Estado de São Paulo e o maior da região do Pontal, o assentamento Gleba XV de Novembro.

O contexto de criação da Gleba está relacionado ao fim das construções das barragens e usinas pela CESP – Centrais Elétricas de São Paulo. Com o fim das obras ocorre o desemprego de muitos trabalhadores e muitas famílias camponesas de posseiros e pequenos proprietários que tiveram suas terras “alagadas” pelas represas das usinas. A primeira ocupação data de novembro de 1983 realizada por 800 trabalhadores oriundos de municípios como Rosana, Euclides da Cunha e demais municípios da região do Pontal e também do Paraná, onde ocuparam num primeiro momento as fazendas Tucano e Rosanela em Teodoro Sampaio-SP. Após o acampamento nas fazendas, de onde foram obrigados a sair, montaram o acampamento na rodovia Arlindo Bétio, onde permaneceram durante 6 meses, em seguida acamparam numa área cedida pela CESP até que o então governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro desapropriou a área onde atualmente localiza-se o assentamento (IOKOI et al., 2005).

O assentamento Gleba XV é considerado também um dos mais antigos do Estado de São Paulo, tem seu início em março de 1984 numa área total de 13.310 hectares, o assentamento é parcelado em 571 lotes que medem de 13 a 40 hectares. O assentamento localiza-se entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista - SP e Rosana-SP onde os lotes estão divididos em 5 setores. A produção na maioria dos lotes é voltada para a pecuária leiteira que contribui com cerca de 61% do total do valor gerado no assentamento (IOKOI et al., 2005).

As reflexões acerca do assentamento Porto Maria trazem um campesinato que entre suas estratégias de reprodução socioterritorial também apresenta a entrada novamente na luta pela

terra. Dentre os grupos de sem-terra que participaram do acampamento estava o grupo de agregados que vieram do assentamento Gleba XV de Novembro. Quem é esse camponês/a que decide deixar de ser agregado/a e passar a ser titular num território novo através da luta pela terra?

Nossa primeira colocação compreende que é um camponês que quando agregado na Gleba XV não tinha um trabalho fora do assentamento e nem bovinos ou porcos para poder “juntar dinheiro” para adquirir benfeitorias de um lote (como ocorre frequentemente no assentamento Nova Conquista), as famílias nos lotes de seus pais ou irmãos eram numerosas e todos trabalhavam “para o mesmo pote” até mesmo quando trabalhavam em roças de fazendeiros e sítios vizinhos. Moura (1978) revela a importância econômica do casamento em que uma prole numerosa é importante do ponto de vista da mão de obra disponível, no entanto, para as famílias camponesas não assentadas, no processo de herança no futuro muitos filhos levam a fragmentação da propriedade.

De acordo com Seyferth (1985, p.22), o “sentido do ‘trabalho familiar para o mesmo pote’ na realidade não permite acumulação num nível tal que possa servir para compra de terras”. Sobre a família e o trabalho no lote de seus pais na Gleba XV de Novembro o assentado revela que:

Era tudo embolado para dizer a verdade até a cama era dividido em 12 era para dividir até a cama...não tinha espaço individual trabalhava tudo no conjunto no coletivo. Acho que eu tinha 31 anos ou 32 anos quando decidi lutar pela terra e decidi porque na verdade é assim você fica no lote hoje e no caso a família de pai era grande, termina você não tendo nada da vida porque tudo que trabalha fica ali não pode plantar uma roça não pode ter uma vaca não pode ter nada porque era só para comer mesmo (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponês do Porto Maria-SP).

Assim, a família camponesa da época do acampamento e nos primórdios do assentamento Gleba XV era numerosa e precisava de toda a força de trabalho que a família dispunha, assim o trabalho “para a casa”, “tudo junto” ou “tudo em conjunto” é um relato frequente dos camponeses do Porto Maria.

Outra questão que se coloca quando analisamos as entrevistas, mas acima de tudo o trabalho de campo é sobre os ex-agregados da Gleba XV que em muitos casos relatam que seus irmãos também estão em assentamentos rurais da região. Sobre tal questão nosso entrevistado do Porto Maria relata sobre seus irmãos: “olha tem um assentado na gleba, tem um que mora em Primavera, o outro na Nova Pontal e o outro pegou terra agora lá em Marabá Paulista...tudo em assentamento”.

Não compreendemos, porém, se todos os irmãos voltaram para a luta pela terra através de acampamentos ou se aderiram a outra luta, a luta de conseguir recursos para adquirir benfeitorias de um lote. Nota-se através das entrevistas que os agregados que não têm emprego fixo fora do assentamento começam a levantar recursos quando compram um bezerro e deixa crescer no pasto dos titulares, na maioria das vezes é necessário “juntar” muitos animais para comercializar, o que envolve não apenas bovinos, mas também porcos, cavalos etc. Além de todo esse esforço muitos pais ainda fornecem uma “ajuda” com alguma quantia que faltar.

Agora só está dois aqui comigo porque o resto os mais velhos estão tudo casados, tem alguns que são solteiros igual o que mora ali é solteiro mas já tem o cantinho dele o vizinho da Vera...ele juntou o “acertinho” dele com as coisas que ele tinha no sítio ele trabalhava para fora e a gente comprava o gado e depois ele vendeu o gado e comprou o lote...comigo mora só ela meu marido e outro de 14 anos só as crianças no geral os mais velhos estão casados para fora... (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponesa do Porto Maria-SP).

Outros, porém, depois de sair de algum emprego fixo recebem os “direitos” e começam a levantar os recursos a partir daí.

O tempo de criação de um assentamento influencia diretamente na quantidade de gerações de uma mesma família dentro de cada lote. O assentamento Porto Maria é 10 anos mais “jovem” do que o assentamento Nova Conquista, sendo que o Porto Maria tem sua criação em 2008 e o Nova Conquista em 1998. O que isso influencia para compreendermos a questão de gênero e juventude no assentamento Porto Maria?

No assentamento Nova Conquista encontramos agregadas casadas e que configuram uma questão de gênero relacionada às alianças matrimoniais como estratégia para a permanência destas na área rural. No assentamento Porto Maria a questão de gênero referente às jovens está ligada diretamente com a saída destas da área rural. São muitas as questões que permeiam esse universo tão diverso do gênero e juventude na área rural, mas aqui enfatizamos a presença maior de adolescentes agregadas no Porto Maria do que no Nova Conquista e atribuímos inicialmente ao fato de que as famílias formadas no Porto Maria estão num momento diferente da composição do grupo doméstico permitindo ainda filhas jovens. Sobre os jovens do assentamento esta entrevistada de 17 anos do Porto Maria revela que “a maioria que está aqui já quer casar, talvez para ficar, mas têm muitos que não gostam de campo, eu mesma quero sair mas voltar porque se eu me formar em veterinária quero abrir um consultório aqui para ajudar o povo daqui”.

Pois bem, durante os trabalhos de campo observamos a presença de mulheres jovens e solteiras no assentamento numa faixa entre 16-21 anos. Evidenciamos em nossas entrevistas

uma questão que revela talvez uma contradição de parte da família no que se refere à questão da sucessão ou da herança da terra. Ocorre que, muitas mães notam com pesar a vontade de suas filhas de deixar o assentamento identificando até essa intenção como um ato de rebeldia. Essa resistência de parte da família (especificamente das mães) em aceitar a decisão de suas filhas é um elemento que torna ainda mais plural a questão das jovens no assentamento, pois estas não se subjugam à opressão no campo e vislumbram na cidade a possibilidade de ter mais liberdade.

Por outro lado, nas conversas com as filhas notamos que durante a sua infância e adolescência essas jovens não tiveram contato com todo o trabalho do lote e ficaram circunscritas ao trabalho doméstico, diferente de suas mães que trabalharam também na roça desde crianças e que mantiveram o sonho de continuar na área rural ou continuar em assentamentos rurais (no caso do Porto Maria).

Necessitamos pontuar aqui num primeiro momento considerações importantes de Turra Neto (2015) no texto “Definir juventude como ato político: na confluência entre orientações de tempo, idade e espaço” em relação a juventude quando ele afirma que esta como um direito ainda não consegue abranger a todos os jovens de uma forma plena. Dessa forma, a juventude se apresenta como uma condição social e que não contempla a todos os jovens especialmente aos jovens pobres que tem uma experiência limitada desta. Concordamos com Turra Neto (2015) especialmente quando este afirma que o exercício de definir juventude deve ser também considerado um ato político e enfatizamos suas construções sobre geografia e juventude no que concerne à dimensão espacial.

Neste movimento, procuraremos, também, como geógrafos que somos, apresentar a ideia de que, no cerne da definição de juventude que estamos construindo, há uma inegável dimensão espacial que marca, tanto as distinções entre diferentes gerações (como sucessão, mas também como coexistência no presente), quanto entre diferentes experiências de juventude. As possibilidades abertas de vivência da juventude têm, inclusive, uma íntima relação com a espacialidade dessa experiência, tanto como um contexto, quanto como uma condição, ao mesmo tempo em que podemos também pensar no modo como tais vivências são elas mesmas produtoras de seu espaço de interação (TURRA NETO, 2015, p.120).

Assim, no que concerne ao espaço o autor afirma que “sem espaço não há juventude” porque para esta existir precisa ser praticada entre jovens, ou seja, entre seus pares e que isso “inclui práticas de espaço”. No caminho da construção do conceito o autor pontua, amparado em diferentes referências bibliográficas, importantes questões sobre juventude e ainda sobre as fases da vida, como o fato de que essas fases não são substituídas umas pelas outras de uma forma simples, enfatiza-se que “cada fase tem aspectos formativos em si, que são levados para

toda a vida”. É na juventude que é definido o estilo geracional, pois em cada época há também uma geração, em cada período histórico há códigos culturais distintos que são incorporados pelos sujeitos na juventude em que “as experiências vão demarcar diferenças geracionais” (TURRA NETO, 2015, p.125).

O referido trabalho apresenta o fato de que os jovens das camadas médias e altas da sociedade gozam de tempo livre para experimentações onde a moratória social lhes é garantida plenamente. Todavia, os jovens das camadas populares, a quem muitas vezes a juventude é negada ora pela necessidade de desenvolvimento de projetos árduos de ascensão social ora pela necessidade do trabalho para assumir as despesas e sustentar ou auxiliar no sustento de suas próprias famílias (TURRA NETO, 2015, p.125).

Para estes últimos jovens - os dos setores populares - , algo tende a se perder: ou o futuro, por terem que garantir o presente e, com isto, desengajam-se das instituições educativas e não tem perspectivas de continuar os estudos; ou o presente, por despenderem todo o seu tempo em projetos de ascensão social, que se desdobram em trajetos espaciais concretos: casa, trabalho, escola, desengajando-se de importantes tempos, espaços e práticas de sociabilidade em grupos de pares, que teriam importante papel formativo (TURRA NETO, 2015, p.129).

Sendo assim, evidencia-se que o cerne da elaboração do autor parte da crítica ao fato de que na juventude contemporânea a condição juvenil é ainda um privilégio de classe que deveria ser direito de todos, por exemplo, o adiamento da entrada no mercado de trabalho e o prolongamento dos anos de estudo. Assim o autor argumenta como síntese que a juventude “depende da correspondência entre três fatores, ou planos: preparação para o futuro; a juventude como moratória social no presente; e a factibilidade da idade (moratória temporal)” ele enfatiza ainda que a combinação entre os três fatores é fundamental para garantir uma experiência plena de juventude (TURRA NETO, 2015, p.125).

É fundamental mencionar que Turra Neto (2015) ainda ressalta o fato de que há uma limitação em relação ao gênero nos setores da sociedade menos privilegiados o que não ocorre nos demais setores desta.

Os depoimentos informais das jovens nos mostram uma saída do rural que não se configura como um ato de rebeldia, mas sim como a única alternativa vislumbrada por elas como possível frente a um grau de identificação e de possibilidades que elas enxergam naquele espaço. Castro (2005) já nos revela a possibilidade de investigar as questões de sucessão no assentamento através da observação da prática de preparação do sucessor ou do herdeiro, e esta prática contempla uma diferença entre a criação dos filhos e a criação das filhas. Todavia, esta observação realizada por ela já foi considerada por Moura (1978) nos estudos sobre o

campesinato em que ela considera a divisão do trabalho nos sítios como fundamental para compreender a exclusão das filhas no momento da sucessão e da herança da terra.

A questão da juventude se apresenta no Porto Maria num vínculo com o assentamento Gleba XV no que se refere aos estudos, pois as crianças e jovens estudam nos setores deste assentamento e associam por vezes lazer aos encontros na escola e também nos momentos dos cursos como o curso de agronegócio oferecido também na Gleba, as meninas pontuam com mais frequência o momento dos estudos tanto na escola quanto no curso técnico como momento de lazer.

Pesquisadora: A galera de lá [Gleba XV] estão unidos com os jovens daqui?

Patrícia: Sim, porque o curso aproximou também bastante nós né porque pegaram gente daqui um pouco de cada canto e lá a gente se enturmou bastante esse curso aí que juntou nós e agora nesse ano vai ter de novo que é um ano e meio de curso. Acontece lá no setor 4 (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponês do Porto Maria-SP).

Durante nossas observações e citado em entrevistas aparece o rio Paraná localizado no Porto Maria como importante ponto de encontro e lazer, não apenas para os assentados do Porto Maria, mas também para os jovens da Gleba XV e dos demais assentamentos das proximidades. No rio há um espaço considerado “prainha” (figura 11) na área comunitária, verificamos durante o campo os jovens passando pelo bar (dentro da área comunitária) para comprar refrigerante e salgadinhos para comer, em seguida, deixam os carros e motos na frente da pousada e seguem para essa “prainha” onde há um espaço para churrasco que também possibilitaria acampar.

O rio que é citado tanto pelos jovens quanto pelos demais sujeitos do assentamento como importante área de lazer, no passado também serviu para que os adultos fizessem a higienização de suas roupas enquanto as crianças brincavam. Não podemos deixar de evidenciar o fato de que o curso técnico de agronegócio que ocorre na Gleba XV e que contempla jovens assentados da região é fundamental para que eles consigam socializar e estabelecer laços de amizade com sujeitos que antes não conheciam.

Figura 11 - “Prainha” do assentamento Porto Maria



Fonte: Feliciano, C. A. Trabalho de campo 2019 – Porto Maria.

O curso técnico em agronegócio oferece as seguintes perspectivas de formação para os jovens:

O TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO aplica técnicas de gestão e de comercialização, avalia custos de produção e aspectos econômicos para a introdução de novos produtos e serviços. Idealiza ações de marketing aplicadas ao agronegócio. Auxilia a organização e execução de atividades de gestão do negócio rural, inclusive empreendimentos da agricultura familiar. Participa de sistemas de gestão ambiental e de promoção do desenvolvimento tecnológico e social, visando à qualidade e à sustentabilidade do empreendimento. Orienta produtores e trabalhadores rurais na organização de associações e cooperativas.

Mercado de trabalho: Propriedades rurais, estabelecimentos comerciais e agroindustriais. Empresas de assistência técnica, consultoria, extensão rural e pesquisa. Cooperativas e associações de produtores (ETEC – TEODORO SAMPAIO, 2015).

Parte dos jovens agregados veem no curso a oportunidade de capacitação para o mercado de trabalho regional e outra parte vislumbra aplicar os conhecimentos adquiridos para “melhorar a produção no lote” como verificaremos posteriormente no trabalho a partir da pesquisa de Lizarazo (2018).

O período de escola na Gleba XV já fornece o grau de socialização necessária para a integração entre os jovens daquele assentamento e do Porto Maria. Notamos durante o campo

jovens da Gleba chegando na área comunitária próxima ao rio e convidando jovens do Porto Maria para participar do momento de confraternização com eles.

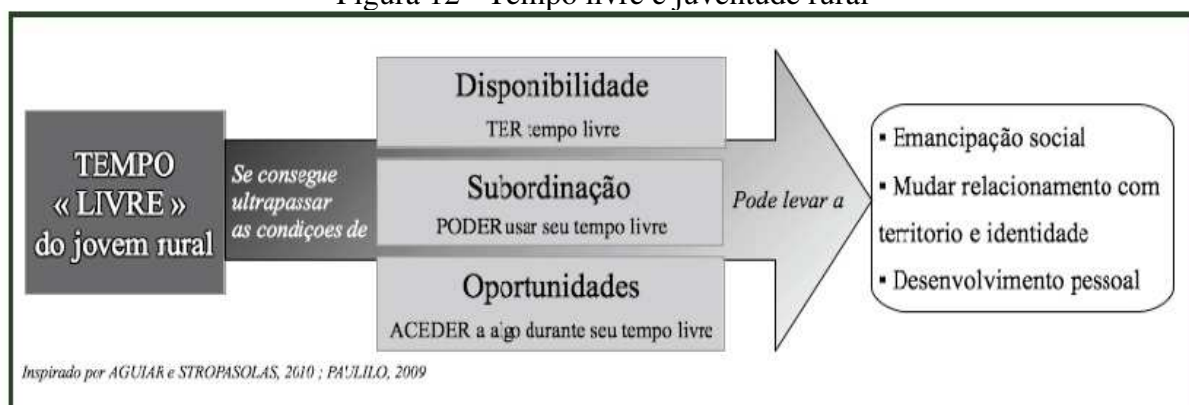
Os jovens do sexo masculino ainda colocam o bar da área comunitária como um espaço de encontro e lazer e apontam para as festas na cidade revelando que a ausência de automóvel e motos é um fator negativo para o jovem do assentamento. Enquanto as jovens meninas não constatarem as festas fora dos assentamentos como uma opção considerável, a não ser que sejam os rodeios que representam uma cultura de massa, onde além de competições que envolvem animais que os camponeses assentados estão acostumados a lidar no cotidiano, há shows de cantores sertanejos (que interessam especialmente a juventude da região) em que quase toda a família considera como lazer.

Para tentarmos compreender a situação evidenciada recorremos a Chauveau e Stropasolas (2016) que, ao analisar as práticas culturais e de lazer da juventude rural, afirmam que é fundamental a relação dos jovens com o tempo livre no âmbito da definição da identidade rural. Deste modo, os autores constatarem as diferenças no acesso a esse tempo livre que enfrentam jovens e mulheres em relação aos demais sujeitos no espaço rural.

Todavia, essa relação [trabalho-lazer], geralmente, não é realizada por jovens e mulheres, devido as posições que estes ocupam no âmbito familiar. O envolvimento intenso dos agricultores no trabalho no campo, hipoteticamente, acarreta em diminuição significativa do tempo livre, especialmente para jovens e mulheres. Quer seja dentro ou fora da casa, considerado como produtivo ou não, o trabalho da mulher e do jovem rural é pesado, e esse “peso do trabalho leve” deixa pouca liberdade. Com efeito, os “servicinhos” atribuídos à mulher ou ao jovem na família não são reconhecidos, o que faz com que o direito ao descanso de um trabalho “pesado”, feito pelos homens, é privilegiado. Esse fato tem como principal consequência a restrição ao máximo do tempo “livre” desses jovens e mulheres (...). Ademais, as dimensões de subordinação, dependência moral e simbólica, falta de autonomia e falta de liberdade de circulação (especialmente para as moças), dificultam a possibilidade de um “tempo livre” no campo. Associadas à busca constante desses jovens por “liberdade”, essas dimensões os estimulam a procurar nas cidades o que não encontram no campo (CHAUVEAU; STROPASOLAS, 2016, p.132).

Para além das questões de gênero e juventude os conflitos de geração também são evidenciados em relação ao lazer em que os idosos ressaltam “frequentemente suas próprias juventudes usadas para lutar e desprezam as vezes as demandas culturais das gerações mais jovens, achando-as superficiais em relação com outros combates” (CHAUVEAU; STROPASOLAS, 2016, p.133). Os autores sintetizam ainda as questões no seguinte esquema:

Figura 12 - Tempo livre e juventude rural



Fonte: CHAUVEAU; STROPASOLAS, 2016, p.133.

A ausência de políticas públicas no campo sob o argumento de que o número de jovens não justifica os investimentos, na perspectiva dos autores, prejudica os territórios e causa isolamento e saída dos jovens da área rural que já passam pelo obstáculo de não dispor de tempo livre.

O projeto da jovem militante do MST do Porto Maria em relação ao Pronera não contempla apenas a necessidade de incluir mais um curso no programa, o que em si já é uma tarefa árdua, mas principalmente o tratamento dos assentados, visto que, a necessidade de consultar com um psicólogo ainda é um tabu para as famílias camponesas que muitas vezes não conseguem diagnosticar os problemas que afetam a comunidade.

Natalia: Eu juntamente com uma amiga tenho um intuito de levar para o Pronera o conhecimento sobre a psicologia porque no campo também precisa todos nós precisamos passar por um psicólogo uma análise da gente porque muitas vezes estamos acabando igual tem um processo que a gente descobriu estudando sobre psicologia no campo que as pessoas por conta do agrotóxico que hoje está muito utilizado no meio rural muita gente entra em depressão por causa do agrotóxico porque ele causa câncer e câncer causa depressão, o homem perde a vitalidade dele sabe (reprodução) e isso para um homem é depressivo e falta de lazer entre os jovens, proximidade deles, a internet que chega no campo também leva eles a ficar presos em casa e não sair e isso também leva a depressão...a falta de emprego, geração de renda dentro do campo também é um fator (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponesa do Porto Maria-SP).

Ao solicitar a discussão sobre a inclusão da psicologia no Pronera a jovem envolve no debate outros jovens da comunidade chamando atenção para problemas sociais que até então não eram levantados dentro do espaço rural e especificamente dentro do assentamento. O rio Paraná torna privilegiada a área comunitária deste assentamento que se torna um espaço diferenciado dos demais criados com a finalidade de interação dentro dos assentamentos, por não oferecer apenas um campo de futebol como ponto de encontro. Se no Nova Conquista

apenas os jovens do sexo masculino empolgam-se com o espaço do campo de futebol no Porto Maria jovens meninos e meninas têm acesso ao rio.

Enquanto alguns jovens têm a possibilidade de aliado a algumas atividades de apoio no lote e seguir com seus grupos para locais como a área comunitária (que geralmente tem um bar, campo de futebol, salão e rio – no caso do Porto Maria) e ainda como no caso da jovem camponesa citada, de participar com seus amigos de atividades, atos e simpósios sobre juventude nos movimentos sociais como MST e Levante da Juventude, outros são obrigados a desenvolver uma rotina pesada de trabalho dentro do lote visando a manutenção da família camponesa. Muitas vezes os filhos jovens substituem os pais quando estes estão doentes ou vem a óbito e em outras famílias a composição do grupo doméstico, em que há muitos filhos, requer o trabalho de todos os que estão aptos a ele, neste caso concordamos com Turra Neto (2015) quando este revela que para certas camadas da sociedade a juventude lhes é negada.

D. Margarida: Quem mexia era eu e Adão...Adão agora está doente aí fica eu e o menino...o menino mexe com gado e tira leite de vez em quando se ele acha uma diária vai uma diária por aí né agora são poucas as diárias aqui ele faz o serviço dentro do lote né...Ele [filho] já foi embora trabalhar e voltou novamente ele foi para trabalhar e o pai ficou doente e ele voltou para poder ajudar a gente aqui no lote... (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponesa do Porto Maria-SP).

Neste sentido evidenciamos também a juventude negada e a juventude possível dentro dos assentamentos marcada pelo trabalho dos jovens nas tarefas do lote seja dentro do espaço doméstico ou no espaço de produção.

O mapa 3, confeccionado pelos camponeses do assentamento Porto Maria, representa uma síntese das informações levantadas em campo e torna-se fundamental para enxergarmos algumas características do território. O retângulo vermelho no entorno da numeração do lote indica que o lote pertence a um ex agregado do assentamento Gleba XV e o preenchimento de vermelho indica os lotes visitados durante o trabalho de campo. Onde há casinhas na cor azul os camponeses representaram lotes em que os agregados residem em moradias separadas dos pais. Os bonequinhos azuis indicam agregados (homens) e os rosa indicam agregadas (mulheres). Interessante compreender que a representação do rosa para meninas e do azul para os meninos está no imaginário dos camponeses que consideram estas cores de fácil entendimento para os leitores do mapa, que identificariam o sexo dos sujeitos mesmo que o desenho em si não estivesse tão claro, assim respeitamos a escolha das cores. Onde há estrelas amarelas indica que no lote os agregados trabalham no Porto de Areia e onde há triângulos nota-se que trabalham na usina de álcool da região.

A representação dos camponeses nos fornece a informação de que os ex-agregados da Gleba XV concentram-se em sua maioria na parte oeste do assentamento, embora o técnico entrevistado tenha ressaltado que foi realizado o sorteio de lotes com o objetivo de integrar todos os grupos que lutaram pela terra.

Outra questão a ser observada é de que no Porto Maria a quantidade de residências separadas dos titulares que pertencem aos agregados dentro do lote é enfaticamente menor que a quantidade de moradias de agregados no Nova Conquista. Este fato está intimamente relacionado a quantidade de agregados que, por exemplo, conseguem manter-se como camponeses agregados em condição de trabalho assalariado, portanto, ter uma renda extra para a construção.

3.4. As microterritorialidades e as práticas sociais camponesas

O lote continua desempenhando sua função de morada da vida, mas como a vida se realiza de muitas formas, ele expande-se para além da sua base material e vai tornar-se o lugar de construção do sujeito em toda a sua completude (MIRANDA, 2003, p.242)

Torna-se importante nos dedicar à compreensão das práticas sociais camponesas nos assentamentos por estas se constituírem como um dos aspectos fundamentais da reprodução socioterritorial. São estratégias que forjam territorialidades e que são alicerce na construção de um caminho a seguir na luta pela terra ou pela permanência nela, as práticas são decisivas na construção de uma compreensão dos motivos pelos quais camponeses tanto titulares quanto

agregados permanecem no assentamento. No entanto, para dar início às reflexões sobre as práticas sociais é necessário no primeiro momento explicitar o que estamos compreendendo por território e quais relações de poder o constitui, para chegar a um conjunto de estratégias dos camponeses assentados que por vezes se contrapõem à legislação vigente e que é fundamental para a reprodução socioterritorial camponesa.

Saquet (2007, p.28) nos estudos a respeito do território verifica que no decorrer dos séculos XVII e XVIII o território passa a ter uma compreensão que extrapola a noção de abrigo, de segurança, neste momento da história ele é compreendido como “receptáculo de suas atividades econômicas”. Uma obra destacada por Saquet (2007) que merece nossa atenção por sua contribuição no que se refere às relações de poder é “O príncipe” de Niccolò Machiavelli, pois se antes, no Renascimento, o poder tinha uma forte ligação com a força e com a vontade divina, depois da referida obra a compreensão das relações de poder passa a relações socialmente instituídas e efetivadas então na vida cotidiana.

Ao tratar das mudanças na concepção de território passando por autores como Ratzel, que na concepção do autor compreende o território como “substrato/palco para efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos”, sendo estes civilizados ou selvagens, mas todos sob o domínio do Estado. Saquet (2007, p.33) chega então a uma conclusão importante para este trabalho, a de que “mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder”.

Quando consideramos tal afirmação compreendemos que as contribuições de Michel Foucault sobre as relações de poder trouxeram mudanças significativas para o conceito e são consideradas hoje pelos grandes teóricos do território.

Claude Raffestin em sua obra “Por uma geografia do poder”, já citada neste trabalho, ressalta as seguintes proposições de Foucault sobre o poder:

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.) mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo, não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas.
5. Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder (RAFFESTIN, 1993, p.53).

Neste sentido Raffestin (1993, p.53) reconhece a afinidade entre as suas proposições e as de Foucault e exprime que “toda relação é o ponto de surgimento do poder” (o que iremos explorar em Foucault posteriormente) “e isso fundamenta a sua multidimensionalidade”. Sobre

a resistência o autor revela que esta exprime o “caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações”.

Saquet (2007) também elenca os mesmos 5 pontos que Raffestin (1993) elencou sobre o poder, proposições extraídas da obra de Foucault denominada “*Histoire de la sexualité*” de 1976. Saquet (2007) acrescenta que:

O poder significa, nessa perspectiva, as relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade, relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho etc. (SAQUET, 2007, p.32).

Dessa forma, compreendendo a importância que as relações de poder têm para o conceito de território e refletindo sobre a importância de Foucault para a compreensão destas relações adentramos as contribuições do livro “Microfísica do poder” organizado por Roberto Machado.

Foucault estuda o poder a partir das sociedades modernas que, segundo o autor, apresentam uma nova organização do poder. Num primeiro momento é necessário compreender que este não está centrado apenas nas macroinstituições como o Estado e o mercado, ou seja, não se trata apenas de macropoderes, mas de micropoderes porque, de acordo com o autor, o poder está em toda parte porque deriva de todos os lugares, ele está difundido em todas as dimensões, não é algo que é tido como privilégio de poucos, mas algo que todos exercem. Os micropoderes são exercidos em diversas “instituições da vida social”, nas escolas, nas famílias, etc. Deste modo, “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” (FOUCAULT, 1975, p.175).

No que concerne ao Estado e aos mecanismos de poder o autor afirma que:

Se quisermos apreender os mecanismos de poder em sua complexidade e detalhe, não poderemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos de Estado [...]. De Fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção (FOUCAULT, 1975, p.160).

Sobre a relação da constituição da identidade e do poder a hipótese do referido autor é a de que o indivíduo não é palco do poder (“sobre o qual se exerce e se abate o poder”), mas o indivíduo “com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças” (FOUCAULT, 1975, p.162).

A compreensão do que o autor entende como dominação nos dá novas evidências sobre seus estudos sobre o poder.

Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social (FOUCAULT, 1975, p.181).

Caminhamos então para o entendimento da necessidade de “captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar, captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais” (FOUCAULT, 1975, p.182). Sendo assim, o autor aponta como uma de suas preocupações metodológicas no capítulo sobre “Soberania e disciplina” a seguinte formulação:

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT, 1975, p.183-184).

Foucault (1975, p.148) afirma, sobre os efeitos negativos e positivos das relações analisadas, que se o poder tivesse apenas aspectos negativos, como censura, exclusão, impedimento, entre outros, ele seria então muito frágil. Portanto, se ele é forte é porque tem efeitos positivos tanto a nível de desejo como a nível do saber, “o poder, longe de impedir o saber, o produz”. Depreendemos tal afirmação no caso da sala descentralizada da ETEC do curso de agronegócio, que localiza-se no assentamento Gleba XV de Novembro e que atende os jovens do assentamento Porto Maria, que vislumbram a partir deste curso um emprego em agroindústrias da região, porém trata-se do agronegócio, uma versão “melhorada” dos

latifúndios que combina terra e mercado e que portanto, expropria e degrada com maior sofisticação, um modelo antagônico (porém hegemônico) ao projeto de vida dos camponeses assentados.

Deste modo, compreendemos que se o poder fosse dotado apenas de funções negativas ele não se sustentaria. Explorando as relações entre ele e o corpo o autor revela que nada é mais material, mais corporal do que o exercício do poder, assim Foucault afirma que essas relações são fenômenos complexos:

O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, metucioso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas, a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor (FOUCAULT, 1975, p.146).

Esta compreensão de Foucault dá suporte para as concepções que temos na geografia atual (da qual compartilhamos da mesma concepção) de que o próprio corpo é um território, possui resistências, é disputado etc. Enfim, conhecermos mais da obra de Foucault nos possibilita compreender trabalhos como os autores mencionados anteriormente, mas também trabalhos realizados especificamente em assentamentos rurais como o de Monteiro (2017).

Um exemplo de como essas relações de poder se manifestam até no momento de luta pela terra se dá quando Monteiro (2017) afirma que as famílias do assentamento Maria da Conceição no momento do acampamento rejeitaram o MST vinculando-se a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), esta por sua vez, passa a dirigir o acampamento com uma postura considerada pacífica, os acampados tinham uma resistência em participar de algumas estratégias e ações de luta do MST. Deste modo, concordamos com Monteiro (2017, p.76), quando afirma que “a moralidade é um elemento central para compreendermos as relações de poder e ela se manifesta de várias formas, inclusive no período de acampamento”. No acampamento para a conquista do assentamento Porto Maria ocorreu algo similar onde algumas famílias deixaram o acampamento do MST para integrar o MAST por esse movimento não utilizar como estratégia a ocupação de terra, ou seja, apresentar uma postura considerada “pacífica”.

Pesquisadora: Como foi o processo de luta pela terra aqui do Porto Maria?
Roseli: Encostamos para o lado de fora da fazenda não entramos, não foi invadido nem nada, aí conhecemos Sr. Carlos Mano que era o dono da fazenda e acabou que

não sei o que deu nele e ele acabou negociando foi lá e vendeu a fazenda para o estado e dividiu a terra e onde entrou daí o MST que acampou aqui na sede e o MAST também e os agregados...nós éramos o MAST (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponesa do Porto Maria-SP).

A partir da reflexão sobre território e relações de poder que constitui-se base para adentrarmos as práticas sociais seguiremos para a tese de doutorado intitulada “Os assentados frente aos desafios legais: uma interpretação antropológica das relações jurídicas no assentamento de Promissão” de Maria Elena Miranda, defendida no ano de 2003. Nela encontramos um importante aparato teórico para este trabalho, por isso decidimos apresentar as principais reflexões da autora que trata de muitos pontos relacionados às práticas sociais camponesas dos sujeitos assentados.

O primeiro ponto que gostaríamos de explorar no trabalho citado é sobre o direito costumeiro, a autora cita Goody apud Paoliello (1992, p.84) que afirma que este “refere-se a uma situação em que o sistema jurídico político dominante apoia os costumes locais de comunidades rurais a ele subordinadas”. Alguns autores identificam no Brasil o oposto no que concerne ao direito costumeiro, pois de acordo com Miranda (2003, p.19) teremos para o caso brasileiro “um sistema de códigos escritos e de consolidações legais sobrepostos e, algumas vezes, inaplicáveis aos fatos sociais, por não estarem referenciados nos costumes, gerando um corpo de doutrina complicado e rígido”.

De acordo com a autora esse sistema em que o “mundo do direito” não equivale ao “mundo dos fatos sociais” gera então um paradoxo em nossa cultura jurídica, que teve o direito costumeiro fundado sob o “sistema jurídico-político do Estado-nação português”, que se refere a uma cultura legalista ao extremo, que de acordo com Miranda (2003), os sujeitos não estão dispostos a cumprir as leis. No que se refere à reforma agrária a autora propugna que a “legislação é caduca em face da dinâmica social”, já que em âmbitos gerais o nosso legislador cria um sistema normativo amplo, mas que não compreende as singularidades do fato social.

Sobre os processos administrativos Miranda (2003, p.20) afirma que as características próprias deles dificultam a defesa das partes envolvidas, “pois o acesso aos autos é dificultado pela falta de informação entre interessados e pela distância entre o local de moradia destes e o órgão central onde o processo tramita”. A autora revela que se é fato que o chefe da família na maioria das vezes não dispõe de recursos para prover o filho deserdado, também é verdade que é visível a tendência de assentados adquirirem benfeitorias de lotes no assentamento para seus filhos, que por vezes se mantem como agregados.

Ao estudar 152 casos investigados pela Comissão de Inquérito do Incra, a autora verifica que 34% dos casos ou seja 52 deles dizem respeito as transações que envolvem os agregados (filhos e filhas dos titulares). No que concerne aos filhos que trabalham no lote e que não irão herda-lo Miranda afirma que “a legislação impõe à família o emprego de toda a força de trabalho na produção do sítio” e com isso “a lei simplesmente estaria condenando os irmãos não herdeiros à condição servil” (MIRANDA, 2003, p.22).

É importante salientar que a autora não acredita que há um direito costumeiro no assentamento estudado (Reunidas em Promissão-SP), pois acredita que as práticas sociais.

[...] não se configuram em um direito costumeiro, pois os assentados não dispõem dos meios coercitivos para impor o cumprimento delas enquanto norma jurídica e nem o reconhecimento delas por parte do Estado. Essas práticas sociais entram muitas vezes em choque com as normas jurídicas vigentes, sem ter, contudo, forças para se impor enquanto norma jurídica própria. Tampouco dispõem de força política suficiente para mudar as normas vigentes, mesmo quando estas ferem as práticas costumeiras. Por outro lado, o sistema jurídico dispõe de todo o aparato estatal para se fazer cumprir as leis, mas lhe falta legitimidade para tal. Isso acontece graças à ineficácia das políticas públicas, que deveriam acompanhar a implantação dos assentamentos, e ao distanciamento entre as leis impostas aos assentados e a possibilidade de seu cumprimento, ou seja, graças à distância entre o que *é* e o que *deveria ser* (Geertz, 1999:253). Essa dicotomia reflete-se nas práticas concretas dos assentados. Esse desencontro resulta na situação de ilegalidade em que a maioria deles se encontra (MIRANDA, 2003, p.26).

Nesse sentido ela define seu objeto de análise como sendo as práticas sociais dos camponeses orientados pelo *habitus* (na concepção de Bourdieu). Pois, o “direito costumeiro só o é na medida em que for capaz de forçar os membros de um grupo a observar suas normas” (MIRANDA, 2003, p.32).

Concordamos com Miranda (2003, p.34) quando ela afirma a necessidade de “reconstruir historicamente o contexto das relações sociais” no qual os assentados estiveram “imersos”, pois vivenciaram experiências e consolidaram *habitus*, a autora assume então a cultura caipira paulista “como a chave para desvendar o *habitus* por ela engendrado, que vai estruturar práticas costumeiras no assentamento”. Deste modo, evidenciamos também assentados que apresentam fortes referências no sistema cultural do caipira paulista e no caso do assentamento Porto Maria no sistema cultural do caipira paranaense.

Quando a autora afirma que em Promissão não existe um código costumeiro que seja compartilhado por todos os assentados e ainda verifica que no assentamento o que ocorre é a recorrência de práticas costumeiras, nos chama a atenção para a reflexão de nossos territórios de estudo. Miranda (2003, p.36) complementa revelando que os níveis de coesão são ainda muito tênues e que também não considera que podemos dizer que há uma tradição, pois na sua

concepção tradição constitui-se de “costumes enraizados que são construídos e partilhados coletivamente por um grupo ao longo de várias gerações”.

Sobre algumas práticas costumeiras a autora revela que:

Assim sendo, pode-se afirmar com certa margem de segurança que o que se experimenta no assentamento não é o direito costumeiro, e sim algumas práticas que são mais ou menos recorrentes no tocante à organização do trabalho familiar e ao desempenho de certas atividades econômicas e agrícolas, que transgridem a legislação relativa à reforma agrária, com sérios reflexos nas relações políticas e jurídicas dos assentados com o Estado. Essa recorrência pode estar referenciada em suas experiências passadas, mas, com certeza, também se relaciona com as oportunidades que se apresentam à disposição dos assentados no momento. Assim, em períodos em que não se consegue crédito agrícola, eles arrendam as terras para os sitiantes locais. No passado, vivenciaram essa experiência enquanto arrendatários, hoje alguns deles são os rentistas. Portanto, o objeto de análise deste trabalho são as práticas sociais que surgem do desencontro entre o que a legislação da reforma agrária impõe aos assentados e o que é possível fazer na atual conjuntura da economia brasileira (MIRANDA, 2003, p.36).

Concordamos com a autora quando afirma que no assentamento estudado por ela, o sistema jurídico reconhecido é o oficial e que este parece para ela muito forte no referido território.

Sobre as práticas costumeiras verificamos nos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema os filhos que comprem as benfeitorias dos lotes dentro dos assentamentos que os pais residem (com frequência) ou em assentamentos vizinhos. O Estado não autoriza essa compra realizada de modo informal, mas de acordo com eles depois de enfrentar por anos o medo de perder o lote o INCRA acaba por legalizar a ação, o que nos leva a reflexão de que as práticas ao enfrentar as leis vigentes seguem fundando microterritorialidades.

A revisão bibliográfica de Miranda (2003) dá sustentação às suas afirmações e especialmente nos interessa quando ela revela em sua concepção “os assentados ainda não conseguiram elaborar um modelo de herança camponesa, está sendo pensada, sobretudo, como uma *demanda potencial*”. Ela ainda avança nessa questão quando exemplifica a partir de trabalhos que tem como referência assentamentos de Goiás, casos em que a falta de um projeto da família que define um sucessor (herdeiro) tem provocado o êxodo de todos os agregados jovens que saem do assentamento e deixam os titulares sozinhos.

Sobre o êxodo ou permanência dos agregados, quando Arbarotti (2017) estuda um assentamento com 30 anos de existência como o Reunidas em Promissão-SP consegue enxergar claramente que muitas vezes recai sobre alguns sujeitos da segunda geração o projeto de vida camponesa de suas famílias, mas que este projeto nem sempre corresponde com os projetos pessoais dos sujeitos, que permanecem na terra para mantê-la na família e como uma forma de

demonstrar o quanto eles valorizam a luta de seus pais. No que concerne a esta situação Arbarotti (2017, p.217) adverte que a permanência no lote não deve ser encarada como uma obrigação, “mas sim uma possibilidade que pode ser realizada e mobilizada de formas diferentes, dependendo das experiências, motivações, sentimentos e projetos de cada pessoa”. No trecho de entrevista apresentado abaixo podemos evidenciar a valorização da luta e do sofrimento dos pais como motivação para não vender as benfeitorias do lote:

Pesquisadora: Você já pensou em sair do assentamento?

Mario: Não.

Pesquisadora: Por quê?

Mario: Porque isso aqui foi um sofrimento do meu pai e da minha mãe e meu, hoje é sofrimento meu e dela [esposa], mas se um dia eu morrer e ela querer vender aí é problema dela (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

Outro motivo para a saída da segunda geração dos lotes para viver na cidade é também a influência de outros que foram para o espaço urbano e lá adquiriram bens materiais que não conseguiriam comprar morando no lote, o foco aqui não são os bens materiais em si, mas sim a influência exercida por outros agregados. Arbarotti (2017) analisa a expressão “ir aventurar-se” que comparece nos discursos de seus entrevistados, mas que também é uma expressão importante para o nosso trabalho porque conseguimos evidenciá-la em diversas conversas informais com os camponeses. Sobre esta frase o autor afirma que:

“Ir aventurar-se”. Essa frase demonstra o sentimento em relação à cidade, que não é o lugar de pertença, não há identificação, pois as pessoas aventuram-se no desconhecido, no inesperado e desafiador. A aventura, porém, tem a sua gratificação que seria “ter as coisas”, ou seja, acesso a bens e serviços que o trabalho no lote não proporcionaria. Por outro lado, o fato de estar apartado do assentamento proporciona um sentimento de desenraizamento e falta de estabilidade subjetiva que evoca a volta para terra. Isso ocorre, pois não é fácil viver cotidianamente na aventura, sem a tranquilidade e segurança que a territorialidade rural proporciona a esses atores (ARBAROTTI, 2017, p.220).

De acordo com o Arbarotti (2017, p.221) a vida longe dos referenciais do assentamento pode tornar-se ainda mais dramática para a realização ontológica desses sujeitos, pois “se inserem em outras referências sociais bem distintas das que até então experimentavam”. No espaço urbano estes sujeitos sem os referenciais “se vulnerabilizam, por não encontrarem as raízes que possuem em seus territórios”. Sobre a perspectiva do autor no que concerne as relações de poder temos que:

Entretanto, existem relações entre grupos que se dão de forma desigual, não como duas formas de existir diferentes que se relacionam e trocam experiências com o mínimo de equidade, mas se dão na forma de relações de poder desiguais. Essas relações se dão por meio de mecanismos sociais complexos exercidos nas dinâmicas cotidianas de forma calculada e sutil e que buscam controlar, modificar e sujeitar essas vidas. Assim, é importante pensar que o poder que atinge as pessoas na modernidade não é o poder soberano, mas a multiplicidade de forças que atuam e reagem entre eles segundo relações de obediência e mando (ARBAROTTI, 2017, p.221).

Quando Miranda (2003, p.64) realiza uma análise sobre o camponês assentado que de acordo com ela é uma categoria emergente no cenário rural brasileiro, resgata os trabalhos dos Woortmann que compreendem que o camponês vê a terra como patrimônio da família e pontua posteriormente que no assentamento Reunidas notou que os camponeses não têm essa concepção da terra como patrimônio familiar, pois “a ausência de vínculos mais fortes com a terra é um reflexo da condição de deserdados e de expropriados, a qual caracteriza a população assentada”.

Nos estudos em Promissão, Miranda constata que o grande número de compra de lotes envolvendo os filhos dos camponeses deve-se a,

impossibilidade de divisão do lote para todos os filhos o que leva as famílias a adotarem essa prática de aquisição de lotes de desistentes, destinando-os aos filhos casados. Eles esperam com isso aliviar a pressão sobre o patrimônio paterno (MIRANDA, 2003, p.65).

De acordo com a autora sobre o direito costumeiro os teóricos brasileiros até a data de sua pesquisa, partem do princípio de que os camponeses aceitam as normas jurídicas do país combinando obviamente com seus códigos costumeiros. Dessa forma, ao analisar as obras de sua orientadora e teórica Moura (1978) revela que no caso de herança estudado por ela era estabelecido o direito costumeiro, pois ocorria a transmissão da terra somente para os filhos do sexo masculino, mas “a transação era camuflada por uma operação legal”, porque primeiro era feito o inventário que tornava as filhas herdeiras “legais” de acordo com a partilha igualitária, mas depois os maridos das mulheres vendiam as terras destas por um preço abaixo do mercado para seus cunhados (MIRANDA, 2003, p.38).

Entendemos a partir de Miranda (2003, p.80) as relações entre as práticas sociais camponesas e a cultura caipira paulista começando pela posse. A mobilidade era uma característica fundamental do camponês que deriva da facilidade de conseguir novas terras para o cultivo, pois de acordo com a autora a posse se dava através da instalação das famílias em terras livres, ali a garantia ao direito de posse era o trabalho onde o sujeito transformava a natureza e não era necessário nenhum documento para respaldar isso, apenas um aviso realizado

verbalmente quando tratava-se de capoeira desbravadas por outros camponeses. De acordo com a referida autora a utilização do trabalho como importante característica para incorporar um bem é uma norma que vem do Direito Ibérico e dos povos anglo-saxões.

É importante assimilar também as contribuições da cultura indígena no que se refere as práticas do camponês paulista, assim a autora destaca:

Ao viver uma vida seminômade, os camponeses aprenderam desde cedo com os indígenas brasileiros a manter estoques mínimos de provisão, um reduzido mobiliário, um número pequeno de ferramentas de trabalho e uma enorme disposição para se mudar em busca de terras mais distantes e ainda não exploradas, tão logo as condições de posse não fossem mais favoráveis, seja pelo esgotamento das terras já exploradas por eles, seja por estarem premidos pelo avanço do latifúndio, ameaçando tais posses (MIRANDA, 2003, p. 81).

Partindo desse fato compreendemos quando a teoria apresentada por Miranda (2003) relata que os grupos étnicos descendentes de europeus tratam a terra como patrimônio e, portanto, uma herança que é deixada para os filhos enquanto os “brasileiros” cultivam em seu “imaginário” a ideia de que há muitas terras à espera do desbravamento por isso não há uma preocupação com a sua transmissão para os filhos e filhas.

As pesquisas nos assentamentos Nova Conquista e Porto Maria têm uma identificação com o trabalho realizado por Miranda (2003) no assentamento Reunidas quando se trata da trajetória dos camponeses assentados. Assim, a autora afirma que:

Analisando as fichas cadastrais dos beneficiários do assentamento de Promissão, pude constatar que a passagem pelas atividades urbano-industriais não os tornou operários, pois os assentados continuavam se autodenominando trabalhadores rurais e se sentindo homens do campo. Tratava-se, geralmente, de períodos curtos de assalariamento urbano. A maioria deles nunca morou na cidade, mas sempre “perambulou” pelo campo sem ter parada certa. O assentamento é formado, em sua maioria, por camponeses itinerantes. Ao receber as terras no assentamento rural, eles ficam condicionados a fixarem-se à terra, perdendo a condição de “camponês volante” (MIRANDA, 2003, p.82).

Quando perguntamos aos agregados do assentamento Nova Conquista como eles se identificam, a maioria dos entrevistados relatam que são assentados porque estão na luta junto com seus pais desde o início (acampamento), mas reconhecem que para o Estado eles são agregados, em nenhum depoimento eles fizeram qualquer menção que remetesse a outra identificação.

É comum quando analisamos as entrevistas dos assentados titulares do assentamento Porto Maria, por exemplo, a fala do camponês que nos revela um pouco de sua trajetória:

Pesquisadora: Em quais locais o senhor já trabalhou antes do assentamento?

Ailton: Já trabalhei em fazendas, na cidade eu trabalhei pouco tempo, nunca gostei de cidade lá eu trabalhei de guarda, de pedreiro, meus serviços 90% foi mais na roça mais sítio (...) em 85 eu comecei a acampar no primeiro acampamento, casei e sai, entrei no acampamento que foi esse assentamento da Gleba XV casei sai e vi que não dava certo para mim...ai voltei fui trabalhar em sítio fazenda mexer com gado de novo e depois fui para Terra Rica fui trabalhar na granja passei depois fui para São Paulo trabalhar de caseiro e depois fui mexer com plantio de legumes e depois trabalhei um tanto de guarda, falar para você trabalhei de noite fichado das meia noite até as 6 da manhã e tocava lavoura de legumes durante o dia, ai eu fiquei sabendo do acampamento que teve aqui no Nova Pontal em 90 ai acampeei e fiquei um pouco acampado vim embora para Gleba fiquei um tempo na gleba, morei um tempo na cidade de Rosana, mas assim a mulher ficava na cidade e eu no acampamento ai depois saiu o acampamento que eu fiquei por 10 anos e pouco esse aqui do Porto Maria (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponês do Porto Maria-SP).

Aqui verificamos a plasticidade do trabalho, conceito desenvolvido por Thomaz Junior (2004, p.12) que trata “das diferentes formas de trabalho a que o trabalhador tem se submetido para vencer os revezes da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da intensificação da precarização, do desemprego, etc.”, portanto, trata-se do trabalhador que desenvolve múltiplas e diferentes atividades para sobreviver o que permeia espaços distintos. Moreira e Santos (2019, p.343) afirmam ainda que trata de “adaptabilidade, às mudanças nas funções e no modo polivalente dos trabalhadores”.

Arbarotti (2017, p.227) compreende o assentamento como um “universo de vividos múltiplos em que várias subjetividades estão diferenciadas em projetos que se cruzam e se conflitam” tanto dentro das famílias como no assentamento como um todo. Quando tentamos compreender as permanências ou não nos assentamentos rurais em estudo nos aproximamos das afirmações do autor por compreendermos que a riqueza que os sujeitos trazem com suas experiências resulta na complexidade do território, assim:

Esses vários vividos possibilitam uma diversidade de experiências e diferentes histórias que percorrem caminhos diversos. A permanência, sendo assim, não é uma decisão fácil e realizada de forma inequívoca, muitas vezes ela percorre caminhos variados, passa por projetos frustrados, por tensões entre os familiares e por acontecimentos inesperados. Passa por períodos de desenraizamento e de mobilização de novas formas identitárias ao se refugiarem no “porto seguro”, que é a volta a terra. Essa volta, por mais dura e permeada de dificuldades financeiras e existenciais, ainda é um alento a toda a pressão que se vive fora do lote. O que se tem em conta, nesse sentido, são os objetos de memória, a memória do território, a memória afetiva dos atores, o sentimento com o território e seu modo de vida, o enraizamento que esses elementos proporcionam e a segurança ontológica que o “ser” pode gozar. Isso não é uma idealização do lote como local isento de problemas e dilemas, mas sim a constatação de que o assentamento é um território permeado por cultura e sociabilidade específicas e que pode ser uma possibilidade de realização de projetos de vida (ARBAROTTI, 2017, p.223).

Dentre os relatos evidenciados durante os trabalhos de campo nos assentamentos do Pontal do Paranapanema verificamos a história de camponeses que residiram na cidade, mas que nunca trabalharam de fato lá.

Pesquisadora: Desde que o senhor começou a trabalhar em que atividades trabalhou?

Jair: Já trabalhei em vários serviços fui rancador de mandioca, plantação, algodão, trator, máquina e pedreiro, de tudo a gente fez um pouco.

Pesquisadora: O senhor foi pedreiro aqui ou na cidade?

Jair: Lá eu não trabalhei não, eu morava na cidade e trabalhava nas fazendas de tratorista eu só morava na cidade (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponês do Porto Maria-SP).

Depois de verificar em campo as características da mobilidade camponesa, como os sujeitos que residiram um tempo na cidade sem, contudo, trabalhar neste espaço compreendemos a partir das reflexões de Miranda (2003) que a mobilidade se constitui como elemento fundante da cultura caipira não apenas pela busca de terras férteis nos primórdios do Estado de São Paulo, mas também devido ao passado de expropriação dos camponeses por parte dos latifundiários que necessitavam cada vez mais de terras para o cultivo de café e recentemente, na história deste território, para as pastagens. A consequência da mobilidade territorial camponesa no plano social na concepção da autora é a fraca coesão,

[...] que se estabelece no interior dos grupos, dificultando a instituição de formas de cooperação mais duradouras e a criação de vínculos sociais mais efetivos. O reflexo mais visível desse processo está na dificuldade de os camponeses se associarem formalmente através de associações ou cooperativas de produtores (MIRANDA, 2003, p.86).

Miranda (2003) afirma que os assentados de Promissão são herdeiros dessa cultura da mobilidade por terem migrado pelo menos três vezes durante a vida.

Se por um lado evidenciamos a fraca coesão apresentada anteriormente como um aspecto negativo temos na pesquisa de Arbarotti (2017) um fator que outrora havia passado despercebido em nosso trabalho, mas que agora vislumbramos como fundamental, o movimento de saída dos agregados para a cidade como algo que fortalece a permanência deles no assentamento posteriormente quando retornam ao lote, tal movimento compreendido como resistência. As experiências na cidade, de pagamento de aluguel, de pagar por tudo o que se consome e sem apoio dos demais assentados parece extremamente enriquecedora por tornar clara para alguns as “vantagens” da vida no assentamento, o que traz uma “valorização” do lote por parte dos agregados.

Quando analisamos a trajetória dos camponeses do assentamento Porto Maria, como já verificado anteriormente, nota-se que parte significativa dos municípios onde os assentados nasceram localiza-se no estado do Paraná. Dentre eles temos: Planaltina, Terra Rica, Barbosa Ferraz, Goioerê e Palotina; ainda verificamos que há sujeitos oriundos de Minas Gerais, Espírito Santo e de municípios do Pontal do Paranapanema. Quando verificamos os municípios de origem dos camponeses do Nova Conquista verifica-se que muitos vieram do município de Promissão-SP e que alguns se inspiraram na luta através da interação com os assentados do Reunidas (assentamento estudado por Miranda).

A cultura do favor também é algo muito importante para os camponeses. Esta cultura se dá através da necessidade dos camponeses retribuir um “favor” que lhe é prestado, acontece inicialmente no jogo político numa época em que o Estado era mínimo e a consciência de direitos no meio rural ainda era muito pequena. Aproveitando-se disso os “coronéis” da época trocavam por exemplo, votos de uma família inteira apenas pelo fato de que ele agilizou uma consulta médica a um dos membros daquela família. De acordo com Miranda (2003, p.89), “a cultura do favor implica compromissos de honra”, pois o pai de família vai sempre cumprir a palavra dada ao benfeitor.

Assim é necessário observar que a cultura do favor também se dá entre iguais, ou seja, no plano horizontal o que estabelece entre sujeitos os vínculos de lealdade e confiança. Sobre as relações e a cultura a autora afirma em relação aos assentados que:

Para o bem ou para o mal, a cultura do favor está muito presente na sociedade brasileira e faz parte do seu habitus cultural, principalmente das populações de origem camponesa. Assim, os assentados esperam que os agentes públicos tenham atitudes semelhantes aos políticos que se prestam a distribuir favores por ocasião das eleições. As relações com as instituições do Estado são marcadas pela expectativa do favor (MIRANDA, 2003, p. 89).

De acordo com Miranda (2003) esse tipo de comportamento social que marca as relações políticas dos camponeses brasileiros está presente desde o Segundo Reinado e pode ainda ser encontrado nas sociedades camponesas.

Partindo das análises da cultura do favor evidenciamos a aproximação com Arbarotti (2017, p.211) que realiza uma reflexão sobre as redes de sociabilidade (embora o autor não especifique o que é essa sociabilidade) e convivência estabelecidas no assentamento, essas redes permitem por exemplo, as trocas de produtos e todo tipo de ajuda entre os sujeitos assentados. Essas relações de troca ficaram muito claras em nossos estudos nos assentamentos Nova Conquista e Porto Maria, onde verificamos nas falas dos camponeses principalmente a

troca de alimentos, nos dias em campo também era possível presenciar a vizinha ou seus filhos trazendo os produtos que encontram-se em abundância em seus lotes para a família que nos acolheu, foi possível também perceber o movimento oposto que seria o de levar para determinados amigos e amigas uma “sacolinha” com alguns produtos do pomar ou das estufas.

As disputas e os conflitos também são verificados em Arbarotti (2017) quando por exemplo, um de seus entrevistados afirma “com quem se pode contar” e com quem “não se pode contar” no assentamento, os primeiros representam as relações de reciprocidade e o segundo grupo é a expressão que revela os conflitos e as disputas.

Para compreender o uso do território pelo campesinato e como as relações de poder são socialmente efetivadas também é preciso adentrar os estudos a respeito do cotidiano. Farias (2008, p.152), ao considerar em seu trabalho o cotidiano, este entendido por ela como o “dia a dia transcorrendo”, afirma que os assentamentos rurais devem ser compreendidos a partir de sua temporalidade dinâmica que também é conflituosa, neste território encontra-se subjetividades diferentes e também projetos familiares que são distintos e que “se cruzam e se conflitam cotidianamente”. Deste modo,

Não podemos construir uma visão linear – com padrões e modelos únicos e homogêneos – das condições de permanência na terra, principalmente porque não é possível estabelecer uma unidade de ações no interior desse espaço social. Neste se conflitam constantemente as múltiplas necessidades e anseios das pessoas. Em outras palavras, devemos atuar nos assentamentos, entendendo-os como um espaço em construção, onde encontramos também as rupturas frente aos variados projetos presentes no cotidiano das famílias (FARIAS, 2008, p.152).

No cotidiano não nascem apenas os conflitos, mas também a solidariedade (que de forma positiva evidenciamos a cultura do favor relatada anteriormente), o que confirma para a autora a complexidade do dia a dia e as diferentes estratégias das famílias para sua reprodução nos assentamentos. Sobre a família, esta é fundamental tanto no momento do acampamento quanto no momento do assentamento, pois tanto suas decisões quanto suas ações direcionam os membros familiares na busca por melhores condições de vida, construindo “uma identidade caracterizada pelo modo de vida dos sujeitos” marcados por um passado onde havia possibilidades, “as variadas conotações do presente” que segue abrindo “brechas mais dinâmicas ao futuro e, talvez a um novo modo de vida” (FARIAS, 2008, p.153).

Quando analisamos estratégias das famílias devemos pontuar também as que contemplam idosos que não dispõem de sucessores. Quando Miranda (2003) analisa os fatores importantes que culminam na venda das benfeitorias dos lotes pelos assentados, ela revela, dentre outros fatores, os preços das benfeitorias que ao vendê-las os beneficiários têm a chance

de comprar uma moradia na cidade e passar a viver de suas aposentadorias. Ao analisar este fato a autora traz sua tese, importante reflexão para nossa temática, que enfatiza o desestímulo dos filhos jovens para permanecer na terra.

Isto acontece principalmente entre as famílias cujos filhos deixaram a casa paterna e não demonstraram interesse em retornar ao assentamento – o que confirma nossa tese da importância de um projeto familiar de herança, que engendre a continuidade dos ciclos de trabalho agrícola, comum entre os camponeses mais arraigados à terra (MIRANDA, 2003, p.101).

Outra questão relevante é o fato de que ao vender suas benfeitorias o assentado tem a possibilidade de livrar-se das dívidas adquiridas através do crédito agrícola, pois as dívidas são transferidas para o novo beneficiário. O que a autora enfatiza é que o beneficiário quando vende suas benfeitorias geralmente ele não tem em mente nenhum cálculo de especulação e considerar esse fator é algo raro entre os assentados desistentes. Portanto, ao considerar que o projeto de reforma agrária em estudo não sofre com a especulação, revela que,

[...] o que o compromete é a ausência de programas de capacitação agrícola para os beneficiários com pouca experiência em plantio, como aqueles que estão há muito tempo no corte de cana ou em outras atividades as quais não lhes permitem acompanhar todo o ciclo da produção agrícola. Vimos acima que, em decorrência disso, esses camponeses perdem gradativamente as habilidades para lidar com a terra. A esses beneficiários far-se-ia necessário um apoio técnico mais intensivo (MIRANDA, 2003, p.103).

Ou seja, verifica-se a ausência de políticas públicas para amparar os camponeses como capacitações, etc. Numa reflexão a respeito dos jovens e dimensionando as contradições entre os discursos e as práticas, a autora aponta para o fato de que estes têm seus projetos individuais e que veem no assalariamento uma perspectiva de emancipação tanto econômica quanto da vida familiar. O êxodo neste aspecto já é esperado pois a terra não ampara todos os filhos.

No assentamento Porto Maria vislumbramos a partir da fala de um jovem de 23 anos a mobilidade e os motivos pelos quais ele deseja voltar para a cidade, que são relacionados a uma vida econômica estável com perspectiva de renda mensal:

Pesquisadora: Você quer continuar por aqui?

Wellington: Olha por enquanto eu estou aqui, mas mais para frente eu não sei não...

Pesquisadora: O que você trabalhou até hoje no total?

Wellington: Eu já trabalhei como operador de máquina bordadeira, já trabalhei em silo que é onde faz estampa de camiseta e auxiliar de produção industrial.

Pesquisadora: Você pensa em ficar mais para frente?

Wellington: Eu acho que mais para frente meu irmão vai ficar no lote porque eu na verdade não penso em ficar aqui muito tempo porque aqui é mais difícil o emprego

se eu sair para a cidade para mim é mais vantagem carteira assinada e tal, mas ele já pensa em ficar
(Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponês do Porto Maria-SP).

No contraponto verificamos os motivos pelos quais muitos camponeses de diferentes gerações não desejam sair do assentamento. Monteiro (2017, p.78) revela que ao introduzir o fato de que o objetivo do campesinato é reproduzir o seu modo de vida, há alguns elementos que se encontram no imaginário dos camponeses assentados e que, de acordo com o autor, reforçam a continuidade da vida no espaço rural, sendo eles:

A recusa da venda, a dádiva, a valorização da conquista pela luta, a cidade como lugar hostil por causa do custo de vida, dos preços do aluguel ou da dificuldade em possuir a casa própria, da escassez de empregos para quem não é diplomado e, minimamente qualificado (do ponto de vista do mercado contemporâneo) (MONTEIRO, 2017, p.78).

Notamos também nos discursos dos assentados agregados do assentamento Nova Conquista a preocupação em pagar aluguel na cidade e ainda quando os assentados agregados em condição de assalariamento citam que o assentamento é melhor para a educação dos filhos, que é melhor para eles não ter a influência da “rua” por mais que os meios de comunicação já revelem os acontecimentos da cidade, eles na verdade estão afirmando que é importante que seus filhos aprendam os “valores” partilhados pelos camponeses do assentamento.

Janete: Não penso em sair porque eu acho que a vida no sítio é mais fácil para criar os filhos hoje em dia a cidade tá muito...em todo lugar tem coisa errada mas acho que no sítio é mais fácil de criar seus filhos tem mais espaço para brincar tem que cuidar de uma galinha agora na cidade eles vão brincar onde? Na rua onde tem muita coisa errada né tem muitas amizades erradas eu acho que no sítio é mais fácil e outra você pode plantar uma coisa para comer você não vai passar necessidade aí se for morar na cidade vai ter que pagar um aluguel tudo se for ter que comer lá tem que comprar no sítio é mais fácil (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

A mobilidade, uma das principais características dos camponeses paulistas, foi motivada, pelas mudanças nas relações de trabalho, pois “é visível a deterioração das relações de parcerias e arrendamento (consideradas mais duradouras), sendo estas substituídas pelas relações de assalariamento temporário” (MIRANDA, 2003, p.106).

A partir dos estudos referentes ao universo do trabalho, Thomaz Junior (2004) já nos alertava sobre as mudanças que o capitalismo na era neoliberal traz para o campo e como os latifundiários ao realizar uma fusão com o capital financeiro resultando no agronegócio promoveram mudanças também nas relações de trabalho culminando na precarização destas.

Deste modo, o capitalismo promove precarização nas relações de trabalho tanto no campo quanto na cidade.

No que concerne ao sistema de herança nos assentamentos Miranda (2003) cita Durhan e conclui que este sistema contém práticas que não estão prescritas num padrão,

[...] mas que depende das contingências familiares, parece ser o mesmo adotado pelos assentados. Percebe-se aí que o esquema performativo destas práticas comporta uma certa mobilidade, operando como um *habitus* da cultura caipira paulista. No passado, o sistema de herança era permeado pela possibilidade de incorporação das terras livres. No presente, ele é permeado pela possibilidade de migração para a cidade, ou de assentar-se em novas áreas de reforma agrária. Desse modo, o que se observa por ora no assentamento, é que a escolha do local de moradia das novas famílias (quando estas têm a intenção de ficar no assentamento) obedece às necessidades das famílias de origem e à disponibilidade de terras e de recursos que estas têm a oferecer ao novo casal (MIRANDA, 2003, p.108).

Deste modo, a autora coloca a mobilidade como elemento que se encontra na raiz da ausência de uma cultura patrimonial, que poderia, portanto, dar sustentação aos projetos de herança familiar. É importante a constatação da autora que revela que as “semelhanças existentes entre as práticas sociais dos assentados estariam fundadas na cultura paulista” (MIRANDA, 2003, p.112).

No que se refere aos assentados que residiam no espaço urbano antes de seguir para o acampamento concordamos com Miranda (2003, p.113) quando esta nos revela que os sujeitos “ao conservar os ideais de autonomia na cidade, os migrantes de origem rural teriam preservado parte importante do *habitus* camponês, permitindo a sua reconversão ao mundo rural” e os assentamentos rurais se apresentam então como uma perspectiva para os migrantes retornarem a vida de autonomia. Verifica-se ainda atrelado a esse ideal de “trabalho livre” em oposição ao “trabalho controlado” nas fábricas, a resistência que alguns camponeses têm em relação a participar de cooperativas que são compostas por líderes e sujeitos do MST.

Posteriormente as perambulações ao retornar ao espaço rural como assentados, no que concerne ao campo das representações sociais, Monteiro (2017, p.98) constata a valorização das cercas pelos camponeses, algo que também já havíamos notado em trabalhos anteriores no assentamento Nova Conquista, ele traz a análise de que ao valorizar a cerca e a criação de bovinos pode estar ocorrendo uma ressignificação das parcelas de terra que ao dificultar a circulação no assentamento através da cerca, pode adquirir o sentido de propriedade privada. Neste sentido, afirma que não surgiu o “homem novo em constante libertação”, mas sim algo que remete ao “patrão de outrora”.

Quando analisa os conflitos dentro do assentamento o autor propugna que a produção territorial “é feita pelos embates internos dos assentados, que envolvem o trabalho e as identidades políticas, ao mesmo tempo em que abrange também as práticas de cooperação entre as famílias” (MONTEIRO, 2017, p. 99).

De acordo com Monteiro (2017, p.114) a (re) territorialização ocorre na diferença e a partir do retorno à terra, as territorialidades que estão no cerne do território e que se manifestam primordialmente por relações de poder estão inscritas nos assentamentos por meio de “práticas e intencionalidades diferentes, orientações culturais, tradições ou costumes distintos, pensamentos, opiniões e ações”.

Camponeses e camponesas mantêm assim relações de distintas dimensões com o território, configurando assim suas territorialidades. É fundamental destacar, que Monteiro (2017) entende uma predominância do poder heterônomo nos assentamentos que é evidenciado:

[...] por meio das suas territorialidades econômicas (relações com o mercado), políticas (com as Prefeituras e o governo federal) e culturais (as religiosidades e as igrejas), onde moram indivíduos e famílias que, não raro, enfrentam a hostilidade da sociedade contra os *sem-terra*, ao mesmo tempo em que algumas práticas cotidianas (concretas e discursivas) simbolizam contestações, *desvios* e *microliberdades* diante da heteronomia exercida (MONTEIRO, 2017, p. 115).

Sobre o poder, o autor revela que as relações não se efetivam apenas no que se refere aos aspectos negativos, de imposição de algo em relação aos outros, mas as relações de poder estão expressas na persuasão, na influência, no convencimento, etc. Desta forma, Monteiro (2017, p.116) compreende por heteronomia a

[...] imposição da ‘lei’ (no sentido amplo), que são as normas, as regras, as leis, os costumes, as convenções, de cima para baixo (por uma elite dominante) ou de fora para dentro (por uma potência invasora), ou seja, os grupos sociais não conseguem se autogovernarem ou se autogerirem (MONTEIRO, 2017, p.116).

O autor nos direciona para a reflexão sobre a resistência, pois se está se manifesta de uma forma clara no momento de acampamento, através da organização política dos camponeses, também está presente posteriormente no momento do assentamento, nas escolhas da melhor empresa para a entrega do leite e dos demais produtos, “no enfrentamento discursivo, pela recusa em sair da terra conquistada e pelo habitar” (MONTEIRO, 2017, p.125).

Sobre a relação com o mercado capitalista o autor afirma que é uma relação “desigual, normatizada, burocrática e heterônoma” enquanto as vendas em feiras livres ou as vendas particulares, no geral sem atravessadores, configuram espaços de resistência (no que se refere

às feiras) onde não ocorre a apropriação “da renda camponesa da terra”. De modo geral, Monteiro (2017, p.134) compreende que mesmo que o acesso à terra represente um importante passo na “produção autônoma” do território, ele ainda continua sendo produzido de forma heterônoma porque depende de recursos externos como recursos financeiros, assistência técnica e prestação de serviços que tem origem federal e municipal.

A ausência de recursos externos para apoiar a permanência dos filhos dos titulares no assentamento leva ao que evidenciamos no Nova Conquista, na entrevista do agregado algumas questões levantadas por ele que lamenta a necessidade de sua saída do assentamento enfatizando as dificuldades do trabalho como empregado, mesmo que o novo trabalho não seja na área urbana:

Pesquisadora: Sua esposa falou que você está pensando em sair agora do assentamento?

Jean Carlos: Então igual até amanhã eu vou lá para a região de Buritama até vou lá ver um sítio vou sair de um sítio para entrar em outro igual aqui é do meu pai vou sair daqui porque nem eu e nem meu pai estamos conseguindo fazer o que precisa, o lugar é igual eu falo não é ruim de morar, mas no momento nós não estamos vendo condições de trabalhar em cima do terreno e como eu tenho família eu vou trabalhar lá assalariado que eu sei que não é fácil trabalhar para os outros receber ordem e tal igual a gente trabalhar aqui trabalha a hora que quer, de patrão e funcionário ao mesmo tempo, mas é a vida né (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

Aqui compreendemos novamente a questão da consciência que o agregado tem de que o lote não consegue “sustentar” a família dele e a dos pais titulares do sítio. Abaixo verificamos novamente essa consciência sobre o espaço do lote.

Pesquisadora: Seu irmão saiu do lote foi fazer o que?

Lenildo: Nós somos em três, tem mais outro irmão...esse negócio que estou te falando que o sítio não tem espaço para todo mundo que mora nele trabalhar nele ou todo mundo mexer com o gado dele não da porque ou é o gado do meu pai ou outro entendeu, aí acaba tendo que trabalhar fora...meu irmão foi trabalhar em usina e o outro irmão mora aqui o mais velho que trabalha em usina lá em Quatá (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

Miranda (2003) aborda outra questão importante para o espaço rural, especificamente para os assentamentos rurais, a redefinição de papéis no que se refere a mulher assentada.

Quando pensamos o campesinato devemos refletir sobre as transformações que ocorrem dentro da família, nas relações entre estes sujeitos, a partir das mudanças no padrão de comportamento feminino. De acordo com a autora os jovens casais têm apresentado um comportamento diferente em relação as gerações anteriores no espaço rural devido a um contato intenso com a sociedade externa, o acesso aos meios de comunicação e também o encontro

cotidiano nas escolas, deste modo, afirma que, a possibilidade tanto de emancipação econômica quanto de migração das mulheres para o espaço urbano coloca as jovens numa posição mais vantajosa relacionado às gerações anteriores de mulheres e também “as torna mais exigente quanto ao padrão de consumo familiar” (MIRANDA, 2003, p.133).

Quanto às mudanças apresentadas pelas mulheres, a autora relata que:

Certas mudanças referem-se à maior participação das mulheres na organização do trabalho no sítio e, em alguns casos, até à participação nas tomadas de decisões. Para estes casos tem havido um bom nível de tolerância por parte dos esposos. Suspeito que essas mudanças estão tendo reações menos dramáticas, pelo fato de que os vínculos matrimoniais, mesmo entre os camponeses, são hoje muito mais fracos. A mulher tem muito mais autonomia, e isso a credencia a assumir a chefia da unidade de produção sem a ajuda do marido (MIRANDA, 2003, p.134).

Desde as primeiras pesquisas sobre assentamentos rurais em 2009, observamos nestes espaços muitas mulheres titulares de seus lotes, ou ainda, como a autora observa mulheres que embora não sejam titulares representam as demandas dos lotes em reuniões dentro e fora do assentamento. Parte dessa representação vem do fato de que muitas dessas mulheres são responsáveis pela renda mensal da família.

As mulheres têm alterado, além das relações familiares e do nível de consumo doméstico, adquirindo por exemplo, eletrodomésticos que tornam seu trabalho menos cansativo, o padrão de comportamento das mesmas que se tornam mais exigentes quanto ao reconhecimento que merecem, ou seja, valorização pessoal. Outro ponto importante analisado por Miranda (2003) é em relação às mulheres que têm ou que tiveram experiências de organização política, dentro do MST, por exemplo, sobre estas a autora revela que:

Uma mulher que exerce papel de liderança fora de casa corta certos laços de dependência existentes no interior desta. Uma líder, que toma importantes decisões e influencia um grupo inteiro, não se submete à autoridade de seu marido como chefe do grupo familiar (MIRANDA, 2003, p.136).

Quando relata sobre divórcios ocorridos nos casamentos de mulheres que se dispuseram a uma militância engajada, ou seja, processos de desagregação familiar a autora chama a atenção para o fato de que:

Os dados de campo são insuficientes para avaliar se as mudanças no comportamento feminino podem provocar fissuras no processo de reprodução social das famílias assentadas. Quase toda a literatura sobre campesinato nos mostra a importância do trabalho coletivo da família para a sua reprodução social, o que favorece uma grande estabilidade nas relações matrimoniais. No entanto, neste novo momento, em que um início de “emancipação feminina” tem causado rupturas e desagregação familiar,

podem estar sendo engendradas novas formas de organização no campo, trazendo para a mulher a possibilidade de maior engajamento na vida social e maiores oportunidades de escolha, possibilitando a todos uma vida com maior nível de satisfação (MIRANDA, 2003, p.138).

No sentido oposto do apresentado pela teoria aqui analisada temos nos trabalhos de campo, o exemplo da militante do Porto Maria que conseguiu envolver a família toda no projeto de associação do assentamento:

Pesquisadora: Você poderia falar um pouco da sua doação aqui para a pousada, um pouco dessa decisão de vir morar aqui na área comunitária por um tempo?
Valquiria: Uma experiência muito boa a gente veio e envolvi a família toda né, meu filho ficou lá no sítio, a filha veio junto com o pai e levamos aqui e estamos indo devagarinho e estamos levando...meu filho ficou um ano no meu sítio aí ele foi embora fez 18 anos e foi acabou o terceiro e foi fazer curso de mecânica pesada e mecânica elétrica na cidade (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponesa do Porto Maria-SP).

A camponesa é a líder do projeto da pousada no assentamento e resolveu mudar-se para a área comunitária para cuidar da infraestrutura da antiga sede da fazenda para que ninguém atirasse pedras nas janelas de vidro, enfim, que a estrutura continuasse boa para o uso da associação.

A alteração da distribuição de renda dentro das famílias ocorre tanto entre os gêneros quanto entre gerações no que se refere as aposentadorias ou pensões recebidas tanto por homens quanto por mulheres. A autora evidencia uma importante questão na área rural que é quando os idosos “passam da condição de dependentes para a de mantenedores das famílias dos filhos com os quais residem” (MIRANDA, 2003, p.140).

Este fato confere também bastante autonomia e poder à mulher idosa, que na sua juventude, provavelmente, trabalhava na roça com o marido, totalmente sujeita a ele, apenas tendo acesso ao minguado dinheiro conseguido com a venda de ovos e de pequenos animais criados no quintal (MIRANDA, 2003, p.140).

Sobre os herdeiros ou o projeto de herança camponesa no assentamento, a autora revela que, quando refletimos sobre o lugar que as crianças e jovens ocupam neste espaço, estamos pensando neles como “futuros deserdados” ou “potenciais herdeiros”. O trabalho equipara-se aos estudos no que se refere à formação dos filhos tanto para que se tornem titulares do lote no futuro quanto para a saída dele.

Sendo assim, Miranda (2003, p.142) afirma que a condição camponesa se concretiza pelo trabalho na terra, mas “sua perpetuação se concretiza, principalmente, pela possibilidade de constituição do herdeiro”. Sobre este fato, a autora relata que há uma preferência pelos filhos

homens quando se pensa na terra como herança, entretanto, afirma ainda que as filhas também estão sendo preparadas para herdar a terra.

De forma geral os estudiosos dos assentamentos rurais verificam a questão do assalariamento dos filhos nas cidades ou usinas, assim como constatamos é um fato recorrente nestes espaços tornando-se ainda mais frequente quando parte da mão de obra familiar não é utilizada nos trabalhos no lote. A autora mencionada anteriormente também constata que os filhos saem para buscar oportunidades de trabalho na cidade, mas quando não encontram e não conseguem se manter retornam para o sítio dos pais.

Sobre o retorno dos jovens para o assentamento verificamos o depoimento de Wellington, jovem agregado do assentamento Porto Maria,

Pesquisadora: Por que decidiu voltar para o campo?

Wellington: Eu estava lá e eles me mandaram embora sem direito a nada e sem ter feito nada aí eu peguei entrei na justiça contra a empresa e eu fiquei sem dinheiro lá e morava sozinho e tive que voltar para cá por um tempo por isso estou aí com minha mãe (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponês do Porto Maria-SP).

Dentre as estratégias dos pais para manterem seus filhos no assentamento estão desde a “flexibilização” da autoridade paterna quanto à gestão do lote, até a busca de garantir aos jovens uma renda, a partir de novas atividades no lote, para que estes possam inclusive ir aos finais de semana para a cidade em busca de lazer e diversão. No que se refere a essas “mudanças” que ocorrem dentro da família camponesa, a autora revela que:

O que se quer demonstrar é o contraste entre as duas lógicas — a do tempo passado e a do tempo presente. A lógica que operava no tempo passado privilegiava o grupo familiar e toda a estratégia de produção visava aumentar a renda da família. A parte que cabia a cada membro do grupo individualmente era residual e não comprometia a subsistência do grupo. Atualmente a lógica da produção camponesa está se orientando para maximizar os ganhos individuais em detrimento do grupo familiar (MIRANDA, 2003, p. 147).

Quando realizamos uma reflexão sobre as relações entre pais e filhos hoje nos assentamentos Porto Maria e Nova Conquista verificamos que temos de fato uma flexibilização da autoridade principalmente no que se refere aos filhos homens, pois no que se refere as mulheres a relação é mais complexa. No trecho de entrevista que segue verificamos o depoimento de um jovem agregado do Nova Conquista e de uma agregada sobre o cotidiano da família, ambos relatam a dura jornada dupla de trabalho que os camponeses agregados em condição de trabalho assalariado levam para se manter no lote e seguir como “futuros herdeiros”:

Pesquisadora: Quais foram seus trabalhos até hoje?

Guilherme: Então eu comecei mexendo mesmo no lote com bicho da seda sempre carpindo aqui plantando roça e depois trabalhei um período na seringueira agora estou de mecânico de colhedora na Usina.

Pesquisadora: Você já pensou em sair do assentamento?

Guilherme: Não, eu gosto de morar aqui e vontade de melhorar e mexer com gado de leite eu nunca me imaginei morando na cidade.

Pesquisadora: Quais as estruturas que você fez a sugestão para a sua mãe aqui dentro do lote?

Guilherme: Então, a mãe já pensou até antigamente porque eu perdi uma irmã minha mais nova e ela pensava em vender e ir embora, aí nós conseguimos melhorar aqui né, comprar gado, então estamos começando a mexer com a terra da horta que eu sugeri para ela e estamos querendo comprar uma estufa também (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

O relato da agregada sobre a rotina do marido e como a família já se organiza em relação ao lote, inclusive relatando uma situação evidenciada outras vezes na pesquisa no assentamento Nova Conquista, que é a dos titulares do lote continuarem apenas com um pequeno pedaço de terra para plantar destinando seus produtos a feira, com a justificativa de que querem tranquilidade, mas não desejam parar totalmente até a aposentadoria.

Pesquisadora: E você acha que aqui o lote futuramente seu marido que vai permanecer com o lote?

Vanusa: Vai, porque o outro irmão dele nunca gostou de sítio a vida dele foi andar para o mundo aí ele arrumou uma mulher lá e agora se endireitou mas ele nunca gostou de sítio, meu sogro sempre fala que aqui não é dele é do filho porque por ele não estava aqui mas como minha sogra batalhou e queria um sítio e o filho não abre mão então aqui é morrer aqui mesmo. Meu sogro fala que só um pedacinho é dele porque ele e minha sogra não são aposentados, mas quando aposentar eles não querem saber de nada ele diz que cuida para ele não parar porque se ele parar ele vai adoecer, então ele faz a feira dia de quarta -feira e diz que esse pedaço para ele está ótimo o resto eles se viram (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

Quando analisamos as diferentes formas de apropriação do lote Miranda (2003) nos apresenta um importante ponto para reflexão, o conceito denominado “pluriapropriação”. Para esta autora a definição de pluriapropriação diz respeito às “múltiplas formas de se apropriar de algo ou múltiplas maneiras de tornar algo conveniente e adequado para si”, assim ela constata que os lotes são apropriados pelos assentados de diferentes formas como um espaço de moradia, de trabalho e de segurança da família, pois é para o lote que os filhos voltam quando a vida na cidade não corresponde às expectativas (MIRANDA, 2003, p.155).

Apropriar-se do lote de assentamento é tomá-lo para si de muitas maneiras, é encontrar inúmeras formas de garantir a sobrevivência e a reprodução social, seja pelo exercício de múltiplas atividades no lote ou fora dele (pluriatividade), seja pelo fato de possuir a terra como elemento garantidor da condição camponesa. Tomando o termo apropriação no seu sentido de adequação e de adaptação, podemos entender a

pluriapropriação como múltiplas formas de adequar-se e adaptar-se à condição de camponês assentado (MIRANDA, 2003, p. 157).

A partir das reflexões da autora e dos exemplos apresentados por ela através de suas observações e entrevistas podemos pensar na pluriapropriação no que diz respeito à moradia, com as casas dos agregados, por exemplo, no que se refere ao trabalho, quando pensamos nas diferentes atividades desenvolvidas no lote e também obviamente no que concerne ao espaço de segurança da família quando verificamos que o lote abriga não apenas os filhos e filhas, mas também parentes como sogra, irmãos, etc. A apropriação do lote para elevar o status social do sujeito também é mencionado pela autora quando afirma a passagem dos sujeitos de bóias-frias, sem-terra à assentado, ou seja, possuidores de terra. Sobre a pluriapropriação a autora revela:

Neste sentido, podemos afirmar que a pluriapropriação do lote difere do conceito de pluriatividade, pois não se trata apenas do fato de o camponês exercer múltiplas atividades como estratégias de sobrevivência, aliás, o que é muito comum em outras regiões do Brasil e em campesinatos com outros perfis. No assentamento, temos formas diversas de exercer o papel de assentado, de exercer as suas funções no lote e de conceber o lote do assentamento. O lote é apropriado como uma estratégia de manutenção e de reprodução da sua condição camponesa. A posse do lote é a contrapartida de uma vida inteira de expropriações (da terra, das condições de trabalho e até da capacidade de venda da força de trabalho), uma vez que muitos deles trabalhavam como bóias-frias no corte de cana ou na colheita de laranja, com baixos salários e sem as garantias dos direitos trabalhistas. Ela vem então lhes permitir a apropriação simbólica e política do status de assentados e dos meios de reprodução da sua condição camponesa. A posse do lote é ainda fator de segurança social, pois ela garante o espaço de moradia e as condições mínimas de sobrevivência, através da produção de alimentos básicos a serem consumidos pelas famílias em momentos de dificuldades financeiras (MIRANDA, 2003, p.156).

Já Monteiro (2017) mostra como o camponês ocupa e trabalha a terra através do processo de reterritorialização. Deste modo, concordamos inicialmente com o autor quando este afirma que no processo de luta pela terra ocorre um fortalecimento político dos sujeitos, este fortalecimento se dá pela (re) territorialização. Quando ocorre a (re) territorialização, os sujeitos têm acesso a mudanças significativas no modo de vida, no que se refere a possibilidades de “trabalhar para si” e não “para os outros” podemos evidenciar junto com Monteiro (2017, p.70) nesta posição “o território aparece como trunfo e a posse da terra como dimensão importante, articulada ao trabalho familiar, fortalecendo o ideal de liberdade”.

As mudanças dentro do lote como construção de infraestrutura e plantio de árvores frutíferas diz respeito, de acordo com o autor, ao trabalho que ao ser projetado na terra “marca uma territorialidade e uma temporalidade”, assim para Monteiro (2017, p.71) as territorialidades estão “inscritas nos lugares e são centrais na produção e organização dos territórios”. Elas, as territorialidades, “tornam-se visíveis e são reveladas nas paisagens, e o

território aparece como uma produção material (embora também seja imaterial) pelo trabalho e persiste no tempo” (MONTEIRO, 2017, p.71).

Monteiro (2017, p.73) apoia-se em autores como Saquet (2005), por exemplo, para formular o seu entendimento sobre desterritorialização, esta vista por ele como um processo “de perda de vínculos com o lugar de moradia, com as pessoas, ruas e objetos”, os assentados transitam então da desterritorialização para a reterritorialização que se caracteriza “quando há uma (re) produção de características do território anterior, ao nível da política, da economia e da cultura”.

Quando pensa sobre o assentamento a partir de Haesbaert (2007), Monteiro (2017, p.75) afirma que todo território é “funcional e simbólico” ao mesmo tempo e que reconhece nos assentamentos “uma rede de significados constituída pelo modo como os moradores organizam e interpretam o mundo e também por seus valores morais”.

Ainda sobre a organização do lote e a produção de territorialidades mencionadas por Monteiro (2017), evidenciamos em Miranda (2003) que a escolha do local de moradia dos jovens casais ou dos pais é determinada por algumas “injunções socioeconômicas” e não pela livre escolha, a autora pontua sobre o dever de ajudar os pais como um fator importante na tomada de decisão sobre o local de moradia e direciona para uma tendência no que se refere ao herdeiro dos titulares.

Os mais velhos, normalmente, quando casam e definem seus destinos, deixam os pais ainda com saúde e amparados pelos irmãos mais novos. Os mais novos que, em geral, são os últimos a sair (essa regra tem exceções), deixariam os pais já velhos, com a saúde debilitada e sem braços para o trabalho na lavoura. Não haveria uma regra explícita de ultimogenitura, mas há uma tendência apontando nessa direção (MIRANDA, 2003, p.160).

Quando Monteiro (2017, p.85) traz em sua análise a importância da terra e da habitação, as relações sociais que são efetivadas diariamente neste “território de existência”, o autor afirma que “na construção do território, ter onde morar traduz uma conquista social vital”.

Em leituras realizadas sobre assentamentos rurais do Brasil notamos que os teóricos do tema encontram uma composição familiar diversificada, o que nos dá a dimensão de que esta estrutura está presente em muitos outros territórios e não apenas no Nova Conquista e no Porto Maria. Alguns arranjos familiares significam para Monteiro (2017) “estoques de força de trabalho heterogêneos” e as composições evidenciadas por ele são:

Além dos casais com ou sem filhos, estão presentes os netos e, eventualmente, os sobrinhos, as famílias dos filhos (quando estes são casados) e os sogros; também há

homens que moram sozinhos (um filho de casal falecido); mulheres (viúvas) que moram sozinhas ou com as suas mães, filhos e/ou netos; os pais (homens viúvos) com os filhos, casados ou solteiros; os irmãos que continuam na terra após o falecimento dos pais; os filhos de assentados que permanecem mesmo com a saída dos pais (por exemplo, o pai que adquiriu outra propriedade rural e se mudou do assentamento (MONTEIRO, 2017, p.91).

Assim, verifica-se a presença da primeira, segunda e da terceira geração de assentados na terra composta por titulares e agregados. Evidenciamos também no assentamento Porto Maria a presença de três gerações no lote:

Pesquisadora: Os dois filhos moram na sua casa?

Margarida: Moram, o mais novo agora ele está em Teodoro ele só vem para cá nos finais de semana que nem amanhã é dia dele vir para cá ele está trabalhando lá perto aí para não vir todo dia para a casa ele está posando lá e o outro mais velho trabalha aqui no Porto de Areia. Sobre o meu filho que trabalha no Porto de Areia esses meninos aí são dele são meus netos moram tudo comigo (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponesa do Porto Maria-SP).

Miranda (2003) realiza uma importante diferenciação entre o agregado e o morador de favor, pois para ela o agregado não tem pretensões de obter seu próprio lote, já o morador de favor encontra-se numa situação totalmente provisória e deve procurar assim que possível suas próprias terras (MIRANDA, 2003, p.162). Discordamos de Miranda (2003) quando esta afirma que o agregado não tem pretensões de obter o seu próprio lote, pois evidenciamos em nossas pesquisas nos assentamentos rurais que a vida dos camponeses agregados que já sabem que não herdarão o lote devido à necessidade maior de um irmão ou uma irmã é “juntar” recursos para comprar seu próprio sítio.

O controle do próprio tempo é a expressão máxima de autonomia camponesa. Assim sendo, a apropriação do sítio vai se consumir na medida em que ocorre a sua apropriação espacial e temporal, recriando o modo de vida camponês. Em alguns momentos, suprime-se o relógio e utiliza-se como guia a posição dos astros. Embora os assentados usufruam do lazer durante a semana, os fins de semana permanecem, no seu imaginário, como o tempo do lazer por excelência (MIRANDA, 2003, p.167).

Quando se trata de parentesco e herança, Miranda (2003) revela que muitos camponeses tiveram como herança apenas uma história de expropriações, suas crenças, tradições e ofício de lavrador.

A autora nos direciona para algumas de suas reflexões sobre a questão da herança. Um dos tópicos explorados foi o fato de que ter uma filha casada com um rapaz da cidade que reside e trabalha neste espaço é interessante para a família na medida em que quando algum membro da família necessitar de atendimento médico especializado estes têm um local para hospedagem

no espaço urbano, essa filha torna-se importante apoio nos momentos difíceis em relação à saúde do grupo doméstico. Todavia, quando um filho homem (principalmente o mais velho) decide seguir para a cidade e abandonar o trabalho no lote a família fica insatisfeita com a decisão.

A prática de comprar as benfeitorias dos lotes dos desistentes para os filhos que se casam primeiro também é uma prática recorrente, com casos até sem inscrição prévia no INCRA. No assentamento estudado pela autora em Promissão ocorreu um caso em que os próprios assentados organizaram uma lista com os nomes dos filhos que pretendiam adquirir o direito de uso de um lote, mesmo a lista não apresentando “legalidade” frente ao INCRA (MIRANDA, 2003, p.169). Alguns filhos de famílias engajadas tanto no MST ou CPT herdaram ainda a luta, ou seja, a necessidade de dar continuidade na luta pela reforma agrária e, portanto, novos assentamentos, sobre esse tipo de herança vislumbramos a situação no caso do assentamento Porto Maria em que os ex agregados da Gleba XV de Novembro são hoje titulares.

Sobre os agregados herdarem a motivação da luta pela terra verificamos nesta conversa que tivemos com uma ex agregada do assentamento Gleba XV de Novembro que hoje é titular do Porto Maria e sua filha adolescente, diferentes formas de luta pela terra:

Pesquisadora: Em que momento você decidiu sair do lote e participar de novo da luta pela terra?

Marta: Quando eu casei ai sai e fui acampar e peguei esse lote, ficamos 11 anos debaixo da lona, nós ficamos um tempo lá no pai tinha uma casinha do lado que outro já tinha casado já tinha ficado lá ai foi embora caçar emprego a casinha lá já era de costume todo mundo passar ficava ali até conseguir outro jeito para sobreviver...

Filha: Eu não quero ficar, quero ir para a cidade procurar emprego fazer faculdade na área de direito...

Marta: Ela fala que gosta de cidade vamos ver, agora o menino já é mais aqui quando ele vai em Primavera fica doidinho para vir embora ele não gosta de um monte de carro para lá e para cá fica com um zuadeiro na cabeça diz que não aguenta não...

Filha: O negócio do pé que machucou ele tinha que ir buscar dinheiro em Prudente e nem para buscar dinheiro ele quer ir...disse que não aguenta cidade não...

Marta: Ele falou que mais para frente se tudo correr bem ele quer comprar um lote não quer ir para a cidade não...

Filha: Esse aqui pode ficar para ele porque eu não quero isso aqui não

(Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponesa do Porto Maria-SP).

Nesta entrevista verificamos que a mãe optou por lutar pela terra por meio de uma nova ocupação recorrendo ao MST novamente, o filho já pensa em levantar recursos para comprar o direito de uso de um lote no assentamento e a filha tem o desejo de sair do lote e viver na cidade.

Quando a entrevistada cita que residiu no lote dos pais numa “casinha” onde já era costume todos permanecerem um tempo ali até conseguir outro jeito de sobreviver, está revelando que existem determinados espaços no assentamento que são transitórios, espaços

onde se permanece até decidir se sairão ou permanecerão no assentamento. Esta “casinha” ou até mesmo o lote dos titulares utilizados com esta finalidade são importantes elementos que se configuram dentro da reprodução socioterritorial do campesinato.

Miranda (2003) constata que não há uma estatística sobre as migrações dos jovens para a cidade, mas de acordo com os assentados não há uma distinção de gênero, ou seja, saem do espaço rural tanto os rapazes quanto as moças. A herança no assentamento de acordo com a autora que pode ser pensada enquanto uma demanda potencial, pois os assentamentos ainda são recentes “e não tiveram tempo de maturação suficiente para gerar um sistema de transmissão de herança” ocorre devido ao fato de que muitos camponeses assentados representam por vezes a terceira ou quarta geração de expropriados, “não tendo, portanto em sua bagagem cultural, a experiência da transmissão da terra” (MIRANDA, 2003, p.171). Neste aspecto é fundamental compreender o posicionamento da autora que revela que:

No caso dos assentamentos, a herança se coloca enquanto uma busca, uma perspectiva, uma vez que a reprodução camponesa a pressupõe, mas não necessariamente a realiza. A experiência de assentamentos rurais ainda é muito recente e os grupos ainda não desenharam o modelo de herança que irão adotar. Desta forma, podemos dizer que ela é uma demanda em potencial. Ou seja, algo que está em processo de construção. Ela existe em sua potência, no estado de vir a ser.

Alguns indícios dessa demanda já podem ser percebidos entre os assentados quando estes compram para os seus filhos os lotes dos desistentes. Mas ainda é cedo para tomarmos isso como um padrão de comportamento. Como é cedo também para se definir qual é o filho preferencial na escolha do herdeiro ou qual é o critério das famílias nas escolhas matrimoniais. Mas é possível vislumbrar uma tendência entre os assentados de assegurar a, pelos menos, dois ou três filhos a possibilidade de terem terras para plantar. Um o sucederá na titularidade do lote e alguns outros poderão residir no lote e trabalhar fora ou, até mesmo, comprar um lote que porventura entre em vacância (Miranda, 2003, p.171).

As famílias camponesas assentadas têm uma preocupação com os estudos de todos os filhos, dos que serão absorvidos pelo trabalho na cidade, mas também daqueles que permanecerão na terra, a autora verifica ainda que a sucessão, ou seja, a transmissão do lote ainda se dá de maneira informal, verbalmente sem assinatura de documento que assegurem a posse do “futuro” titular. A autora afirma que essa questão da informalidade da transmissão do lote é de certo modo preocupante na medida em que “o projeto familiar de escolha do herdeiro pode ser frustrado por motivações de fora do assentamento, ou por motivos endógenos ao assentamento (MIRANDA, 2003, p.174).

Os momentos de confronto entre as escolhas e decisões que se referem aos projetos familiares e as que dizem respeito à projetos impostos ou “propostos” por agentes externos é uma característica do cotidiano das famílias assentadas, que veem o trabalho na terra como

fundamental para “operacionalizar planos para o futuro”. Assim, na nova terra os sujeitos projetam então referências antigas e atuais “com a possibilidade de um reenraizamento que poderá reestruturar e alicerçar suas relações e suas memórias, quem sabe esfaceladas diante de tantas andanças” durante um período geralmente longo de luta pela terra (FARIAS, 2008, p.160).

De acordo com Farias (2008) o cotidiano nos assentamentos é um espaço-tempo “intricado” que não apresenta delimitações claras, mas que pode dominar e limitar os desejos, as sensações e as emoções dos sujeitos que “se comunicam, são criativas e criativos, agem, reagem, se indignam, rememoram momentos vividos, choram, se emocionam”. Na produção da vida, no cotidiano há momentos de incertezas e inseguranças desde o momento da luta pela terra abrangendo a luta para permanecer na terra (FARIAS, 2008, p.154).

Não se trata, então, de um espaço de harmonia somente, mas sim, de instabilidades e (re) equilíbrios, quando as relações sociais e de interesses são marcadas por continuidades e descontinuidades. Nem sempre é fácil trilhar este caminho, muitas vezes, as famílias vivem um desencanto frente às necessidades de reconstruírem o projeto familiar, fazem escolhas, que poderão facilitar ou dificultar a permanência na terra e, espera-se dessas famílias êxito e sucesso, com parâmetros de exigências economicistas definidos por outros grupos, *a priori*, principalmente pelo Estado e também pelos mediadores da luta pela terra (FARIAS, 2008, p.154).

A autora nos traz a necessidade de estarmos atentos à subjetividade para pensarmos o “vivido” nos assentamentos, compreende-se que a subjetividade é entendida como:

Um processo amplo de construção de sentidos, constituído de modo individual, coletivo, social, cultural e histórico, portanto, se delineia diante de múltiplas experiências constituídas cotidianamente, quando o sujeito se define e cria sentidos para sua própria ação no mundo.

Pressupõe-se que há uma correlação entre ser e estar no mundo, influenciada pelas vivências dos sujeitos e dos grupos sociais. Assim, afirma-se que a subjetividade é um processo complexo de definição de sujeitos, de indivíduos singulares e de suas posições sociais e históricas (FARIAS, 2008, p.163).

Com a saída dos jovens constatam-se lotes onde residem apenas um casal idoso que no geral sobrevivem de aposentadorias ou de aluguel dos pastos. A solidão dos assentados idosos é destacada por Miranda (2003) que ressalta que muitas vezes estes recebem os netos adolescentes com “desajustes familiares” da cidade, como alternativa para não se sentirem tão solitários. Sobre esta questão ressalta-se a preocupação dos profissionais da saúde e dos técnicos com os idosos do assentamento de Promissão-SP:

A solidão dos velhos preocupa os profissionais do PSF, encarregados de visitá-los periodicamente. Preocupa também os técnicos do Itesp e do Incra, considerando que, em alguns casos, os velhos não terão para quem deixar a terra e, por ocasião da sucessão, o lote será vendido pelos herdeiros. A impossibilidade de fazer o lote produzir reduz a auto-estima do agricultor, que se sente impotente ao ver o mato crescer e nenhuma roça ser cultivada. O que resta a estes idosos é a sensação de fracasso. Alguns lembram o momento em que a casa ainda estava cheia de filhos, enchendo-se de tristeza ao constatarem o vazio que restou (MIRANDA, 2003, p.176).

Evidencia-se ainda casos como os relatados por Monteiro (2017) no assentamento João de Deus em que há alguns lotes vazios, ou porque os filhos não assumiram a terra (êxodo dos jovens) após a morte dos pais, ou porque os titulares devido à idade e à saúde mudaram-se para a cidade. Quando é evidenciado que três lotes de terras foram comprados por um fazendeiro evidenciamos o risco da possibilidade de titulação dos lotes para os assentamentos e colocamos outra vez a afirmação de que a ausência do planejamento de uma herança aliada à falta de políticas públicas capazes de amparar os sujeitos não apenas no momento da sucessão como também na luta pela sobrevivência na terra podem trazer riscos aos assentamentos rurais, discutir essas questões torna-se então uma necessidade.

Miranda (2003) enfatiza também que o êxodo dos jovens felizmente não é apenas uma regra geral e que neste êxodo por vezes está implícito o jogo da sucessão pois:

[...] em grande parte das famílias, pelo menos um dos filhos fica para cuidar dos pais e do sítio. Geralmente este casa-se com uma moça do assentamento e assume pouco a pouco as tarefas de comando da unidade de produção, que estava nas mãos do chefe de família (geralmente o pai idoso). É o início da sua preparação para assumir futuramente as funções do herdeiro. Ao que me parece, a escolha do herdeiro não é uma tarefa fácil para as famílias e, muitas vezes, a preferência das famílias é prejudicada pelos interesses particulares e pessoais do escolhido (MIRANDA, 2003, p.176).

Evidenciamos no depoimento da agregada do Nova Conquista a trajetória da mulher enquanto filha de assentado, o período em que residiu na cidade e o retorno para o assentamento que ocorre através de seu casamento com um camponês em condição de trabalho assalariado, filho de titular do assentamento onde sua família reside:

Celina: Quando eu era criança a gente ajudava meu pai no sítio, igual eu falei ele morava em fazenda então ajudava a tirar um leite geralmente na parte da tarde, na parte da manhã a gente estudava, carpia uma rocinha que a gente tinha também de milho ou alguma coisa, sempre quando colhia uma coisa plantava outra, então a gente seguia cuidando dessas coisas de lavoura, aí quando eu peguei uma faixa de 11 anos eu fui embora para a cidade chegando lá eu fui trabalhar cuidar de duas crianças, primeiro uma de 7 meses e outra de 2 aninhos, fiquei 2 anos cuidando delas depois mudei de trabalho fui trabalhar com laticínios vender frios enlatados essas coisas importados fiquei até vim para o assentamento e aqui fazia serviço de bóia fria vinha para a lavoura colher amendoim onde tinha serviço que puxava a gente estava

indo algodão e cana qualquer coisa aí depois que eu casei [com um filho de assentado] parei um pouco de trabalhar e aí ficou só meu marido mesmo trabalhando na Bartira na seringueira e depois a gente veio para o lote e ficou mexendo no lote por uns anos e depois de uns 10 anos mais ou menos que ele foi entrar na usina aí ele entrou registrou e a gente ficou cuidando do lote e ele trabalha e cuida do lote também porque a parte das casas, do curral e da cerca é ele que faz, meu sogro só cuida mais assim das criação né e carpi essas coisas mas a parte da estrutura do lote é ele que faz (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

Arbarotti (2017, p.200) ao pensar sobre “as questões identitárias em territórios de reforma agrária” utilizando o assentamento Reunidas como experiência empírica revela a necessidade de utilizar a categoria geração, que permite observar então o intercruzamento das relações sociais, em gerações que não se sucedem, mas coexistem. Assim, “pensa-se o tempo que separa as gerações não de forma cronológica, mas sim como um tempo qualitativo, o tempo do vivido e que constitui cada indivíduo”.

O autor estuda as motivações da “segunda geração”, ou seja, dos agregados, de sair do assentamento (êxodo dos jovens), o que nos interessa de forma especial é que ele se propõe a compreender não os motivos óbvios como os econômicos (busca de emprego, etc) mas as motivações subjetivas. Deste modo, Arbarotti (2017) explica que:

De pronto é possível afirmar que a permanência passa, necessariamente por arranjos e estratégias de busca por alternativas de trabalho e renda. Entretanto, é importante pontuar que esses fatores não definem os atores de forma completa, pois é importante trazer à cena os elementos que ultrapassam a vida profissional como a família, as atividades lúdicas e esportivas, os grupos políticos e religiosos que fazem parte, entre outros (ARBARETTI, 2017, p.202).

Num primeiro momento é preciso compreender assim como o autor que a tomada de decisão de ficar não é algo eterno e os “projetos não são imutáveis”, essa compreensão é fundamental para entendermos que nossas pesquisas são uma reflexão (quando se trata de analisar a segunda geração de assentados) daquele momento do assentamento, do período de investigação de nossos trabalhos. Constatamos tal afirmação por exemplo, no decorrer da pesquisa e acompanhamento de assentamentos como o Nova Conquista (10 anos de pesquisas neste assentamento) quando em diversos momentos em trabalhos de campo distintos verificamos a saída e o retorno de camponeses agregados.

O sentimento de pertencimento e identidade com o assentamento são as duas primeiras motivações para a permanência dos sujeitos, pois este mostra-se “como local de referência emocional e da memória, dentro de um sistema de representações simbólicas, éticas e sociais”,

estes aspectos se revelam quando os sujeitos pesquisados afirmam que o assentamento é um “porto seguro” ou que representa “sossego” (ARBAROTTI, 2017, p.210).

O sentimento de segurança e tranquilidade é algo que perpassa os depoimentos dos agregados entrevistados pelo autor, pois o assentamento é provedor de elementos fundamentais para a reprodução e manutenção da vida, como moradia e alimentação e não é necessário possuir muito dinheiro, o oposto ocorre na cidade onde é necessário pagar por uma residência para morar e comprar toda a alimentação. Em nossas entrevistas também identificamos repetidas vezes o discurso de que viver no lote é mais tranquilo porque é possível plantar e do que se colhe reforçar a alimentação, as vacas fornecem o leite e dos animais de terreiro têm se a carne. Verificamos a sensação de liberdade dos sujeitos expressa em depoimentos como estes de duas camponesas agregadas do assentamento Nova Conquista.

Pesquisadora: E como é morar no campo para você?

Tamires: É maravilhoso é um sossego uma paz você não tem preocupação não tem aquela correria aquela rotina, barulho, não tem ninguém incomodando, você não tem que falar baixinho se não o outro escuta você pode falar alto pode gritar aqui fazer tudo é liberdade no sítio, na cidade é tudo mais restrito (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

Pesquisadora: Já morou na cidade?

Celina: Sim, já morei, mas na minha época de solteira, ah no campo tem uma facilidade assim é mais sossegado, você não precisa comprar de tudo porque a maioria das coisas você pode plantar uma mandioca, uma abóbora, uma coisa, tem o leite também tem ovos, tem galinha essas coisas na cidade não, tudo é comprado né qualquer coisinha que você quer tem que ser comprado, para a criação dos filhos é melhor também tem mais espaço é mais amplo você não tem preocupação você solta e vai brincar e tal você não se preocupa né (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

Quanto a questão da compra de benfeitorias de lote pelos filhos dos assentados compreendemos assim como Miranda (2003, p.180) que é uma prática que apesar de ilegal é benéfica para a família camponesa visto que, a estrutura das sociedades camponesas fundamenta-se principalmente no parentesco, tanto por afinidade quanto por consanguinidade, e que a formação da família extensa “possibilita a ajuda mútua e as trocas materiais e simbólicas”.

Na pesquisa de campo conseguimos entrevistar uma ex-agregada que conseguiu comprar as benfeitorias de um lote com ajuda dos pais. A situação da então titular é muito parecida com a de outros ex-agregados do Nova Conquista e no fragmento de entrevista apresentado a seguir ela revela as dificuldades de adquirir os direitos de uso do lote mesmo sendo filha de assentado, mesmo pagando pelas benfeitorias:

Pesquisadora: E como é esse processo de comprar o lote e conseguiu regularizar?
Lenir: Consegui mas demorou 5 anos, mesmo eu sendo filha de assentado a gente procurou ajuda para poder comprar aqui só que ninguém falava que não podia, falava que se eu comprasse iria perder aí eu fui e comprei e na época acho que foi 8 ou 12 mil foi bastante aí minha cunhada até comprou também e do mesmo jeito que eles enfrentou e que veio pedido para sair do sítio eu também enfrentei e não falou ôh porque é filha de assentado legalizou lote de gente que nem era filha de assentado primeiro que o meu...os outros falam ah porque é filha de assentado é assim mas não é é tratado do mesmo jeito...o filho dela (D.Natalia) comprou também e não tem esse negócio ah porque é filha de assentado vamos facilitar para comprar é pior ainda porque junta todo mundo para falar mal e ficar contra ah não pode não pode e no meu caso estavam querendo até fazer abaixo assinado para me tirar daqui, os vizinhos, querendo me tirar sendo que eu comprei e paguei e a pessoa queria vender por vontade dela e se não queria mais trabalhar aqui era vontade dela e outra a pessoa tinha que pegar um dinheiro para comprar alguma coisa uma casa como a pessoa vai pegar e deixar o lote abandonado e ir embora foi uma vida aqui construída né não tem como... (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP)

Miranda (2003) ressalta que há um desencontro entre a legislação que rege os assentamentos rurais e os camponeses assentados que não conseguem compreendê-la. Deste modo, no que concerne à relação entre o Estado e os assentamentos rurais, a autora compreende que:

Os assentamentos rurais são uma criação do Estado, na medida em que são implantados por meio de um programa de políticas públicas do Estado e regulamentados pelo Estatuto da Terra e pelas demais legislações. Eles têm o objetivo de atender às políticas de cunho socioeconômico de redistribuição de terras, e a eles são destinados recursos especiais para fomento à atividade agropecuária a ser desempenhada. Essas medidas do Estado são regulamentadas por um corpo de normas jurídicas, constituídas por dispositivos constitucionais, pelo Estatuto da Terra, por decretos e pelas leis que os regulamentam. Tais medidas têm sido acionadas pelo Estado como meios de contenção de conflitos fundiários em seus momentos de recrudescimento. Geralmente uma série de conflitos no campo e um debate político nos meios urbanos antecedem o anúncio do “pacote” de medidas (MIRANDA, 2003, p.190).

No que se refere aos conflitos dos assentados com a lei, Miranda (2003) ressalta que muitas vezes a legislação não faz sentido para os camponeses, a autora ressalta o fato dos assentados não poderem assalariar-se e nem alugar as pastagens mesmo quando se encontram inseridos num contexto onde não enxergam alternativas. Os camponeses precisam sustentar suas famílias por isso Miranda (2003, p.196) afirma que estes sujeitos não compreendem quando são punidos pelas práticas citadas visto que na moral camponesa o condenável é não trabalhar e permitir que a família tenha dificuldades em suprir suas necessidades. Sobre as questões referentes a legislação que rege os assentamentos a autora ressalta que:

A legislação que rege os assentamentos rurais destoa das práticas sociais comuns entre os camponeses e não considera as questões conjunturais às quais os assentados terão

que se adaptar. Ao considerar o assentado como agricultor familiar, ela não leva em conta a flexibilidade que tal condição encontra entre os camponeses, principalmente no que tange ao assalariamento. Segundo a legislação vigente para os assentamentos rurais, nenhum dos membros das famílias assentadas poderia assalariar-se fora do assentamento e nem trabalhar como funcionário público. A legislação da reforma agrária considera membros da unidade parcelar todos os que foram declarados como tal, por ocasião do cadastramento das famílias. Uma das justificativas para tal impedimento é que o número de filhos é um dos critérios classificatórios das famílias beneficiárias, sendo, portanto, fator de exclusão de outras. Assim, aquela que se tornou beneficiária deverá empregar no lote toda a força de trabalho declarada. Caso contrário, o processo seletivo seria considerado uma fraude. A proibição do assalariamento seria a garantia de que todos estariam trabalhando no lote o que, em princípio, é de difícil controle. Talvez por isso o Incra tem notificado somente os casos de assalariamento do titular. Proibições como essas ferem todos os princípios de liberdade que nortearam a vida dos camponeses, que tinham no assalariamento de alguns de seus filhos a possibilidade de sua própria reprodução social, uma vez que diminuía a demanda sobre a terra, assegurando a apenas alguns ou um deles a possibilidade de herdá-la, evitando, desta forma, a fragmentação excessiva do lote. A proibição de exercer cargos públicos fere também o princípio constitucional que garante a todo cidadão brasileiro o direito de concorrer a tais cargos (MIRANDA, 2003, p.212).

Tais imposições como o não arrendamento, a obrigação de utilizar quase todo o lote, o não assalariamento do “chefe de família” são questões que justificam – se somente perante a opinião pública, pois contrastam demasiadamente com as práticas sociais camponesas que são mais flexíveis, pois estes sujeitos de acordo com Miranda (2003) assumem um “modo de vida muito mais plástico” e no que se refere ao trabalho temos a “plasticidade” evidenciado por Thomaz Junior (2004) em que para enfrentar as dificuldades impostas pela reestruturação produtiva do capital o trabalhador tem de se submeter a diferentes formas de trabalho.

Deste modo, Farias (2008) observa em suas pesquisas sobre assentamentos o confronto entre os objetivos dos mediadores e o modo de vida dos sujeitos assentados que se expressa em valores, cultura, desejos e sonhos, outro “agente” aparece no conflito: o Estado. Sobre o Estado, nota-se que este possui uma ideologia “racionalista e produtivista” que visa alcançar metas que correspondem às expectativas tanto do mercado quanto dele próprio, “o que resulta na força do agronegócio buscando se viabilizar como proposta para os assentamentos, porém, com resistência das famílias e dos mediadores”. Um exemplo citado pela autora é o das famílias do município de Ponta-Porã em maio de 2005 que tiveram que ocupar a sede do INCRA porque o modelo que o Estado estava implementando no assentamento consolidava os princípios do agronegócio, pois o antigo “proprietário” da fazenda plantava soja e o Estado pretendia que os assentados continuassem plantando soja (FARIAS, 2008, p.155).

O Estado não entende os assentamentos como espaço social estruturado sob uma temporalidade dinâmica e, sobretudo em construção, nem mesmo compreende os projetos familiares estruturados sob diversas subjetividades, heterogeneidades e

representações sociais se misturando e se redesenhando no assentamento, tanto que, apresenta parâmetros lineares de permanência na terra ao estabelecer uma unidade de ações que agredem as múltiplas necessidades e anseios das famílias (FARIAS, 2008, p.156).

De acordo com Farias (2008, p.156) as várias imposições do Estado no cotidiano das famílias confrontam-se com os projetos de vida das famílias, num jogo de forças onde o Estado então nega uma história já construída pelo grupo familiar fixando regras abstratas com intuito de “modelar interesses, necessidades, desejos e o saber-fazer” dos camponeses assentados, ocorre então a implementação de técnicas agrícolas e modelos de cooperação rural que correspondem à modelos economicistas, ou seja, à lógica capitalista em si. Ao manter a referência de agricultores, os camponeses não esperam enriquecer na terra e a partir desta, mas esperam uma vida tranquila sem grandes privações e de possibilidade de reprodução da família. Um caso exemplar da afirmação acima verificamos nos primórdios do assentamento Porto Maria no momento de distribuir os lotes, onde o Estado determina a necessidade de misturar os grupos que participaram da luta pela terra para que “ninguém fique isolado”.

Os trabalhos de campo que realizamos na região do Pontal possibilitaram a compreensão de um sujeito agregado que é camponês num certo período do dia e trabalhador assalariado em outro, rompendo expectativas de que seria apenas camponês e a de que sairia do assentamento e tornar-se-ia um assalariado. O agregado (“camponês em condição de trabalho assalariado”) reside no lote dos pais ou sogros e trabalha dentro do lote e fora dele ao mesmo tempo durante anos (alguns chegam a relatar 10 anos de trabalho na usina). Esse modo de vida extremamente plástico no que se refere a um novo campesinato revela uma superexploração do trabalho humano com vistas a se manter no assentamento transformando-se no futuro herdeiro do lote e ou de algum membro da família.

Depreendemos apoiados na teoria, que com o objetivo de manter o futuro herdeiro os titulares também começam a ser mais flexíveis quanto ao controle e que há uma mudança no que se refere as práticas dentro das famílias, se antes, como no caso relatado pelo camponês do Porto Maria todo o dinheiro que se conseguia com o trabalho dos filhos destinava-se ao provimento do grupo familiar concentrando-se especificamente nas mãos do “chefe-de família”, hoje, os pais destinam parte deste capital e até parte da gestão do lote, para os filhos na tentativa de despertar neles o interesse pela terra e principalmente pela permanência nela. Ao ser questionado sobre o destino do que se consegue trabalhando no lote o jovem Wellington do Porto Maria relata que: “uma parte só quando eu preciso de dinheiro é mais para mim e quando ela [mãe] precisa é mais para ela”.

Outras formas de apoiar os agregados para que estes permaneçam no lote foram evidenciadas, dentre elas o caso do titular que vende nas ruas a produção do filho que recebeu dele um “roçadinho” depois que voltou de um período trabalhando na cidade em fabricas de calçados:

Pesquisadora: Tem algum espaço aqui dentro que você cuida sozinho e define o que vai fazer?

Lenildo: Tem sim, a horta que é assim eu cuido e eu planto, eu carpo né eu águo o dia inteiro, eu e meu parceiro, o meu pai só pega assim para revender ele vende entendeu como diz eu não tenho habilitação tenho até que tirar esse ano que é uma pouca vergonha então ele e minha mãe vende, mas cuidar sou eu quem cuido.

Pesquisadora: Vocês não entregam para nenhum programa?

Lenildo: Não, ele só está entregando agora para um negócio aí da prefeitura nós entramos na associação aí entrega na prefeitura, mas sempre vendemos nas ruas mesmo (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

A moral camponesa está no cerne, por exemplo, de um dos motivos pelos quais muitas famílias venderam as benfeitorias de seus lotes, pois ao realizar tal ato livraram-se de dívidas, pois estas, por sua vez, acarretam uma inquietude nos camponeses que relatam nas entrevistas de Miranda (2003) que não são “caloteiros”, que não conseguem ter o sentimento de tranquilidade na situação de inadimplência. No entanto, enfatiza-se que a venda das benfeitorias dos lotes dá-se por diversos motivos, “envelhecimento dos titulares, endividamento, êxodo dos filhos, baixo desempenho econômico” e até desentendimento com um vizinho.

Verificamos na fala do camponês ex agregado da Gleba XV de Novembro o momento em que seus pais decidiram vender as benfeitorias do lote e a decisão do filho de não seguir para a cidade continuando na luta pela terra no Porto Maria:

Pesquisadora: E os filhos depois que seus pais foram embora?

Altair: Meus irmãos casaram né e mudaram aí meu pai estava sozinho com minha mãe no lote tinha mais 3 irmãos só que foram para o mundo trabalhar e aí eles de idade não aguentavam mais mexer na terra e foram embora...eu fiquei mais eles mas eu tinha que trabalhar né porque o lote naquele tempo parecia mais difícil que hoje...

Pesquisadora: Em que momento você decidiu lutar pela terra novamente?

Altair: Então em 91 meu pai vendeu o lote e eu fui para a Camargo Correa em Primavera e fui para Mato Grosso aí voltei e me chamaram para ficar acampado para pegar esse lote nós éramos em 13 pessoas no barraco eu e uns colegas meus alguns pegaram, mas outros desistiram também né foram embora mas eu fiquei aqui uns 3 anos acampados isso quer dizer fora os 5 anos que fiquei acampado perto de Mirante ali também né...esse aqui fiquei só por aqui mesmo para pegar esse eu fiquei um tempo ali em Mirante e desisti e no outro ano saiu a terra aí eu perdi...isso acontece com muita gente né aí eu sai vim para cá de volta...(Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponês do Porto Maria-SP).

Em relação as regras de transmissão da terra, Miranda (2003) conclui seu trabalho afirmando que:

No assentamento, as regras de transmissão da terra não estão ainda explicitadas, talvez por ser uma experiência ainda muito recente. No entanto, pode-se vislumbrar algumas tendências na seleção do herdeiro. A etnografia e a pesquisa documental mostram que muitos jovens têm deixado os sítios dos pais, e muitos destes estão vendendo os seus sítios por falta de condições de cultivar a terra. Dentre as famílias que foram com os filhos adultos para o assentamento, o que se tem observado é a permanência dos filhos mais jovens com os pais e estes, provavelmente, herdarão a terra, uma vez que os irmãos já se casaram e muitos já se estabeleceram fora dos sítios dos pais. As famílias mais aquinhoadas compraram lotes de assentados desistentes para instalarem as famílias de seus filhos casados (MIRANDA, 2003, p.237).

Nas entrevistas do assentamento Nova Conquista verificamos fortemente a intencionalidade de titulares que já afirmam qual filho provavelmente ficará no lote e notamos que a família do filho herdeiro ou da filha em alguns casos já sabem que serão os responsáveis pelo sítio, na medida em que os herdeiros já assumem a posição de gestores daquele espaço. Todavia, acreditamos que um documento que manifeste a vontade dos titulares em relação a sucessão seria algo interessante para deixar a disposição dos camponeses, pois asseguraria a continuidade do território de acordo com os planos da família. Compreendemos assim como Miranda (2003) que a informalidade da transmissão do lote¹ é uma prática preocupante, ou seja, que exige cuidados, pois elementos novos que são oriundos de fora do assentamento podem frustrar esse projeto de “herança”.

Quanto a visão da autora de que a ultimogenitura é uma característica que tem se apresentado como tendência, temos algumas ressalvas. No primeiro momento salientamos que as diferenças dos contextos em que estão inseridos os dois assentamentos de estudo deste trabalho, o Porto Maria localizado em Rosana-SP e o Nova Conquista que está inserido quase em sua totalidade no município de Rancharia-SP (77 lotes) com apenas alguns lotes em Martinópolis-SP (27 lotes), é um importante fator para se levar em consideração. Pois, estamos compreendendo que em contextos como o do Porto Maria onde não há muitas possibilidades dos agregados trabalharem para fora residindo no lote os filhos mais velhos parecem mesmo seguir em direção as cidades ou outros destinos deixando ao filho mais novo a possibilidade de permanecer no lote e cuidar dele e dos pais. No entanto, o assentamento Nova Conquista

¹ Essa informalidade na transmissão pode acarretar no bloqueio da base de dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra), o que inviabiliza o acesso a benefícios e também a retirada da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), importante para obter linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

apresenta outras características, pois neste os filhos mais velhos têm a chance de permanecer no lote e ao mesmo tempo trabalhar em atividades deste, também nas usinas e outros empregos do entorno do assentamento.

Assentamentos que apresentam características semelhantes ao Nova Conquista apresentam questões mais complexas no que se refere a sua reprodução socioterritorial, pois é dado a maioria dos filhos (quase em sua totalidade são filhos homens) a possibilidade de permanecer no lote por muito mais tempo e se considerarmos que o filho mais velho conta na maioria das vezes com uma vantagem em relação aos irmãos mais novos, no que se refere ao tempo em que trabalha para fora e dentro do lote investindo inclusive o resultado de seu emprego em infraestrutura dentro do sítio, temos então uma questão de escolha por parte dos pais em relação ao filho herdeiro, baseada não na ultimogenitura, mas sim no tempo de trabalho e no investimento de capital feito pelo filho escolhido. Essa situação já foi mencionada anteriormente neste trabalho.

Assim, verificamos no depoimento abaixo a situação da então titular do Porto Maria e ex-agregada na Gleba XV de Novembro (assentamento vizinho do Porto Maria), sobre a situação dela no antigo lote dos pais:

Pesquisadora: Por que você não quis continuar no lote da sua mãe?

Valquíria: Ah porque a dificuldade de 7 alqueires e meu pai tinha falecido faleceu em 95 então ficava difícil e meu irmão que é mais novo do que eu falou que o lote quem mandava era ele e ele iria fazer o que queria então para mim ficou difícil aí eu resolvi juntar minhas economias e comprei meu sítio...ele era mais novo e já liderava no sítio então ficou sendo o dono do sítio e está lá até hoje ele que administra... (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponesa do Porto Maria-SP).

Aqui se expressa não apenas a ultimogenitura, mas também a questão de gênero e a necessidade da camponesa de comprar as benfeitorias de um lote para continuar no assentamento. A questão de gênero já foi abordada anteriormente quando afirmamos que na morte do pai, os filhos homens assumem as atividades dos lotes (na maioria dos casos) e tornam-se gestores das atividades sem grandes conflitos com sua mãe e acabam por “herdar” o sítio.

O trecho da entrevista apresentado abaixo revela a rotina de trabalho de dois irmãos que moram no mesmo lote no assentamento Nova Conquista. A esposa de um deles que cedeu a entrevista afirma que no lote havia mais dois irmãos (uma irmã e um irmão) de seu marido, totalizavam quatro irmãos, estes residem no assentamento, mas em outros lotes. Sobre seu cunhado que reside no lote a entrevistada revela que este não irá herdar o lote porque não tem

interesse de trabalhar neste, visto que trabalha muitas horas na usina e que afirma também não ter tempo para o trabalho no sítio, portanto, não realiza investimentos em infraestruturas e etc.

Pesquisadora: Esse seu cunhado que mora aqui é fácil de falar com ele?

Celina: Não porque hoje ele está trabalhando ele trabalha na usina também...ele só está aqui final de semana e aos domingos, geralmente aí esse meu cunhado ele folgou ontem porque ele trabalha 3 dias e folga um...ele folgou ontem e vai folgar no sábado agora...depois das 4 meu marido está aqui e ele também está aqui...dias de sábado meu marido trabalha até as 3 e meu cunhado vai estar aí sábado o dia inteiro porque está de folga...no meio da semana meu cunhado chega em torno de 8 h até 10 h da noite porque ele trabalha umas 12 horas na parte da colheita com as máquinas e meu marido trabalha na parte do plantio que é diferente e eles, o meu cunhado daqui e o que mora com a sogra lá eles colhem a cana. Então é em cima daquela colhedeira o dia inteiro (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP)

A partir deste ponto verifica-se também em assentamentos como o Nova Conquista a questão, já mencionada anteriormente neste trabalho, da quantidade de agregados em cada lote determinando o destino das famílias agregadas (se constroem suas vidas no lote dos pais ou dos sogros), o que não pode ser desprezado, visto que, a escolha do herdeiro se dá entre aqueles que residem no lote.

Pesquisadora: Onde estão os filhos que resolveram sair do lote?

Isadora: Eu saí e voltei aí tem a minha irmã né...ela saiu porque casou, mas mora também em outro lote e meu irmão que mora no do meu avô aqui também...

Pesquisadora: Por que ele ficou no seu avô morando?

Isadora: Ele não queria ficar morando com a minha mãe porque aqui iria morar tudo na mesma casa então ele achou melhor morar lá porque tem um casão...mas ele quer construir aqui também, minha irmã como casou com o rapaz e já tem o lote lá né...nós somos em 4 irmãos... (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

A questão que se apresentará no próximo capítulo é o da investigação dos conceitos que nos permitiram vislumbrar as estratégias mencionadas anteriormente, que são necessários porque estão conectados e por isso nos apresentarão uma melhor compreensão sobre os estudos acerca da reprodução socioterritorial.

4. OS CONCEITOS PARA A REFLEXÃO DA REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL

“Às vezes é preciso retirar da linguagem uma expressão e mandar limpá-la – para, depois, pô-la de novo em circulação” (WITTGENSTEIN, 1990).

A classe trabalhadora, atravessada por questões que envolvem gênero, juventude e geração, encontra estratégias para se reproduzir socialmente e territorialmente, para tanto, ao pensar as questões que envolvem a sucessão nos assentamentos rurais estamos colocando em evidência os trabalhadores camponeses agregados e a ausência de políticas de inclusão produtiva para sua geração. Neste capítulo enfatizaremos que para realizar estudos sobre a reprodução socioterritorial em assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema necessita-se dispor de uma análise através dos conceitos/temas mencionados a seguir.

4.1. Geração: o conceito em/do conflito

É sabido que família, geração, juventude rural e gênero são conceitos que sozinhos são temas de livros, teses e dissertações, ou seja, trabalhos inteiros são dedicados a explorar cada um destes universos. Assim, esclarecemos aqui que estes temas não serão levados à exaustão porque neste trabalho eles são fundamentais em suas conexões para juntos auxiliar na compreensão do sujeito agregado e do papel que este tem dentro da questão da reprodução socioterritorial nos assentamentos.

Adentraremos os estudos a respeito do conceito de geração pela proposta analítica de Mannheim (1952) intitulada “O problema sociológico das gerações” por compreendermos sua importância para os demais teóricos do tema que, na contemporaneidade, julgam fundamental a abordagem do referido conceito através das reflexões do autor. Dentre as teóricas do tema temos Weller (2010), que nos fornecerá uma análise breve e introdutória antes de adentrarmos diretamente em seu texto.

O trabalho de Mannheim (1993) na tradução espanhola apresenta, num primeiro momento, a análise de duas correntes. A “vertente positivista” (predominantemente no pensamento liberal francês) e o “pensamento histórico-romântico” (alemão), ambas tratam o tema da geração, mas a partir de enfoques diferentes. Na corrente francesa estão os autores: Hume, Comte, Cournot, Dromel e Mentré, esses teóricos têm por opção metodológica a análise do sujeito a partir da coleta de dados, ou seja, o enfoque através da análise quantitativa. A crítica de Mannheim a esses teóricos é basicamente esse enfoque quantitativo que prioriza, por

exemplo, encontrar o tempo médio no qual uma geração pode ser substituída por outra, a média de uma geração. Para a maioria dos teóricos, dura 30 anos, essas reflexões visam atender a uma preocupação com a participação dos sujeitos na vida pública (WELLER, 2010, p. 206-207).

A corrente histórico-romântica alemã utilizava a abordagem qualitativa e Mannheim esboça uma preferência por tal abordagem, que de acordo com Weller (2010, p. 208) “se esforça por buscar no problema geracional uma contraproposta diante da linearidade do fluxo temporal da história”.

Para Weller (2010, p.209), Mannheim nos alerta para a questão de que diferentes grupos etários vivenciarão tempos interiores distintos, mesmo que compartilhem um período cronológico comum.

Mannheim (1952, p.68) propugna que o problema das gerações é importante o suficiente para ser analisado e que diversos teóricos de muitos países e áreas distintas do conhecimento consideraram o tema. Todavia, eles ignoraram a produção de seus colegas, cada um começando do seu próprio ponto de vista, de modo individual, solitário. Essa multiplicidade de pontos de vista, de acordo com o autor, sem dúvidas é fecunda, mas é preciso organizar e planejar todos esses posicionamentos a partir de um “centro orgânico”.

Num primeiro momento o autor se preocupa em compreender a situação social e esclarece que a unidade de uma geração não consiste em um vínculo social que resulta num grupo concreto. Como grupo concreto entende-se “a união de um número de indivíduos através de laços naturalmente desenvolvidos ou conscientemente desejados”, como exemplo, temos a família, tribo ou seita. Deste modo, é revelado que a “unidade de gerações” é formada primordialmente através da similaridade de situação de muitos sujeitos dentro de um todo social (MANNHEIM, 1952, p.70).

Num segundo momento, Mannheim (1952, p.71) preocupa-se com a formulação biológica e sociológica do problema das gerações. No que concerne à primeira formulação temos que a situação de geração é fundamentada na presença de um ritmo biológico na vida do ser humano, “os fatores de vida e morte, um período limitado de vida, e o envelhecimento”. Assim, os sujeitos que nasceram no mesmo ano e que desta perspectiva pertencem à mesma geração estão numa situação comum no que se refere à dimensão histórica do processo social (compartilham a idade demográfica). O autor assevera então que o fenômeno sociológico das gerações está baseado no ritmo biológico no qual considera nascimento e morte, mas que não está restrito a ele, pois há uma existência de interação social entre os indivíduos e, conseqüentemente, de uma estrutura social. Esse ritmo de nascimento e morte é socialmente

construído e corresponde ao significado da transição entre idades infância-juventude-adulto-velhice.

Mannheim (1952, p.72), realizando uma reflexão acerca da situação social, avalia que o fato de indivíduos pertencerem à mesma geração dá a eles uma situação comum no processo histórico e social, restringindo-os a um modo característico de pensamento e experiência. Afirmar ainda que a maneira mais eficaz de compreender os aspectos da vida social, que tem origem a partir da existência das gerações, é realizar o exercício de imaginar a vida social do sujeito como se uma geração vivesse para sempre sem nenhuma outra para substituí-la.

Após esta reflexão compreendemos que em nossa sociedade temos:

1. “Emergência contínua de novos participantes no processo cultural”, neste sentido como uma geração é seguida por outra, a criação e acumulação cultural não é efetuada pelos mesmos sujeitos no que se refere à mudança de uma geração para outra. Compreendemos assim que a atitude dos sujeitos frente à “herança transmitida por seus predecessores é completamente nova”. A mudança de gerações constitui a forma mais radical de contato original (este, além de mudança de fatores vitais, pode ser também mudança de relações sociais);

2. “O contínuo desaparecimento de prévios participantes no processo da cultura” revela que é fundamental para a sociedade além de ter uma recordação social, saber esquecer;

3. “Os membros de qualquer uma das gerações podem participar somente de uma seção temporalmente limitada do processo histórico”, para compreendermos este tópico de acordo com Mannheim (1952, p.79) devemos nos atentar ao fato de que as pessoas que nascem ao mesmo tempo e que compartilham a juventude, maturidade ou velhice não cria de fato uma situação comum, o que resulta disso é “elas estarem numa posição para experienciar os mesmos acontecimentos e dados”. Assim, o autor revela que a contemporaneidade cronológica não pode em si “produzir uma situação de geração comum”. No que se refere à sociologia a mera contemporaneidade apenas torna-se importante quando envolve a participação dos sujeitos nas mesmas circunstâncias históricas e sociais;

4. “A necessidade de transmissão constante da herança cultural”, neste tópico Mannheim (1952, p.81) revela que numa sociedade (utópica como mencionado no início) imortal não haveria a necessidade de transmissão cultural e que o aspecto primordial desse processo de transmissão é a “passagem automática às novas gerações dos modos tradicionais de vida, sentimentos e atitudes”.

No 5º aspecto. “a série ininterrupta de gerações” temos que:

Se o processo social não envolvesse qualquer mudança de gerações, os novos impulsos que podem originar-se somente em organismos novos não poderiam ser refletidos de volta sobre os representantes da tradição; e se a transição entre as gerações não fosse contínua, essa ação recíproca não poderia ocorrer sem atrito (MANNHEIM, 1952, p.85).

Os adultos e jovens assentados agregados do Nova Conquista e Porto Maria apresentam muitas continuidades no que se refere a uma herança cultural oriunda da geração que os antecede (oriundas das suas materialidades compartilhadas, costumes, valores, tradições e da memória coletiva), essa herança se expressa em práticas sociais, no modo de falar, nos valores e até mesmo nas vestimentas. Os valores como ser um sujeito honesto e trabalhador se expressam, por exemplo, no caso do filho que acertou todas as dívidas da mãe falecida por considerar a honestidade um valor de família. As vestimentas oriundas da cultura caipira paulista são diferentes no que concerne à fabricação, pois se no passado boa parte das peças eram de fabricação caseira agora são adquiridos através da compra.

Saber esquecer também é fundamental na experiência da geração, pois ao se relacionar com o passado os jovens e adultos também realizam um filtro do que podem manter e do que é necessário modificar. Podemos exemplificar com o caso, que retomaremos em outro momento do trabalho, da jovem que junto ao seu marido incentivam a filha a aprender as tarefas do sítio, pois o pai dela não aceitava que as filhas desenvolvessem atividades no lote e, portanto, a assentada teve que aprender rápido no momento de necessidade da família. Há indícios de uma mudança no que concerne ao entendimento do trabalho da mulher da geração de titulares para a geração de agregados.

Posteriormente, Mannheim (1952, p.85-86) recobra três conceitos: status de geração, geração enquanto realidade e unidade de geração. Neste sentido, compreendemos que, para compartilhar da mesma situação de geração, é necessário nascer dentro da mesma “região histórica e cultural”. Para que a geração se constitua enquanto realidade faz-se necessário ir além da mesma co-presença da região histórica e cultural e averiguar a “participação no destino comum” da unidade histórica e social.

Deste modo, o autor fala de uma geração enquanto uma realidade, apenas onde há um vínculo concreto entre os sujeitos de uma geração, “através da exposição deles aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica”. Assim, sujeitos de uma mesma idade são reconhecidos enquanto uma geração real somente quando participam das correntes sociais e intelectuais resultado de sua sociedade e período, que tem uma “experiência ativa ou passiva das interações das forças constituintes da nova situação”.

Para exemplificar “unidades de geração”, o autor cita que a partir de 1800 na Alemanha surgiram dois grupos de jovens: os conservadores e os liberais. Ambos pertencem à mesma geração real (data de nascimento, isso não significa que sejam um grupo concreto), mas dentro dela formam unidades de geração distintas (grupo concreto em contato/interação com sua herança cultural admitida ou enfrentada), pois esta representa um vínculo mais concreto.

Pode-se dizer que os jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real, que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas (MANNHEIM, 1952, p.87).

Quando o autor nos revela que não basta ser jovem para querer a mudança, ou seja, ser revolucionário nos traz a reflexão de que os jovens de uma mesma geração real podem escolher distintos modos de lutar. O fato de que os agregados do assentamento Gleba XV de Novembro escolheram entrar novamente na luta pela terra para conseguir um lote no Porto Maria, enquanto os agregados do Nova Conquista optaram por outros meios, como trabalhar fora para adquirir as benfeitorias de lotes de desistentes no assentamento dos pais, é um exemplo desta complexidade que é ser jovem no campo brasileiro.

Distintos grupos se apresentam nos assentamentos rurais, os que fazem da migração uma estratégia para continuar participando das atividades da família ou sonhando com o lote e aqueles que têm a possibilidade de trabalhar dentro e fora do assentamento como os camponeses agregados em condição de trabalho assalariado. Ambos por muitas vezes têm o mesmo objetivo, mas frente ao contexto municipal ou regional que estão inseridos optam por estratégias distintas para continuar com a esperança de um dia conseguir residir ou até tornar-se o gestor ou gestora de seu próprio lote, ou seja, fração do território.

O último tópico que analisaremos sobre a reflexão de Mannheim (1952, p.87) é sobre a origem das unidades de geração. O autor afirma que, num primeiro momento, o que impressiona numa unidade de geração é a semelhança significativa dos dados que constituem a consciência dos membros da unidade. Os dados mentais, por sua vez, têm um efeito socializante, pois os indivíduos que os partilham formam um grupo. Um dos exemplos é o conceito de liberdade que, de acordo com o autor, foi importante para a unidade de geração liberal, não apenas em razão “das exigências materiais por ele implicadas, mas também porque nele, e através dele, foi possível unir os indivíduos dispersos espacialmente e de outros modos”. Sobre as unidades de geração o autor afirma:

Elas se caracterizam pelo fato de que não envolvem apenas a livre participação de vários indivíduos em um padrão de acontecimentos partilhado igualmente por todos (embora interpretado diferentemente por indivíduos diferentes), mas também uma identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas (MANNHEIM, 1952, p.89).

Deste modo, Mannheim (1952) afirma que numa mesma geração podem existir muitas unidades de geração que são diferenciadas e até antagônicas.

A complexidade das questões referentes a geração aparece também nas conversas com os adultos e jovens dos assentamentos rurais em estudo, que atualmente são agregados de seus pais e sogros. Nos referidos diálogos eles relatam que na época de escola estudaram no espaço urbano e que alguns deles passaram momentos de dificuldades no que se refere ao relacionamento com os colegas que residiam na cidade, sofrendo preconceito por parte de sujeitos que compreendiam os camponeses assentados como “invasores de terras” e julgavam que o assentamento era local de “bandidos”. Essa situação nos coloca frente a questões mencionadas por Mannheim de que há unidades de geração diferentes, pois embora os jovens e crianças vivam uma coexistência na mesma data cronológica não compartilham as mesmas experiências no dia-a-dia, não compartilham o mesmo contexto. As horas de convivência na escola não são o suficiente para gerar a compreensão dos diferentes grupos, de questões ligadas aos movimentos sociais como o MST ou sobre os assentamentos rurais, o que nos faz caminhar para a reflexão do autor de que ter nascido na mesma época não é suficiente para que um grupo se constitua como geração.

O autor afirma que o esclarecimento sociológico que distingue as categorias “situação de geração”, “geração enquanto realidade” e “unidade de geração” é fundamental, pois não podemos compreender os fatores importantes nesta área sem estabelecermos essa distinção, “se falarmos simplesmente de gerações sem qualquer qualificação, arriscamo-nos a confundir fenômenos puramente biológicos com outros que são produtos de forças sociais e culturais” (MANNHEIM, 1952, p.94).

De acordo com Weller (2010, p.218), Mannheim propõe em seu ensaio uma superação da oposição entre objetivismo e subjetivismo, priorizando uma esfera intermediária na qual a análise das gerações vem de uma perspectiva relacional multidimensional, pois considera a geração a partir de suas relações com o “meio social, os sexos, a faixa etária, etc.”. Neste sentido, a autora ressalta que a contribuição de Mannheim é também teórico-metodológica, pois convida-nos “a repensar a construção de instrumentos analíticos capazes de mapear e dar forma à singularidade de experiências concretas, que carecem de uma análise teórica”.

Em “A juventude na sociedade moderna”, Foracchi (1972) destaca que toda sociedade tem uma construção sobre a noção ideal de adulto a qual considera satisfatória porque atende suas aspirações, valores e normas. De acordo com Foracchi (1972), “uma geração pode ser definida como tal, na medida em que possui um estilo de ação peculiar que se distingue do estilo de ação preexistente, desenvolvido por uma geração anterior” (FORACCHI, 1972, p.19).

Ainda segundo a autora, as continuidades e diferenças entre as gerações são frutos dos mesmos acontecimentos e fatos que se constituem nas mesmas experiências de uma geração, essa identidade resulta numa mesma localização social formando então um estilo de conhecimento e atuação de uma geração. A preservação da ordem cultural e moral de uma sociedade são proporcionadas pela continuidade de gerações, é nesse processo que se dá o diálogo entre o jovem e a sociedade, esse contato é algo fundamental. Foracchi (1972, p.23-25), afirma que é no “ponto de inflexão firmado pela singularidade deste diálogo entre os jovens e os adultos, porta-vozes da sociedade, que se localiza o núcleo crítico do problema das gerações”. No que se reporta ao conflito de gerações a autora revela que nada mais é do que a “luta de uma geração com os valores básicos que não sabe ou não quer preservar”.

A contestação da condição adulta, tal como é dada em determinada sociedade, é, sem dúvidas, marca da distância entre as gerações e um importante fator para suscitar conflitos. Em suma, a autora afirma que:

[...] a noção sociológica de geração tem como fundamento principal a localização social diferencial de grupos de idade que, em razão da sua inserção peculiar no processo histórico-social, organizam uma experiência estratificada das suas vivências psicossociais que é transmitida e validada através da sucessão de gerações garantindo-se, assim, continuidade ao processo de criação cultural (FORACCHI, 1972, p.31).

Verifica-se nos assentamentos rurais continuidades e diferenças também no modo como realizam o trabalho e na concepção do que deveria ser o sítio, neste ponto vislumbramos elementos de conflito no sentido de que uma série de discussões têm que ser levantadas. Assim há concessões no que se refere ao uso de tecnologia, por exemplo, por entender que elas podem auxiliar o trabalho (ex. ordenhadeira mecânica), mas parte dos agregados enfrentam uma resistência maior dos titulares quando tentam incorporar novas formas de manejo e tentam desenvolver uma atividade diferente no lote. As observações e conversas permitiram concluir que tem facilidade nas negociações aquele ou aquela que apresenta para a geração anterior uma assimilação de valores que tal geração considera fundamentais (ex: honestidade e trabalho) assim o “novo” adquire maior consistência ,visto que é proposto por sujeitos que são “dignos de confiança”.

Mauger (2013), no diálogo com Bourdieu, concorda que é um exagero reduzir numa única palavra “juventude” universos sociais tão distintos e por isso se fala em “juventudes”, em analisar as diferenças. Considerando os percursos familiares, escolares e profissionais o autor revela que é possível entender juventude como:

[...] a idade da vida em que se opera a dupla passagem da escola para a vida profissional e da família de origem para a família conjugal, a sequência de trajetória biográfica definida pelo duplo processo de acesso a uma posição estabilizada no mercado de trabalho e no mercado matrimonial (MAUGER, 2013, p. 175).

Para Mauger (2013, p.170) é preciso compreender os usos comuns de três noções para os estudos de juventude sendo elas: “idade de vida”, “geração familiar” e “geração social”, afirma que em todas há um trabalho de periodização por isso há uma ligação entre elas, assim “idades de vida” trata de “tentativas de periodização do curso de uma trajetória biográfica”, já a “geração familiar” trata da “periodização das linhagens familiares” enquanto a “geração social” diz respeito a outro processo de periodização, mas está ligada ao “curso da história de uma sociedade”.

A família comparece como central para os estudos sobre os “modos de ser de uma geração”, pois está no centro da reprodução biológica e social, o autor destaca que a família se constitui enquanto uma instituição fundamental na transmissão dos diferentes tipos de capital, sendo eles: capital econômico, capital social, capital cultural, capital simbólico, etc. Aqui é possível compreender também que o modo de reprodução é um fator que delimita “idades de vida”, “gerações familiares” e “gerações sociais”, pois:

A “reprodução” (que não exclui a “mobilidade”) designa a transmissão intergeracional das diferentes espécies de capitais (capital econômico, capital cultural, capital social, capital simbólico) e das disposições correspondentes e, como decorrência, a reprodução das hierarquias e da ordem social. Uma “geração social” é o produto dos seus anos de formação, isto é, o produto de um dos quadros de “socialização básica” (família, escola, trabalho etc.) que define o “modo de ser de uma geração” (MAUGER, 2013, p. 171).

As reflexões do autor nos permitem compreender a herança sob diferentes aspectos, não apenas aquele material, mas também o imaterial e concluir que ela “sustenta as relações entre gerações e contribui para a periodização das trajetórias biográficas”. Os “acontecimentos biográficos” e os “acontecimentos históricos” marcam as trajetórias biográficas por isso devem ser considerados todas as vezes que ocorrer uma tentativa de periodização. Os primeiros dizem respeito aos diferentes percursos ou caminhos de uma trajetória, já os últimos ao “devir das estruturas sociais e deixam marcas nas trajetórias individuais” (MAUGER, 2013, p. 171-174).

Para compreender ou definir um “modo de reprodução” deve se recorrer à compreensão do “sistema de estratégias de reprodução” que é adaptada às características de cada patrimônio familiar que se reproduz por meio de “estratégias de fecundidade”, “estratégias de sucessão”, “estratégias educativas”, “estratégias matrimoniais”, etc. (MAUGER, 2013, p.172).

As mudanças no modo de reprodução resultam em gerações sociais diferentes, mas as transformações como “mudanças no direito de sucessão”, por exemplo, não ocorrem da mesma maneira em todas as “regiões do espaço social” e por isso a necessidade de estabelecer o que o autor chama de “mapa do espaço social” pensando em duas escalas: a “macrossociológica (nas escalas das classes sociais ou dos campos) ou microsociológica (na escala da família ou do indivíduo)” (MAUGER, 2013, p.172-173). Deste modo, o autor estabelece diálogo com Mannheim para concluir que a probabilidade de coexistência dentro de uma unidade de geração aumenta quando as gerações ou os sujeitos que a compõe estão inseridos numa região do espaço social mais restrita e homogênea. Assim, é importante compreendermos como se delimita cada escala:

a) Na escala de uma linhagem, as relações entre gerações variam em função da composição do patrimônio familiar a transmitir (de dominante econômica/de dominante cultural), do valor desse patrimônio, da aptidão do herdeiro para herdar a herança, mas também do estado da legislação sobre as heranças, possibilidades de reconversão dos filhos, do funcionamento do mercado matrimonial etc. Sem pretender que o conflito pai/filho seja inevitável, ocorre que as relações entre “pais detentores” e “filhos pretendentes” são variáveis: do conflito declarado até as sucessões sem contestação, passando pelas diferentes formas de negociação, de transações, de compromissos (Mannheim, 2011). b) Na escala de um “campo” do espaço social, as flutuações do “direito de entrada” (revisado “na alta” ou na “baixa”) permitem delimitar gerações que diferem por seu modo de geração. De tal modo que os conflitos recorrentes que as atravessam entre “detentores” (dos lugares e das responsabilidades) e “pretendentes” a esses mesmos lugares opõem de fato modos de geração diferentes sob a aparência de opor “jovens” (que os “velhos” veem como inexperientes) a “velhos” (que os “jovens” consideram arcaicos). Nessa luta entre detentores e pretendentes, os pretendentes tentam impor uma nova definição de “excelência” ligada ao seu próprio modo de geração. c) Na escala de uma classe social, é possível observar, por exemplo, que, ao contrário das profissões liberais (e em particular dos médicos), que souberam manter a definição tradicional do cargo e das competências por ele exigidas, além de defender condições malthusianas de acesso ao cargo (“*numerus clausus*”), categorias como as dos executivos e engenheiros viram durante muito tempo antigos funcionários promovidos “por tempo de serviço” oporem-se aos novos que ingressam “por titulação”. Cabe também destacar, no mundo operário, os conflitos de gerações associados às transformações do modo de geração do grupo operário, que opõem a “cultura de rebelião” da “geração proletarizada” dos anos 1970 ao “individualismo negativo” da “geração precária” dos anos 1990 (Mauger, 2010a:187-196). d) Na escala de uma formação social, o “esquema do acontecimento fundador” pode explicar o aparecimento de “gerações sociais”. Ele se baseia em uma dupla hipótese: por um lado, a da existência de ocorrências capazes de exercer efeitos duráveis sobre quem passou por essa experiência; por outro, a de efeitos diferenciais do acontecimento segundo a idade dos que passaram por isso¹. É possível distinguir três categorias de “acontecimentos fundadores”: as revoluções que redefinem mais ou menos radicalmente os modos de reprodução e os quadros de

socialização; as guerras que suspendem mais ou menos duravelmente o curso das trajetórias biográficas dos combatentes; as crises políticas que abalam mais ou menos duravelmente a ordem social, sem que se possa objetivar com tanta facilidade mudanças de quadros de socialização ou inflexões do curso das trajetórias biográficas. Acontecimentos “traumáticos”, acontecimentos “matriciais”, são vistos como capazes de exercer efeitos bastante significativos e duráveis sobre quem os viveu para fazer nascer uma “geração social” (MAUGER, 2013, p.173).

Para compreendermos os efeitos sociais diferentes oriundos das transformações do modo de reprodução, na concepção do autor, é necessário estudar um mapa do espaço social que pode ser geográfico, que diferencia cidades, bairros, espaço urbano e espaço rural, ou seja, compreende diferentes escalas, para compreendermos, por exemplo, as incidências ou a forma como determinado processo ou fato social atinge de modo diferenciado cada espaço. O mapa também pode ser sociológico como o mencionado na citação anterior.

Antes de adentrarmos a compreensão de juventude e geração como transversalidade de classe é preciso explicitar o que estamos compreendendo como classe trabalhadora.

Por isso pensar sobre o camponês agregado em condição de trabalho assalariado é situar estes sujeitos no âmbito da concepção de classe trabalhadora formulada por Thomaz Junior (2009) que reivindica o alargamento do conceito, pois compreende que o universo do trabalho passa por redefinições e torna-se complexo, portanto, a necessidade de recorrer a uma compreensão ampliada de classe trabalhadora que por sua vez como resultante também torna-se complexa e multifacetada.

Para tal compreensão é preciso partir dos efeitos da reestruturação produtiva, inscrita de forma incisiva no contexto brasileiro a partir de políticas neoliberais, para o trabalho de modo geral:

Em respeito ao caráter mais sistêmico da reestruturação produtiva, que repercute diretamente sobre o trabalho e produz resultados diferentes para o conjunto dos países, temos em linhas gerais o seguinte: 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo, a configuração das formas híbridas de remuneração (subcontratados) e a informalização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, subcontratado, “terceirizado”; 2) a ampliação do assalariamento, no setor de serviços; 3) a verificação, igualmente, de que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, subcontratado, *part-time* etc.; 4) a intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 5) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 6) a expansão/manutenção do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.137-138).

O autor afirma que no Brasil a partir da reestruturação produtiva o setor informal vem aumentando, atingindo parte significativa dos trabalhadores do espaço urbano. Sobre os efeitos da reestruturação para o campesinato situado como parte do processo metabólico do capital, Thomaz Junior (2009) acrescenta que:

Apesar de não ser obra do capital, da fragmentação do trabalho, o campesinato é atingido duramente pela reestruturação produtiva e, conseqüentemente, absorvido, reproduzido, redimensionado e recriado pelo capital. Da mesma forma que manifesta resistências e tensionamentos ao capital e aos setores dominantes, em seu mundo também ingressam os trabalhadores que são atingidos pelo processo crescente e ininterrupto de (des)realização do trabalho, da fragmentação objeto das ações do capital (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.196).

Trabalhadores da cidade e do campo enfrentam os desmandos do capital, que se reinventa em ambos os espaços, por isso não cabe mais como ferramenta de trabalho formulações limitadas e inflexíveis para a compreensão de uma realidade mutante que apresenta através de sujeitos como os “camponeses agregados em condição de trabalho assalariado”, desafios para a compreensão no contexto não apenas do trabalho científico como também nas práticas de luta de sindicatos, partidos e movimentos sociais.

O esgarçamento das fronteiras do assalariamento típico, da fundamentação do proletário puro, como parâmetro teórico-empírico para definir conceitualmente o que cabe na classe trabalhadora, com vistas a alargar o seu conceito, além de estar sendo discutido e reivindicado por nós, vem sendo duramente redefinido, na prática. Nos últimos anos, às custas de intensa (des) realização e precarização, o trabalho, encimado no exercício constante de recomposição do processo de reprodução ampliada do capital, está sendo drasticamente reconceituado. Portanto, não estamos dispostos a nos manter imóveis ou insensíveis a esse processo, em respeito à intocabilidade ou à deformação da teoria ou do arcabouço teórico-metodológico. Assim, é no interior das contradições da ordem metabólica do capital, que regem os mecanismos centrais da produção, o processo mais geral de sua reprodução ampliada e os impactos para o universo do trabalho, que podemos entender as parcelas crescentes de trabalhadores informais, desempregados, camponeses, como parte da classe trabalhadora (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.231).

A partir do esclarecimento sobre o que estamos compreendendo como classe trabalhadora vislumbramos as contribuições de Lizarazo (2018) que realiza parte dos estudos empíricos de seu trabalho “Mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais em territórios do agrohidronegócio de cultivos flexíveis” na região do Pontal do Paranapanema e apresenta o entendimento da juventude como uma geração e, por consequência, como transversalidade da classe trabalhadora. Essa transversalidade possui uma particularidade em relação as demais (gênero, raça, etnia e sexo), pois é a única que se dissolve com o tempo, com o passar da idade ocorrendo o desgaste da saúde. Sendo assim, o autor ressalta que:

Os jovens comparecem como uma geração da classe trabalhadora, descortinando mais um elemento da transversalidade de classe no avanço territorial do agrohidronegócio no século XXI. A relação geração e trabalho aparece através das idades como indicador da capacidade de trabalho, a qual remete às habilidades para as funções agroindustriais de acordo com as necessidades das empresas do ramo. Portanto, coloca-se em consideração a mobilidade do trabalho para a exploração capitalista de algumas características corporais (dispêndio de energia e saúde) e sociais (vulnerabilidade, qualificação, local de moradia etc.) dos sujeitos (LIZARAZO, 2018, p.217).

O autor assevera que a capacidade de trabalho do jovem é avaliada pelas usinas de cana de açúcar na região e tem-se que a vida útil do trabalhador é definida pela cronologia social do capital, este controla e explora os sujeitos mobilizando territorialmente sua força de trabalho, mas também realizando o descarte ou “exclusão das idades não úteis”, seja por questões de saúde ou por nível de qualificação. Quando Lizarazo (2018) realiza a opção por trabalhar a questão da juventude considerando o fator idade considera esta como socialmente construída e não como fator biológico, a escolha pela idade (15-29 anos) é movida pelo recorte temporal elaborado pelo mercado de trabalho que delimita o que considera por vida útil do trabalhador.

Dentro do quadro de entrevistas realizadas no assentamento Nova Conquista evidenciamos que os camponeses agregados em condição de trabalho assalariado empregados na Usina (agroindústria localizada nas proximidades do assentamento) têm entre 20 e 33 anos, Lizarazo (2018) revela que o nível de qualificação seja através de cursos oferecidos na empresa ou até mesmo a letra da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) prolonga em alguns anos essa média (29 anos) de vida útil do trabalhador, por isso evidenciamos trabalhadores com mais de 29 anos no assentamento.

Aproximando-se da questão da geração na área rural, Aguiar e Stropasolas (2010, p.171) afirmam que é em relação aos jovens na propriedade da família que são encontrados os principais fatores para os conflitos intergeracionais. Um importante esclarecimento dos autores é em relação ao termo conflito, em que eles revelam que estão se referindo a algumas situações que estimulam, ou podem estimular, o “tensionamento da relação entre pais e filhos (as); ou ainda, que explicitam a presença no espaço familiar de interesses divergentes” o que pode resultar de distintos modos de enxergar o mundo, valores, posturas, concepções, enfim, que estão em confronto neste território.

Através da metodologia grupo focal os autores verificaram que a natureza dos conflitos dentro de uma propriedade difere conforme se trate de homens ou de mulheres, sendo, portanto, uma questão também pautada pelas questões de gênero. Aguiar e Stropasolas (2010, p.172) citaram alguns dos motivos dos principais conflitos:

- Modelo de gestão da propriedade centralizado (geralmente no pai);

- Dificuldade dos pais em dialogar com os filhos (as) e aceitar suas propostas;
- Impossibilidade dos jovens de desenvolver seus próprios projetos;
- Pouca ou nenhuma participação dos filhos (as) nas tomadas de decisão;
- Falta de confiança e de autonomia financeira dos filhos (as);
- Ausência de liberdade ou pouca mobilidade espacial (principalmente em relação as filhas).

No que concerne especificamente aos assentamentos rurais, outro fator que contribui para o modelo de gestão da propriedade centralizado é o fato de que o lote não possui uma extensão (tamanho) que possibilite uma liberdade maior por parte dos filhos em tomar a decisão do que produzir e realizar isso de forma a conseguir se manter economicamente enquanto seus pais desenvolvem simultaneamente uma atividade. Assim, o conflito muitas vezes é evitado devido à consciência dos filhos de que “a terra não dá para todo mundo”. A entrevistada do Nova Conquista ao relatar como é negociar a questão do espaço do lote com a titular relata que:

Ela é normal...se eu falar que eu quero um pedaço geralmente ela fala que pedaço você vai querer e ela cede numa boa, só que eu tenho noção que eu não posso ter muito por causa da criação porque eu também tenho criação porque você sabe que não é tão grande o lote aí eu não posso pegar muito (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

Essa reflexão de certo modo já nos aponta para a inviabilidade do projeto do estado de São Paulo de que os filhos poderão realizar projetos em conjunto com os pais no lote.

Além da importância de compreender a questão da geração como uma transversalidade de classe, Lizarazo (2018) também nos traz a compreensão fundamental dos conflitos geracionais não apenas em seus aspectos negativos, mas também em seus aspectos positivos como estratégia coletiva da família, esta como grupo social que tem vínculo através do parentesco de sangue, portanto, mesmo com os conflitos garante-se a solidariedade intergeracional entre pais e filhos. Quando trata da saída dos jovens do assentamento que neste movimento tornam-se trabalhadores assalariados que residem na cidade o autor afirma que:

Em consequência, o assalariamento desses jovens não determina uma linearidade da trajetória pautada pela saída definitiva, pela desterração absoluta, ao contrário, o retorno ao lote é uma possibilidade diante das incertezas e dificuldades da emancipação familiar e do emprego, todavia, a terra da família se torna uma salvaguarda intergeracional (LIZARAZO, 2018, p.314).

Nos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema encontramos muitos jovens que migram, mas que retornam para o lote quando são atingidos pelo desemprego ou por questões de saúde, (etc.) reforçando a ideia da terra da família como uma importante ligação

entre os membros desta e estabelecendo uma solidariedade entre gerações, que pode ser considerada uma das estratégias que garantem a reprodução socioterritorial nos assentamentos. No Porto Maria evidenciamos um jovem trabalhador que sai e retorna ao lote com maior rapidez que os agregados do Nova Conquista que também utilizam a estratégia mencionada, mas que de forma geral devido à usina permanecem com emprego por tempo maior.

Duas gerações (órfãos e herdeiros da cana de açúcar) são possíveis de ser identificadas para Lizarazo (2018, p.357) “que foram atravessadas pelos processos de reestruturação produtiva do setor canavieiro e a inovação geracional”, sendo elas:

[...] os primeiros são os cortadores manuais que compõem a geração descartada, composta por jovens, adultos e idosos que voltaram para seus locais de origem em outros estados brasileiros, levando as marcas do desemprego tecnológico e a exaustão do trabalho no seu corpo adoecido. Os herdeiros da cana constituem a nova geração com um nível educativo mais alto (ensino médio), com cursos de qualificação técnica e profissional, além de habilitações complementares como a CNH, para as funções atreladas às funções agrícolas (trabalhador da cultura da cana-de-açúcar, trabalhador volante da agricultura, operário de sistemas de irrigação e aspersão etc.), mecanizadas (motoristas) e de manutenção automotiva (mecânicos, borracheiros etc.). No Pontal do Paranapanema, esse perfil se complementa com a disponibilidade regional nas cidades e assentamentos próximos às lavouras ou plantas agroprocessadoras, consolidando a figura do trabalhador regional que substitui o trabalhador migrante.

No assentamento Nova Conquista tivemos a oportunidade de entrevistar os herdeiros da cana-de-açúcar e durante a metodologia do relógio conseguimos compreender que a função de 90% dos entrevistados era operador de colhedora ou mecânico e que conseguir a CNH para operar essas máquinas é a esperança de mudar de função e alcançar salários melhores.

Encontramos nos camponeses agregados em condição de trabalho assalariado uma geração que tem uma jornada de trabalho exaustiva, que trabalha com a família diariamente no lote, mas também trabalha nas usinas, num processo em que é submetido a exploração, controle e degradação do trabalho. Quando a usina impõe mudanças de horários arbitrários e tira até o transporte dos trabalhadores do Nova Conquista ela mostra novamente uma relação de controle, que tem por consequência a mudança na rotina de trabalho do lote, o trabalho no lote passa a ter seus horários modificados para que possa ocorrer no mesmo dia que o emprego na usina. Assim, numa dupla jornada os jovens trabalhadores do assentamento oferecem como resistência o ato de não parar de trabalhar dentro do lote, nem que isso os façam dormir menos e descansar apenas quando conseguem devido as mudanças frequentes de horário da usina.

Toda a discussão sobre os sistemas de estratégias de reprodução que compõe um modo específico de reprodução, assim como uma compreensão de geração composta por sujeitos que compartilham o mesmo espaço, a mesma idade e que estão circunscritos as

especificidades/características de sua classe social, nos leva a dar corpo a compreensão de reprodução socioterritorial, pois na medida em que há uma continuidade/descontinuidade da família e dos sujeitos que a compõe, há também a questão territorial, visto que, o território é delimitado por sujeitos e instituições através de relações de poder.

A leitura sociológica de geração torna firme a compreensão de reprodução na concepção geográfica, visto que, contempla a dimensão dos sujeitos que a partir de suas ações através de instituições como a família trazem para o centro da questão da reprodução socioterritorial a herança, que pode ser tanto material quanto imaterial.

A geração, enquanto uma transversalidade de classe, nos permite compreender as diferentes estratégias utilizadas pelas famílias dos camponeses agregados dos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema para manter família e território, para pensar em futuro. Se pensarmos que as ocupações de terras e a participação no movimento dos trabalhadores rurais sem terra marcam uma determinada geração de camponeses assentados titulares poderemos ter pistas da compreensão das formas de luta pela terra empreendidas pelos camponeses agregados, que por vezes pôde ser parecida com a forma de luta de seus pais (através da ocupação de terras novamente como no caso dos ex-agregados da Gleba XV de Novembro) ou se dá de forma individual ou familiar como no caso de benfeitorias de lotes (o que também é uma luta para conseguir recursos para a compra) dos camponeses agregados em condição de trabalho assalariado do Nova Conquista.

A partir desta reflexão, podemos solicitar uma compreensão mais ampla e qualificada do que é esse agregado que estamos compreendendo aqui como um sujeito central para a reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais, uma nova geração que atravessada por sua classe social, gênero, sexo, (etc.) tem sua trajetória biográfica marcada pelos eventos históricos de nosso tempo, novas formas de luta pela terra numa conjuntura política de ódio não apenas ao ser camponês, mas fundamentalmente a todo aquele que tem ou teve em sua trajetória familiar a presença de movimentos sociais que contestam ou contestaram as (des) ordens vigentes.

O sujeito agregado faz parte de uma geração camponesa que tem uma escolaridade maior que a geração de seus pais e acessar esse recurso dá a ele condições diversificadas no que se refere às estratégias para continuar no sítio dos pais ou para lutar por seu próprio lote, ou seja, garantir a continuidade do assentamento.

Cada geração de agregados enfrenta o impasse de classe de formas distintas, pois seria possível compreender o camponês agregado em condição de trabalho assalariado presente em

muitos assentamentos, dentre eles o Nova Conquista, em outro contexto que não seja dentro da classe trabalhadora?

É na transversalidade da classe trabalhadora que eles enfrentam as delimitações de idade impostas pelo mercado de trabalho na figura do agronegócio, numa rotina diária de atividades do lote/sítio e atividades na agroindústria e assim se constituindo enquanto trabalhador assentado agregado.

Para continuarmos o pensamento sobre geração, convém realizarmos uma reflexão sobre a juventude rural, no intuito, não apenas de compreender melhor as questões intergeracionais, mas também de entender quem são estes sujeitos importantes para o processo de reprodução socioterritorial no espaço rural.

4.2. Pensar juventude rural: os sujeitos da reprodução socioterritorial?

Esta seção do trabalho trata do que estamos compreendendo por juventude e de como ela se insere no processo de reprodução socioterritorial camponês, visto que, neste momento da vida é que as decisões de “ficar” e “sair” do assentamento comparecem de forma incisiva e a migração pode ser utilizada como estratégia para permanecer nos assentamentos ou pode significar a saída definitiva. Juventude é um conceito muito disputado e por isso a necessidade de estudar diferentes concepções.

A intensificação no debate sobre juventude remonta ao final do século XX e início do século XXI, apesar do tema ser considerado marginal por diversos autores, Castro (2009) afirma que há uma extensa produção bibliográfica referente à sociologia da juventude. Todavia, sobre a juventude rural a produção é significativamente menor e ganha evidência na década de 90.

Castro (2009, p.182), no trabalho “Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político”, propunha que juventude é para além de uma categoria que representa identidades sociais, “uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social”.

Bourdieu (1984, p.152) afirma que a fronteira entre a juventude e a velhice é discutida com afino em todas as sociedades. Revela que as classificações, independente se por idade, sexo ou classe, têm por objetivo impor “limites e produzir uma ordem” que deve ser respeitada por cada sujeito. Neste sentido, o autor defende que a juventude e a velhice não são dadas, “mas construídas socialmente, na luta entre os jovens e os velhos”, assim, temos que nos atentar para

o fato observado por Bourdieu (1984) no qual são muito complexas as relações entre a “idade social” e a “idade biológica”.

Para exemplificar tal complexidade o autor propõe refletir sobre Juventudes. Para ilustrar tal afirmação podemos, por exemplo, comparar dois jovens com a mesma idade biológica, porém um trabalha e mora sozinho, enquanto o outro é estudante e reside com os pais. Deste modo, o autor revela que é através de um “formidável abuso de linguagem que se subsume no mesmo conceito universos sociais que praticamente nada tem em comum” (BOURDIEU, 1984, p.153).

Em discussões e trabalhos brasileiros a juventude rural é associada, frequentemente, à migração dos jovens do espaço rural para o urbano. Castro (2009) afirma que migrar ou não envolve diversas questões e, por meio destas, a categoria jovem é construída e seus significados disputados. A autora ainda revela que a imagem de um jovem que não se interessa pelo rural é um exemplo de uma percepção que contribui para a invisibilização da referida categoria como formadora de identidades sociais, o que desfavorece no que concerne à proposição de demandas sociais.

O trabalho de Castro (2005, p.148) mostra que a categoria “jovem”, “muda de conteúdo de acordo com o contexto narrativo”. Também afirma que a dualidade observada nos depoimentos, tanto de adultos como no discurso dos próprios jovens, pode ser tratada pela dualidade “ficar e sair” e isto é central no que concerne à compreensão daquilo que é ser jovem no espaço rural, que é permeado pelo universo urbano “no sentido da sua construção como categoria de pensamento em disputa, e as relações forjadas a partir dessas construções”.

Analisaremos os resultados de uma pesquisa realizada com jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco coordenada pela professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley em 2007, cuja faixa etária dos 615 jovens eram de 15 a 24 anos.

Conforme Wanderley (2007, p.22), a juventude é caracterizada como um momento no ciclo da vida, sendo um período de transição entre a infância e a idade adulta. Demarcar tal fase da vida é algo complicado e impreciso. Segundo a autora este período pode referir-se ao fim dos estudos e início da vida profissional, constituição de uma família ou, até mesmo, apenas uma faixa etária. Já Castro (2009, p.188) revela sobre a característica da transitoriedade que a imagem dos sujeitos “em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados” que decorre dessa transitoriedade resulta em dificuldades por parte dos jovens em conseguir o “primeiro emprego e até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão”, destacando ainda que:

Muitas dessas construções carregam um olhar em que juventude é passível de uma definição universalizante. Tais como: as definições da categoria a partir de elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físicas – biológicas e/ou comportamentais; as definições substancializadas/adjetivadas da categoria; e as definições que associam juventude e jovem a determinados problemas sociológicos e/ou como agentes privilegiados de transformação social (CASTRO, 2009, p.184).

Utilizando o trabalho de Juliana Smith (2002) em uma vila rural de Pernambuco, Wanderley cita o trabalho da autora num exemplo que diz respeito ao fato de que, quando ela (SMITH, 2002) pedia aos moradores para que apresentassem jovens, estes apresentavam, na maioria das vezes, jovens solteiros e adolescentes, uma mulher casada de 20 anos no contexto não era considerada “jovem”. No assentamento rural estudado por Castro (2005) em sua tese de doutorado é identificado que o uso do termo “jovem” é utilizado de modo genérico e naturalizado (ex. “os jovens não querem nada”...), aparecendo também associado a problemas como no caso da migração, ou quando os adultos nutrem uma expectativa da participação em instâncias de representação formal como cooperativas e associações; também depositam esperança nos “jovens” no que se refere à reprodução socioterritorial. De acordo com Castro (2005, p.32), pensar “jovem” em determinada realidade necessita olhar quem chama quem de jovem “quem se autodenomina como tal, em que situações e espaços, que códigos estavam sendo acionados através do uso deste termo”.

Durante a pesquisa no assentamento Nova Conquista ao ser questionada no momento de entrevista sobre os locais que os jovens do assentamento frequentam Deise responde que:

Pesquisadora: E os locais fora do assentamento?

Deise: Ah fora é a cidade né fui quando eu era jovem...

Pesquisadora: Ah, mas você ainda é jovem né...

Deise: Não, eu quase não saio vou para a igreja sou evangélica frequento uma igreja aqui mesmo chamada casa de oração (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponesa do Nova Conquista-SP).

Ser jovem comparece na percepção da entrevistada como um momento onde ela tinha a possibilidade de sair ou passear, por isso, quando entra em outro momento da vida familiar e passa a frequentar somente a igreja desenvolve a concepção de que não é mais jovem.

Brumer (2007, p.35) argumenta que, apesar de todas as imprecisões, “existe um acordo na consideração da faixa etária de 15 a 24 anos, grosso modo, como período da juventude, e concorda com Castro (2005) de que ser “jovem” depende tanto da auto-identificação como do reconhecimento de outros”.

A classificação de jovem de acordo com uma faixa etária, surge de forma nítida em trabalhos da década de 60, sendo este recorte pautado pela definição de juventude como período

de transição entre a adolescência e o “mundo adulto” que se estabelece a partir da conferência Internacional sobre juventude em 1964 (CASTRO, 2009).

De acordo com Castro (2009) o recorte etário é importante para pesquisas quantitativas que são realizadas em larga escala e para a definição de públicos alvo e políticas públicas. Todavia, ressalta que é fundamental tanto a observação dos limites das definições deste tipo, quanto à problematização da naturalização da associação entre juventude e uma determinada faixa etária. Deste modo, em Castro (2005, p.33) é afirmado parte de um debate que se trava entre as diferentes áreas do conhecimento, que apontam a categoria como “socialmente construída, permeada por diferentes interesses, realidades e assim multifacetada”.

O exemplo citado por Wanderley (2007), no qual uma jovem de 20 anos casada não era considerada jovem naquele contexto, logo esclarece que localmente os jovens podem ser definidos de modo distinto à maneira como os pesquisadores definem, são questões nas quais o trabalho de campo e o uso das metodologias são fundamentais para levantar. Sobre as famílias estudadas em Pernambuco a autora revela que estas desenvolvem estratégias de sobrevivência como:

- a) Arranjos familiares, que garantem o acesso, mesmo precário, à terra;
- b) Uma grande diversificação da produção (culturas e criações), de forma a combinar provisão alimentar direta e a comercialização;
- c) O engajamento de todos os membros da família em um sistema de atividades centrado no próprio estabelecimento. (WANDERLEY, 2007, p.23).

A partir destas estratégias é afirmado que nos estudos sobre juventude rural faz-se necessário analisar a partir de uma dupla dinâmica social: a espacial (casa-família, vizinhança-comunidade local e a cidade-mundo industrial) e a temporal (passado das tradições familiares e as estratégias do presente e futuro). Deste modo, Wanderley (2007, p.23) afirma que “as relações sociais se constroem no presente, inspiradas nas tradições familiares e locais – o passado orienta as alternativas possíveis ao futuro das gerações jovens e à reprodução do estabelecimento familiar”.

Ainda segundo Wanderley (2007, p.24), a família é fundamental para a juventude, na medida em que a vida cotidiana dos jovens é marcada pelas relações com e a família e com a comunidade local. Compreende-se também que família é uma “comunidade afetiva, (como qualquer outra família de jovens) e uma comunidade de interesses, que incorpora a particularidade de ser uma unidade de produção, sob a direção do pai”. Neste contexto, cabe aqui acrescentar que pesquisas recentes (TEIXEIRA, 2015) sobre assentamentos rurais

mostram que cada vez mais mulheres são as gestoras dos lotes e assim assumem a direção de suas famílias.

Ressaltando as interconexões entre as questões que envolvem o agregado verificamos que a questão de gênero está presente nas reflexões acerca da juventude, pois o compromisso do jovem dentro da propriedade familiar com o trabalho é fundamental para a manutenção e sobrevivência do território. Brumer (2007, p.42) ressalta a importância de novos estudos sobre os “fatores que atraem os jovens para a atividade agrícola e para a vida no meio rural” e corrobora com nossas interpretações, na medida em que reconhece a necessidade de uma abordagem de gênero nesta questão “que dê conta das condições de inserção e dos interesses e motivações de rapazes e moças”.

O trabalho dentro da propriedade, na maioria dos casos, segue a divisão sexual do trabalho no qual os rapazes não desenvolvem tarefas no espaço doméstico enquanto as moças realizam uma dupla jornada, pois cuidam da casa e ainda trabalham no sítio. Este aspecto mencionado por Wanderley (2007, p.25) sobre a divisão do trabalho entre os jovens do espaço rural dentro das propriedades segue uma divisão “geral” em relação ao trabalho, que está presente na família não só do espaço rural como também do espaço urbano, o que muda são as atividades desenvolvidas fora do espaço doméstico.

Castro (2005, p.149) identifica no depoimento de uma senhora a complexidade no que se refere ao seu desejo de que os filhos permaneçam ou não na área rural. De acordo com a autora “ter estudo” aparece nas falas em oposição a ficar na roça e sua entrevistada manifesta o desejo de que suas filhas saiam da área rural e seus filhos (homens) assumam o lote.

No condizente à inserção do jovem no “mundo do trabalho” de forma geral Bourdieu (1984) afirma que um dos motivos pelos quais os “jovens” desejam parar os estudos e começar a trabalhar cedo é a vontade de acessar o mais depressa o “estatuto de adulto” e as capacidades econômicas associadas a ser adulto. O autor revela que ter dinheiro é importante como afirmação perante o grupo e que permite ser reconhecido e reconhecer-se como “homem” no caso do jovem.

Dentre as vantagens que serão mencionadas posteriormente neste texto sobre o trabalho na cidade, Castro (2005) investiga em suas entrevistas o caso de um jovem que aponta o “tempo” como principal motivador para o trabalho urbano, pois o rendimento nesse caso é imediato e na roça é demorado.

No livro intitulado “Gênero e geração em contextos rurais”, de 2010, autores como Aguiar e Stropasolas deixam suas contribuições no artigo intitulado “As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina”. A pesquisa envolveu 25 grupos

focais localizados em dez municípios de Santa Catarina. Os autores ressaltam a importância de tratar das questões de gênero quando verificamos as questões da juventude rural, pois ambos, o jovem e a jovem “vivenciam questões e problemas semelhantes, mas a forma como essas questões se apresentam ou mesmo a maneira como estes jovens se colocam frente à eles” é tão diversa quanto as especificidades e diversidade rural (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010, p.160).

Os autores apresentaram alguns fatores que funcionam como desestímulo para a permanência do jovem no meio rural, assim elencamos as seguintes:

- Vulnerabilidade da atividade agrícola em que os jovens questionam a eficiência dos sistemas considerados tradicionais de produção, em especial, quando a propriedade não tem uma produção diversificada;
- Característica do trabalho considerado “pesado” que requer muito esforço físico. Os sistemas de produção mais intensivos, como o gado leiteiro, por exemplo, comprometem o tempo que seria destinado ao lazer. De acordo com os autores, as moças são as que mais ressaltam a qualificação do trabalho como “pesado”, “sofrido” e “sujo”.
- A estrutura fundiária é também um fator limitante de acordo com as pesquisas, pois não é apenas o tamanho das propriedades que é significativo, mas também a condição financeira da família que por vezes é um importante limitante para a permanência na propriedade, pois não proporciona a condição de agricultor proprietário de terra ao jovem.
- A capacidade do meio rural de oferecer oportunidades de obtenção de renda (“segura”, “fixa”, “mensal”), acesso a infraestruturas e serviços. Dentre a instalação de pequenas agroindústrias e do turismo rural, outra alternativa apontada pelos jovens para resolver a questão da obtenção de renda, nos chamou especial atenção por permitir uma mobilidade dos jovens no território, a possibilidade de permanecer na unidade familiar, mas acessar uma renda mensal como assalariado em indústrias na cidade. Evidenciamos esta questão quando tratamos dos camponeses agregados em condição de trabalho assalariado.
- Ausência ou as poucas opções de lazer oferecidas. A pesquisa dos autores demonstra que as moças são as que mais se lamentam neste aspecto, pois as estruturas de lazer (campo de futebol etc.) nas comunidades rurais favorecem a prática de esportes ditos “masculinos” (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010, p.161-165).

No que se refere as condições das jovens no universo familiar os autores ressaltam que:

A condição do jovem na família é uma condição de subordinação, especialmente da jovem. Se a visibilidade de rapazes e moças está circunscrita, sobretudo, pelo viés do

trabalho, essa condição é ainda mais marcante no caso das moças. Elas se constituem numa força de trabalho importante para a reprodução da unidade familiar; entretanto, elas não têm assegurado, suficientemente, o acesso ao lazer, nem a uma renda fixa e nem a um ‘pedaço de terra’ que lhe seja próprio. Quando solteira atende as determinações do pai e ao se casar com um jovem rural irá ficar subordinada à família do esposo. A ‘falta de liberdade’ é uma expressão bastante utilizada para se referir à condição de moça na área rural (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010, p.165).

Aguiar e Stropasolas (2010) observaram ainda que quanto mais distantes as moças estão das atividades consideradas “produtivas” dentro da propriedade mais elas estarão distantes do espaço de gestão do sítio. Sendo assim, os autores propugnam que os sistemas de produção mais diversificados, que combinam diversos tipos de culturas, são os que tendem a estimular um processo de gestão menos centralizado e mais participativo.

No que se refere à “falta de autonomia” citada pelos jovens na pesquisa de Aguiar e Stropasolas (2010) destaca-se a dependência financeira destes como mecanismo de controle dos pais sobre os filhos. Aguiar e Stropasolas (2010, p. 169) destacam que os processos de transição das tarefas de gestão da propriedade ocorrem de modo distinto na região do Planalto Catarinense da região Oeste, pois na primeira os pais cedem para os filhos uma pequena parte da propriedade para que este possa cultivar e, assim, aprender a lidar com as atividades que envolvem a agricultura como plantar, colher e negociar a comercialização do que se produziu; este espaço também é estudado por Heredia (1979) denominado “roçadinho”.

No que se refere à região Oeste de Santa Catarina temos que a transição das tarefas de gestão da propriedade é realizada de modo gradual de maneira que, por vezes, a transferência ocorre com os pais ainda vivos. Castro (2009, p.186) afirma que só se tornam “adultos e, portanto, respeitados nestas comunidades, aqueles que assumem a pequena propriedade da família”.

Ao abordar a questão do que é ser jovem para os próprios sujeitos, Castro (2009, p.188) afirma que as diferentes construções se modificam de acordo com os espaços que transitam e de acordo com as posições sociais que ocupam. A autora alega ainda, no que se refere aos jovens do espaço rural, que ser jovem significa pouca confiabilidade “na hierarquia das relações familiares, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade do assentamento e movimentos sociais, por exemplo”.

Em todas as regiões estudadas por Aguiar e Stropasolas (2010) eles observaram que há um viés fortíssimo de gênero nos processos sucessórios na medida em que o filho homem é o favorito quando se pensa num sucessor e que as filhas também não parecem reivindicar essa posição. Neste contexto, as mulheres não são preparadas para a gestão da propriedade, não são estimuladas a se envolver ou participar das questões referentes à produção e gestão da unidade

familiar. Deste modo, “sem perspectiva de permanecer na agricultura como proprietária, a moça vê na cidade a possibilidade de construir-se como profissional e não somente como esposa de agricultor”. De acordo com a pesquisa, todos os filhos têm direito à herança. No entanto, as filhas, por deixarem a casa dos pais primeiro, vendem sua parte ao irmão que demonstra interesse em continuar na propriedade (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010, p.170).

No assentamento Nova Conquista na entrevista com um ex agregado que passou a titular devido ao falecimento dos pais evidenciamos a situação em que as irmãs entraram num acordo em comum de que não têm interesse no lote (parte delas residem na cidade e a que reside no assentamento já está casada e com lote) e assina a documentação para que o irmão permaneça no sítio como titular e não aceitam nem a divisão dos bens dos pais:

Mario: Olha para regularizar eu vou te contar eu andei muito porque eu precisei da assinatura de todo mundo, das minhas irmãs e dos meus cunhados sem a assinatura deles se fosse um cunhado que não assinasse eu já não ficaria...

Pesquisadora: E como foi com os seus pais foram eles que disseram que você seria a pessoa que ficaria?

Mateus: Não, porque como tem os irmãos por mais que eu fosse o dependente não poderia falar assim por causa dos irmãos...minhas irmãs nunca pensaram em vir morar aqui, mas não tinha nada a ver com papel do INCRA essas coisas, mas como era filho...nós até tínhamos pensado que não teria nada a ver, mas aí o pessoal do INCRA bateu um papel para nós aí tivemos que ir nas minhas irmãs para Rio Preto a fora lá para todos eles assinar e trazer e dar para eles [técnicos] mandar para o INCRA (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP)

No caso dos assentamentos rurais a terra só pode receber um beneficiário formalmente, mas as benfeitorias devem ser compartilhadas entre os irmãos. A entrevista do técnico do ITESP em Primavera distrito de Rosana-SP (responsável pela assistência técnica no assentamento Porto Maria) explica como ocorre na prática a resolução desta questão nos assentamentos do município:

Pesquisadora: E como que funciona a questão quando os titulares falecem como funciona isso na prática?

Técnico: Os titulares hoje a gente se tiver a mãe ali né...no caso dos dois titulares a gente transfere para o filho que mora no lote geralmente é para aquele filho que está residindo está explorando a área né... porque as vezes tem filhos que moram fora do lote né então a gente transfere mais o lote para aquele filho que está explorando a área, nada intervém se um filho vem de fora, mas aí a situação assim é dos bens dos pais né, um carro uma coisa aí eles discutem entre eles, mas geralmente a gente transfere a posse da terra para o filho que está explorando, morando no lote.

Pesquisadora: Alguns deles dizem que tem que pegar a assinatura de todos os irmãos...se algum irmão não der essa assinatura e fica ali um empasse como é que acontece?

Técnico: Então a gente faz a transferência desde que esteja todo mundo de acordo a gente resolvi aqui e se não tem acordo entre eles vai para a área jurídica aí sobe no fórum e vai lá para o juiz aí senta e discute aí o que o juiz determinar a gente cumpre.

Pesquisadora: O que o juiz determina na maioria dos casos de empasse?

Técnico: Poucos vão atrás de justiça só se tiver um irmão que quer muito alguma coisa e tal e geralmente resolve a não ser que tem um irmão porque geralmente os que não estão no lote já estão constituindo família, trabalhando em usinas da região ou estão trabalhando no comércio já tem esposa e filho, estudando e geralmente não quer o lote assim porque já está né e dificilmente vai pedir demissão pedir as contas numa empresa com família e esposa para vir para o lote sendo que não tem aquela experiência e já tendo um irmão que está lá, a não ser que já queria pedir a conta e tal mas é muito difícil, geralmente a pessoa consegue resolver aqui...a pessoa que já está contratada numa empresa já tem aquele tempo carteira assinada e já tem família já está longe daqui porque realmente emprego na nossa região aqui principalmente Primavera não tem então o povo vai mais para o Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul já está trabalhando dificilmente vai pedir as contas a não ser que queria...nós temos poucos casos que vai para a justiça eles tentam resolver entre eles mesmo o que pega mais assim eu calculo que são os bens que os pais deixam, deixa um gado os carros e eles resolvem um para cada um e tudo bem...o pai deixa dez cabeça fica uma cabeça para cada um, deixou um carro aí vende e o irmão que vai ficar compra, só em caso esporádico pedimos para ir na justiça e cumprimos o que o juiz determinar (Entrevista cedida pelo técnico do Itesp de Rosana-SP, 2018).

A resolução da questão da sucessão é mais complexa quando há mais de um agregado residindo no lote como o caso do assentamento Nova Conquista que há mais de uma residência no sítio onde os camponeses agregados trabalham no lote e fora dele para permanecerem no assentamento.

De acordo com Castro (2009) sobre o êxodo dos jovens, a questão da saída, especialmente das jovens do campo, resulta no que Abramovay (1998) denominou de masculinização dos campos, o que reforça novamente a necessidade da discussão de gênero do espaço rural. A autora também reforça que a exclusão social é uma característica importante da juventude rural no Brasil, seja pela invisibilidade no que se refere às políticas públicas, seja pelas difíceis condições de permanência dos jovens no espaço rural. Castro (2009) também nos direciona para:

Repensar a ideia de “sair” e “ficar” como movimentos definitivos dos jovens, e observá-los, a partir das múltiplas formas em que se apresentam, podendo significar estratégias familiares de manutenção da terra, ou mesmo formas de se afastar da ação da autoridade paterna (CASTRO, 2009, p.192).

O trabalho de Menezes (2012, p.115) intitulado “Família, juventude e migrações” sobre a área rural do Estado da Paraíba concorda com Castro (2009), pois afirma que os projetos de vida dos jovens da área rural são elaborados a partir de uma “diversidade de experiências de trabalho, migrações, educação e formas de organização política”. Neste sentido, a autora revela que há uma dupla face no que concerne às migrações dos jovens de famílias camponesas, pois a migração pode representar a saída definitiva da propriedade dos pais, mas também pode gerar meios para que o jovem permaneça na área rural. Assim, a autora destaca que:

A renda ganha no trabalho assalariado em atividades agrícolas ou urbanas tem tanto possibilitado atender às necessidades de consumo de suas famílias (para os solteiros: pais e irmãos; para os casados: esposas e filhos) quanto é utilizada em pequenos investimentos, como compra de moto, terreno, casa, sítio, animais. Nossa argumentação é que esses investimentos indicam a construção de um projeto de vida de “ficar” em suas localidades (MENEZES, 2012, p.115).

Durante um de nossos trabalhos de campo na região do Pontal do Paranapanema, no assentamento Lagoinha, localizado no município de Presidente Epitácio-SP, um agregado nos concedeu uma entrevista ilustrativa da citação de Castro (2009). O mesmo contou que, durante sua juventude, mudou-se para a cidade de São Paulo e lá se tornou bombeiro; em sua reflexão, concluiu que na cidade ele economizou, casou-se e, depois de alguns anos, retornou ao lote de seu pai tornando-se agregado. O assentado investiu no lote do pai, construiu uma agroindústria, comprou equipamentos com o dinheiro que trouxe da cidade e agora consegue manter toda a família (incluindo os pais que são os titulares) com a renda do sítio.

Figura 13 - Moradia geminada do agregado e dos titulares.



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2016.

Na figura 13 pode-se observar que a varanda das duas casas é separada apenas por um pequeno muro que proporciona simbolicamente um contraste entre a porta da moradia do filho e a janela dos pais. O caso deste agregado no assentamento Lagoinha exemplifica as questões levantadas tanto por Castro (2009) quanto por Menezes (2012) sobre a migração como uma

alternativa de reprodução socioterritorial da unidade da família camponesa. Menezes (2012) também compreende a migração como um processo importante na vida dos jovens no referente à construção de autonomia, sendo uma experiência transmitida entre gerações.

Outra abordagem fundamental para este trabalho no que concerne a juventude é trazer a discussão de Lizarazo (2018) sobre a importância de compreender o jovem enquanto trabalhador inserido no mercado de trabalho e a juventude como geração útil para o capital do agronegócio.

Sendo assim, juventude torna-se uma característica social compartilhada por muitos trabalhadores agregados nos assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema que estão inseridos em diferentes tipos de mobilidade territorial do trabalho, sendo eles:

a) campo-cidade: os jovens saem para as cidades (nacionais ou internacionais) para trabalhar ou estudar; b) campo-campo interregional: os que percorrem distâncias longas para trabalhar no agrohidronegócio (formais, temporários, informais etc.); c) cidade/campo ou campo/campo local: os que moram em áreas urbanas e rurais próximas de cultivos e/ou unidades de processamento agroindustrial e se assalariam em atividades afins (LIZARAZO, 2018, p. 250).

Deste modo, evidenciamos que parte dos jovens trabalhadores agregados do assentamento Porto Maria estão inseridos nos tipos de mobilidade territorial do trabalho: campo-cidade, campo-campo inter-regional percorrendo distâncias longas e por isso a necessidade de residir fora do assentamento. Já parte significativa dos camponeses agregados em condição de trabalho assalariado do assentamento Nova Conquista estão inseridos no tipo de mobilidade campo-campo local residindo próximos a uma unidade de processamento agroindustrial.

Esse tipo de mobilidade que ocorre entre os agregados do assentamento Nova Conquista é consequência da mecanização que ocorre nas agroindústrias, pois no que concerne à mobilidade territorial do trabalho na dimensão espacial (expressa na pessoa do trabalhador migrante) ocorreu uma mudança de escala em que as empresas de acordo com Lizarazo (2018) preferem atualmente mão de obra regional e não mais o jovem trabalhador de outras regiões.

Lizarazo (2018, p.313) destaca que quando os jovens saem do assentamento e vão residir na cidade, a proximidade geográfica com o sítio dos pais permite a eles uma relação próxima com a família, que é estabelecida através das visitas frequentes de final de semana e nos demais dias de folga. Tal situação é encontrada nos depoimentos dos titulares do Porto Maria que relatam receber a visita frequente de seus filhos e filhas que residem na cidade.

A partir do exposto, a reflexão que podemos colocar é a de que ao mesmo tempo que o mercado de trabalho nas agroindústrias canavieiras começam a optar por trabalhadores da região exigindo qualificação distinta como, por exemplo, concluir o ensino médio como escolaridade e a CNH e descarta a migração de trabalhadores de outras regiões, ele, ao se reinventar devido à reestruturação produtiva do setor canavieiro, permite que os trabalhadores mantenham o vínculo com a família e com o sítio, de modo que, quando ocorre o desemprego, doença ou qualquer outra consequência referente a precarização do trabalho, o filho do camponês assentado tem a possibilidade de voltar para o lote tornando o sítio uma “possibilidade de solidariedade parental para poupar dinheiro, cuidar das crianças e dos idosos ou fazer investimentos em infraestruturas e produção no lote”. É necessário compreender essa possibilidade de manter vínculo com a família e com o lote como um importante fator para propiciar a solidariedade intergeracional e assim compor o leque de estratégias que garantem a reprodução socioterritorial no assentamento (LIZARAZO, 2018, p. 318).

Até aqui realizamos uma reflexão da importância da juventude, sobretudo da complexidade do que é “ser jovem”, mais especificamente do que é ser jovem na área rural. Compreendemos que a questão de gênero também deve estar presente quando refletimos sobre o tema e que os jovens são importantes para a reprodução da família e do território. Adentraremos na próxima seção do trabalho a questão da herança e da sucessão como processos fundamentais para pensarmos na reprodução socioterritorial nos assentamentos.

4.3. O debate acerca da reprodução socioterritorial através da herança e da sucessão

Quando adentrarmos as questões referentes à herança e aos processos sucessórios no âmbito do campesinato estamos de fato buscando compreender a reprodução socioterritorial da família camponesa. Para tanto, compreendemos a necessidade de revisitar trabalhos que são considerados clássicos para os estudos acerca do tema, mas se limitam a um tempo histórico diferente por isso realizaremos uma leitura com outros propósitos e significados respeitando a questão espacial, visto que, tratamos do discurso referente à sucessão e herança em assentamentos rurais e não em bairros rurais tradicionais que protagonizam os trabalhos de grande parte das teóricas e teóricos mencionados aqui. Portanto, para vislumbrar os desafios e características dos camponeses assentados partimos das literaturas que tratam dos camponeses proprietários de terra para estabelecer o necessário diálogo e para explicitarmos as leituras que foram ponto de partida para nossas inquietações sobre herança/sucessão. Por mais que não estejamos em concordância em relação a alguns tópicos das leituras apresentadas aqui, estas

são de suma importância para este trabalho porque as primeiras dúvidas para a reflexão da reprodução socioterritorial surgiram a partir destes textos.

Trataremos, a partir do diálogo com os respectivos autores, da herança no seu sentido material, mas compreendemos que esta pode se apresentar através de outro conteúdo, como por exemplo a herança cultural. Portanto, partimos para a compreensão do que os estudos clássicos discutiram a respeito do tema.

A reprodução socioterritorial deve ser compreendida em oposição à fragmentação do “patrimônio territorial” camponês. Assim, Moura (1978) em seu trabalho “Os herdeiros da terra” revela que repor o “patrimônio territorial é ali mais do que colocá-lo em mãos dos descendentes diretos de um indivíduo é assegurar a reprodução da área como camponesa, porque a herança enfeixa um papel estratégico neste sentido” (MOURA, 1978, p.04).

Visando a compreensão de como se dão os processos sucessórios no território camponês e da importância da herança para a não fragmentação da propriedade verificamos em Moura (1978) e em Heredia (1979) que os impasses e acordos referentes à sucessão no território têm início na divisão do trabalho na terra. Neste sentido, Moura (1978, p.18) afirma que falar da divisão do trabalho no bairro rural mineiro “São João da Cristina” é falar da “distribuição das tarefas por sexo e idade entre parentes que habitam um mesmo sítio”.

De acordo com Heredia (1979), nos estudos na zona da mata no Estado de Pernambuco, a relação de oposição casa-roçado é fundamental para organizar toda a experiência de vida do território camponês, incluindo as questões da vida cotidiana.

O roçado aparece nos estudos da autora como local de produção e a casa como espaço de consumo. O homem responsável pelo trabalho no roçado, sendo que neste espaço a autora realiza uma leitura de que é produzida a maioria dos mantimentos para a alimentação da família. A casa é concebida como o espaço da mulher cabendo a ela tanto a organização quanto o controle das atividades que ocorrem no espaço doméstico, especificamente a preparação das comidas, o cuidado com os filhos e todas as tarefas no espaço do terreiro, tais como alimentar os animais (porco, galinha, cabra etc.) e a limpeza deste espaço que é localizado no entorno da casa. Nos assentamentos rurais esta dinâmica não se mantém majoritariamente, visto que a mulher tem um protagonismo que altera de forma significativa as questões referentes a relação produção (seja de mantimentos ou de comida) e espaço, pois além de se tornarem chefes de seus lotes em muitos casos, quando compartilham a gestão do lote com seus companheiros muitas vezes tornam o espaço do terreiro um local de produção não apenas para o autoconsumo, mas também para a comercialização tornando-se uma importante fonte de renda.

Segundo Heredia (1979), a oposição casa-roçado é fundamental para delimitar a área do trabalho e do não-trabalho o que assinala os lugares feminino – masculino levando em conta essa divisão. Mesmo quando a mulher desenvolve atividades no roçado, assim como os filhos, a ação é considerada uma “ajuda”. As mulheres, mesmo realizando atividades no roçado estas não são reconhecidas como trabalho, pois o que evidencia esse caráter de “ajuda” das atividades é verificar a subordinação que elas são submetidas no que se refere às decisões sobre a propriedade e em relação à autoridade paterna.

De acordo com Moura (1978, p.22) as filhas com idade a partir de sete a nove anos também trabalham no lar. A autora afirma que as “meninas” ajudam a cuidar dos irmãos menores, acender o fogo, pôr a mesa de refeição, enxugar pratos, passar roupas pequenas e alimentar os animais de terreiro. Dos doze anos em diante elas já passam roupa pesada e cozinham refeições completas. Em relação aos meninos de oito a treze anos eles são responsáveis por apartar vacas dos bezerros, alimentar os animais de terreiro, carpir e semear, levar alimento na roça para aqueles que estão trabalhando. A partir dos treze anos o menino já é considerado apto para desenvolver as mesmas tarefas que o pai, assim como a menina para desenvolver as mesmas que a mãe. As pesquisas em assentamentos rurais mostram que no que se refere a socialização das crianças essa realidade é outra, pois esta geração de pais está mais atenta a inserção das meninas no espaço de produção do lote, devido também ao fato de que a mãe está presente atuando na totalidade do lote e não apenas no espaço doméstico.

Heredia (1979) e Moura (1978) ressaltam que as atividades de comercialização dos produtos fora do lote são de responsabilidade dos homens. Os “camaradas” que são trabalhadores e trabalhadoras contratados para o roçado ou para o espaço doméstico, em épocas em que os membros da família não conseguem suprir o trabalho necessário na propriedade, são temporários contratados para “ajudar”. Aqui vislumbramos outro importante ponto a ser diferenciado quando pensamos em assentamentos rurais, o que atribui ao homem a responsabilidade de comercialização, pois as mulheres estão inseridas em diferentes espaços buscando não apenas comercializar os produtos do lote (como em feiras e através de políticas públicas) como também inserindo-se na luta por melhores condições para o assentamento, é possível compreender tal afirmação quando vislumbramos a presença de muitas mulheres consideradas lideranças dentro dos assentamentos. No Porto Maria conhecemos Valquíria, mulher forte e determinada na luta, que faz o trajeto campo-cidade diariamente se necessário para buscar alternativas para o desenvolvimento do assentamento, na oportunidade de caminhar ao seu lado nas tarefas cotidianas presenciamos os demais assentados solicitando a ela a resolução de questões e reconhecendo sua importância para todos. Valquíria não está sozinha

nesse protagonismo, pois através dela conhecemos outras mulheres que se dedicam a pensar e efetivamente agir em relações aos entraves e possibilidades para os assentamentos.

Na bibliografia sobre os proprietários de terras, a maioridade, ou emancipação, para o sexo masculino surge depois do retorno do serviço militar no qual o pai concede ao filho um pedaço de terra para ele trabalhar. Já para o sexo feminino esse processo vem com o casamento. Moura (1978) destaca que em torno dos dezoito anos:

O jovem atravessa um período em que suas aptidões para a maturidade são testadas, o que significa demonstrar responsabilidade e zelo na manutenção de uma pequena roça independente. Trata-se de parcela de terra concedida pelo pai, “dono” da propriedade, em suas terras. Ressalve-se, contudo que, até se casar [...] (MOURA, 1978, p. 22).

Trata-se aqui do “roçadinho” denominado assim por Heredia (1979) que afirma que enquanto os filhos permanecem na propriedade eles possuem roçadinhos sem deixar de trabalhar no roçado da família. Esta parcela da terra, de acordo com a autora, é destinada de forma temporária aos filhos, por isso não provoca a fragmentação. Segundo Heredia (1979) a expressão roçadinho refere-se não apenas ao tamanho da parcela de terra destinada aos filhos, mas também é um indicador da relação social dentro da propriedade. A perda do roçadinho se dá assim como indica Moura (1978) no momento do casamento.

Em nossas pesquisas no assentamento Nova Conquista (TEIXEIRA, 2015) verificamos que o roçadinho se estende para depois do casamento, pois os filhos mantêm essa parcela da terra visando, na maioria dos casos, o autoconsumo combinado com o trabalho fora do lote, nos roçadinhos trabalham os filhos, filhas, genros, noras e netos dos titulares.

Compreendemos a partir das autoras mencionadas anteriormente, que importantes ligações surgem entre as distinções entre atribuições no contexto da divisão do trabalho no lote e as regras de herança do território. Contudo, não é possível conceber a ideia de que a herança deve ser um problema apenas do homem devido ao fato de que a mulher é por muitas vezes excluída de atividades que se ligam a existência física da terra (patriarcado). Aqui se apresenta novamente a conexão com a questão de gênero através da discussão sobre a divisão do trabalho e as possibilidades da herança material ou econômica para a mulher, porque ao mesmo tempo que não deve ser imposta determinadas tarefas e funções também é inconcebível negar a ela a possibilidade efetiva de herança.

No que concerne ao parentesco ressaltamos as importantes contribuições de Woortmann (1995) em “Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste”, neste trabalho ela estuda os habitantes de Lagoa da Mata, em Sergipe e os da colônia teuto-brasileira

de Dois Irmãos no Rio Grande do Sul. Sobre o casamento ele não é visto apenas como forma de garantir a reprodução social do grupo, mas também de preservar o patrimônio da terra. Compreendemos em Woortmann (1995) que, se fosse aplicado o código civil brasileiro, a fragmentação da terra seria intensa a ponto de a pulverização ocorrer em poucas gerações. A crítica revela que o código civil foi construído em cima de valores urbanos.

É importante ter conhecimento das diferentes práticas relacionadas a herança e de como os estudos foram realizados para construir tal compreensão, por isso os trabalhos de Woortmann se apresentam nessa discussão, pois mesmo que o universo de análise privilegiado pela autora seja de comunidades muito diferentes dos assentamentos rurais, colocar tal discussão irá nos fortalecer em nossas construções.

Dentre as estratégias camponesas Woortmann (1995) garante que as práticas criadas para privilegiar um dos herdeiros são distintas nas comunidades estudadas; sendo que em Lagoa da Mata é a primogenitura e em Dois Irmãos é a ultimogenitura. De acordo com a autora tanto na homogamia dos colonos sulistas quanto na endogamia dos sitiantes nordestinos o casamento entre primos é uma prática privilegiada. Nesse sentido temos que, “o casamento com primos é uma forte característica de sociedades onde o sistema de parentesco constitui o mais importante elemento de controle do comportamento social” (WOORTMANN, 1995, p.13).

Evidenciamos a importância do trabalho de Woortmann (1995) na medida em que ele se ocupa dos valores na tentativa de compreender a reprodução camponesa através das gerações por meio das relações de parentesco. No que concerne às teorias do parentesco ela revela que na primeira, a “Teoria da descendência”, o foco é o grupo social (grupo de descendência) e os direitos e deveres das pessoas dentro desses grupos, a ênfase está na consanguinidade. Neste caso opõe-se “o parentesco ao casamento, ou à afinidade e, por isso mesmo, opõem-se à teoria da aliança, onde o parentesco está justamente no casamento e na afinidade”. Nesta teoria, portanto, o casamento e as relações de afinidade são secundários (WOORTMANN, 1995, p.67).

Naquilo que diz respeito à descendência e sucessão que consistem na transmissão de direitos e deveres, de acordo com a autora, os sistemas mais coerentes seriam os unilineares. Tais concepções são fundamentais para o campesinato e numa citação de rodapé afirma que:

Devo notar que grande parte dos grupos camponeses ocidentais é, de certa maneira, unilinear em suas práticas, ainda que o direito civil das sociedades nacionais a que pertencem estabeleça o parentesco cognático e a herança igualitária. Essa “unilinearidade” é central para sua reprodução social (WOORTMANN, 1995, p.71).

Segundo Woortmann (1995, p.73-75) o autor Radcliffe – Brown foi importante para essa corrente teórica, na medida em que ele afirmava que um dos aspectos fundamentais da sucessão nas sociedades ocidentais modernas é a “transmissão da propriedade por herança”. À vista disso, a autora afirma que o sítio no Nordeste é uma comunidade local que é de certa forma corporativa, a qual conjuga territorialidade, parentesco e endogamia, mas a sucessão é patrilinear.

Outra proposição do parentesco importante é a “teoria da linguagem”. Nesta, o modo de pensar o parentesco é como uma “linguagem através da qual se ordenam certas relações sociais consideradas fundamentais por uma sociedade”, um dos principais teóricos é Leach que dá um peso maior às relações entre afins do que entre consanguíneos. Leach realiza uma crítica ao teórico da descendência, Radcliffe – Brown, relatando que este enfatiza, demasiadamente, a “dimensão legal do parentesco, enquanto direito de herança, negligenciando a dimensão econômica da cooperação no trabalho”, assim o autor relata que o “foco de atenção era a linhagem, e não a família” (WOORTMANN, 1995, p.76-77).

Sobre as teorias do parentesco a autora verifica que cada uma parece resultado de um trabalho de campo particular no qual o ponto de vista dos sujeitos pesquisados transforma-se numa teoria que nega outra teoria. Reconhece baseada em teóricos o parentesco como aliança e prática e que este se transforma num contrato em que “viver em paz significa viver como parente”, mas não exime os laços domésticos de conflitos com “relações de parentesco amplas”. Reconhece então a importância do princípio de reciprocidade para o parentesco:

Esse princípio de reciprocidade corresponde, em grupos camponeses, a um território de parentesco, isto é, a comunidades que se pensam em oposição aos “estranhos” aos não-parentes. Ele pode ser expresso metaforicamente pela expressão “com parente não se neguecia”, denotando que, no interior da polity de parentesco, o espírito da reciprocidade se impõe ao espírito do negócio (WOORTMANN, 1995, p.88).

O objetivo da autora é tomar o parentesco como prática de reprodução social. Em síntese, ela revela que a descendência é crucial para compreendermos a reprodução camponesa, em que a casa ou o sítio criam raízes através dos princípios de sucessão. No sítio os sujeitos se concebem como um grupo de parentes “o parentesco é aí uma prática fundamental para a sucessão e que juntos casamento e descendência produzem a “nós” mesmos (oposto a estranhos) além de reproduzir o patrimônio” (WOORTMANN, 1995, p.88).

Nos assentamentos rurais as relações de parentesco se apresentam como cruciais para as estratégias de reprodução socioterritorial expressando-se de forma positiva se compreendidas neste âmbito e trazendo os devidos entraves quando consideradas através dos conflitos. Toda

discussão apresentada por Woortmann traz a concepção de que os camponeses que residem em comunidades tradicionais, tem um conjunto maior de possibilidades de conceber e adaptar as estratégias de herança, enquanto aos camponeses assentados cabe recorrer a um conjunto menor de práticas que visam não apenas se adaptar ou modificar as determinações da lei brasileira sobre herança, mas também as legislações específicas tanto do INCRA quanto do ITESP que tratam das questões referentes à terra e às benfeitorias.

As relações de parentesco também se configuram numa importante questão para compreensão da reprodução socioterritorial. Moura (1978) revela que, em seu território de estudo, há dois usos distintos da palavra “parente”. A primeira definição refere-se a todos os que estão dentro dos limites sociais do bairro em que todos estão unidos seja por um comportamento uniforme ou o mesmo credo religioso; enfim, os habitantes do bairro “atuam como parentes” em oposição aos que vêm de fora. O outro sentido do termo “parente” coloca em oposição quem é parente e quem “não é parente” apesar do sobrenome poder ser o mesmo. No que se refere a esta última concepção, a autora afirma que os primos em segundo grau também são considerados parentes, porém não de forma rigorosa o que permite, por exemplo, o casamento entre primos neste grau quando a união conjugal é julgada oportuna para a família.

A divisão sexual do trabalho na propriedade tem em seu cerne o par conjugal, ou seja, o matrimônio “propicia o ponto de partida para a divisão do trabalho dos sexos e depois, com a prole, das idades face a diferentes tarefas no âmbito de cada propriedade”. Assim, o casamento tem uma importância econômica para a propriedade, visto que, a quantidade de filhos que na época dos estudos de Moura (1978) era elevada e importante para a mão de obra disponível na família, mas, no futuro o processo de herança, poderia propiciar uma fragmentação maior do território (MOURA, 1978, p.35).

No que tange às organizações de parentesco analisadas por Moura (1978) a “família extensa” é fundamental para os estudos e a autora compreende que ocorre:

A presença numa mesma propriedade (onde o “dono” é o pai) de duas famílias nucleares de gerações diversas, paternal e filial (filho homem), resultante da permissão do pai para o filho construir sua “casa de morada” conjugal dentro de sua terra, cultivando para sua família nuclear em formação uma parcela de terra no mesmo local (MOURA, 1978, p.38).

Neste sentido, Moura (1978, p.38) aponta que dependendo das relações em questão trata-se de “duas famílias nucleares momentaneamente justapostas pela prática da herança em vida”. A autora sustenta que no bairro São João da Cristina a família extensa é uma preparação para uma família nuclear onde prevalece um objetivo de reposição do território familiar. É

precioso para a (o) geógrafa (o) se atentar para os diferentes momentos dos ciclos familiares, a fim de compreender também as transformações no território.

No que concerne às transações com a terra verificamos que pode ocorrer entre parentes e com um não-parente. Observadas algumas características como fertilidade e localização, verifica-se nos estudos da autora que para um parente o preço é sempre mais baixo quando comparado a um não parente, no qual o preço cobrado é aquele vigente no mercado.

Preferencialmente as terras devem ser comercializadas entre os habitantes do bairro a fim de que seja evitada a entrada de estranhos. Quando os filhos herdam a terra e há, por exemplo, um homem e uma mulher (irmãos) e a irmã já está casada e morando em outro sítio com seu esposo a tendência é que esta realize a venda de sua parte da herança (terra) para o seu irmão para garantir a ele a continuidade do território; como os homens realizam as transações, a venda e compra se dá essencialmente entre cunhados. Quando o marido da irmã se recusa a vender a terra de sua esposa para o irmão dela neste momento pode-se iniciar um conflito e, também a fragmentação da propriedade. Enfim, há muitas variações no que se refere à comercialização ou não da herança, mas um aspecto fundamental para o território é a solidariedade entre os irmãos, irmãs e cunhados, o que evita a fragmentação.

Há um consenso entre os moradores dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema no que se refere à preferência de compradores das benfeitorias dos lotes de desistentes serem membros da comunidade, ou seja, os filhos de titulares que desejam viver próximo a seus parentes e amigos, o que evita a entrada de agricultores desconhecidos e as diferentes demandas trazidas por eles.

Moura (1978) propugna que, para os camponeses, “herança” são as regras contidas no código civil que são necessárias quando ocorre a morte de um membro da família (pai ou mãe) em que um avaliador é necessário. Quando a autora questionava os camponeses a respeito do legado suas respostas giravam em torno do que revela o código civil, ela só começa a conseguir informações quando modifica as indagações. As questões interrogam sobre as resoluções da família para auxiliar os filhos quando decidem se casar, por exemplo. Deste modo, as regras de herança da terra de tipo vertical ou horizontal são denominadas como “acertos”, “arranjos” ou “presentes” que, de acordo com a autora, são resultado de manifestações de “preferência”, “união” ou “consideração” (MOURA, 1978, p.49).

Deste modo, a autora afirma que “os costumes simplificam ou ignoram as leis” e que a repartição do território camponês só ocorre em benefício de unidades domésticas recém-formadas (considerando casos que se referem apenas a questão da sucessão e não questões como expropriação etc.). Todavia, num contexto de assentamentos rurais em que a repartição do

território de modo formal não é possível vislumbra-se a questão de saída de toda a família do lote numa situação que embora simplificada como “desistência” carrega um leque enorme de justificativas desde o assédio dos latifundiários até a impossibilidade concreta de viver e se reproduzir através do lote.

Outra ideia que extraímos da autora em relação à herança é a “passagem da propriedade dentro de uma mesma geração” sem que isto dependa da morte de nenhum membro proprietário da família (MOURA, 1978, p.47).

Nas observações que abordam o código civil brasileiro, a autora corrobora que este não é um indicador capitalista, embora seja aplicado sem conflitos dentro do modo de produção dominante. Assim, o código proporciona a condição de proprietário privado a qualquer indivíduo:

A noção de propriedade que perdura por toda a vida de um indivíduo, sem discriminação de sexo e com discriminação de idade e a possibilidade de dois tipos básicos de matrimônio, que refletirão na posição da mulher no processo de herança, são algumas das coordenadas básicas desse código (MOURA, 1978, p.52).

O trabalho fundamenta-se em compreender a herança da terra entre dois códigos: o civil e o local. O ponto de partida para a herança no bairro estudado por Moura (1978) é a idade aproximada de dezoito anos, sendo que a primeira regra que dá início à passagem da propriedade é a permissão do pai para um filho homem que vai se casar construir sua moradia dentro do sítio paterno, concedendo a ele uma parcela da terra para que plante para a sobrevivência de sua família nuclear. De acordo com a autora, pode-se revelar que em qualquer “propriedade em que o ciclo vital do grupo doméstico esteja atravessando o período de nubilidade dos filhos, haverá pelo menos um deles instalado dentro da terra paterna” (MOURA, 1978, p. 53).

Tanto os filhos adolescentes que têm acesso ao roçadinho (HEREDIA, 1979) quanto aos casados que obtiveram uma parcela da terra, tem obrigação de auxiliar os pais quando ocorrer necessidade de trabalho dentro da propriedade. Quando as filhas casadas residem na propriedade do pai se dá devido à pobreza do noivo. Na ocasião da morte da mãe, o pai tende a casar-se novamente, pois não lhe compete, de acordo com Moura (1978), o trabalho doméstico, o pai também não deve residir na casa do filho casado porque é “impossível dois chefes sob um mesmo teto”. Este, no caso do falecimento da mãe, retém a moradia e metade das terras. Na ocorrência de falecimento do homem, a mulher retém somente a moradia e cede toda a terra

para os filhos, sendo que um filho ou filha coabita com ela ou permanece com os filhos solteiros (MOURA, 1978, p.56).

Mesmo que a mulher seja a proprietária jurídica, juntamente ao homem de um patrimônio, os moradores do bairro estudado pela autora reconhecem a terra sempre como de propriedade do homem. Visto que as transações de terra entre irmãos são fundamentais para a permanência do território, destaca-se que a emigração tem como objetivo evitar a fragmentação e aumentar a proporção da terra para o irmão que ficar. No que concerne ao fato de que é necessário “liberar da terra” um ou mais filhos homens, Moura (1978) afirma que estes filhos (que demonstram mais inclinação para as tarefas escolares), são preparados para uma futura migração e, para que isto ocorra e para que os filhos possam ter um bom emprego na cidade, na infância ou adolescência, são qualificados com um nível de escolaridade satisfatório. Desta forma, a autora afirma que em sua área de estudo “tanto é uma regra de sua reprodução a não propriedade feminina, quanto à emigração masculina” (MOURA, 1978, p.68).

Heredia (1979) sustenta então as assertivas de Moura (1978) e revela que os problemas ligados à escassez da terra estão presentes em todo o ciclo de vida da propriedade e no cotidiano. De acordo com Heredia (1979) a questão da terra toma realmente dimensões especiais nos dois momentos já citados da vida do grupo doméstico: o casamento e a morte do (a) chefe da família.

É conexo realizar uma aproximação entre a teoria tradicional tratada até aqui, em relação a herança, sucessão e parentesco com uma reflexão atual sobre o tema, a partir de nossa referência de pesquisa e outras que tratam de assentamentos rurais. Para isso recorreremos a Castro (2005) que, apesar de não dedicar o trabalho inteiro ao assunto, em determinados momentos vê a necessidade de discuti-lo mesmo que de modo não abrangente.

Depois de revisitar uma extensa bibliografia sobre herança e sucessão para a família camponesa, Castro (2005) divide seus sujeitos de pesquisa em “terra de herdeiro”, que seriam famílias que são oriundas de outras áreas rurais que possuíam ou não terra e “sem-terra”, aquelas que nunca haviam possuído terra. Sobre a “terra de herdeiro” é revelada que foi perdida na grande maioria dos casos e que isso ocorre por diversos motivos, a terra foi parcelada até se “desmembrar integralmente ou foi vendida sem que o recurso apurado permitisse a compra de outra terra”. Em muitos casos a divisão da terra entre os membros resultou no fim do patrimônio familiar e os filhos (herdeiros) viram-se obrigados a procurar outra terra (quando havia interesse em permanecer “lidando” com ela) (CASTRO, 2005, p.216).

Essa partilha do patrimônio ou venda do mesmo para repartir o recurso obtido não prioriza, assim como fica evidente na teoria tradicional, as estratégias de manutenção da propriedade familiar. Deste modo, as duas categorias da autora são importantes para

compreender as condições de origem dos sujeitos antes do assentamento na área rural. Castro (2005) considera que tanto os que têm “terra de família” quanto os “sem-terra” têm em comum que mesmo para aqueles que possuem herança a terra não está disponível.

No que compete ao debate sobre herança e transmissão patrimonial a autora afirma que ainda não há uma discussão ampla sobre estes temas no que se refere aos assentamentos rurais. Sobre a questão propugna que:

Nos assentamentos a questão da herança assume características peculiares devido a uma série de fatores. Em primeiro lugar a relação com a propriedade, ainda em processo de transição, torna o lote uma concessão e não uma propriedade de fato. Esta concessão, enquanto não for avaliado que o assentamento pode tornar-se autônomo, deve seguir regras pré-definidas pelos órgãos governamentais (INCRA, ITESP) que proíbem a divisão ou venda (CASTRO, 2005, p.221).

A estudiosa revela que uma funcionária do INCRA esclareceu o acontecimento da transmissão patrimonial no caso de imóvel não titulado. Nesta situação, o INCRA passa a analisar o perfil do filho para que este possa assumir o lote, mas existe uma série de requisitos como não ser funcionário público; não ter renda acima de três salários, entre outros (necessário recordar que há legislações específicas do INCRA e do ITESP). A interpretação de Castro (2005) reforça a ideia discutida anteriormente neste trabalho de que a família camponesa assentada tem pouca autonomia no que se refere a desenvolver suas estratégias de reprodução socioterritorial.

Nas entrevistas de Castro (2005, p.224) ela compreende que parte dos jovens questionados não gostaria de dividir o lote, não porque o INCRA não autoriza, mas porque a terra é patrimônio da família sendo vista não como valor imobiliário, mas simbolicamente representa a união da família. A luta comparece como argumento para não comercializar ou dividir o lote, mas é preciso compreender que, de acordo com a autora, o significado de luta é diferente entre os assentados. Enquanto para alguns significa o fim da relação de “trabalhar para os outros”, para os demais ela significa o período de acampamento e a conquista da terra. É importante esclarecer que Castro (2005) não conseguiu traçar um padrão de herança no assentamento estudado (como ela mesma revela) porque a primeira geração do assentamento ainda está ativa, logo ela conseguiu trabalhar apenas com os discursos em relação à herança.

Verificamos assim no trabalho de Castro (2005) que há uma série de dualidades nas falas dos jovens e uma delas é o discurso da dificuldade de produzir ao mesmo tempo em que não quer se desfazer (vender) a terra. Neste sentido, a autora compreende que:

Esse processo representa uma transmissão de capital cultural, e não apenas material, forjado a partir de sentimentos de pertencimento, construídos no processo de luta para conquistar a terra, e ainda, na associação entre lote, assentamento, família e amigos. No discurso desses “jovens” predomina o uso de termos como união, a luta, todo mundo junto, e a reconstituição de imagens do acampamento e dos primeiros anos do assentamento associadas à paz, tranquilidade, alegria (CASTRO, 2005, p.233).

A autora ainda buscando investigar as questões de sucessão, aponta um caminho possível ao compreender que há uma “preparação do sucessor e/ou herdeiro”, pois há uma diferença de “criação” entre as jovens e os jovens evidenciado por diversos autores sobre divisão sexual do trabalho no lote, além do “roçadinho”, que nada mais é do que uma parcela pequena da propriedade geralmente destinada aos filhos homens para que estes possam aprender a “lidar” com a terra. A participação diferenciada de “meninos” e “meninas” nas associações é outro elemento evidenciado por Castro (2005). Verificamos, deste modo, que a prática de “preparação do sucessor” pode ser um processo que nos dê pistas sobre a sucessão nos assentamentos rurais.

Conhecer os meios pelos quais a fundação ITESP regulamenta a sucessão são fundamentais para servir de base para nossas discussões, em 2017 o governo estadual por meio do decreto nº 62.738-2017 estabelece novas diretrizes que devem ser consideradas no âmbito de nossas pesquisas porque mudam as regras instituindo a sucessão hereditária em caso de falecimento do titular. O decreto também insere o capítulo VII que se refere a parceria agrícola que significa que os demais membros da família podem fazer parcerias com os titulares para acessar novas linhas de crédito que visam investimentos e diversificação da produção. Importante ressaltar que o Nova Conquista é um assentamento Federal e que, portanto, os agregados não serão envolvidos pelo decreto, serão beneficiados apenas os camponeses do Porto Maria por tratar-se de um assentamento estadual. Para a compreensão destas mudanças observamos:

Capítulo IV Da sucessão dos direitos

Artigo 32 - Na hipótese de falecimento do beneficiário outorgado, titular do lote, os herdeiros necessários, assim entendidos aqueles indicados no artigo 1.845 do Código Civil, poderão encaminhar requerimento à Fundação ITESP, postulando a sucessão dos direitos previstos na Concessão de Uso.

§ 1º - O herdeiro postulante deverá ter a condição de trabalhador rural e preencher os requisitos estabelecidos na Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e neste decreto.

§ 2º - Se o herdeiro não for trabalhador rural, deverá solicitar a avaliação das benfeitorias mediante laudo técnico da Fundação ITESP, sendo de responsabilidade do novo beneficiário selecionado o ressarcimento dos valores apurados, como condição para assumir a exploração do lote, e será realizado diretamente ao herdeiro, sem interferência da Fundação ITESP.

§ 3º - Se houver mais de um herdeiro, no requerimento deverá ser apontado quem postula a titularidade para outorga da concessão de uso. Em caso de discordância, será aplicado o procedimento do parágrafo anterior.

§ 4º - O requerimento dos herdeiros para sucessão da titularidade da exploração do lote agrícola ou para avaliação das benfeitorias úteis e necessárias erigidas pelo de cujus será dirigido à Fundação ITESP no prazo de 30 (trinta) dias do óbito.

§ 5º - Decorrido o prazo do parágrafo anterior sem requerimento, a Fundação ITESP fará a avaliação das benfeitorias e selecionará novo beneficiário para a exploração do lote.

§ 6º - Na ausência de herdeiros legais, a Fundação ITESP fará a avaliação das benfeitorias e informará o Juízo da Comarca da localidade do assentamento a existência de herança jacente, na forma da legislação civil, e selecionará novo beneficiário para a exploração do lote, que observará o § 6 do artigo 34 deste decreto.

Capítulo VI

Da impossibilidade superveniente

Artigo 34 - No caso de impossibilidade da continuidade da exploração do lote, os beneficiários titulares do lote ou seus herdeiros necessários (no caso de falecimento do titular), ou os membros da composição familiar (no caso de incapacidade do titular), e desde que estejam em situação regular, poderão requerer à Fundação ITESP a elaboração de laudo de vistoria para apuração das benfeitorias úteis e necessárias por eles erigidas.

§ 1º - O requerimento será encaminhado à Fundação ITESP no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato que gerar a impossibilidade da continuidade da exploração do lote.

§ 2º - O laudo de vistoria para apuração das benfeitorias será realizado pela Fundação ITESP.

§ 3º - O requerente será notificado do laudo, para anuência ou impugnação.

§ 4º - O laudo será homologado pelo Diretor Executivo da Fundação ITESP, após a oitiva do órgão de consultoria jurídica.

§ 5º - O ressarcimento dos valores apurados será de responsabilidade do novo beneficiário como condição para assumir a exploração do lote, e será realizado diretamente ao titular anterior, sem interferência da Fundação ITESP.

§ 6º - Em nenhuma hipótese será admitido que servidores atuem na condição de intermediários entre assentados desistentes e trabalhadores rurais candidatos ou selecionados, sob pena de caracterização de falta funcional grave.

Capítulo VII

Da Parceria Agrícola

Artigo 35 - O beneficiário que estiver explorando o lote na fase definitiva poderá requerer à Fundação ITESP autorização para firmar parceria agrícola entre os membros da composição familiar registrados no banco de dados da Fundação, e residentes no lote.

§ 1º - O requerimento para autorização será encaminhado à Fundação ITESP.

§ 2º - A autorização somente será concedida quando a parceria agrícola:

1. envolver membros da composição familiar registrada na Fundação ITESP e que residam no lote há pelo menos 2 (dois) anos;
2. o beneficiário esteja em situação regular no momento do requerimento;
3. possibilite a diversificação da exploração agrícola do lote;
4. apresente projeto técnico que comprove sua sustentabilidade.

§ 3º - No caso de descendentes do titular, em linha reta até 2º grau, fica dispensada a exigência de tempo de moradia no lote, mas deverá ser comprovada a condição de trabalhador rural.

§ 4º - Será realizado laudo técnico pela Fundação ITESP para que seja autorizada a parceria:

1. que aponte a regularidade da exploração do lote agrícola e das condições previstas na concessão de uso, e

2. que apure se o lote comporta a diversificação da produção apontada na proposta de parceria.

§ 5º - A parceria agrícola que for firmada sem a autorização expressa da Fundação ITESP caracterizará irregularidade na exploração do lote, observando-se o procedimento descrito no artigo 27 deste decreto (ITESP, 2017, p.25-28).

Permitir que os filhos que não residem no lote tenham direito a sucessão caso os titulares não tenham agregados é importante para a permanência da terra sob os cuidados da família camponesa. A implantação deste decreto é recente, portanto, não há como avaliar os impactos por exemplo, da possibilidade dos agregados de formular um projeto junto com os titulares e receber financiamento para isso. Esta última questão é uma demanda muito antiga, os agregados que têm necessidade de obter apoio para os seus projetos já que muitas vezes desenvolvem atividades utilizando os “dados” de seus pais ou sogros.

No entanto, compreendemos que os principais beneficiários desta parceria agrícola serão os “camponeses-agregados em condição de trabalho assalariado” que compõe a família-tronco dentro de seus lotes, pois a escassez de terras ou o tamanho dos lotes não contemplam todos os filhos agregados quando há mais de um agregado no sítio, portanto a possibilidade de estabelecer parceria é limitada.

O Estado coloca as regras de não vender ou fragmentar a terra, enfatiza quantidade de salários mínimos que podem ser recebidos pelos filhos “herdeiros” e ainda a impossibilidade de ser um funcionário público, assim ele está garantindo que o sítio não se fragmente ou que volte ao poder de latifundiários, porém é preciso criar possibilidades para que a sucessão não se torne um grande problema.

É sabido que o filho que reside com os pais é aquele que permanece na terra com o direito de cultivá-la e que de todo modo somente as benfeitorias ou os bens como carros, motos, bois, equipamentos podem ser divididos entre os demais filhos de acordo com a lei.

Por isso, acreditamos que as estratégias de transmissão das famílias camponesas assentadas estão diretamente ligadas a esse filho ou filha porque eles são “forçados” a refletir sobre o “herdeiro” do lote, visto que, apenas um filho poderá tornar-se titular.

A solidariedade entre irmãos é o que garante aos demais filhos o direito de permanecer nas moradias construídas dentro do lote trabalhando na condição de camponês agregado assalariado mesmo quando apenas um irmão torna-se titular. Todavia, nos parece que essa situação torna-se um incômodo para o irmão agregado que procura meios para comprar as benfeitorias de outro lote (como evidenciamos no Nova Conquista) ou entra novamente na luta pela terra buscando conquistar seu próprio lote (como evidenciamos no Porto Maria) através da luta dos ex-agregados da Gleba.

Sr. Amarildo: Ah eu achei que a gente pegar um pedacinho de terra da gente mesmo é outra coisa ali era dele[irmão] e os filhos estavam crescendo e amanhã ou depois os filhos iriam participar aqui com ele e eu tenho que caçar um destino né aí foi onde eu sai...aí soube que tinha um acampamento ali embaixo e entrei no acampamento ali e fiquei até saiu essa terra aqui... (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponês do Porto Maria-SP)

Esse tempo em que os irmãos ou cunhados apoiam os agregados é fundamental para que estes consigam se organizar ou através da luta ou “juntar dinheiro” para adquirir as benfeitorias de seu próprio lote.

Não há uma busca pelo que se deixou no lote dos pais, pois os entrevistados consideram que tudo o que foi investido ali foi para a manutenção das famílias, já que muitas delas eram numerosas.

A partir do exposto verificando a relação intrínseca entre herança e sucessão só nos resta a reflexão de que apreender a nossa atenção somente na questão patrimonial do mesmo modo como alguns autores realizaram não nos possibilitará avançar de forma significativa no âmbito dos assentamentos rurais.

É importante pensar também em outro tipo de herança: a cultural, que é transmitida através da relação intergeracional e que compõe o conjunto de motivos pelos quais muitos camponeses agregados revelam não querer deixar o assentamento. A folia de reis do assentamento Nova Conquista que é celebrada por um grupo de camponeses assentados que preservam o costume herdado de seus pais de visitar moradias cantando e dançando, celebrando o nascimento de Jesus e a visita dos três reis magos é um exemplo de herança cultural que reúne diferentes gerações e que mantém a cultura caipira viva entre os camponeses.

Mais do que a herança propriamente dita, que de acordo com o código civil brasileiro, se inicia a partir da morte dos sujeitos cabe-nos a reflexão da sucessão, pensando a partir de titulares que estão presentes no lote, por isso pensar em sucessão e nas estratégias de manter o lote parece um caminho seguro a seguir. Ligada a herança e sucessão está a categoria gênero, pois compreendemos que mulheres e homens vivenciam de formas distintas estas questões no espaço rural.

4.4. A categoria gênero como elemento para a análise da reprodução socioterritorial

“O gênero condiciona a maneira como as pessoas experimentam o mundo, como interagem com os outros e quais oportunidades ou privilégios são oferecidos e negados” (GARCÍA, 2004, p.35).

A necessidade de estudar a categoria gênero vem do fato de que esta também se constitui como uma transversalidade de classe. A mulher enfrenta em diversas escalas a opressão frente a uma sociedade machista, patriarcal, quando criança tem em seu processo de socialização o espaço doméstico como área de trabalho por excelência o que repercute quando jovem e adulta no processo de sucessão dentro dos assentamentos rurais. Na idade adulta ela tem uma participação significativa na produção dos sítios o que é inversamente proporcional ao seu poder de decisão, quando jovem é “obrigada” por muitas vezes a migrar ou casar. Felizmente, nossas pesquisas indicam que há ventos de mudanças positivas em relação a essa triste realidade e que se apresenta através de uma nova geração de camponeses.

Inspirados pelo texto “A lata d’água mais pesada: mulheres do campo e a luta contra o golpe” de Mafort e Reis (2018) em que as autoras analisam os direitos conquistados pelas mulheres e o retrocesso em relação aos direitos que outrora conquistaram e que foram “perdidos” após o “golpe” de 2016, iniciaremos as reflexões acerca do conceito de gênero a partir de um rápido contexto sobre o que foi e o que é o movimento feminista e o feminismo em si, visto que na atual conjuntura política/econômica do país a compreensão do que busca essencialmente as mulheres feministas foi esvaziada/distorcida e até mesmo mal compreendida por determinados setores da sociedade. Deste modo, o primeiro ponto que colocamos aqui é que o feminismo não busca a “supremacia feminina” ou realizar com os homens um conjunto de opressões semelhantes ao que ocorre com as mulheres. A mulher feminista luta para que mulheres e homens tenham os mesmos direitos e iguais condições de acesso em diferentes esferas da sociedade como por exemplo, ao mercado de trabalho.

Dessa forma, Zirbel (2004), na obra intitulada “O processo de introdução do conceito de Gênero no Brasil”, afirma que foi em fins do século XIX e início do século XX que se deu a primeira manifestação de um movimento feminista de grandes proporções no mundo. A luta pelo sufrágio feminino e as campanhas organizadas em países da Europa e da América também tinha como objetivo realizar a mobilização da população e obter apoio dos parlamentares e dos partidos políticos.

O objetivo era uma sociedade democrática que tinha como preceitos o ideário de igualdade e liberdade, herança da Revolução Francesa. Acreditava-se que o voto era a prática

que auxiliaria na correção ou diminuição das injustiças sociais. Quem era a maioria das mulheres protagonistas no Feminismo Liberal?

Para Zirbel (2004) essas mulheres tinham como origem a burguesia, eram mulheres cultas que gozavam de tempo livre para dedicar-se à causa do sufrágio, pois a maioria delas pertencia a famílias de políticos/ricos. Partindo do Feminismo Liberal, que questionava a questão do voto, mas não adentrou as reflexões em relação ao mundo doméstico/familiar, verificamos um feminismo de cunho socialista que questionava a sociedade ocidental em sua totalidade. Essa forma de reflexão foi fundamental para a sujeição feminina passar de um fato “natural e irrevogável” para um fenômeno social. Em pauta estava a desvantagem da mulher no campo de trabalho e a moral sexual existente; discutia-se a liberdade de homens e mulheres na escolha de seus parceiros e no divórcio, ou seja, direitos e deveres. (ZIRBEL, 2004, p.07).

O retrocesso em algumas questões na experiência da Rússia (fechamento de centros infantis, afastamento de mulheres de postos de comando, etc.) culminaram no abandono do Feminismo Socialista por parte de algumas teóricas. Concomitantemente em que ocorria a discussão dos grupos da orientação socialista surge, nos Estados Unidos, um feminismo com características anarquistas cuja principal ativista é a operaria anarquista russa Emma Goldman.

As questões recorrentes além de girar em torno da opressão sofrida pelas mulheres no âmbito do trabalho, também se pautaram na religião, família e na guerra como fundamentais para a escravidão da mulher. O casamento significava para ela um “contrato de compra de mulheres” e de “legalização da prostituição” (ZIRBEL, 2004, p.08).

De acordo com Zirbel (2004) a partir da decepção com o socialismo nas décadas de 30 e 40 surge outro tipo de feminismo, cujo protagonismo teórico é de Simone de Beauvoir, o Feminismo Existencialista. Durante a década de 1940 é escrito o livro “Segundo Sexo” que é o de cunho feminista mais conhecido no mundo. Segundo Zirbel (2004):

Para a autora do livro, a questão humana básica não é ‘o que comer’, mas ‘o que ser’. Os seres humanos não teriam uma ‘essência’ mas se construiriam uns/umas em relação aos/as outros/as e, nessa condição, as mulheres teriam sido relegadas à situação de ‘segundo sexo’ (seriam ‘o outro’ em relação aos homens, que se auto definem e definem o lugar das mulheres) (ZIRBEL, 2004, p.08).

No contexto da década de 1960 onde surgiram muitos movimentos de contestação, as mulheres começam a realizar cada vez mais um estudo sistemático das manifestações de cultura e realizar o questionamento das raízes culturais da desigualdade entre sexos. No âmbito das construções de uma cultura predominante masculina estava a política, o sistema jurídico, a vida intelectual e artística, bem como a religião. Relacionar a sexualidade ao prazer, e não mais à

procriação, foi possível apenas com o surgimento da pílula anticoncepcional o que fomentou novas discussões (ZIRBEL, 2004, p.08).

Diante deste conceito de lutas e contestação de cunho social e político surge a Segunda onda do Movimento Feminista. Esse movimento não se preocupa apenas com as questões sociais e políticas como mencionadas anteriormente, ele também tem por objetivo realizar uma construção teórica e as formas de expressão deixam de ser apenas “grupos de conscientização, marchas e protestos públicos” e passa a ser também através dos “livros, jornais e revistas” (ZIRBEL, 2004, p. 09).

Este tipo de feminismo conhecido como Feminismo Radical é conhecido no âmbito das manifestações pela queima de “soutiens” em praça pública; iniciam-se as denúncias sobre os discursos que tem por objetivo “educar a mulher” por meio do uso das instituições de socialização como “a família, a religião, leis e costumes”. As feministas radicais propiciaram muitas ferramentas teóricas que trazem uma importante leitura de mundo, inspiradas ou sob influência de Simone de Beauvoir as questões que emergem são sobre a dicotomia mulheres/escravas X homens/opressores e o conceito de patriarcado que passa a ser visto como universal que se encontra presente em todos os sistemas políticos e econômicos.

O feminismo no Brasil, principalmente durante as duas décadas de ápice da Segunda Onda do Feminismo mundial de 1960 e 1970, encontrava-se em meio às dificuldades da ditadura militar. No entanto, nesse período ocorre a reorganização dos grupos feministas em todo o território nacional. De acordo com a autora apesar da censura devido ao sistema vigente as teóricas e militantes das organizações feministas entraram em contato com muitas obras publicadas tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. A academia, influenciada pelas novas ideias, dá início a uma discussão sobre a “condição” da mulher na sociedade brasileira. As primeiras monografias e teses objetivando reflexões acerca da mulher começam a ser construídas, dentre elas em 1962 o primeiro trabalho do tema realizado pela Professora Heleieth Iara Bongiovani Saffioti que investigava as operárias da indústria têxtil e professoras primárias.

No mesmo período das defesas de monografias e teses, as primeiras publicações de obras feministas também têm início, sendo que uma das primeiras publicações é o livro da Rose Marie Muraro “A mulher na construção do mundo futuro” de 1966. Antes de listarmos uma série de eventos e acontecimentos fundamentais para o feminismo no Brasil faz-se necessário ressaltar, assim como Zirbel (2004), que as especificidades sociais e econômicas do país fez com que algumas das reivindicações também fossem específicas em relação ao restante do mundo, exemplo disso é o fato de que, enquanto na Europa os movimentos lutavam por causas com uma expressiva conotação cultural, no Brasil, água, luz e esgoto estavam na pauta das

feministas. Seguiremos de tal modo, com as seguintes pontuações sobre os acontecimentos no cenário brasileiro até os anos de 1980:

- 1973 e 1974 – Na Universidade Federal da Bahia ministrou-se o curso monográfico Família e Relações entre os Sexos nas ciências humanas.
- 1974 – Criação de um seminário de estudos sobre a mulher na Fundação Carlos Chagas com publicação de artigos nos “Cadernos de Pesquisa”.
- 1975 – Semana de pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira, considerado o primeiro debate público sobre o feminismo no Brasil. Deste surgiu um documento com reivindicações (legislação do trabalho, código civil etc.) realizadas por cerca de cinquenta mulheres.
- 1975 – Criação da primeira organização feminista fruto das discussões da Semana da Pesquisa, o Centro da Mulher Brasileira (com sede no Rio de Janeiro) que se dedicou às reflexões sobre a condição das mulheres no país.
- 1975 – Os “Cadernos de Pesquisa” editam um número dedicado apenas à questão da mulher através de uma abordagem multidisciplinar.
- 1975 – Fundação Carlos Chagas elabora em setembro um programa de pesquisas sobre o trabalho e a educação da mulher e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) também enfatiza a questão.
- Final da década de 1970 – Criação da SOS – Mulher, grupos de mulheres que se dedicavam ao atendimento de outras vítimas da violência.
- Final de década de 1970 e início dos anos 80 – a pesquisa acadêmica sobre as questões das mulheres entra em fase de consolidação e expansão no qual se exige maior rigor teórico e metodológico.

De acordo com a autora muitas questões começaram a fomentar as discussões feministas tais como: “continuar se dedicando às lutas gerais ou específicas?”, “Identificar-se como um movimento feminista?” “Quem é o inimigo em potencial?” e “O que fazer com a sexualidade feminina” (ZIRBEL, 2004, p.25).

Assim, Zirbel (2004, p.26), ao observar a produção acadêmica sobre o período citado, revela que são notórias as grandes áreas temáticas de discussões em relação à mulher:

[...] o trabalho (marcadas principalmente por teorias feministas socialistas), a família (pensada sob o viés do patriarcado e das teorias marxistas como espaço de exploração), a maternidade (tendo as reflexões existencialistas de Beauvoir e Badinter como base) a educação, a sexualidade (num viés do feminismo liberal e dos discursos produzidos pelo feminismo lésbico) num primeiro momento, a saúde, a violência, políticas públicas (dentre outros) num segundo momento (ZIRBEL, 2004, p.26).

Esta introdução histórica propiciada por Zirbel (2004) é fundamental na medida em que começamos a compreender a construção das lutas e reivindicações fundamentais para a compreensão da História das Mulheres e da inserção nas discussões na Academia.

No que concerne à geografia feminista utilizaremos como apoio à análise o livro organizado pela professora Joseli Maria Silva, intitulado “Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades” de 2009. Esta obra traz uma pertinente revisão crítica da história da geografia feminista apontando caminhos para a reflexão do fazer científico na respectiva ciência.

As chamadas “geografias feministas” surgem para se contrapor a uma ciência geográfica hegemônica que é fruto de privilégios de sexo e de raça, com aspectos que dificultaram “a expressão das espacialidades dos grupos de mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante” (SILVA, 2008, p.26). A Geografia sustenta um conhecimento masculino onde:

As mulheres, para praticar a geografia, devem assumir as referências masculinas de ciência, uma vez que o lugar central da enunciação do discurso geográfico é, como visto, o homem branco, burguês e heterossexual, e esta posição permite a hegemonia de suas concepções sobre o gênero, a raça e a sexualidade (SILVA, 2009, p.29).

A autora destaca que, no âmbito internacional, os trabalhos de algumas geógrafas feministas se destacaram no que concerne ao importante desafio de contestar o discurso hegemônico geográfico, sendo elas: Susan Hanson, Janice Monk, Doreen Massey, Linda McDowell, Gillian Rose, Mona Domosh, Liz Bondi e Joanne Sharp.

Segundo Silva (2009), o movimento feminista influencia de forma modesta tanto os pressupostos teóricos quanto os metodológicos na geografia brasileira e, ainda hoje, é um discurso considerado marginal no campo da ciência geográfica do país.

De acordo com a autora os estudos feministas na década de 80 dentro da geografia também foi influenciado pelo marxismo e pela noção de patriarcado, o que relacionava as desigualdades de gênero as lutas de classe. O patriarcado é compreendido pelas geógrafas feministas como:

Um sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social, abrangendo desde os sistemas econômicos e sistemas jurídico – institucionais até os regimes cotidianos do exercício da sexualidade (SILVA, 2009, p.34).

Silva (2009, p.35), apoiando-se em outra teórica dos estudos geográficos feministas Sylvia Walby McDowell (1999), afirma que o patriarcado só se mantém nos dias atuais devido a seis campos de análise da exploração do homem sobre a mulher, sendo eles: o “trabalho doméstico; o trabalho remunerado; o Estado; a violência; a sexualidade; e as instituições culturais”.

Para Costa (2012, p.04) patriarcado é a organização sexual hierárquica da sociedade que é fundamental para o domínio político. Para a autora o patriarcado alimenta-se do “domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril)”. Neste sentido, as construções acerca desta organização demonstram que o domínio patriarcal se apresenta na sociedade de distintas maneiras, está tanto no cotidiano, no mundo privado ou doméstico, quanto na esfera pública e este pode ser garantido por meio das desigualdades entre homens e mulheres e nos privilégios garantidos aos homens ao longo da história.

Silva (2009, p.35) com base em McDowell (1999) reconhece o quanto foi importante as contribuições dos estudos feministas que utilizaram o conceito de patriarcado em seus trabalhos, mas realiza a crítica a essa abordagem revelando que esta “pecou pelo alto grau de generalidade, tendo em conta a universalidade das relações que se estabelecem entre homens e mulheres, desconsiderando contextos históricos e espaciais”.

Esta crítica também é revelada por Saffioti (2015, p.126) no livro “Gênero, patriarcado e violência”, no qual afirma que o motivo pelo qual o conceito de patriarcado foi aos poucos dando lugar ao de gênero é devido ao fato de que gênero é compreendido como um conceito mais vasto que patriarcado, na medida em que, neste as relações são hierarquizadas entre sujeitos socialmente desiguais e no gênero há também a compreensão de relações igualitárias. A autora verifica que “o patriarcado é um caso específico de relações de gênero”.

Assim, Silva (2009, p.36) reforça essa ideia afirmando que a opção pelo conceito de gênero deve-se ao fato de que este superava a noção de universalidade contida no patriarcado, na medida em que avança nas críticas relacionadas à utilização da categoria “mulher” que é associada aos aspectos biológicos dos corpos.

Saffioti (2015) afirma que, diferentemente do que pensam, o conceito de gênero não foi elaborado por uma mulher, e sim por Robert Stoller em 1968. O conceito não teve repercussão e volta para a pauta dos teóricos apenas em 1975 com o artigo de Gayle Rubin. Esta separou sexo de gênero e uma das grandes contribuições da autora foi deixar livre a utilização dos dois conceitos de forma simultânea.

Ainda de acordo com Saffioti (2015), o conceito de gênero se disseminou rapidamente pelo Brasil nos anos finais da década de 1980 com a cópia do artigo de Joan Scott que foi traduzido no Brasil em 1990. Neste artigo o gênero já é ressaltado como categoria analítica. Saffioti (2015, p.117) revela que uma das razões pelo qual foi utilizado o termo gênero foi “a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em ‘a anatomia é o destino’, assunto candente naquele momento histórico”.

Scott (1995), no artigo “Uma categoria útil de análise histórica”, revela que a aparição inicial do termo gênero entre as feministas americanas tinha por objetivo dar relevância ao caráter social das distinções baseadas no sexo. Neste contexto, mulheres e homens deveriam ser definidos de forma relacional e que nenhum dos dois sexos poderiam ser definidos isoladamente. Já Silva (2009, p.37) afirma que a dimensão relacional, “que a ideia de gênero expressa é a de que os seres humanos se fazem nas relações”, e assim a autora revela que, na análise de gênero, é possível “estabelecer um recorte social específico a partir de um grupo feminino e/ou masculino”. No que se refere à História, Scott contribuiu na medida em que propôs conceituar gênero como uma categoria fundamental na História no geral e não apenas para a história das mulheres.

Costa (2012, p.04) afirma que, quando se refere às relações de gênero, está falando de poder “na medida em que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantém a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal”.

De acordo com Silva (2009, p.36), na geografia o conceito de gênero incorpora as análises geográficas da produção capitalista e da reprodução social; as relações de gênero são mediadas pelas distintas escalas espaciais. Deste modo, a autora afirma que:

O enfoque feminista envolvendo a concepção de gênero enquanto construção social e papéis a serem desempenhados por homens e mulheres permitiu às análises geográficas evidenciar que as características das relações de gênero variam de acordo com diferentes espaços e escalas (SILVA, 2009, p.38).

Conforme García (2004), o primeiro estudo da geografia feminista no espaço rural data de 1986 quando publicado no “Journal of Rural Studies” da Inglaterra, correspondendo a uma publicação que, desde o início, compreendeu o Gênero como uma categoria de análise importante. Duas instituições foram fundamentais para fomentar este debate: o coletivo de geógrafas Women and Geography Study Group (WGSG) do Instituto Britânico de Geografia (IBG) e a revista anglo-americana *Antipode*; *A Journal of Radical Geography*.

Segundo Becher e Klanovicz (2016) as mulheres camponesas têm enfrentado uma cultura mais patriarcal do que no espaço urbano, pois o espaço que foi atribuído à mulher (espaço doméstico) ao longo de toda a história ocidental ainda persiste na sociedade atual, de modo mais evidente no cenário rural.

O trabalho é uma categoria igualmente importante para a mulher no espaço rural e a divisão sexual do trabalho comparece em distintas obras sobre o campesinato verificando o caráter de “auxílio” e de trabalho “leve” que é qualificado às atividades desempenhadas por mulheres. Neste sentido, Becher e Klanovicz (2016) destaca que:

O trabalho “leve” não significa trabalho agradável ou pouco exigente em termos de esforço físico, assim, a divisão sexual do trabalho não pode ser interpretada só e nem apenas definida em função de uma racionalidade biológica, pois em grande medida ela é definida culturalmente (BECHER e KLANOVICZ, 2016, p.03).

A categoria trabalho apresenta centralidade quando pensamos nas conquistas e nas lutas das mulheres camponesas, que se transformam durante a luta por igualdade envolvendo-se em todo o processo e interessando-se por compreender não apenas os programas, mas também as formas de plantio e comercialização. Passar por esse processo significa para muitas delas reconhecer-se como protagonista no espaço rural.

Os homens ainda são considerados os “responsáveis” pelo sustento da família e o trabalho feminino, na maioria das vezes desenvolvido na esfera privada, continua desvalorizado, excluídas da esfera pública, cabe a elas as atribuições de reprodução. As mulheres têm um papel fundamental na garantia da segurança alimentar de sua família ou comunidade, e esse trabalho oculto tem apresentado novos contornos ou maior visibilidade em alguns contextos devido à participação das agricultoras em políticas.

São as camponesas que participam menos que os camponeses nos eventos (reuniões, oficinas de trabalho etc.) cujo tema é a atividade econômica e participam mais de reuniões com tema social (saúde, educação), elas começam a partir das políticas públicas e ocupar também os espaços de discussões econômicas (“esfera produtiva”).

De acordo com Becher e Klanovicz (2016) em 1995 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Já em 2003 através do artigo 19 da lei nº10.696 é implementado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) coordenado em âmbito nacional pela Companhia Nacional de Abastecimento, a CONAB. De acordo com Leal (2017, p.16) o PAA é uma conquista dos movimentos sociais e tem como objetivo “estimular e fortalecer o campesinato através da aquisição da produção de alimentos dos mesmos e

distribuição gratuita para entidades como: associações comunitárias, asilos; albergues; (...) e a populações com risco de insegurança alimentar e nutricional”. Sobre a questão de gênero e o programa Leal (2017) afirma que:

Outra questão é que esse envolvimento dos camponeses no âmbito do PAA vinha proporcionando a visibilização do trabalho da mulher nos assentamentos e do protagonismo no que concerne à valorização do trabalho familiar, o que inclui os filhos e os companheiros que estão saindo em busca de trabalho fora do lote, e na reprodução social do campesinato. O que também vinha modificando relações entre sexos e recolocando novos elementos para o debate de gênero nos assentamentos e no Pontal do Paranapanema (LEAL, 2017, p.95).

Estes programas foram importantes, pois seus eixos de discussão abarcavam a perspectiva de gênero visibilizando o trabalho das agricultoras que se organizam em espaços geralmente próximos ao quintal para a produção de alimentos, posteriormente destinados a instituições da cidade como asilos e escolas, por exemplo.

Percebe-se que a criação desses novos programas gerou uma maior visibilidade das mulheres nas questões que envolvem não só a produção como também a participação em reuniões de organização, comercialização de produtos, o que favorece a geração de renda na unidade familiar e também a autonomia dessas mulheres rurais (BECHER e KLANOVICZ, 2016, p.16).

Não obstante, os autores afirmam que os avanços dos programas favoreceram, de forma fragmentada, as políticas públicas para as mulheres, mas essas políticas ainda não estão articuladas completamente com o conceito de gênero.

É importante destacar que o PAA vem sofrendo cortes significativos ao longo dos últimos anos, pois embora seja fundamental tanto para os camponeses que viabilizam a comercialização de sua produção quanto para a população em situação de insegurança alimentar que é beneficiária/consumidora dos produtos, o programa situa-se no contexto político/econômico brasileiro dominado por uma camada da sociedade que goza de altos privilégios e que no campo expressa-se economicamente por meio do agrohidronegócio e na política é representado pela bancada ruralista. Sobre o PAA, Mafort e Reis (2018) afirmam que:

O PAA chegou a ser acessado por 40 mil mulheres em 2012 e foi sendo esvaziado pela ausência de recursos do governo federal desde então, chegando à vergonhosa proposta de atender apenas 200 famílias em todo o Brasil no ano de 2017. Por não ter se convertido em uma política pública com orçamento obrigatório anual, o PAA fragilizou-se e foi um dos principais cortes que afetou o cotidiano de mais de 41 mil famílias que vinham acessando o programa anualmente (MAFORT; REIS, 2018, p.42).

Aproximando-nos das discussões de gênero em assentamentos rurais, especificamente na região do Pontal do Paranapanema, verificamos a tese de doutorado de María Franco García, de 2004, intitulada “A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema”. A hipótese principal desta é a de que o espaço/tempo do acampamento envolve relações de gênero diferenciadas do espaço/tempo assentamento.

A autora afirma que é fundamental para as relações de gênero a busca pela compreensão de como se dão as relações de poder numa determinada formação social, se a manifestação dessas relações se dá através da opressão (“exploração, discriminação, marginalização, violência”) ou através do privilégio (“o poder sobre os outros”). Sendo assim, a inserção da categoria gênero para a reflexão do processo de luta pela terra no Pontal significa, além de situar acampamentos e assentamentos, compreender os locais nos quais se “concentram e onde se excluem” as trabalhadoras durante o processo de luta e como vivenciam ou realizam a gestão dos espaços construídos nos assentamentos (GARCÍA, 2004, p.35).

Revelando uma aproximação das reflexões de García (2004) com o pensamento das autoras pioneiras na geografia feminista e/ou geografia do gênero verifica-se que acreditam que:

[...] homens e mulheres estão situados de modo diferente no mundo e a sua relação com os lugares onde desenvolvem as suas vidas (moram, trabalham e lutam) também é diferente. Tais diferenças são resultados do sistema de gênero contemporâneo, sistema de opressão – dominação que situa, na maior parte das vezes, a mulher em condição de submissão em diferentes espaços e tempos (GARCÍA, 2004, p.36).

García (2004, p.68) destaca que é importante lidar com as escalas do acampamento e do assentamento e o conflito tanto nacional quanto regional e global que os gera. No entanto, neles também existem outros lugares e outras escalas geográficas como: corpo, barraco, lote e todas essas escalas em justaposição são “apreensíveis na prática cotidiana”. Portanto, “materializa-se e reproduz-se a ideologia de gênero, mas também se modifica”.

A autora constatou a estrutura “generificada” do espaço enquanto produto da organização social, no qual a participação das mulheres na produção de espaço pode ser evidenciada através da eliminação das “limitações que as marginaliza ou as torna invisíveis, seja na participação do trabalho produtivo e reprodutivo, quanto nos processos de tomada de decisão e gestão da vida em sociedade” (GARCÍA, 2004, p.198).

Nos acampamentos tivemos a oportunidade de verificar como a exclusão social e o projeto político de ocupação e resistência unem na mesma luta acampados e acampadas. A organização do acampamento em barracos próximos uns dos outros

facilita a cooperação e a socialização da vida entre todos os seus membros. Não obstante, a coletivização das funções não implica a mudança dos valores sociais que reproduzem a assimetria de gênero, fazendo com que as mulheres fiquem presas a convencionalismos e moralismos dos quais os homens não são cobrados. Além, o discurso da equidade entre homens e mulheres é apropriado por acampadas e assentadas, mas continua-se acreditando que certas tarefas cabem “naturalmente” às mulheres porque elas levam mais “jeito” (GARCÍA, 2004, p.199).

Desta maneira, García (2004) constata que os avanços conseguidos em termos de uma equidade parcial entre acampados e acampadas perde o significado quando passam a assentados e assentadas. No espaço do assentamento com a propriedade privada e a família a participação feminina se torna “surpreendentemente restrita”.

No texto “A organização política de mulheres assentadas e quilombolas em São Paulo”, Adélia Oliveira Farias (fundadora e presidente da Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo - OMAQUESP) e Norder (2011) ressaltam a participação política das mulheres rurais na luta por direitos e melhorias nos espaços da reforma agrária e nos quilombos.

O censo agropecuário de 2006 revelou que 80% dos estabelecimentos rurais brasileiros são da agricultura familiar. Quase 14% destes, o correspondente a 600 mil unidades familiares, administradas por mulheres. A partir deste contexto Farias e Norder (2011) revelam que o número de mulheres rurais gestoras de seus lotes nos assentamentos só aumentou e que uma nova perspectiva para a agricultura estava em construção a partir do quintal. O trabalho feminino a partir do quintal é uma importante estratégia familiar de produção econômica e de reprodução social que, na maioria das vezes, não é contabilizado caracterizando-se como “apoio”.

As mulheres assentadas passaram a ser incluídas em todos os procedimentos administrativos apenas em 2003. Neste período, havia 24,1% das mulheres como titulares de seus lotes, passando para 55,8% em 2007. Sobre tal fato Mafort e Reis (2018, p.41) afirmam que:

Entre as principais conquistas que tivemos antes do golpe está o reconhecimento das mulheres camponesas enquanto público prioritário das ações governamentais no âmbito dos programas sociais. Desde 2003, tornou-se obrigatória a titularidade conjunta dos lotes de reforma agrária, ou seja, quando a família conquista a terra, a Concessão de Uso é em nome da mulher e do homem (e preferencialmente da mulher), independente do estado civil, assegurando o direito da mulher à terra em caso de divórcio, desde que ela detenha a guarda dos filhos. Tratou-se de um reconhecimento de que a mulher também é protagonista da produção familiar, propiciando ainda que ela comprove a atividade rural para fins de acesso aos benefícios previdenciários, como salário-maternidade e aposentadoria.

Durante a entrevista de um casal de titulares, que eram agregados de seus pais, do assentamento Nova Conquista evidenciamos no depoimento de Mário como ocorre a questão da titularidade no lote:

Pesquisadora: Como você identifica sua situação no assentamento você era agregado e agora você é titular?

Mário: Isso é com ela porque está tudo no nome dela [Marta-esposa], não ponha mais no nome do homem é tudo no nome da mulher, o lote, as vacas tudo a única coisa que tem no meu nome aqui é só o meu carro e meus filhos (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

As mulheres camponesas assentadas são diretamente “golpeadas” nas questões que envolvem a discussão sobre conceder o título de propriedade privada aos lotes dos assentamentos rurais o que vai na contramão do direito conquistado de tornar-se titular do sítio.

O estreito leque de conquistas também está em jogo diante da aprovação da Medida Provisória nº 759, convertida na Lei 13.465 de 11/07/2017, que busca conceder o título de propriedade privada da terra às famílias assentadas. Com o título definitivo (título de domínio) as famílias assentadas poderão colocar seus lotes como garantia em operações bancárias (que podem ser requeridas em caso de não pagamento da dívida), ou mesmo vender a terra, o que antes era proibido por lei. Pra se ter uma ideia do quanto isso atinge as mulheres, a recente aprovação da lei já está gerando manifestações por parte dos homens assentados que se separaram de suas companheiras e deixaram, por consciência ou força da lei, o lote para mulher e filhos, pois reivindicam que o lote seja então titulado e vendido, e que se divida em partes iguais o resultante de tal venda. O preocupante é que, com a ausência das políticas públicas destinadas à pequena agricultura por um lado, e por outro lado a inviabilidade de produção e reprodução social para a agricultura camponesa nos moldes do modelo do agronegócio, pode-se prever um processo ainda maior de reconcentração de terras e de renda sob controle da burguesia (MAFORT; REIS, 2018, p.43).

Esta questão evidenciada pelas autoras, nos interessa na medida em que passamos a compreender as consequências das ofensivas do capital para a camponesa assentada, mas também para os assentamentos de forma geral comprometendo a reprodução socioterritorial dos mesmos. Durante os trabalhos de campo nos assentamentos rurais em estudo, ao colocar a questão da titulação do lote para os camponeses e camponesas estes manifestaram a preocupação de que o assentamento nestas condições volte um dia a latifúndio devido às dificuldades que os camponeses têm hoje de se manter na terra e ao assédio de “agricultores com condições” que poderiam comprar os sítios concentrando no formato de uma fazenda novamente.

Retomando as questões das lideranças femininas que se destacaram na luta por melhores condições de vida nos assentamentos temos Nazaré de Montemor, que chegou a ser eleita à vereadora no município de Mirante do Paranapanema (ela participou de um grupo de mulheres

que enviou um vídeo ao então governador Mário Covas denunciando as condições precárias da escola São Bento). Alguns “Encontros de Mulheres” foram realizados para discutir as demandas sociais e econômicas dos assentamentos sendo eles:

- I Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo, realizado no ano de 1998 no município de Castilho com a participação de 164 assentadas e 30 técnicos do ITESP. O principal objetivo era realizar uma reflexão sobre o papel da mulher, tanto na organização de demandas comunitárias quanto no desenvolvimento da agricultura familiar.
- II Encontro Estadual de Mulheres Assentadas ocorre em 1999 em Rosana/SP com a participação de 245 mulheres, nele que as discussões se orientaram em torno do papel das mulheres nos assuntos relacionados ao cotidiano e no meio ambiente.
- III Encontro de Mulheres assentadas ocorre em 2000 no município de Promissão com a participação de 335 agricultoras e 73 técnicos do ITESP. O intuito era discutir a cidadania e o desenvolvimento da agricultura familiar.
- IV Encontro de Mulheres é realizado em 2001 em Araraquara e contou com 360 mulheres, das quais 12 quilombolas. As discussões giraram em torno de temas como: educação, previdência social e titularidade da terra. Neste e no V encontro em 2002 em Euclides da Cunha no qual participaram 400 mulheres, a OMAQUESP foi constituída formalmente. (FARIAS e NORDER, 2011, p.151-169).

Nestes primeiros encontros podemos evidenciar uma organização política das assentadas e quilombolas que construíram uma agenda de debates que propiciou o diálogo e a troca de conhecimentos numa “afirmação de atuação autônoma da mulher na esfera pública” (FARIAS e NORDER, 2011, p.170).

Para Mafort (2013), as ações políticas do Dia Internacional das Mulheres têm se apresentado como fundamental para as mulheres da Via Campesina compreenderem os sentidos da Reforma Agrária. Em março de 2006 cerca de duas mil mulheres que participavam do encontro internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) ocuparam o Horto Florestal da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul, o que se constitui num marco no enfrentamento às transnacionais.

De acordo com Mafort (2013, p.87) a partir desta ocupação as mulheres da Via Campesina “foram rompendo o silêncio dos monocultivos de eucalipto, dos canaviais, dos cultivos transgênicos, dos agrotóxicos, da indústria da seca, da extração mineral, do cercamento das águas e da paralisia da Reforma Agrária”.

Em 2009, na semana do 8 de março foi realizada a ocupação da área agrícola da Usina Cosan em Barra Bonita – SP onde seiscentas mulheres integrantes do MST e da Via Campesina acamparam na fazenda, mas três dias depois de realizarem atos e discussões, foram expulsas da área por uma liminar de reintegração de posse. Os motivos para ocupar tal empresa eram a “constatação de trabalho escravo, superexploração do trabalho, degradação ambiental etc.” (MAFORT, 2013, p.90).

No ano de 2013 na semana do 8 de março foi realizada a ocupação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) onde mil sem-terras oriundas do acampamento Hugo Chávez em Brasília desenvolveram a ação. Assim, podemos evidenciar a partir dos levantamentos realizados pela autora, que a partir de 2006, as mulheres camponesas têm se organizado para realizar ações significativas no âmbito da luta por terra e no enfrentamento ao modelo hegemônico do agronegócio no país.

As ações do 8 de março evidenciam um debate em ponto de ebulição no interior das Organizações que compõem a Via Campesina, principalmente nos Movimentos de composição mista de homens e mulheres. No entanto, a cada jornada de lutas as mulheres revelam um cotidiano marcado pela exploração de classe e também pelas marcas do patriarcado presente em toda a sociedade, inclusive no campo. [...] O debate sobre o desafio de construir novas relações de gênero e a necessária vinculação com o componente de classe contido no objetivo estratégico da Via Campesina e do MST levou essas Organizações ao encontro com o legado feminista (MAFORT, 2013, p.98-100)

A convivência durante o campo com uma jovem militante do MST de 18 anos assentada do Porto Maria nos apresentou novas questões como uma militância inspirada na militância da mãe, a preocupação com projetos sociais para o assentamento, necessidade de apresentar programas como o PRONERA para todos os jovens já que ela revela que antes de participar do movimento ela não conhecia este programa e finalmente, a juventude militante constrói uma visão diferente do território propondo projetos para o mesmo. Analisamos assim na fala da assentada, as questões apresentadas que se referem ao contexto das lutas do 8 de março:

Desde pequena eu era acostumada ir com a mãe em eventos como dia da mulher sempre o MST está bem envolvido nesses movimentos para qualquer tipo de causa social e minha mãe sempre foi bem ligada a D. Neusa que faz parte das mulheres que lutaram pela terra e tem essas organizações que falam ONGs né minha mãe sempre foi participativa eu nasci aqui no assentamento e fui acompanhando a luta e sempre tive bastante interesse em questões sociais na escola a gente começou com dia da mulher né aí acho que em 2017 em Março né mãe a gente foi para a Feira Nacional da Reforma Agrária e lá eu tive um contato com o movimento né vamos dizer assim maior lá nós trabalhamos em coletivos eu fiquei no estoque e eu fui conhecendo mais a luta conhecendo mais as pessoas que participam mesmo, foram 5 dias lá, e criei contatos com os amigos então...aí teve em Agosto o acampamento onde era para juntar os jovens e conversar sobre o MST e também tinha o Levante era um encontro

da juventude do MST e do Levante Popular da Juventude lá eu levei uma amiga minha para o encontro que era para a gente levar jovens para conhecer para poder entender um pouco mais da nossa parte da juventude no campo e na sociedade aí depois disso eu comecei a participar de atos que nem teve o movimento da MAB e a gente foi para o RJ e lá saímos a luta pela soberania da água que também envolve todas as outras causas sociais tudo bem ligado né...teve o movimento e a gente reuniu para poder levar bastante jovem daqui para conhecer o PRONERA, eu não conhecia o PRONERA até eu entrar no meio da militância que é um programa de direito de todos os jovens do campo é um projeto da reforma agrária e aí a gente foi aqui do nosso município 4 jovens, Euclides mais 1 e Teodoro foi bastante gente e nós seguimos de ônibus para prestar o vestibular onde a maioria que passou foram os nossos jovens porque teve uma preparação nossos coordenadores fizeram uma preparação com a gente de campo e de estudo e nós fomos atrás de ajuda para poder ir... (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponesa do Porto Maria-SP).

Medeiros (2008, p.10) revela que quando se trata de assentamentos rurais muitas vezes há uma ênfase nas características conflitivas da criação destes espaços e acaba invisibilizando alguns dos sujeitos que se engajaram na luta, como por exemplo, o caso das mulheres que ganham destaque apenas quando se tornam lideranças. Para Medeiros (2008) é muito importante verificar no tocante à luta, as questões de gênero em que em determinados momentos as mulheres vão à frente como símbolo de suas famílias e em outros momentos permanecem em casa e os homens vão à frente. A experiência do processo de luta tem significados diferentes para homens, mulheres e crianças de uma mesma família.

De acordo com Medeiros (2008, p.11) há rupturas e continuidades no que se refere à passagem do sujeito de acampado para assentado. Dentre as rupturas evidenciamos que, após a estabilização do assentamento, os laços de solidariedade construídos no momento da luta parecem encontrar dificuldades para continuar. Todavia, no que concerne às continuidades as autoras verificaram que, após as discussões e mobilizações propiciadas na luta pela terra culminaram na incorporação da “linguagem dos ‘direitos’ que parece se solidificar”. Isso significa que as assentadas têm agora consciência de seus direitos (médico, créditos, titulação da terra etc.).

A autora verifica que as relações de poder que antes encontravam-se “suspensas” retornam ou se refazem no cotidiano das famílias camponesas, mas também na política, na vida associativa e em relação à organização produtiva. As mulheres mais jovens com filhos pequenos (devido a naturalização do papel da mulher como a responsável pela criação dos filhos) têm maior dificuldade para assumir uma participação política dentro do assentamento (MEDEIROS, 2008, p.12).

Segundo Medeiros (2008, p.13) muitos estudos têm evidenciado uma organização das famílias assentadas em relação à divisão do trabalho que reproduz os traços típicos dos estudos clássicos sobre campesinato. Neste sentido, o homem é responsável pelo lote e apresenta-se

como “chefe de família”, ele é o responsável pela tomada de decisões, produção e comercialização, além de realizar os contatos com os técnicos, os bancos e as cooperativas. Ao desempenhar esses papéis o homem “acumula um capital específico de conhecimento e de relações que o habilita a permanecer com as mesmas atribuições e manter sua posição de poder”.

No entanto, gostaríamos de salientar que as pesquisas nos assentamentos rurais em estudo (Nova Conquista e Porto Maria) têm nos proporcionado a reflexão de que há mudanças no que se refere a compreensão da importância do trabalho da mulher e nos papéis desempenhados por ela. Tais mudanças são vislumbradas quando analisamos a questão intergeracional verificando que a estrutura mencionada por Medeiros (2008) é atualmente mais comum entre pais (titulares), que passa a ser questionada ou modificada pelos filhos (agregados) na constituição de uma nova família. Essa compreensão é construída a partir das pesquisas realizadas no Nova Conquista em 2015 onde acompanhamos a rotina por meio da metodologia “observação participante” de titulares do assentamento e já nesta pesquisa evidenciamos as mulheres que são gestoras de seus lotes (como mencionado também por Norder) quebrando assim, o entendimento da divisão sexual do trabalho mencionada pela bibliográfica clássica do campesinato no Brasil. No presente trabalho, o acompanhamento das famílias dos agregados nos proporcionou presenciar, por exemplo, a fala de agregados que incentivam suas filhas a tirar habilitação, porque seu pai não incentivou sua mãe e irmãs e ele compreende a necessidade na atualidade de que a mulher tenha habilitação para “fazer as coisas na cidade” e no assentamento.

Outra questão importante apontada pela autora refere-se à reflexão sobre gênero, as mudanças na lógica camponesa nos assentamentos e o próprio perfil dos assentados que passaram por muitas ondas de migrações e fez com que o assentado adquirisse experiência urbana (em atividades propiciadas pelo subemprego e precariedade). De tal modo, Medeiros (2008, p.14) afirma que essas experiências somadas à vivência nos acampamentos permitem a “relativização do significado dos valores tradicionais camponeses”, e também explica que estes já estavam em crise antes mesmo do assentamento porque no geral os modos de vida tradicionais passam por uma crise devido aos avanços das grandes economias como no caso do agronegócio.

Uma característica importante destacada pelos estudos da autora é a de que a participação da mulher na produção é maior do que seu poder de decisão. Sobre isso é revelado que:

Mas a palavra final muitas vezes é só dos homens. As autoras interpretam o uso do termo “ambos” como uma primeira sinalização de uma mudança no tradicional comportamento masculino, agora admitindo uma parceria, mas não como uma mudança efetiva de práticas sociais arraigadas (MEDEIROS, 2008, p.14).

Já no que diz respeito ao papel da educação, a autora verifica que a escola talvez contribua para o questionamento, cada vez maior, dos papéis exercidos pela mulher, as jovens, por exemplo, podem se recusar a assumir o papel de “dona de casa”, mas ela também não consegue encontrar espaço nas questões da comunidade.

Compreendemos que o processo de formação dos sujeitos se dá para além do âmbito da escola e que o acesso a equipamentos como televisão, DVD e internet também auxiliam nas discussões sobre os novos padrões de comportamento no campo. Assim, Medeiros (2008) afirma que o consumo interfere nos modos de vida bem mais do que a produção e que atualmente as mulheres são as que geralmente se mobilizam para a aquisição destes bens que, quando se trata de eletrodomésticos facilitam em muito as tarefas domésticas, como verificamos nas pesquisas de 2015 no assentamento Nova Conquista.

Visto que o agronegócio representa uma força do capital representativa, pois concentra a união de diferentes frentes já que engloba os proprietários de terras, mercado financeiro, bancos, grande mídia (etc.), ele traz mudanças estruturais no rural e altera as formas de luta dos movimentos sociais que têm de atuar no enfrentamento a uma força complexa e destrutiva. Ao buscar compreensão sobre o enfrentamento de modelos que permeiam o mundo rural contemporâneo, vislumbramos também a questão de gênero como uma transversalidade de classe, em que o capitalismo lucra e muito com a opressão das mulheres da classe trabalhadora em diferentes espaços.

As desigualdades de gênero começam nas famílias, são reforçadas nas escolas, religiões e meios de comunicação que cotidianamente alimentam o machismo através de propagandas que sujeitam a mulher a mero objeto de desejo e consumo. Uma das expressões desse padrão de gênero desigual é o próprio trabalho doméstico (cozinhar, limpar a casa, lavar roupa, cuidar das crianças e idosos, cultivar a horta, cuidar de pequenos animais, buscar água etc.). Também é tido como trabalho invisível, geralmente realizado pelas mulheres e não considerado como trabalho produtivo, porque não está diretamente vinculado à produção de mercadorias, mas sim à subsistência e manutenção da família e, portanto, da força de trabalho disponível para o capital. Logo, o sistema capitalista lucra com a opressão das mulheres (MAFORT, 2013, p.99).

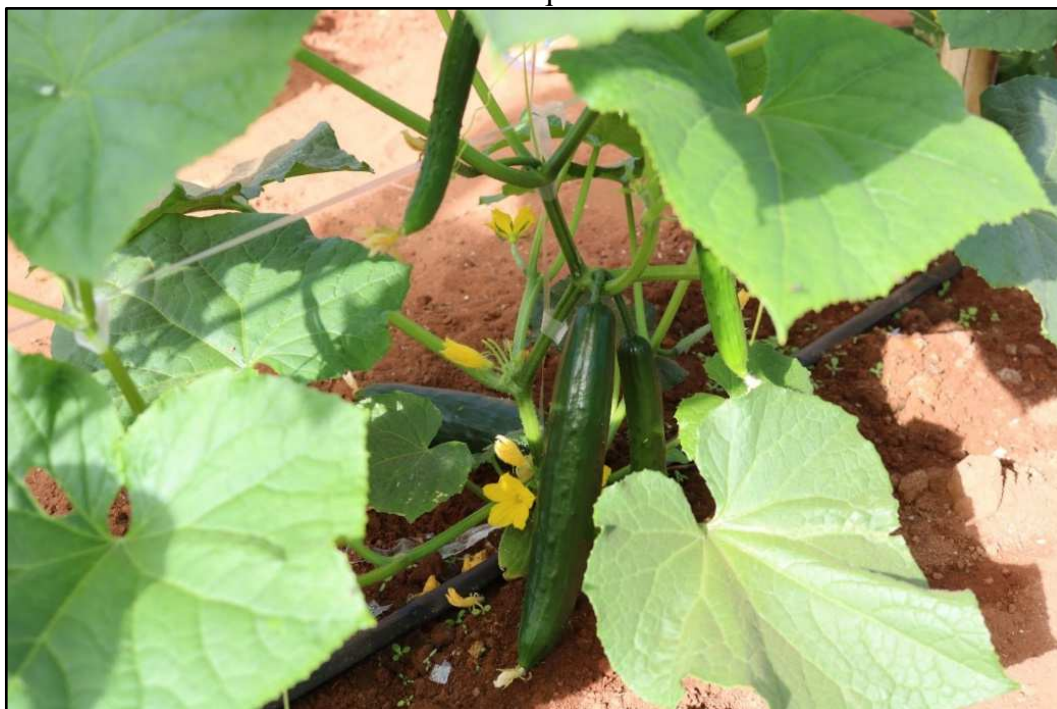
Neste sentido quando analisamos os assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema buscamos na compreensão das alterações (mesmo que pequenas) da divisão sexual do trabalho dentro dos lotes pistas dos enfrentamentos e resistências das jovens

trabalhadoras camponesas que forjam no cotidiano práticas para alcançar suas liberdades tanto em escala de corpo quanto em escalas mais amplas quanto a econômica.

Nos assentamentos encontramos mulheres como Andressa, agregada no Nova Conquista, que relata uma rotina em que cuida do trabalho da casa, do lote e ainda se dedica ao artesanato e ao trabalho como manicure na cidade. No mesmo assentamento evidenciamos Maria, agregada no lote da sogra, que trabalha na seringueira (fazenda) e nas atividades produtivas do lote, mas que divide com o marido as atividades de reprodução da família como os cuidados com a casa e com as filhas. Uma das filhas de Maria, por sua vez é encorajada pelo pai a auxiliar nas atividades produtivas do lote, inclusive na tarefa de ordenhar os bovinos.

Com o apoio ou não de seus companheiros as mulheres assentadas seguem encorajadas por sua trajetória de luta pela terra e na terra em busca de novos caminhos para a comercialização da produção dos lotes, inclusive no assentamento Nova Conquista a produção em estufa (importante fonte de renda) é de responsabilidade, na maioria dos casos evidenciados, das mulheres da primeira e segunda geração da família.

Figura 14 - Produção de pepino nas estufas de propriedade da camponesa titular de lote no Nova Conquista-SP.



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2019.

Na estufa acima trabalham mãe e filha dentro do lote, que são também responsáveis pela comercialização dos produtos, que frente a um cenário de retrocessos como os relatados por Mafort e Reis (2018), enxergam ainda na figura do atravessador a alternativa possível de vender

a produção. Permanecer produzindo em meio a um contexto de corte de verbas em políticas públicas essenciais para o campo também é uma forma de resistência e de enfrentamento a um sistema que expropria, que gera desistências, que subordina de forma especial o trabalho da mulher. Portanto, o gênero comparece como uma transversalidade importante no âmbito da classe trabalhadora que se encontra no campo, especificamente, em assentamentos rurais.

Os movimentos sociais já se organizam em coletivos para discutir a questão de gênero no campo, sobre o MST, Mafort (2013) revela que:

No caso do MST, desde a criação do Movimento Sem-Terra em 1984, existe a discussão sobre como envolver os diferentes sujeitos da luta no processo organizativo: homens, mulheres, jovens, idosos, crianças. Durante esse debate, a participação das mulheres se colocou como desafio para o MST. A organização de coletivos específicos de mulheres e a discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero foi ao longo do tempo envolvendo o conjunto do Movimento, e foram na verdade as condições para o debate de gênero (MAFORT, 2013, p.99).

No entanto, verifica-se a necessidade de ampliar o debate para toda a sociedade abrangendo outras esferas como sindicatos rurais, associações, cooperativas (etc.) para que sejam elaboradas por parte das trabalhadoras formas diferenciadas de luta já que o capital todos os dias em diferentes contextos e dimensões, que não apenas a econômica, está se reinventando nas práticas contra a classe trabalhadora. Estas práticas expressam-se territorialmente e por isso a necessidade de discutirmos no tópico seguinte o que estamos compreendendo como território e as relações de poder que permeiam sua composição.

4.5. O território e o poder

O conceito de território é caro para a ciência geográfica e realizaremos reflexões apoiados em alguns autores (dentre muitos) que tratam dele. Para iniciar essa discussão, compreendemos, assim como Raffestin (1993), em “Por uma geografia do poder”, que o espaço é anterior ao território, o ator sintagmático (que realiza um programa) é quem conduz a ação que tem por resultado a formação do território a partir do espaço. Deste modo, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Sendo assim, o autor apoiado em Lefebvre destaca que o território é um espaço onde se projetou um trabalho (seja energia e informação) e que “por consequência, revela relações marcadas pelo poder” e nesse sentido conclui que “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Raffestin (1993) enfatiza que embora o território se

apoie no espaço, ele não é o espaço, é uma produção a partir dele e que a produção envolve muitas relações por isso está circunscrita num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Acreditamos, assim como Raffestin (1993, p.144), que produzir uma representação do espaço já é uma apropriação e que “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações”. A cartografia é um exemplo de representação que se tornou um instrumento de poder.

Para compreendermos como se dão as relações de poder devemos buscar o entendimento dos diferentes elementos do sistema territorial. A partir das representações os atores vão iniciar a implantação de nós, a repartição das superfícies e a construção de redes, ou seja, tessitura, nó e rede são fundamentais na “produção territorial” em que há uma necessidade de organizar o campo operatório da ação dos atores. Sobre a importância dos elementos que compõem o sistema territorial, Raffestin (1993) afirma que:

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. Quer sejam formados a partir do princípio da propriedade privada ou coletiva, nós os encontramos em todas as práticas espaciais (RAFFESTIN, 1993, p.151).

O autor revela que diversos atores sintagmáticos desde o Estado, empresas até o indivíduo produzem território, pois o Estado tem o compromisso de organizar o território nacional, as organizações econômicas realizam seus recortes de acordo com seus interesses e até o indivíduo produz território (numa escala obviamente distinta) quando constrói uma casa ou arruma uma moradia já existente. Raffestin (1993, p.153) afirma que todos somos responsáveis por “elaborar estratégias de produção que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder”.

De acordo com Raffestin (1993, p.153) a noção de limite é também fundamental para a compreensão do território, pois a ação de um grupo em dada porção do espaço gera uma delimitação, como a ação na concepção do autor é sempre orientada por um objetivo este também é uma forma de delimitação, visto que há outros objetivos possíveis. Deste modo, “delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa”.

Sobre as tessituras o autor propunha que esta representa a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade destes, sendo que a escala de cada tessitura é diretamente determinante

na escala do poder. Assim, quando pensamos em permanência verificamos que as tessituras criadas pelo Estado, ou seja, de origem política em geral tem uma permanência maior do que as de origem econômica, os limites políticos e administrativos são mais estáveis que os das organizações capitalistas.

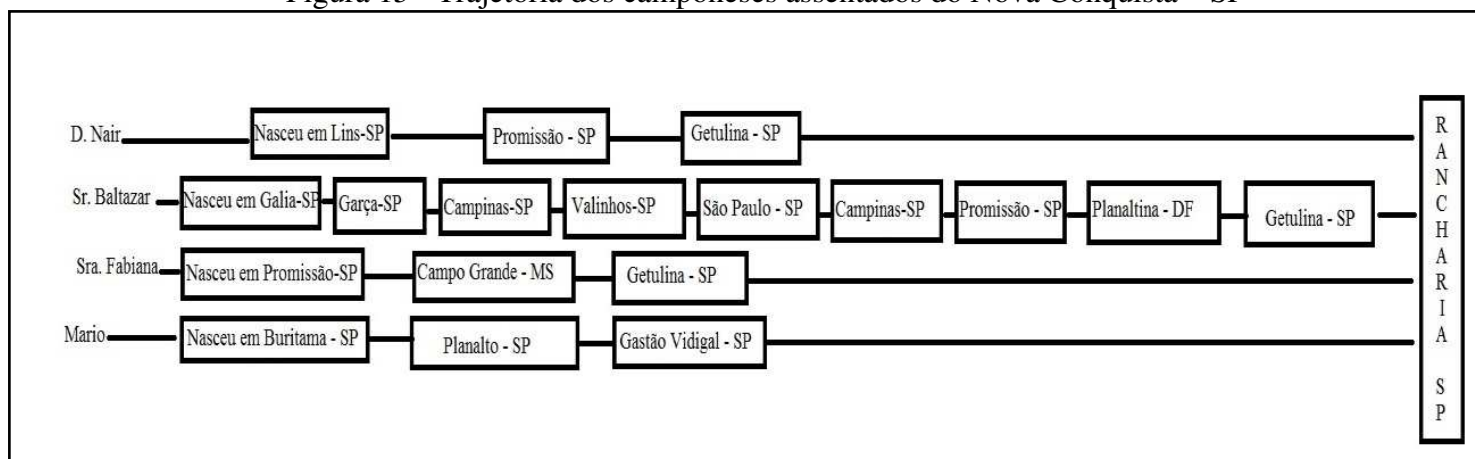
Sobre o ponto, Raffestin (1993, p.156) afirma que todo ator não apenas se vê como também se representa como um centro, os pontos representam não apenas o ego individual ou coletivo, mas também são locais de poder, locais de referência em que sua posição é determinada de uma forma absoluta ou relativa. Com o poder como característica central tem-se que os pontos se definem melhor de modo relativo do que absoluto. Sendo assim, “os pontos simbolizam a posição dos atores”, para compreender onde localiza-se o outro que pode nos ajudar ou prejudicar, que detém ou não recursos etc.

Ainda no que concerne aos elementos que compõem o sistema territorial temos a criação de redes por esses atores, as redes que são sistemas de linhas podem ser abstratas ou concretas, visíveis ou invisíveis. No que se refere às redes concretas nós temos como exemplo as rodoviárias, ferroviárias ou as de navegação, que a partir de suas infraestruturas “partem e/ou ligam sempre pontos precisos específicos”. As redes abstratas são compostas por exemplo por redes de rádio ou de televisão. Deste modo, para o autor “toda rede revela, da mesma forma que as tessituras e a implantação dos pontos, um certo domínio do quadro espaço-temporal, na realidade” (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Para Saquet (2009, p.82) são necessários pelo menos três processos para diferenciar território do espaço. No cerne desta diferenciação verificamos numa compreensão multidimensional as relações de poder que constituem campos de força (econômicos, culturais e políticos) (i) materiais, com uma quantidade indeterminada de combinações, verificamos o TDR, que é o processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização e a construção que é histórica e relacional das identidades.

Os sujeitos se territorializam, desterritorializam e reterritorializam por diversas vezes até a chegada ao seu destino, evidenciamos no assentamento Nova Conquista algumas trajetórias até a chegada ao lote, assim é por meio do TDR que evidenciamos múltiplas trajetórias e a prática de migrar dos camponeses.

Figura 15 - Trajetória dos camponeses assentados do Nova Conquista – SP



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2016.

Os camponeses assentados representados na figura 15 estiveram em diversos municípios por vezes no campo, por vezes na cidade, em que muitos deles mesmo residindo na área urbana nunca perderam o sonho de retornar à condição de camponês. A trajetória de Mário não passa por Getulina-SP onde ocorreu o primeiro acampamento do MST devido ao fato de que ele se mudou para o assentamento primeiramente na condição de agregado de seu pai (não passou por parte da luta pela terra) e com o falecimento dos pais tornou-se titular com sua esposa. Ainda sobre trajetórias, mas também sobre plasticidade do trabalho evidenciamos o depoimento do camponês do assentamento Porto Maria-SP:

Pesquisadora: Onde o senhor nasceu?

Altair: Barra de São Francisco no Espírito Santo.

Pesquisadora: Quando o senhor ficou sabendo da luta pela terra aqui?

Altair: Aqui bom em 1985 eu comecei a acampar no primeiro acampamento, casei e sai, entrei no acampamento que foi esse assentamento da Gleba XV casei sai e vi que não dava certo para mim...ai voltei fui trabalhar em sítio, em fazenda, mexer com gado de novo e depois fui para Terra Rica fui trabalhar na granja, depois fui para São Paulo trabalhar de caseiro e depois mexer com plantio de legumes e depois trabalhei um tanto de guarda em prédio, falar para você trabalhei de noite fichado das meia noite até as 6 da manhã e tocava lavoura de legumes durante o dia, aí eu fiquei sabendo do acampamento que teve aqui no Nova Pontal em 1980 ai acampeei e fiquei um pouco acampado vim embora para Gleba fiquei um tempo na gleba morei um tempo em Rosana mas assim a mulher ficava na cidade e eu no acampamento ai depois saiu o acampamento que eu fiquei por 10 anos e pouco esse aqui do Porto Maria... o acampamento durou mais quando eu entrei já tinha uns 2 anos de acampamento...(Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponês do Porto Maria-SP).

A partir da trajetória do Altair temos as características do sujeito que territorializa, desterritorializa e reterritorializa e que mesmo na cidade mantém atividades ligadas a agricultura como no caso da horta que o camponês conciliava com o trabalho de porteiro dentro de uma das maiores metrópoles do país. Conciliar trabalhos distintos para a sobrevivência numa

jornada de trabalho exaustiva é algo que permeia a vida dos camponeses agregados e que fez parte da trajetória dos titulares no longo período de perambulações.

Retomando a questão teórica sobre o território, temos que apesar de compreender a necessidade da diferenciação, Saquet (2009) afirma que é importante entender que espaço e território não estão separados, pois um está no outro, sendo o espaço de singular importância para a produção e apropriação do território. Sobre a territorialização verificamos que:

A territorialização constitui e é substantivada nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades (SAQUET, 2009, p.83).

Saquet (2009) afirma a centralidade do ser humano na formação de cada território, seja nas relações afetivas, simbólicas, de influência, identidades, conflitos etc. Em nossas vidas cotidianas, tanto no que concerne ao biológico quanto ao social, está evidente a multidimensionalidade, pois as relações políticas, econômicas e culturais são estabelecidas diariamente.

No TDR há elementos e movimentos que estão sempre presentes como: os atores sociais, redes e escalas; formas de apropriação, tanto simbólicas quanto materiais; as técnicas e as tecnologias; relações de poder e trabalho; os objetivos de cada atividade social; natureza interior do homem; continuidades e descontinuidades territoriais; heterogeneidade e os traços comuns; processos TDR concomitantes e complementares. O autor reconhece o enfoque reticular, mas também evidencia a importância da perspectiva areal, combinações como nas formas “área-rede, rede-rede e rede-lugar (território – rede – lugar)” (SAQUET, 2009, p.90).

Fernandes (2009, p.198), no trabalho “Sobre a tipologia de territórios”, dá início as suas reflexões reforçando a importância do conceito que para ele é uma das categorias de estudo da geografia que recentemente tomou notoriedade e passou a ser usado por diversos pesquisadores que utilizavam o referido conceito de acordo com suas intencionalidades. Em grande parte dos trabalhos o território é utilizado apenas como “superfície, base ou palco das relações sociais”.

A contribuição de Fernandes (2009) é propor uma tipologia dos territórios numa busca pela compreensão não apenas da produção territorial a partir das relações sociais, mas também a partir das diferentes classes sociais. O autor argumenta que o conceito de território não se tornou reconhecido apenas entre os diversos autores acadêmicos, mas também se transformou

em conceito central de diversas políticas públicas e privadas desenvolvidas na área rural ou urbana.

Segundo Fernandes (2009, p.203) para discutir território precisamos compreender totalidade (o território é um todo), intencionalidade (“opção histórica que as pessoas fazem que determina a direção de seus pensamentos”), conflitualidade (“processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações de classes sociais, espaços, territórios etc.”), e a pluriescalaridade. O autor então sai de uma discussão que busca a reflexão sobre o conceito de território para a compreensão de quais territórios?

De acordo com Souza (2009, p.60) o que define o território é em primeiro lugar o “poder”, por isso a dimensão política é fortemente considerada. No entanto, isso não quer dizer que a dimensão cultural (simbolismo, significados, identidades) e a dimensão econômica (trabalho, produção, circulação) não sejam importantes ou não estejam contemplados quando lidamos com o referido conceito. De acordo com o autor, as razões ou motivações para tanto conquistar quanto defender um território podem ser primordialmente ou fortemente de origem cultural ou econômica.

Sobre o questionamento da materialidade ou imaterialidade do território o autor afirma que é importante não confundir território com o substrato espacial material, não tomar ambos como sinônimo, pois ao fazê-lo corre o risco de “coisificar” o território:

[...] fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas mudem (SOUZA, 2009, p.61).

No entanto, o autor não deixa dúvidas em seu texto de que o aspecto material do território deve ser considerado. Ele também afirma que muitos estudiosos do conceito de território trabalham com a obra de Friedrich Ratzel como se ele já formulasse um conceito de território quando na verdade ele faz muitas alusões ao solo e quando utiliza território não o faz de modo a “emancipar” a categoria devido a “restrições de seu contexto histórico e de sua situação político – ideológica” (SOUZA, 2009, p.64).

Segundo Souza (2009, p.66), “poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais) e o território é a expressão espacial disso”. Sobre o poder o autor afirma que também é alvo de confusões ou mal-entendidos, pois este é reduzido a algo mau, ruim, por isso é sempre alvo de rejeição, “o poder implica, evidentemente, a capacidade de estabelecer normas

e de fazê-las cumprir, sob pena de sanções morais ou materiais”, mas ele não precisa ser exercido apenas por uma instância que separe estruturalmente dominantes e dominados. Um grupo, por exemplo, pode ter autonomia e autogerir-se, ou seja, “dar a si próprio a lei” por um tempo indeterminado ou por curtos períodos.

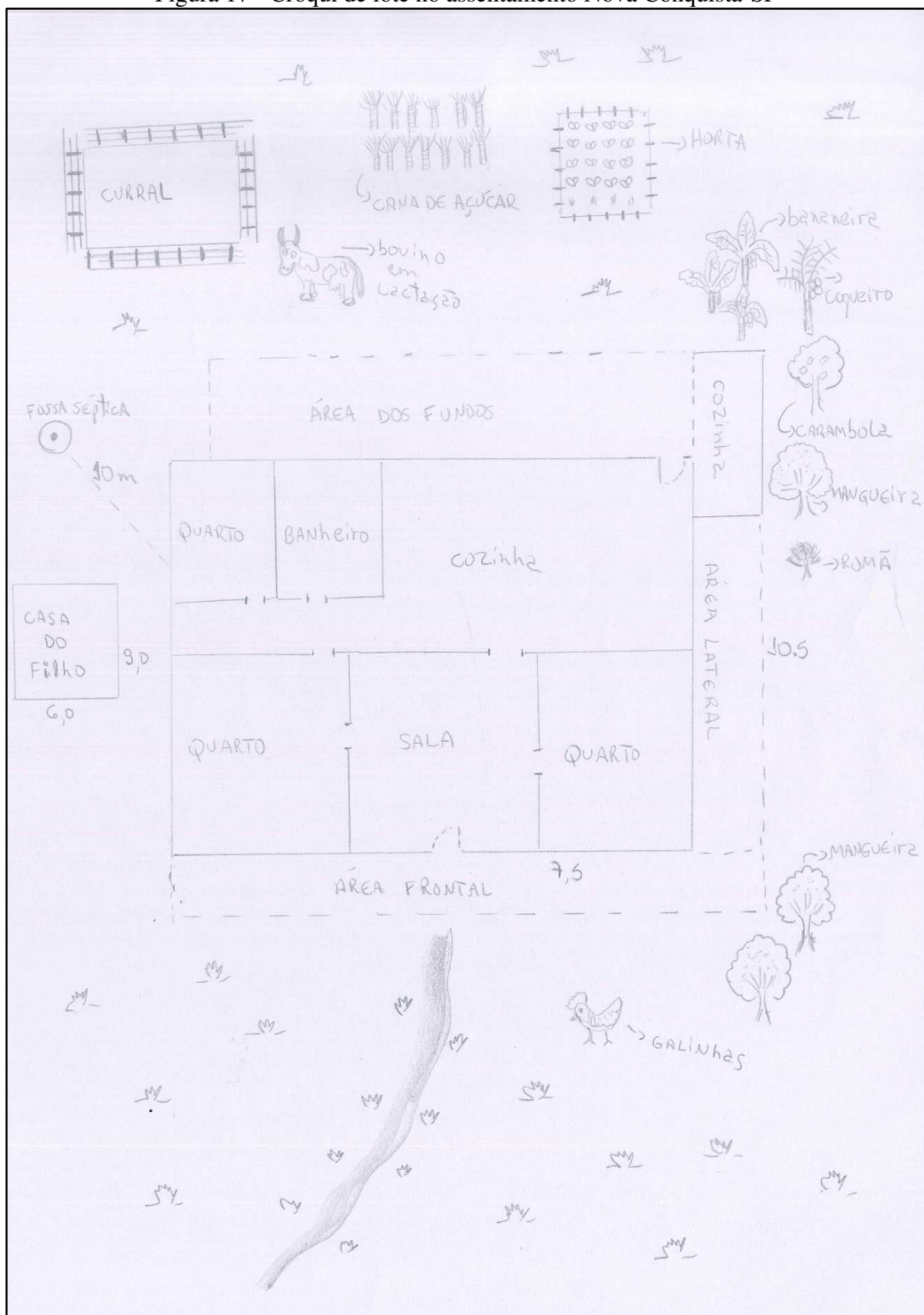
Durante as visitas aos assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema encontramos lotes (como o representado na figura 16) do assentamento Guarani (Dom Tomas Balduino) localizado no município de Sandovalina-SP. O croqui registrado através do diário de campo representa por meio de desenhos parte do trabalho empreendido pelos camponeses assentados num espaço que era na época de latifúndio apenas pastagem e que se transforma em uma parcela do território sob domínio do campesinato. Território de vida, onde há uma moradia construída para atender as necessidades da família e também terra de trabalho evidenciada em espaços como a horta, o curral (etc.), um território que guarda os elementos construídos no passado vislumbrado no antigo barracão do bicho da seda e no poço cacimba e que ao mesmo tempo indica futuro, evidenciado na terra tombada que é preparada para um novo plantio.

Verificamos a partir do croqui elementos voltados para autoconsumo como os bichos de terreiro (galinhas etc.) árvores frutíferas e horta, enquanto parte significativa do lote é destinada a criação de bovinos em lactação. As transformações realizadas através do trabalho camponês no território são evidenciadas também no espaço de lazer/socialização do sítio representado pelos bancos de madeira e mesa embaixo das árvores.

Cada elemento é resultado de uma determinada luta para conseguir recursos para a implantação, sendo que a maioria destes resultam de autoconstrução realizando apenas gastos com os materiais.

O lote representado na figura 17 é do assentamento Nova Conquista e neste podemos verificar a atividade econômica predominante na região que é a criação de bovinos em lactação, os elementos que indicam produção para autoconsumo se repetem em grande parte dos lotes da região. Todavia, a presença de uma moradia separada da casa do titular construída pelo filho não é uma característica de muitos assentamentos como é o caso do assentamento Porto Maria que não apresenta muitas casas construídas em separado (sobre esta questão aprofundaremos em outro momento do texto), já no Nova Conquista a segunda residência do sítio é comum sendo que em alguns lotes há até três residências dependendo do número de agregados.

Figura 17 - Croqui de lote no assentamento Nova Conquista-SP



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2016.

Todo trabalho de titulares e grande parte da jornada dos agregados, assim como os recursos obtidos através destas atividades são destinadas ao lote, seja na melhoria da infraestrutura produtiva ou nos espaços de lazer dentro dele, em que cada elemento dependendo da estrutura familiar, torna-se objeto de discussão/diálogo pelas diferentes gerações de camponeses e até por técnicos do INCRA ou do ITESP quando solicitados.

Quando se evidencia registros escritos ou fotográficos dos latifúndios que antecederam assentamentos rurais verifica-se estruturas voltadas para monocultura ou criação de bovinos de corte com pouquíssimas moradias, por vezes apenas a sede da fazenda e a moradia de funcionários. Essa estrutura dos latifúndios da região sofreu alterações com a intensificação do agronegócio e alguns deles como o evidenciado nos arredores do assentamento Nova Conquista contém até uma agroindústria de grande influência nos municípios vizinhos e para os agregados do assentamento que são empregados nesta empresa.

O croqui de um latifúndio difere fortemente do croqui de um sítio revelando intencionalidades distintas, o primeiro representando o capital, o lucro e o segundo um território de vida, de realização, o primeiro a monocultura e um modelo agroexportador, o segundo a agricultura familiar, o alimento cotidiano. A luta na terra é diária para os camponeses, pois a possibilidade de renunciar a ela é também a perda de um modo de vida repleto de significados, por isso os sujeitos travam nas lutas do dia a dia suas permanências e reprodução.

Sobre o trabalhador que dedica-se aos enfrentamentos deste território verificamos que este mudou e nessa metamorfose é preciso considerar fatores que até então não eram tratados como elementos estruturais da produção camponesa como, por exemplo, a jornada de trabalho desenvolvida em espaços distintos num mesmo dia em longos períodos, dez, vinte anos como estratégia para a manutenção do sítio e a sobrevivência do grupo familiar, a questão de gênero que levam em consideração não apenas a jornada de trabalho da mulher, mas também seus desafios num protagonismo no processo de reprodução socioterritorial.

Assim, acreditamos que para enfrentar as ofensivas do capital que se transforma constantemente devemos compreender a classe trabalhadora como uma composição de operários e camponeses e outras tantas composições como a que se apresenta neste trabalho (“camponeses agregados em condição de trabalho assalariado”), é necessário compreender também que aos elementos estruturais da produção camponesa devemos incorporar o entendimento de outros elementos, ora invisibilizados, ora pouco expressivos em determinadas épocas e contextos. Por isso a necessidade de sistematizar o conhecimento construído até o presente momento em elementos para a reflexão da reprodução socioterritorial.

5. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A REFLEXÃO SOBRE REPRODUÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO CAMPE SINATO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA.

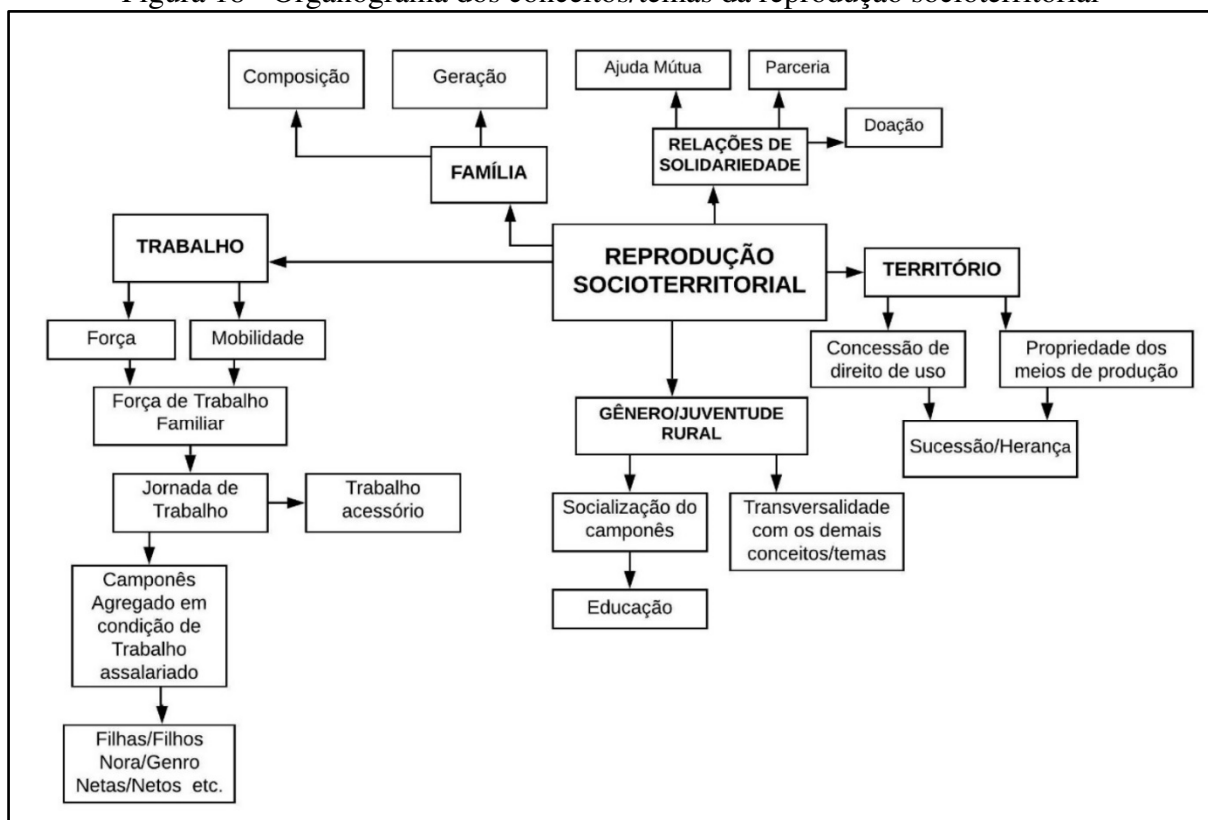
No início do trabalho havia uma hipótese de que para trabalhar com reprodução socioterritorial nos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema deveríamos desenvolver as metodologias qualitativas que auxiliariam na compreensão de uma análise baseada nos seguintes conceitos: família, território, trabalho, geração, gênero e juventude rural. Estes conceitos não foram escolhidos aleatoriamente, sendo uma escolha consciente fruto de 10 anos de pesquisa sobre assentamentos rurais dentro da região mencionada. Foram muitos trabalhos de campo, portanto, são fruto de uma trajetória. Esta fração do trabalho busca apresentar a afirmação de que os estudos sobre reprodução socioterritorial nos assentamentos do Pontal, portanto, as reflexões sobre o futuro destes territórios devem passar pela análise dos elementos que serão apresentados.

Apresenta-se a necessidade de discutir os conceitos mencionados anteriormente incorporando e apresentando as construções teóricas de Tavares dos Santos no livro “Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital” e discutido também por Oliveira (1984), que versa sobre os elementos estruturais da produção camponesa. É necessário destacar que Tavares dos Santos tem como base teórica Alexander V. Chayanov para tratar da organização da unidade econômica camponesa.

Tavares dos Santos (1986) tem na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul, o núcleo colonial camponês chamado São Pedro (bairro rural), a oportunidade de realizar um estudo de caso que possibilitou as reflexões do “Colonos do Vinho”. Portanto, durante este trabalho tentaremos discutir os elementos apresentados na obra do autor trazendo as reflexões necessárias para a compreensão destes no contexto dos assentamentos rurais da região, especialmente o Porto Maria e o Nova Conquista, introduzindo questões que devem ser incorporadas aos estudos sobre a temática deste texto.

Desta maneira, Tavares dos Santos (1984) nos apresenta como elementos estruturais da produção camponesa: força de trabalho familiar, ajuda mútua, trabalho acessório, força de trabalho assalariada, socialização do camponês, propriedade dos meios de produção, jornada de trabalho e a reprodução simples da produção camponesa. Todos estes elementos serão discutidos dentro de conceitos/temas mais amplos (representados no esquema teórico na figura 18) como: família: composição e geração, território, trabalho: força e mobilidade, relações de solidariedade e relações de gênero e juventude.

Figura 18 - Organograma dos conceitos/temas da reprodução socioterritorial



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2019.

Através do esquema na figura 18 podemos realizar uma reflexão sobre as interações entre os sujeitos que compõem a família, que são permeados por questões como geração e gênero e ainda nas relações entre famílias (relações de solidariedade), que permitem a continuidade do grupo que estabelece através do trabalho em suas múltiplas formas e mobilidade, as condições de compreender as relações de poder que permeiam um território específico que irá se manter ou não sob administração da família através da sucessão/herança.

Vislumbramos o mapa 4 que será base para as reflexões deste tópico do trabalho, produzido através da metodologia cartografia social no assentamento Nova Conquista este serviu de instrumento para que chegássemos as formulações sobre os elementos da reprodução socioterritorial. Os “bonecos” indicam os agregados, na cor azul os camponeses representaram os homens e na cor rosa as mulheres, os bonecos da cor laranja são netos. As casas na cor vermelha são construções realizadas pelos camponeses agregados para residir em separado dos titulares. Outros elementos apresentados no mapa iremos trabalhar de acordo com a necessidade nas reflexões a seguir.

Família: composição e geração

A reflexão sobre a família camponesa assentada é fundamental para tratar de reprodução socioterritorial e os estudos mostraram, assim como esta pesquisa, que a composição desta também está relacionada com a região onde ela reside, portanto, podemos compreender uma relação direta com a localização geográfica. Para exemplificar tal afirmação observa-se que em muitos assentamentos localizados em municípios que oferecem poucas possibilidades de emprego temos famílias camponesas com uma composição de tamanho menor, geralmente com os titulares e os filhos que ainda não completaram a idade para migrar, o assentamento Porto Maria nos mostra uma família composta por poucos membros, enquanto o assentamento Nova Conquista localizado num município onde há emprego em agroindústrias próximas, a família camponesa é composta por pais, filhos, netos e até bisnetos que residem dentro do lote.

Deste modo, realizando uma reflexão a partir da composição da família camponesa assentada verifica-se que os titulares do Porto Maria disponibilizam de quantidade menor de força de trabalho familiar, visto que, o movimento de migração dos filhos é maior saindo do assentamento e buscando oportunidades de trabalho em outros espaços. O presente trabalho levantou na ocasião de campo a presença de aproximadamente 37 agregados, 7 crianças e 30 adultos em que destes 17 são homens e 14 mulheres. Essa movimentação frequente não possibilita que os filhos consigam realizar projetos a longo prazo com seus pais e assim permanecer no lote, pois para a permanência dos filhos torna-se necessário o investimento no sítio, para que mesmo com pouca terra consiga produzir o suficiente para alimentar dois núcleos familiares.

No assentamento Nova Conquista, ao contrário do que ocorre no Porto Maria, verifica-se uma quantidade significativa de agregados e por isso as famílias apresentam uma composição em que a força de trabalho excede a necessidade do sítio, pois muitos filhos e netos trabalham fora do assentamento. No que concerne aos agregados verifica-se aproximadamente 44

mulheres adultas, 54 homens adultos, 74 netos (entre crianças e adultos) e 15 bisnetos. Os números revelam uma família composta por muitos membros, que na maioria das vezes trabalham dentro e fora do lote numa rotina intensa que será destacada posteriormente.

Pensar sobre a família é compreender as motivações que direcionam para a permanência ou saída da segunda geração de camponeses assentados, ou seja, os assentados agregados do assentamento. Como as diferentes gerações entendem, por exemplo, a divisão de trabalho dentro do lote, os papéis que assumem homens e mulheres, o modo como meninas e meninos são inseridos nas tarefas do sítio etc.

Trabalho: força e mobilidade

O trabalho se apresenta como central para garantir a reprodução socioterritorial do assentamento por se tratar de elemento que dá legitimidade a posse do camponês assentado em relação ao seu território, pois é através deste que se organiza ou se começa a pensar as questões de sucessão, trabalho é permanência ou saída do assentamento. Deste modo, é preciso considerar desde as relações de trabalho até a mobilidade do trabalho do camponês assentado. É aqui que evidenciamos um sujeito que se apresenta como crucial para a reprodução socioterritorial dos assentamentos em estudo: o camponês agregado em condição de trabalho assalariado.

O primeiro elemento apresentado por Tavares dos Santos (1984) é a força de trabalho familiar e nesta é preciso compreender que ao mesmo tempo a unidade produtiva camponesa é unidade de produção e também unidade de consumo, por isso é importante compreender a proporção entre as pessoas que trabalham e as que vivem do rendimento da propriedade. Dessa forma o autor afirma que “[...] a condição fundamental da produção camponesa é a força de trabalho familiar e que a família é quem provoca a existência de outras relações de produção – o trabalho acessório e o trabalho assalariado – na unidade produtiva camponesa” (1984, p.34).

É necessário incorporar na reflexão sobre a força de trabalho familiar o protagonismo do trabalho da mulher, que é tratada em diversas referências como um trabalho acessório dentro do grupo. As mulheres representam uma importante parcela da força de trabalho familiar, visto que em muitos lotes elas são as gestoras por motivos diversos, desde abandono do parceiro, doença do marido ou também porque reclamaram para si toda a reponsabilidade por decisões importantes para a produção e manutenção do lote, pois o nível de escolaridade de muitas agregadas representam um ganho em relação aos seus parceiros, na medida em que elas tornam-se responsáveis pelas negociações com instituições da cidade como laticínios e cooperativas.

As mulheres organizam-se em associações e aprendem a lidar com políticas públicas, mas também a compreender a importância de seu trabalho. Continuam acumulando uma dupla jornada de trabalho quando conseguem um emprego fora do assentamento, mas atualmente as rotinas indicam indícios de que seus parceiros começam a contribuir nas tarefas domésticas, mesmo que muitos deles sejam responsáveis por tarefas mais simples no âmbito doméstico como lavar louça ou enviar os filhos para escola.

Os netos também são importantes quando analisamos a força de trabalho familiar, pois em assentamentos como o Nova Conquista os netos dos titulares representam um número significativo, sendo que a presença de bisnetos indica que há muitos netos adultos que além de trabalhar fora para o próprio sustento e de sua família (esposa e filhos) ainda contribuem nas tarefas do lote de seus avós.

Se a presença de 37 casas construídas por agregados no lote dos titulares representam a necessidade de trabalhar fora do assentamento para manter as despesas domésticas que são separadas das despesas dos pais, também representam o fato de que os titulares dispõem de uma maior quantidade de mão de obra, pois os agregados não trabalham apenas fora do lote, mas também dentro do sítio em atividades fundamentais para a reprodução socioterritorial da família camponesa assentada.

O trabalho acessório é outro elemento citado pelo autor que revela que este se dá através da transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado. Deste modo, Tavares dos Santos (1984) destaca que:

Observa-se que o trabalho acessório do camponês ocorre quando o número de membros da família é suficiente para a realização das tarefas da unidade produtiva, liberando um de seus membros para trabalhar “fora”. Em contrapartida, quando a família se contrai, por migrarem os irmãos ou filhos, o camponês não pode mais dar conta das atividades acessórias (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 38).

Nos primórdios do assentamento Nova Conquista os recém-assentados realizavam trabalhos acessórios em outras lavouras da região em plantações de mandiocas, algodão (etc.), essa fonte de renda é algo que complementa a renda na unidade camponesa.

Verificamos que os camponeses titulares que residem hoje no assentamento Nova Conquista viviam uma condição semelhante ao que menciona Miranda (2003) de “camponês volante” que embora tenham residido curtos períodos na cidade, ainda assim se autodenominavam trabalhadores rurais, chegando em alguns casos a nem trabalhar no espaço urbano vivendo em constante movimento, deslocando-se em busca de terra e trabalho. Todavia, quando se fixam no assentamento perdem esse caráter e começam a desempenhar em outros

espaços nos momentos de crise o trabalho acessório, sem, contudo, residir fora do lote. Outra realidade vislumbrada é que muitos dos titulares do Porto Maria realizaram o trabalho acessório quando eram agregados da Gleba XV de Novembro residindo em outras cidades ou realizando o deslocamento diário, mas grande parte deles saíram do Gleba XV direto para o Porto Maria da posição de agregados a titulares.

Pensar no trabalho acessório hoje, sobretudo no que se refere aos assentamentos rurais, é refletir sobre o fato de que a composição familiar mudou e o tamanho dos sítios é limitado. Se antes em determinados períodos da família, onde a quantidade de mão de obra é maior do que o trabalho disponível no sítio, propiciava a saída desses membros para o trabalho acessório por um tempo limitado, hoje o tamanho da família dificilmente sofre baixas (caso assentamento Nova Conquista) e o lote continua com as mesmas proporções que não fornecem condições para que as famílias dos agregados consigam sobreviver no mesmo lote dos titulares. Para sobreviver, os agregados conseguem emprego fora do assentamento permanecendo trabalhando dentro e fora do sítio por longos períodos.

Deste modo, gostaríamos então de propor a denominação “camponeses-agregados em condição de trabalho assalariado” para tratar desse fenômeno. É necessário superar o conceito de Seyferth (“operário-camponês”) no que concerne aos assentamentos por diversos motivos, dentre eles ressalta-se o fato de que os camponeses agregados não se reconhecem como operários, mas sim como assentados, pois estão na luta pela terra junto com seus pais “desde o começo”. O trabalho assalariado é fundamental para atravessar um período de transitoriedade, onde espera-se em muitos casos tornar-se titular, durante este tempo longo de transição é necessário investir no lote com o sonho de torná-lo no futuro fonte segura de sustento para a família.

A proximidade com o capital, no caso do assentamento Nova Conquista através da usina de álcool e açúcar, ganha contornos tão significativos que observamos, em determinado depoimento já mencionado neste trabalho e também em conversas informais, que os camponeses agregados quando indagados sobre trabalho relatam muitas vezes que “não trabalham” porque não estão assalariados na usina, assim o trabalho que eles desempenham no lote aparece como “ajuda aos titulares”, por mais que tenham uma rotina densa de atividades no sítio. No Porto Maria, não observamos tal fala, pois o camponês agregado por mais que esteja temporariamente no lote e trabalhe apenas dentro dele considera suas tarefas e compromissos dentro do lote como trabalho.

Então, o trabalho é acessório se pensarmos do ponto de vista da família tronco, ou seja, pai, mãe, filho ou filha, genro ou nora e netos que não conseguindo trabalhar dentro do lote,

filhos e netos saem para o trabalho fora. Todavia, no contexto dos assentamentos onde o tempo do trabalho acessório dos camponeses em condição de trabalho assalariado é por vezes desempenhado durante toda a vida produtiva dos titulares, nós evidenciaremos novos conteúdos para este elemento, visto que não se trata mais de um trabalho temporário (desenvolvido por pouco tempo), mas um trabalho temporário que assim se configura porque espera a “aposentadoria” dos pais.

Outro elemento que devemos pensar aqui é que o autor Tavares dos Santos (1984) destaca em seu texto, trechos que nos remetem ao trabalho acessório de homens. Nos assentamentos rurais em estudo evidenciamos também o trabalho acessório de mulheres que, na condição de camponesas agregadas já trabalharam em serviços rurais dentro e fora do assentamento, nas usinas de álcool e açúcar ou até mesmo nas cidades como faxineiras. Pensar que as mulheres também desenvolvem este tipo de trabalho é compreender as configurações de uma família camponesa assentada, que frente a tantos desafios levam as mulheres a triplas jornadas de trabalho, onde desempenham atividades nos espaços de produção para a comercialização dos lotes, nas moradias e fora do lote.

A força de trabalho assalariada de acordo com Tavares dos Santos (1984) é algo que se verifica no núcleo colonial camponês estudado pelo autor e que se apresenta como um dos elementos estruturais da produção camponesa. As discussões sobre a força de trabalho assalariada podem dar margem a dúvidas já levantadas por ele como o questionamento sobre em que medida essa ajuda remunerada pode se caracterizar como uma relação social de produção capitalista dentro das relações de trabalho camponesas, sobre tal questão o autor esclarece que:

Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p.43).

A partir do exposto, verificamos que a força de trabalho assalariada não é uma relação recorrente nos assentamentos rurais em estudo, todavia, tal prática se apresentava com maior frequência no início do projeto de assentamento quando as primeiras atividades eram ligadas somente à agricultura (a criação de bovinos por ser de custo elevado para aquele momento das famílias, ainda era uma atividade desenvolvida de forma modesta).

O cultivo de roças somado ao ciclo de existência da família camponesa assentada propiciava a contratação de “peões” pagos através de diárias quando a família não dispunha de mão de obra suficiente e quando não conseguiam resolver através das práticas de ajuda mútua. Tavares dos Santos (1984, p.40) explica que “ocorre, porém, que a família camponesa não basta para os momentos críticos do ciclo agrícola, em que as tarefas exigem rapidez e muitos braços”.

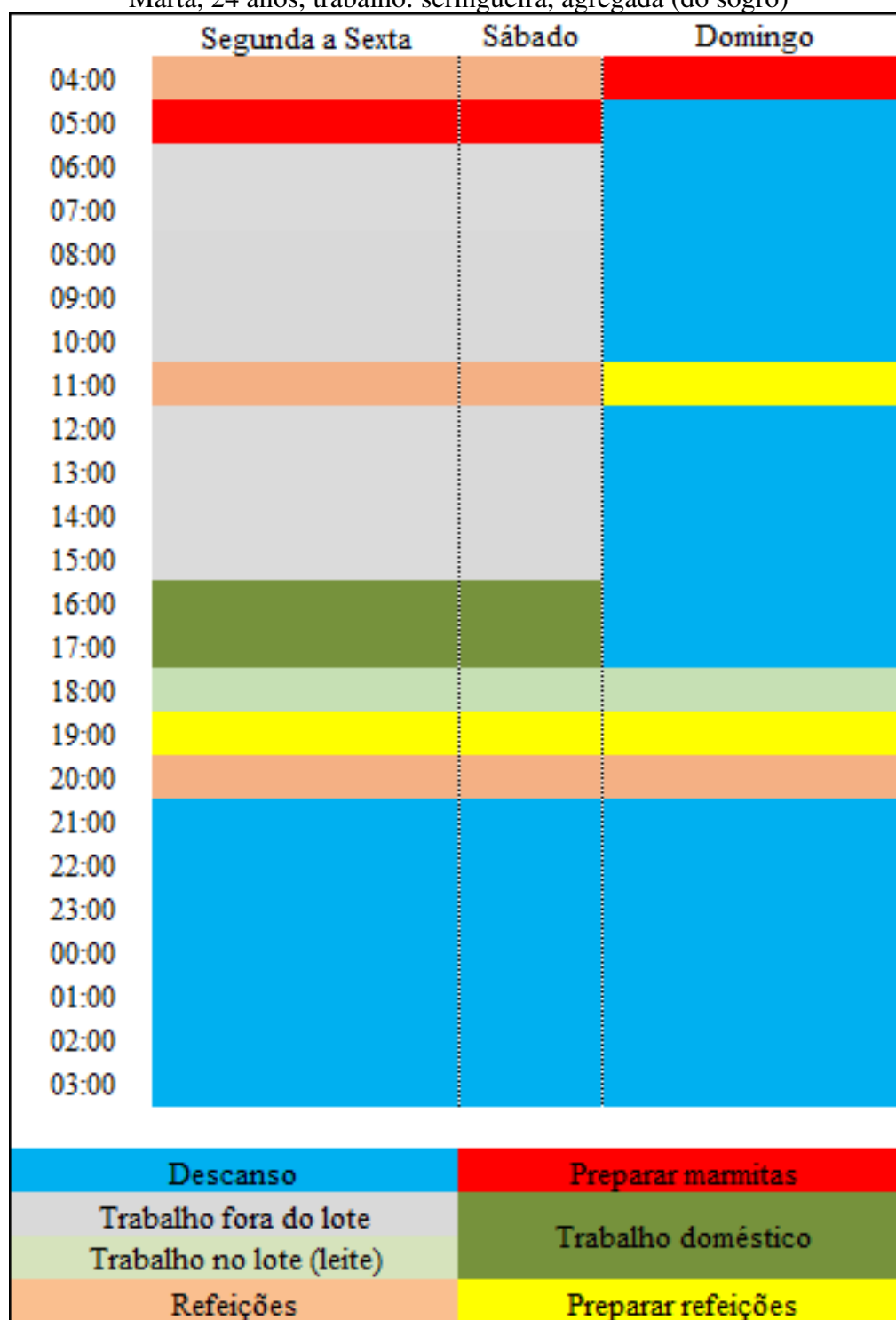
Atualmente dentro da comunidade camponesa assentada ainda há o pagamento de diárias para amigos do próprio assentamento no período de vacinação dos bovinos em lactação, para construir moradias e currais, mas é uma prática que não aparece com tanta frequência e limitam-se em grande parte as atividades mencionadas anteriormente.

A jornada de trabalho é outro importante elemento apresentado pelo autor, pois não há rigidez de horário diário, pois esta jornada varia de acordo com o calendário agrícola e este varia de acordo com a época do ano. Esta assertiva é direcionada fundamentalmente para o trabalhador (a) do campo que tem sua renda apenas através da agricultura, nos assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema a atividade central é ligada aos bovinos em lactação, pois o leite garante uma renda mensal e o solo da região é um solo com baixa fertilidade, devido ao processo de ocupação realizados pelos grandes latifundiários, impossibilitando o camponês assentado viver da agricultura. Assim, o que podemos observar é uma rotina marcada pela atividade da pecuária leiteira que possui horários específicos de entrega de leite e de trabalho.

Através da metodologia do relógio, fundamental para compreendermos a rotina dos camponeses agregados em condição de trabalho assalariado, verificamos para ambos os sexos uma rotina com pouquíssimo ou nenhum tempo para descanso em que este se resume apenas ao período de dormir que em geral tem a duração entre 5 a 6 horas de sono.

As mulheres que trabalham fora do assentamento dividem seu tempo entre trabalhar no lote (inclusive nas atividades econômicas como ordenhar os bovinos no curral), trabalhar nas atividades domésticas (levantam muito cedo para fazer a marmita dela e do marido) e trabalhar fora do assentamento (no caso do Nova Conquista há um grupo de mulheres que trabalham na seringueira e em outras atividades na cidade).

Figura 19 - Rotina da “camponesa agregada em condição de trabalho assalariado”
Marta, 24 anos, trabalho: seringueira, agregada (do sogro)

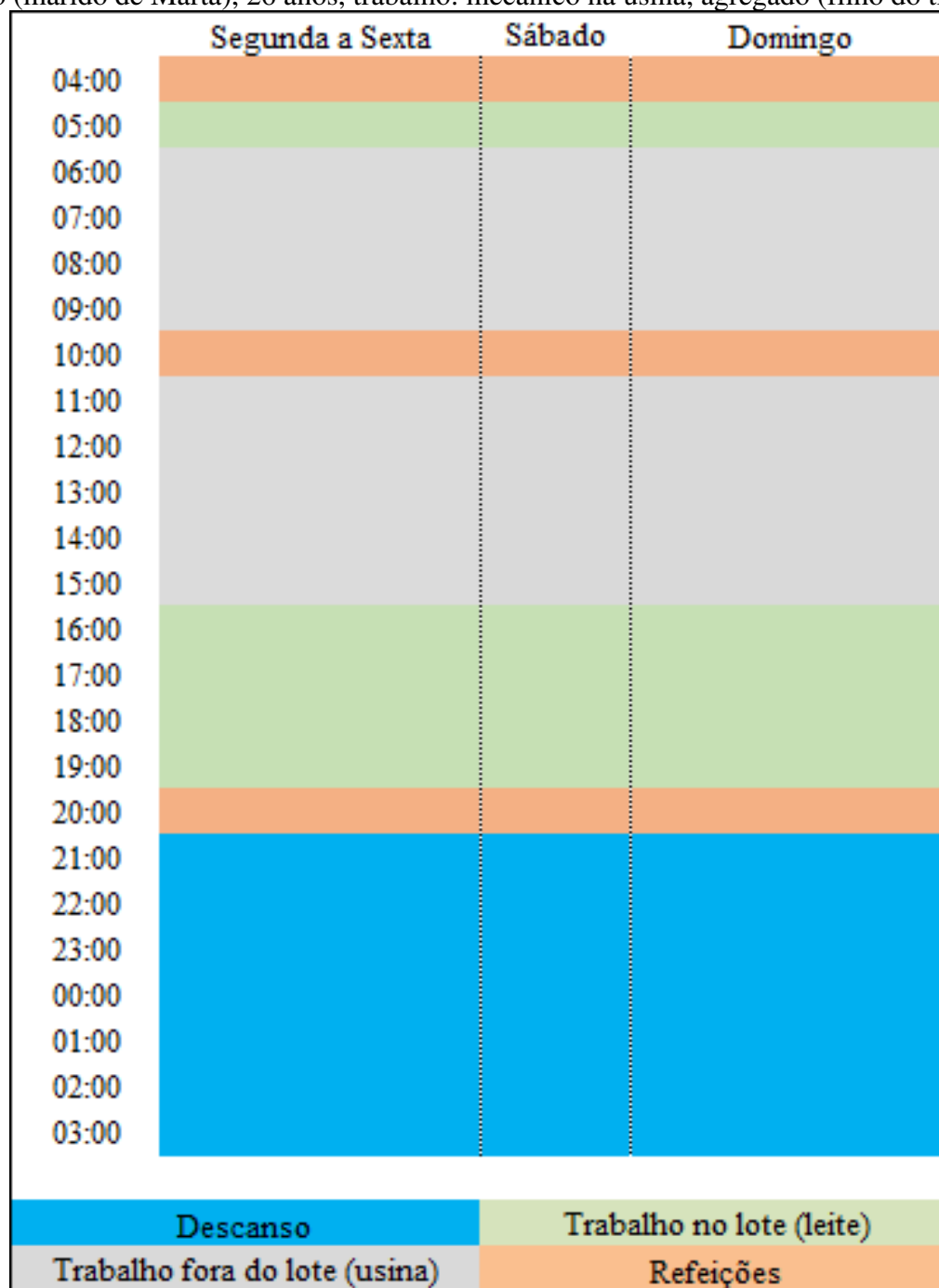


Fonte: Tabuti, A. L. T, 2019.
Org: Feliciano, C. A, 2019.

Os homens têm uma dupla jornada, ainda de madrugada muitos deles dedicam-se a atividade de ordenhar os bovinos em lactação e somente depois iniciar o trabalho na usina. Na volta da usina o camponês agregado em condição de trabalho assalariado continua suas

atividades no lote, ordenhando outra vez os bovinos ou dedicando-se a atividades como cuidar da cerca, capinar, ou seja, em nenhum momento o trabalho dentro do sítio é abandonado visto que representa o sonho de um dia viver dele.

Figura 20 - Rotina do “camponês agregado em condição de trabalho assalariado”
João (marido de Marta), 26 anos, trabalho: mecânico na usina, agregado (filho do titular)



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2019.

Org: Feliciano, C. A, 2019.

Observa-se que para os camponeses agregados do Nova Conquista não há o sábado nem o domingo como sinônimo de descanso, pois os bovinos em lactação devem ser ordenhados

todos os dias e os cuidados com esta atividade são contínuos. O trabalho na usina também não tem dia fixo de descanso, sendo que este dia, dependendo da escala da empresa, pode ocorrer em qualquer dia da semana. Em meio a uma rotina fechada e que não permite o dia de descanso, as férias na usina representam para o camponês tempo a mais para se dedicar ao lote e para “melhorá-lo” além de auxiliar outros assentados trabalhando como pedreiro, vaqueiro (etc.) quando surge oportunidade.

As rotinas de trabalho dos camponeses agregados em condição de trabalho assalariado do Nova Conquista revelam a complexidade dos filhos dos titulares, que frente à oportunidade de ficar e investir no sítio da família, seguram essa oportunidade desenvolvendo rotinas exaustivas de trabalho com pouco ou nenhum descanso. Durante este trabalho compreendemos que sair do lote não é algo desejado e quando ocorre é pela necessidade, se há possibilidade de permanecer nas terras conquistadas por seus pais com condições de se manter eles permanecem cuidando da família que formaram e também dos titulares em relações familiares que envolvem dedicação e muita conversa, já que tudo deve ser decidido no lote em conjunto, exceto em situações já mencionadas de ausência do pai ou da mãe etc.

Deste modo, no que concerne também aos agregados, estamos de acordo com Tavares dos Santos (1984, p. 61) quando ele afirma que “a jornada de trabalho do camponês é marcada pelo desempenho árduo e constante” realizando a assertiva de que o trabalho de mulheres e homens realizam-se numa “forma exploração absoluta e de sobretrabalho”.

A jornada de trabalho é um elemento estrutural da produção camponesa e no âmbito dos assentamentos rurais é uma discussão necessária em que não devemos negligenciar o fato de que a jornada dos filhos e netos já não é a mesma de seus pais, pois com a renda obtida fora do assentamento há uma crescente incorporação de tecnologias que alteram o tempo dedicado para algumas tarefas como, por exemplo, a ordenhadeira mecânica que é encontrada em quantidade significativa em assentamentos com características como as do Nova Conquista, em que os agregados possuem alternativas de trabalho fora residindo e trabalhando também dentro do lote.

Os tratores possuem lâmpadas para que trabalhos pontuais possam ser feitos à noite e os currais que possibilita ordenhar os bovinos nesse período. Portanto, a inserção de máquinas e de energia elétrica no lote, esta primeira inserida em grande parte através dos agregados, possibilitam a esses trabalhadores desenvolver suas atividades em diversos períodos, pois há por parte de algumas atividades e principalmente o trabalho na usina, a necessidade de seguir o tempo do relógio e perdem a autonomia de escolher o dia de descanso utilizando muitas vezes para se dedicar integralmente ao lote.

Verifica-se aqui a compreensão de que a jornada de trabalho desenvolvida em sítios em que é possível seguir o calendário agrícola é diferente da jornada em sítios que necessitam de uma forma diversificada de renda para garantir a reprodução socioterritorial. A jornada de trabalho dos titulares também se alteraram, mas num ritmo diferenciado (lento), todos passando de atividades que respeitavam o calendário agrícola para a pecuária de leite incorporando também lentamente e não por todos a ordenhadeira mecânica ou a estufa, enquanto os filhos e netos adentram suas jornadas com o uso destas tecnologias mais simples, conectados à internet acompanham as novidades e de acordo com a renda trazendo ideias e pequenos recursos para conseguirem desenvolver uma dupla jornada e até tripla (especialmente no caso das mulheres) de trabalho.

Esse processo de incorporação de tecnologias simples ocorre a partir da segunda geração da família camponesa assentada em que grande parte dos filhos obtiveram um nível de escolaridade que propicia o manuseio das referidas tecnologias. Deste modo, Carvalho (2012) quando relata que as populações mais pobres do campesinato brasileiro enfrentam limitações no que concerne à incorporação de inovações tecnológicas, abre um adendo para a seguinte afirmação:

É necessário relembrar que para os camponeses mais pobres o modo de produção e o modo de viver estão profundamente articulados de maneira que as inovações tecnológicas mais simples são dependentes de mudanças culturais e educativas mais gerais da própria família.

No entanto, as unidades de produção camponesas nas diversas regiões do país têm incorporado continuamente novas práticas de produção e se mantêm presentes como a principal responsável pela oferta de alimentos, mesmo que parcela importante do campesinato utilize meios de trabalho conservadores (CARVALHO, 2012, p.19).

É preciso partir de reflexões que revelam a complexidade do campesinato brasileiro, em que as condições de permanência dos filhos nos assentamentos rurais são dependentes do contexto espacial onde estes territórios estão inseridos, da dinâmica da região e por mais que o Nova Conquista (localizado em Rancharia-SP) e o Porto Maria (localizado em Rosana-SP) estejam inseridos na mesma região (Pontal do Paranapanema), o limite do deslocamento do local de moradia (o lote) até o trabalho mais próximo no caso dos camponeses agregados em condição de trabalho assalariado determina os espaços onde a migração dos filhos é maior, num movimento de saída e de retorno ao lote, como no caso do assentamento Porto Maria onde não há alternativas próximas de trabalho para os agregados, até o caso dos agregados do Nova Conquista onde a proximidade com o trabalho possibilitam a continuação de seu projeto camponês.

Relações de solidariedade: ajuda mútua, parceria e doação

A solidariedade é elemento relevante quando pensamos sobre reprodução socioterritorial do campesinato, pois muitas vezes são essas relações que ajudam a manter a família no território tanto materialmente, quando observamos as trocas de alimento, as doações, o apoio de outros assentados quando há um dia de trabalho intenso para a família (etc.), quanto de forma imaterial, quando transmite um sentimento de segurança entre os membros da comunidade que entendem que no assentamento há pessoas que os apoiariam em situações complicadas, enquanto na cidade esse tipo de relação no imaginário deles é inexistente. Verificamos tal compreensão nos depoimentos de parte dos agregados que colocam a solidariedade como um dos elementos que pesam contra a saída deles do assentamento. Sendo assim, ajuda mútua, parceria e doação são fundamentais para a reflexão sobre solidariedade, portanto, reprodução da família e do território.

As práticas de ajuda mútua constituem-se como elemento importante para a unidade produtiva e aparecem em forma de mutirão e troca de dias (etc.), sobre esta prática Tavares dos Santos (1984, p.35) afirma que a “retribuição à ajuda é uma obrigação coletiva, sempre que ocorrer tal situação, a família que recebeu ajuda deverá junto com todos os outros, auxiliar a outra família em necessidade”.

Embora as práticas de ajuda mútuas descritas pelo autor refiram-se ao trabalho em si, seja no formato de troca de dias de serviço ou em mutirão para apoio da família em necessidade (devido a doença ou morte etc.) gostaríamos de inserir aqui outra prática de ajuda mútua que é importante para reproduzir o processo de trabalho na unidade camponesa: a troca de alimentos, ou seja, cada família produz em seu lote determinadas variedades de alimentos e depois realizam a troca com os vizinhos em produtos que eles não dispõem, esta prática entre os titulares constitui-se como uma forma de manter relações com os demais membros da comunidade, mas entre os agregados ela é fundamental para a alimentação da “nova família” constituída por eles. Em depoimentos como o do Jean Carlos do Nova Conquista (mencionado anteriormente neste trabalho) verificamos a prática como algo que no imaginário do agregado é mais um elemento que pesa contra no momento de decidir sobre a saída do lote, pois a partir destas trocas é possível uma melhor qualidade na alimentação da família e portanto, na qualidade da força de trabalho.

Além de mencionar novas práticas de ajuda mútua como a solidariedade entre os membros da comunidade que se constituem em trocas importantes de alimento, devemos considerar o fato de que em algumas gerações mantém esse sistema e também a troca de dias

de trabalho (mencionadas por Tavares dos Santos) e outras demonstram maior dificuldade devido à questão apontada por Carvalho (2012) de que a socialização está se alterando.

O camponês contemporâneo no Brasil, mesmo considerando a sua diversidade, reduziu a intensidade das suas relações com a comunidade rural tradicional. Isso não significa afirmar que essas relações sociais que propiciavam parte da sua socialização deixaram de existir, mas foram alteradas em forma e grau de intensidade devido a pelo menos três fatores:

- a urbanização, que induz os camponeses contemporâneos ao convívio cotidiano e à adoção de valores urbanos via os meios de comunicação de massa, a educação escolar e a frequência física ao meio urbano;
- a inovação tecnológica, sempre portadora de ideologia, que se por um lado reforça o individualismo camponês pela idéia da autosuficiência, por outro lado o obriga a se relacionar com diversos mercados cujo acesso, na maior parte das vezes, se faz por diversas mediações institucionais de comercialização, entre elas, as mais variadas formas de cooperação;
- as mediações políticas, corporativas, educacionais, religiosas e de lazer que, mesmo variando nas suas maneiras de expressão de local para local, são meios de socialização dos membros das famílias camponesas (CARVALHO, 2012, p.30).

Assim, é fundamental considerar esses novos elementos que alteram a socialização e que somam com os valores neoliberais que através do Estado ou do Mercado querem incutir o espírito de concorrência e o faz por intermédio dos meios de comunicação ou do modelo de educação vigente.

A solidariedade pode ser considerada importante para a reprodução socioterritorial na medida em que se constitui como estratégia para manter família e território. A solidariedade não é apenas entre vizinhos e amigos, mas também intergeracional, em que os titulares cedem espaço para os filhos e netos construírem suas moradias, roçadinhos (etc.) garantindo uma ajuda importante para a manutenção das famílias dos agregados.

Território

A reflexão sobre o território compreende não apenas a dimensão política através das relações de poder, mas também as questões culturais e econômicas. Entender o assentamento como frações do território é considerar as práticas sociais cotidianas dos camponeses em divergência com as normas jurídicas vigentes forjando estratégias para garantir a reprodução socioterritorial. Os elementos considerados aqui estão inseridos dentro das questões que envolvem a multidimensionalidade do território.

A propriedade da terra é um elemento estrutural da produção camponesa citada por Tavares dos Santos (1984) e nesta podemos evidenciar que a propriedade privada camponesa é diferente da propriedade privada capitalista, pois esta última tem como finalidade a exploração do trabalho alheio e a primeira é terra de trabalho da família. De acordo com Oliveira (1986) o

camponês pode ser: camponês-proprietário, camponês-rendeiro e camponês-posseiro. Acrescentamos que estamos trabalhando com o camponês assentado que compreendemos que possui a especificidade de relação de propriedade, visto que o Estado em termos legais possui poderes em relação a esta, pois, os assentados não possuem, por exemplo, a escritura das terras.

Sobre as escrituras das terras e a possibilidade de tê-las, durante o desenvolvimento das metodologias participativas no Nova Conquista levantamos esta questão que foi debatida entre os sujeitos e chegaram a concepção de que há um sentimento de medo relacionado a suposição de que facilitaria a venda dos lotes e isto levaria a uma possível formação novamente do latifúndio. Preocupa aos assentados também a venda de lotes para “estranhos”, ou seja, para sujeitos que não participaram da luta pela terra e que, portanto, não tem relação com eles, pois são poucos os que conseguem se inserir de forma a somar com a comunidade do assentamento.

No que concerne às relações entre o Estado e os assentados verifica-se um desencontro entre a legislação da reforma agrária e as práticas sociais necessárias para manter o território e a família em conjunturas econômicas que desfavorecem os camponeses assentados. As práticas como a compra das benfeitorias de lotes de desistentes pelos agregados dos assentamentos rurais, embora desamparada pela lei, é uma estratégia que frisa a manutenção do lote dos titulares e a permanência dos filhos enquanto camponeses e constituem numa prática exemplar desse distanciamento entre as normas jurídicas e as práticas sociais (MIRANDA, 2003).

Os camponeses, na concepção de Monteiro (2017, p.76), são “donos” da terra “não em sentido jurídico e econômico, mas moral, já que trabalham nela”. Neste sentido a reflexão que surge é sobre o conjunto de experiências, de saber fazer, de trabalho dedicado ao lote que permite ao camponês assentado a concepção de que aquele espaço é a realização de um sonho (de liberdade por não possuir patrão por muitas vezes), porque o lote é dele e ele pode se dedicar as atividades do campo. Sendo assim, importante frisar que tem origem no direito Ibérico e também nos povos anglo-saxões a norma que revela a utilização do trabalho como fundamental para incorporar um bem, que serve de contexto não apenas para os posseiros, mas também para os camponeses agregados que ocuparam através do trabalho e conquistaram suas terras.

A questão da ausência de um projeto da família que define um sucessor, portanto as questões referentes à herança, devem ser tratadas aqui como importante para a reprodução socioterritorial, pois em alguns estados como Goiás em casos evidenciados por Miranda (2003) a falta deste projeto acarreta êxodo rural entre os jovens que deixam os pais sozinhos no lote. Acreditamos que em assentamentos como o Nova Conquista em que encontramos camponeses agregados em condição de trabalho assalariado esse projeto está sendo construído mesmo que de forma discreta por parte dos pais e filhos e que mesmo não definindo de forma explícita

(certamente por se tratar de uma questão delicada para os demais filhos) vislumbra-se a partir de certas práticas um encaminhamento para o futuro sucessor. Exemplo dos casos mencionados anteriormente em que os agregados que provavelmente serão os sucessores já investem trabalho e capital nos lotes.

Dentro das questões que se referem à propriedade da terra devemos reforçar o fato de que o acesso a ela, por parte dos camponeses agregados é algo diferenciado em todo o território em que ocorre por diversos meios como: ausência dos pais (para filhos que se enquadram nas especificações do INCRA), compra de benfeitorias de lote dos titulares desistentes e até mesmo a entrada novamente na luta pela terra como ocorreu no Porto Maria. Ambas as estratégias para permanecer nos assentamentos rurais por parte dos camponeses agregados necessitam de muitos esforços, desde a trabalhar para fora, quando a região oferece oportunidades ou a trabalhar ainda na adolescência criando e vendendo animais para reunir condições financeiras para adquirir o lote através da compra de benfeitorias e até a entrada novamente na luta pela terra, o que implica uma série de dificuldade já sabidas e relatadas por nossos entrevistados do Porto Maria.

A propriedade dos meios de produção inscreve-se dentro das questões que permeiam o território por se tratar de instrumentos fundamentais para as relações de trabalho dentro do lote, diz respeito ao que por vezes eles adquirem, mas também o que eles mesmos produzem.

A maior parte desses meios tem a forma mercadoria. São mercadorias as matérias-primas intermediárias (fertilizantes, defensivos e corretivos agrícolas) e os meios de trabalho (arame, parte das estacas, motobomba pulverizadora, mangueira, arado de tração animal, tesoura de podar, enxada, foice, faca, máquina manual de semear, máquina manual de pulverizar) (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p.57).

Os camponeses assentados são proprietários das benfeitorias e dos meios de trabalho que existem sobre a terra, não possuem a escritura, mas são os responsáveis por todo o trabalho e pela vida dentro de cada sítio, controlando nesse aspecto o tempo e espaço. Deste modo, verifica-se que não reclamam a possibilidade de um papel oficial que lhes dê a propriedade, mas está se faz a partir de sua autoridade ao transformar a terra em terra de trabalho e terra da família.

Os meios de produção modificaram-se muito desde o período da conquista da terra, pois se no passado tudo o que tinham era algumas enxadas, foices e facas e todo o trabalho era extremamente manual, hoje com o apoio dos “camponeses agregados em condição de trabalho assalariado” para alguns titulares já é possível substituir a tração animal por um pequeno trator, é possível deixar de ordenhar os bovinos manualmente e adquirir a ordenhadeira mecânica e

ainda trabalhar o solo e protegê-lo através de estufas cultivando o que antes ficava exposto as intempéries climáticas. Hoje para muitos assentados é possível melhorar o curral para que o trabalho seja realizado apesar da chuva ou do vento e a energia elétrica permite que o trabalho seja realizado em qualquer horário do dia ou da noite.

“Melhorar o lote” é uma frase que permeia parte significativa dos depoimentos dos camponeses agregados em condição de trabalho assalariado, pois representa o desejo de conseguir um dia deixar de dedicar parte de sua força de trabalho ao patrão. É nesse anseio que a carroça dá lugar a uma picape usada, que o sistema de gotejamento surge nas hortas e nas estufas e que o leite pode ser armazenado num resfriador com grande capacidade. Conforme as fotos da figura 21, verificamos os meios de produção evidenciados nos assentamentos em estudo, a primeira foto mostra um sistema de irrigação do Porto Maria, a segunda uma estufa de pepino, depois um trator e uma enxada de carpir estufas utilizadas no Nova Conquista.

Figura 21 - Composição fotográfica: Irrigação, estufa, trator e enxada.



Fonte: Tabuti, A. L. T, 2018-2019. Trabalho de campo nos assentamentos Porto Maria-SP e Nova Conquista-SP.

Até a madeira adquirida pelo trabalho assalariado para melhorar a cerca é uma conquista considerada muito importante para o lote e se torna um meio de trabalho, dentre as “matérias-primas intermediárias” citadas por Tavares dos Santos (1984, p.58), o calcário utilizado na correção do solo é um material desejado por muitos e que, devido ao seu valor, poucos podem ter acesso. O cuidado com o pasto e em adquirir complemento para alimentação dos bovinos nos períodos de seca é um dos objetivos dos filhos para não parar a atividade, que por muitas vezes é compartilhada com seus pais. Os agregados têm mais bovinos no pasto e desenvolvem a atividade sozinhos quando os titulares se aposentam, dando continuidade na atividade que garanta uma renda mensal e que também garanta o sustento da família agregada caso os camponeses sejam demitidos ou que por outros motivos tenham que sair do trabalho fora do assentamento.

A ausência de um projeto ou política pública de herança em áreas de reforma agrária que contemplem os agregados podem causar a médio e longo prazo consequências negativas para a reprodução socioterritorial dos assentamentos, especialmente para aqueles que não têm no seu entorno uma opção de trabalho para os filhos e netos dos camponeses assentados. Algumas medidas poderiam ser adotadas neste projeto, sendo elas:

- Desburocratizar e incentivar a aquisição de benfeitorias por agregados dentro do assentamento onde eles já residem junto a suas famílias, pois esta é uma prática que seria benéfica para o campesinato, na medida em que as redes de parentesco são importante apoio para os camponeses durante a luta na terra;
- Autorizar que os titulares que já estão idosos e que não possuem agregados no lote arrendem parte dele para os agregados do assentamento que precisam de terra para desenvolver projetos.
- Por parte dos pais titulares promover a socialização das meninas de modo que elas compreendam desde a infância as atividades produtivas do lote e possam crescer se reconhecendo como possíveis sucessoras/herdeiras.
- Reconhecimento dos roçadinhos dos agregados como importante meio para garantir produtos para o autoconsumo e para fortalecer/manter os vínculos dos filhos e netos com a terra. Por parte do Estado desenvolver uma política voltada para a compra destes cultivos dos roçadinhos que individualmente podem se apresentar em pequenas quantidades, mas se organizadas em grupo apresentariam um volume significativo.

A segunda medida sugerida visa contemplar tanto os idosos que justificam sua saída do lote pela incapacidade de continuar trabalhando nele devido à idade quanto os agregados que, nas últimas medidas adotadas pelo governo do Estado de São Paulo, têm agora a possibilidade

de desenvolver um projeto em conjunto com seus pais, porém é sabido para todos que as condições de solo junto com o tamanho das parcelas é algo que inviabiliza estas medidas adotadas pelo governo.

Ao delimitar estas medidas e circunscrever cada uma delas apenas no âmbito do assentamento, elas serviriam como apoio para evitar que sujeitos desconhecidos dos assentados conquistem os lotes. Constatamos em trabalhos anteriores (TEIXEIRA, 2015) que a participação destes sujeitos na comunidade assentada nem sempre traz benefícios na medida em que, por exemplo, em associações e cooperativas eles porque chegam ao assentamento mais capitalizados do que os demais assentados tendem a solicitar pautas que não condizem com a realidade da maioria dos camponeses, o caso da associação de leite que lutava pela compra de resfriadores e pela comercialização do produto enquanto os que “vieram de fora” preocupavam-se apenas com insumos e rações ilustra bem a situação.

Além dos aspectos já citados evidenciamos também através da bibliografia consultada e dos discursos dos agregados que a coesão da comunidade é importante para que os filhos que partiram do assentamento para a cidade sintam a necessidade do retorno, pois neste território há o conforto do conhecido, das redes de parentesco, compadrio e amizade.

Com as referidas sugestões não excluimos a necessidade do retorno dos agregados a luta pela terra, assim como fizeram os agregados da Gleba XV de Novembro que conquistaram seus lotes no Porto Maria, mas deixamos claro que frente a uma realidade em que o Estado não planejou a continuidade familiar no território, ou seja, não pensou na reprodução socioterritorial dos assentamentos é preciso dispor de um leque eficaz de possibilidades que viabilizem a permanência da família camponesa no lote.

Pensar num projeto de herança que já contemple parte das estratégias realizadas pelos camponeses como, por exemplo, a compra das benfeitorias do lote ou a escolha dos novos casais de residirem nos lotes em que há menos agregados ou ainda a característica do campesinato de que as mulheres mudam-se para o lote de seus sogros (há exceções para esta prática), resultaria numa política que leve em consideração o que já é realizado pelos camponeses e tem assim uma maior possibilidade de prosperar.

Relações de gênero e Juventude rural

As relações de gênero e as questões sobre juventude rural são essenciais quando tratamos de reprodução socioterritorial, são temas transversais que estão presentes em todos os elementos anteriormente citados. Durante as reflexões que compõem esta pesquisa, a questão de gênero se apresentou em muitos pontos dentre eles na questão do trabalho, na socialização

do camponês, no território através da herança e também na juventude rural. Compreender as mulheres como gestoras de seus lotes e de suas famílias, protagonistas quando se refere ao provimento econômico de seu lar e na organização de outras companheiras assentadas, mas que no momento de “herdar” o lote acabam em muitos casos à margem por estar (quando casada) residindo no lote dos pais do marido.

As reflexões que propiciam a juventude rural no âmbito da reprodução socioterritorial trazem para esta temática a compreensão do ficar e do sair, por mais complexo que isso possa ser não é possível pensar na continuidade do território e da família sem buscar entender como os jovens estão inseridos no assentamento e como a juventude se dá, assim como a dimensão de gênero, que fornecem pistas sobre o futuro do lote.

A socialização do camponês deve ser discutida dentro deste tópico por se tratar da inserção de crianças e jovens no mundo rural. Sobre a socialização do camponês de acordo com Tavares dos Santos (1984, p.45) temos que as crianças desde pequenas exercem atividades dentro da unidade camponesa, de início com pequenas enxadas, seguem sem a obrigação de trabalhar como os adultos, porém começa o processo de apreender a trabalhar através da observação e do manuseio de ferramentas em miniaturas, quando a criança cresce ela já começa a trabalhar com os instrumentos adentrando na divisão social do trabalho dentro da propriedade.

Dentre as entrevistas com os agregados do assentamento Nova Conquista temos a entrevista do Denis que relata a necessidade de ter um pedaço de terra (roçadinho) para incentivar e reforça em sua fala que ajudar o pai e o avô desde pequeno foi importante para começar a ter “vontade de trabalhar. Já Patrício, do mesmo assentamento, nos traz a ideia de que compartilhava seu tempo de trabalho com os estudos que ocorreram parte no assentamento e parte na área urbana do município de Rancharia-SP.

Na visão dos pais (nos casos evidenciados no trabalho de campo para agregados que possuem filhos) o processo de inserir as crianças no modo de vida do assentamento (realizando pequenos trabalhos, como, por exemplo cuidar de galinhas e porcos) é fundamental para que estas não tenham o tempo ocioso que muitas crianças do espaço urbano possuem e que por isso têm contato com “amizades erradas”. Ter o tempo ocupado com “coisa que presta” para que não tenham tempo de aprender coisas ruins.

É importante retornar aqui na questão da socialização do camponês o fato relatado anteriormente de que muitas vezes a inserção dos meninos no trabalho do lote é diferente da inserção das meninas e que por isso algumas meninas (como as entrevistadas no Porto Maria) relatam querer deixar o lote para seu irmão e seguir seus estudos na cidade e por lá permanecer.

A continuação dos estudos através de cursos técnicos e de universidades na área urbana tornam-se uma atrativa para parte das meninas, que diferente de suas mães (que por muitas vezes não tiveram oportunidade de estudar e por isso trabalharam em todos os espaços do sítio) não tiveram contato com o trabalho em todos os espaços do lote, pois conciliaram com a escola o trabalho no espaço doméstico. O fato dos meninos conciliarem a escola com o trabalho no espaço de produção (lidando com os bovinos em lactação ou com os cultivos voltados para a produção) tornam estes mais seguros para desejar um futuro no lote, porque de acordo com alguns deles “já sabem como tocar o sítio”.

Evidenciamos no Nova Conquista o depoimento de uma agregada que direciona nossas atenções para outra questão: muitas famílias mais jovens não têm grandes dificuldades para estimular que a menina participe das tarefas do lote. Desde pequena, a agregada relata que em sua época o pai não deixava que ela aprendesse a “tirar leite”, mas que ela aprendeu já adulta com o marido e sua filha de 12 anos já ajuda ela nas tarefas do curral, pois o casal que tem duas meninas incentiva para que um dia de “continuidade ao lote”.

Todavia, devemos observar que apesar dessas situações e intenções observadas na infância e adolescência, muitas mulheres devido a diversos fatores conseguem permanecer no assentamento ou na área rural e quando adultas tornam-se gestoras de seus lotes garantindo, ora através de atividades frequentemente desenvolvidas na região do Pontal do Paranapanema como a produção de leite (bovinos em lactação) ou através do cultivo de hortas, associações ou em outras atividades, a renda principal da família camponesa. Nesse sentido não se pode ignorar a composição da família brasileira no geral, que tem como característica o aumento expressivo de lares chefiados por mulheres, como já mencionamos anteriormente 600 mil unidades familiares no campo são chefiadas por mulheres de acordo com o censo agropecuário de 2006.

Retomando a questão da iniciação das crianças no trabalho dentro do sítio gostaríamos de indagar, mesmo sem verticalizar no assunto, sobre o papel da escola na atualidade nessa socialização do camponês, pois na maioria dos casos elas estão situadas na área urbana ou em alguns casos estão no campo, mas seu ensino não remete ao campo (o que os teóricos da educação chamam de escola “no campo” em contraposição a ideia de escola “do campo”) pouquíssimas escolas tem o caráter de escola “do campo”. No que essa inserção da criança na escola da área urbana altera ou não a relação dela com o trabalho no lote?

Enfim, a educação é um campo de disputa e a criação de escolas do campo com o currículo regionalizado seria um importante elemento para promover e fortalecer a socialização do camponês propiciando as crianças uma visão mais ampla do campo e das possibilidades que ela poderia ter no espaço da família.

No assentamento Nova Conquista as crianças estudam em escolas na cidade de Rancharia-SP e relatos dos agregados apontam que na infância ou adolescência sofreram preconceito na escola, pois esta tem um grande número de alunos oriundos do espaço urbano e estes têm uma concepção formada por seus pais, mídia e demais agentes, de que os assentados são “marginais” que “roubam a terra”. No contraponto temos a alegria da lembrança da época de escola dos assentados do Porto Maria que estudaram em escola situada dentro do assentamento Gleba XV de Novembro. Quando indagada sobre as possíveis diferenças entre os estudos da cidade e do campo a adolescente que sempre estudou no assentamento relata que:

“Olha não notei nenhuma diferença só que lá o pessoal se acha mais do que o povo daqui do campo né...eu acho mais confortável fazer aqui mesmo” (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por jovem camponesa do Porto Maria-SP)

6. É POSSÍVEL CONCLUIR?

A reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais se dá na medida em que a família camponesa assentada, ao estabelecer uma relação com a terra, busca considerando um conjunto de elementos mantê-la sob seu domínio através de gerações de sucessores. Portanto, o modo como se dá a relação da família camponesa assentada com a terra através do tempo é o que configura a reprodução socioterritorial. A família, trabalho, território, relações de solidariedade, gênero, juventude e geração são os elementos que estão no cerne do processo, que se apresenta em movimento constante, costurado e tecido no transcorrer dos dias, adquirindo características distintas, por vezes contraditórias, resistindo e constituindo-se em esperança.

Para a investigação percorremos os caminhos metodológicos que buscavam uma aproximação maior com os sujeitos pesquisados, por isso a utilização de metodologias qualitativas como: cartografia social, entrevistas, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, metodologia do relógio e ainda a utilização de técnicas como o diário de campo e trabalho de campo. Deste modo, o conjunto de ferramentas metodológicas utilizadas visaram proporcionar aos camponeses assentados a possibilidade de construir este texto em conjunto com a pesquisadora, visto que, os trechos de entrevistas foram priorizados na redação e realizamos a escolha por utilizar os mapas confeccionados por eles no trabalho.

Nos estudos sobre a família camponesa do Nova Conquista evidenciamos estratégias intergeracionais que visam à permanência dos filhos nos lotes. Os pais apoiam a família construída pelos filhos por meio de “ajuda” no momento do casamento tanto no que se refere a móveis, até mesmo no material para a construção da moradia que é construída porque eles cedem um espaço, autorizam a nora e o genro a trazer as criações (animais) que oriundas dos lotes dos pais, cedem espaço para o roçadinho e por vezes a DAP para que eles possam participar de políticas públicas, o apoio financeiro para a compra das benfeitorias de lotes de desistentes também comparece nas pesquisas embora seja menos frequente. Por outro lado, os filhos trabalham nas tarefas do lote, além de trabalhar fora do assentamento para manter a família e (em casos de possíveis sucessores/herdeiros) adquirir equipamentos/infraestrutura para o lote. Entre os camponeses de forma geral há ainda a troca de alimentos, cultura herdada pelos agregados.

O assentamento Porto Maria possibilita a compreensão de outro conjunto de estratégias que visam a continuidade dos filhos na luta em assentamentos rurais. A pesquisa verificou que o turismo rural se apresenta como alternativa para criar possibilidades para os jovens e que a

educação através de escolas localizadas no campo (por mais que a necessidade seja de escolas do campo) é importante para a sociabilidade entre filhos de titulares de diversos assentamentos. A principal estratégia de reprodução socioterritorial apresentada a partir do Porto Maria é o retorno do agregado à luta pela terra, pois os agregados que saíram do Gleba XV de Novembro tornaram-se titulares em diversos assentamentos da região, não apenas no Porto Maria, apresentando uma ligação importante com essa questão está o fato de um grupo de jovens agregados do Porto Maria participar da militância do MST.

A partir dos dados apresentados neste trabalho temos que Feliciano (2018) afirma que o Estado dispõe de 96 mil hectares de terras devolutas na região do Pontal que estão sob poder dos latifundiários grileiros, se ocorresse a retomada dessa área para beneficiar famílias, 6.500 poderiam ser beneficiadas. Pois bem, se levarmos em consideração que o ITESP afirma no período de 2013-2014 que há no Estado cerca de 20.743 agregados dos quais 9.752 estão na região do Pontal do Paranapanema podemos verificar que há terras e há demanda.

As práticas sociais são fundamentais para a compreensão das estratégias utilizadas pelos camponeses para permanecer no território ao longo de gerações, um território permeado por relações de poder que se manifestam em relações intergeracionais dentro das próprias famílias, entre famílias e com mediadores como Estado, igrejas, empresas, usinas etc. As práticas costumeiras desafiam a legislação quando, por exemplo, os agregados adquirem as benfeitorias de lotes sem a princípio o aval do Estado, mas são práticas que garantem a permanência da família no assentamento, visto que, como demonstrado no trabalho, o apoio, as relações de solidariedade, cultura do favor, presentes nos espaços de luta na terra são mencionados pelos filhos do camponeses como fator por vezes determinante no momento de decidir sobre sair ou permanecer no assentamento, ou seja, as vantagens de um cotidiano em família e entre amigos.

As formas que os agregados encontram de lutar pela terra são distintas, se por um lado evidenciamos os camponeses do Porto Maria que eram agregados da Gleba XV de Novembro e escolheram o acampamento novamente para a conquista da terra, o ato de adquirir as benfeitorias dos desistentes como os ex agregados do Nova Conquista não se configura como uma luta mais branda ou com menos sacrifícios, visto que, os agregados passam por muitos tipos de privações e por vezes levam boa parte de suas vidas comercializando animais de pequeno porte, trabalhando fora e economizando para adquirir seu próprio sítio próximo a sua família. Ambas são estratégias válidas. São apenas distintas, o que corrobora a tese da diversidade de sujeitos, lutas e organização socioterritorial do campesinato, tanto na sua produção, como reprodução.

As estratégias podem ser visualizadas e compreendidas através de análises realizadas sob as lentes de um conjunto de conceitos que compõem a reprodução socioterritorial. Dentre eles, a questão geracional é importante na medida em que compreendemos a geração como uma transversalidade de classe que nos permite vislumbrar as diferentes facetas utilizadas pelo capital para a exploração de distintas gerações.

Pensar em juventude nos possibilitou a compreensão de que é a fase da vida em que os camponeses mais migram, a geração útil para o capital, portanto, vive uma intensa mobilidade territorial do trabalho. A migração que também é utilizada como estratégia para a permanência dos jovens é importante na construção da autonomia e a decisão entre “ficar” e “sair” pode representar a luta para dar continuidade a relação família-território ou saída definitiva do assentamento. Aqui existem diversos tipos de juventude, clivagens de gênero e de classe.

O gênero enquanto categoria de análise nos possibilitou o entendimento de que como uma transversalidade de classe se apresenta, na medida em que a mulher ao garantir a subsistência e manutenção da família tem propiciado a partir deste trabalho invisível a reprodução da força de trabalho utilizada pelo capital, o trabalho feminino a partir do quintal, embora visto como “apoio” é uma importante estratégia que visa garantir a reprodução socioterritorial camponesa.

Ao buscarmos compreender quais eram os elementos fundamentais para garantir a reprodução socioterritorial nos assentamentos rurais, vislumbramos que para realizar a reflexão sobre a continuidade desta lógica territorial é imprescindível pensá-los a partir de múltiplas relações, dos quais discutimos as seguintes: relações familiares incluindo a questão da geração, relações de trabalho evidenciando força e mobilidade, relações de solidariedade que incluem ajuda mútua, parceria e doações entre diferentes sujeitos e gerações, relações do sujeito na construção de seus territórios somando aqui os instrumentos de trabalho e finalmente, as relações de gênero e juventude. Defendemos que não é possível pensar em reprodução socioterritorial de assentamentos rurais sem compreendê-los a partir da diversidade do campesinato e dessas relações que possuem conexões profundas, de modo que foi impossível tratar de uma isoladamente.

As questões identitárias, o cotidiano e a construção do território tornam a compreensão do camponês agregado para além da formulação que o Estado nos fornece. É preciso dar importância para os trabalhos que se dedicam a compreender estes camponeses, pois são centrais para o processo de sucessão nos assentamentos e este é o que garante a reprodução do modo de vida e do território camponês.

O camponês agregado é um sujeito compreendido no âmbito de sua classe social, ou seja, dentro das questões que permeiam a classe trabalhadora, esta por sua vez, atravessada por questões de gênero e geração e que produz e reproduz território. É através da relação dos agregados com os demais membros da família (estratégias intergeracionais) e com a terra, que compreendemos as possibilidades de continuidade do território sob domínio do campesinato. O agregado residindo no lote, poderá ou não ser camponês agregado em condição de trabalho assalariado e de acordo com o contexto e recursos, contará com a possibilidade de investir tempo e dinheiro em infraestruturas que permitam construções e mudanças do território.

Gostaríamos de propor a denominação “camponeses agregados em condição de trabalho assalariado” para tratar de agregados semelhantes ao que encontramos em assentamentos como o Nova Conquista, que se desdobram para cumprir com as atividades dentro e fora do lote com o objetivo de posteriormente permanecer no assentamento. O trabalho assalariado é fundamental para atravessar um período de transitoriedade, onde espera-se em muitos casos tornar-se titular um dia.

Em suma, os diferentes sujeitos, agentes e instituições deveriam estar preocupados com os camponeses agregados, propondo políticas que viabilizassem a permanência e sobrevivência destes, para que ocorra a sucessão e com isso a garantia de que o assentamento permanecerá sob controle de camponeses e camponesas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V.V.P; STROPASOLAS, V.L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. *In: SCOTT, P; CORDEIRO, R; MENEZES, M. (Org).* **Gênero e Geração em contextos rurais**. Santa Catarina: Mulheres, 2010, p.157-181.
- ANDRADE, T. Experiência concreta de mediação de conflitos agrários: Pontal do Paranapanema. *In: BUAINAIN, A.M (coord).* **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos agrários no Brasil**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2008, p.129-171.
- ANDRADE, T.V.P; LUZ, C.R.S; CANUTO, A (coord). **Conflitos no campo – Brasil 2017**. Goiânia: CPT Nacional, 2017, p.280.
- ARBAROTTI, A.E. Questões identitárias em territórios de assentamentos rurais de reforma agrária: o caso do assentamento Reunidas no Estado de São Paulo. **Revista de ciências sociais**, v.7, n. 2, p.199-225, 2017.
- BECHER, C; KLANOVICZ, J. Mulheres Camponesas e os Desafios do Acesso às Políticas Públicas para Igualdade de Gênero. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**: Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 159 - 177, 2016.
- BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas: Unicamp, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In: CARNEIRO, M.J; CASTRO, E.G. (Org).* **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.35-53.
- BATISTA, S.C. **Cartografia geográfica em questão**: do chão, do alto, das representações. Tese de doutorado – Programa de Pós Graduação em geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. “A Juventude é apenas uma palavra”. *In: Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: arco Zero Limitada, 1983.

CARVALHO, H.M de. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. **Boletim Dataluta**: Presidente Prudente, 2012.

CASTRO, E.G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais**. v.7, n.1, 2009. Disponível em: <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>. Acesso em 17 nov. 2016.

CASTRO, E.G. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

CHAUVEAU, H.; STROPASOLAS, V. L. Práticas culturais e lazer da juventude rural nas recomposições territoriais das ruralidades de três territórios do Sul do Brasil. *In*: PEIXER, Z.I; CARRARO, J.L (Org.). **Povos do Campo, Educação e Natureza**. Lages: Grafine, 2016, p. 129-142.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**: Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

COSTA, A. A. Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres. 2012. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em 20 Dez. 2016.

COSTA, M.L.C.A. **Turismo Rural**: O papel da mulher assentada envolvidas nas atividades agrícolas e não agrícolas no município de Rosana-SP. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Turismo) - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Campus Experimental de Rosana-SP, 2016.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FARIAS, A.O; NORDER, L.A.C. A organização política de mulheres assentadas e quilombolas em São Paulo. **Retratos de Assentamentos**: Araraquara, n. 14, v.02, p.151-173, 2011.

FARIAS, M.F.L. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. (Org) FERRANTE, V.L.S.B; WHITAKER, D.C.A. *In*: **Reforma Agrária e**

desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008, p.151-167.

FELICIANO, C.A. Violência, desmatamento e luta pela retomada das terras griladas no Pontal do Paranapanema: da destruição dos territórios indígenas à construção de uma região em disputas de classes. **Pegada: Presidente Prudente**, V.19, n 03, p.04-75, 2018.

FERNANDES, B.M. Sobre a tipologia de territórios. *In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E.S (Orgs.) Territórios e Territorialidades.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B.M. **Relatório do projeto de extensão: plano de desenvolvimento sustentável do assentamento Nova Conquista/Rancharia-SP.** São Paulo: Convênio INCRA/ UNESP, 2000.

FERNANDES, B.M. M.S.T: **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:** formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FORACCHI, M.M. A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira, 1972. *In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder.* 28. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014 [1979].

GARCÍA, M.F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero:** os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2004.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GORAYEB, A; MEIRELES, J. A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos. Entrevista concedida ao site **Mobilizadores**, fev. 2014. Site:<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>. Acesso em: 20 ago.2016.

GUIMARÃES, A.P. Formação de pequena propriedade: intrusos e posseiros. *In: (Org) WELCH, C.A. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.* São Paulo: editora UNESP, p.45-57, 2009.

GUZMÁN, E; MOLINA, M.G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**: Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

HEREDIA, B. A. **A Morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899), 1986.

IOKOI, Z.M.G; ANDRADE, M.R.O; REZENDE, S. Gleba XV de Novembro. *In*: **Vozes da Terra: história de vida dos assentados rurais de São Paulo**. São Paulo: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva, 2005.

ITESP. **Laudo de vistoria e avaliação da fazenda Porto Maria**. Rosana-SP: ITESP, 1997.

JULIÃO, F. O que são as ligas camponesas? *In*: WELCH, C.A. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: editora UNESP, 2009, p.271-299.

LEAL, S.C.T. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema – SP no contexto dos conflitos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo.

LEITE, J.F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo:HUCITEC, 1998.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução: José Paulo Netto. Revisão de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LINHARES, M.Y; SILVA, F.C.T. A questão da agricultura de subsistência. *In*: WELCH, C.A. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP, 2009, p.117-135.

LIZARAZO, R. P. **Mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais em territórios do agrohidronegócio de cultivos flexíveis. Palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (Colômbia) e cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2018.

MAFORT, K.C.O; REIS, A.T. A lata d’ água mais pesada: mulheres do campo e a luta contra o golpe. *In*: **Cadernos de análise de conjuntura**, n. 1, p.35-46, 2018.

MAFORT, K. **A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária para as mulheres da Via Campesina**. 2013. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2013.

MANNHEIM, K. The Sociological problem of generations. *In: Essays on the sociology of Knowledge*: Londres Routledge e Kegan Paul, p.286-312, 1952.

MAUGER, G. Générations et rapports de générations. **Revista Internacional de Filosofia**: Madrid, n. 46, p. 109-126, 2009.

MAUGER, G. “Modos de generación” de las “generaciones sociales”. **Sociología Histórica**, Murcia, n. 2, p. 131-151, 2013. Disponível em: <<https://digitum.um.es/xmlui/handle/10201/37773>>. Acesso em: 13 Nov 2017.

MAUGER, G. Juventude: Idades da Vida e Gerações. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**: Rio de Janeiro, vol. 56, n. 1, pp. 169-183, 2013.

MEDEIROS, L.S. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. *In: LOPES, A.L; BUTTO, A. (Org.). Mulheres na Reforma Agrária – A experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

MENEZES, M.A. Família, Juventude e Migrações. **ANTHROPOLÓGICAS**, v.23 (1), p.1-24, 2012.

MIRANDA, M.E. **Os assentados frente aos desafios legais: uma interpretação antropológica das relações jurídicas no assentamento de Promissão**. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MONTEIRO, R.M. **As relações de poder e as territorialidades nos assentamentos rurais do Sudeste goiano**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente-SP, 2017.

MOREIRA, S.O; SANTOS, J. Mobilidade e plasticidade do trabalho: reflexões teóricas. **Pegada**: Presidente Prudente, V.19, n 03, p.319-346, 2018.

MOURA. M. M. **Os Herdeiros da Terra**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

OLIVEIRA, A.U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PILLA, M; ANDRADE, M.R.O; MARQUES, L.A.P (Orgs). **Fundação Itesp: sua história e realizações, evolução das políticas agrária, e fundiária no estado de São Paulo**. São Paulo: ITESP, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUEIROZ, M.I.P.Q. Uma categoria rural esquecida. *In*: WELCH, C.A. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP; 2009, p.57-73.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.73-95.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

SÁ-SILVA, J.R; ALMEIDA, C.D; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de História e Ciências Sociais**. n. 01, p.01-15, 2009.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOOT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**: Porto Alegre, v. 20, n.02, p.71-99, 1995.

SILVA, C.M. **A expansão do agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) e os novos desafios para o MST e para a luta pela terra**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, curso especial de geografia Pronera, Presidente Prudente, 2011.

SILVA, M.A (Org.). **Cartilha do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social Familiar – PPAIS Família**. São Paulo: Fundação ITESP, 2017.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**. Nova Série, n. 52, maio. Rio de Janeiro, p. 01-27, 1985.

SEYFERTH, G. O campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, n.17, 2011, p.395-417.

SILVA, M.J. **Geografias Subversivas**: Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009.

SOUZA, M.L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In SAQUET, M. A. SPOSITO, E.S (Orgs.) **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.57-73.

TEIXEIRA, A.L. **Geografia da vida camponesa: espaços de vida, espaços de produção no assentamento Nova Conquista – Rancharia/SP**.2015. Dissertação (mestrado em geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: ed. Polis, 1980.

THOMAZ JUNIOR, A. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **Pegada**: Presidente Prudente, V.05, n 02, p.09-30, 2004.

THOMAZ JUNIOR, A. Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2005.

THOMAZ JUNIOR, A. **O trabalho me impõe desafios renovados e me ocupa à autocrítica de uma obra inacabada**. 2017. (Tese de Professor Titular) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2017.

THOMAZ JUNIOR, A **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Presidente Prudente: Unesp Campus Presidente Prudente, 2009.

TURRA NETO, N. Definir juventude como ato político: na confluência entre orientações de tempo, idade e espaço. In: CAVALCANTI, L. de S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. (org.). **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015.

ZIRBEL, I. **O processo de introdução dos estudos de gênero no Brasil**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História) - Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Blumenau, 2004.

WANDERLEY, M.N.B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M.J; CASTRO, E.G. (Org). **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.21-35.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. In: **Revista Sociedade e Estado**. V.25, n.2, 2010.

WOORTMAN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo-Brasília: HICITEC/EDUNB, 1995.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia rural: caminhos metodológicos emergentes**. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1990) [1931], **Remarques Mêlées**: Mauvezin, Trans-Europe Express, (fragments de 1914 à 1951).

ETEC, 2015. Disponível em:

<http://www.etecteodorosampaio.com.br/?link=agronegocio_xv_de_novembro>. Acesso em: 05 Abr. 2018.

FGV, 2018. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-ruralista-udr>>. Acesso em: 30 Jan. 2018.

MST, 2018. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/88-93>> Acesso em Abr. 2018.

INCRA, 2018. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/11934>> Acesso em: 03 Ago. 2018.

APÊNDICE

Diário de campo do dia 04 de outubro de 2017

Antes de adentrarmos ao diário de campo gostaríamos de ressaltar que ele não estará por completo neste apêndice, pois escolhemos um dia de todos os trabalhos de campo para representar o modo como registramos a jornada de pesquisa. Portanto, para preservar a identidade de nossos sujeitos pesquisados não apresentaremos o diário na íntegra.

Assentamento Nova Conquista-SP

Hoje pela manhã segui para o assentamento Nova Conquista, ontem realizei uma ligação para D. Ana que me revelou o quanto a estrada estava ruim e que impossibilitaria minha chegada pela estrada em que eu estava acostumada a seguir, as poças de lama tomaram a estrada e até o ônibus escolar ficou “atolado”. Com apoio do mapa fiz então um caminho novo, apoiada também em minhas memórias percorri a estrada principal e cheguei até o lote de D. Ana e Sr. Eduardo através do caminho que passa pela área comunitária.

Nas andanças de hoje percebi muitas casas nos lotes, casas de agregados com filhos, noras e netos, mas também percebi muitas casas vazias, parece-me que os lotes testam a capacidade dos filhos permanecerem. Sr. Eduardo observa os agregados que trabalham na usina e fala com naturalidade, que os jovens vão embora, mas depois retornam como se esse movimento fosse realmente previsível para eles. D. Ana focava no discurso de que muitos já haviam partido, pois do lote era complicado viver.

Retornei em alguns lotes pela primeira vez desde o término da pesquisa de mestrado, muito havia se transformado, D. Ana por exemplo, aprendeu a dirigir, o marido pagou por aulas com uma antiga instrutora de autoescola que atualmente reside no assentamento.

No primeiro lote visitado conversei com a nora do Sr. Henrique, ela e o marido pareciam motivados dentro do lote, ela acabava de levar a filha menor ao ônibus da escola. Havia três casas no lote, separadas apenas por um gramado e um jardim com canteiros feitos de garrafas pet.

Depois, seguimos para o lote de Dayara que me recebeu debaixo de um pé de amora, com três filhos, a moça já não se identifica como jovem apesar das vinte e poucos anos. O irmão, muito jovem é quem desenvolve o trabalho no lote, aproveitei para entrevistá-lo. Os roçadinhos comparecem nos sítios depois de uma certa idade dos agregados, Dayara e o irmão mostram as áreas cedidas pela mãe para o plantio. Dayara é casada e enquanto o marido trabalha fora ela cuida das crianças e do roçadinho que no geral está sempre próximo ao terreiro do agregado. As crianças caminham livremente e se adiantam para abrir e fechar a

porteira, num relacionamento diário com a mãe, avó e tio, pois são eles que estão durante todas as horas do dia dentro do lote.

Voltamos para a casa de D. Ana para almoçar e depois seguimos para a casa da madrinha da neta da D. Ana. A madrinha da criança estava fazendo bolo e contou que passa pouco tempo no lote em que reside, pois durante o dia trabalha no lote do pai. É uma moça de vinte anos e que desempenha muitas tarefas no lote dos pais. Depois de entrevistá-la seguimos para o lote do Sr. Lourenço que me recebeu para observação participante na época do mestrado, um de seus filhos com a esposa e a filha já não residiam mais no lote, pois de acordo com eles “foram tentar a vida na cidade”, entrevistei um de seus filhos que havia retornado ao lote e com seu companheiro estava orgulhoso por conseguir viver a partir do trabalho no sítio, ele plantava horta e ordenhava bovinos em lactação enquanto seu pai comercializava a produção de sua horta na cidade. O filho define agregado como “os agregados são os filhos que não tem direito a nada”.

O último lote visitado no dia foi de Valquíria que é filha da titular do lote que trouxe seu marido para residir no sítio de sua mãe, a grama do terreiro de Valquíria parecia um tapete com detalhes (pois havia comprado um “tipo de grama que se usa na cidade”), a entrevista dela foi resumida, sem muitos detalhes que durou metade do tempo previsto, pois esta parecia muito tímida.

“Uma Nova Conquista”

Eu sequei as minhas lágrimas

Quando vi naquele dia

Um rosto de alegria se derramar

Num relato tão triste

E pensei, se Deus existe?

Mas sua existência não estavam a questionar.

E pediram por clemência

A Nossa Senhora de Aparecida,

Que raio é esse de vida!

Que faz o povo sangrar.

Atrás da terra prometida

Que por luta mereceram conquistar

Por trás de uma bandeira vermelha

Por estradas boiadeiras e asfalto quente

*Esteve tanta gente a marchar.
Transformaram um latifúndio grilado
Que era apenas reserva de gado
Em terra viva a sonhar.
Agora tem mandioca, tem quiabo
E gente para todo lado
Que alegria encontro lá.
Encontraram seus caminhos
Não vivem mais sozinhos
Viva o povo assentado!*

(Ana Lúcia Teixeira Tabuti)